

Andre Franklin Palmeira

O Partido do Brasil: uma História do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1980/2016).

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História Social, sob orientação do Prof. Dr. Norberto Ferreras.

Orientador: Professor Dr. Norberto Ferreras

Niterói 2017

P172 Palmeira, Andre Franklin.

O Partido do Brasil: uma história do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1980/2016) / André Franklin Palmeira. – 2017.

300 f.

Orientador: Norberto Ferreras.

Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, 2017.

Bibliografia: f. 293-300.

1. Brasil. 2. Partidos políticos. 3. Partido do Movimento Democrático Brasileiro. I. Ferreras, Norberto. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

Andre Franklin Palmeira

O Partido do Brasil: uma História do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (1980/2016).

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História Social.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferraras (UFF/ Orientador)

Prof^a. Dr^a. Virgínia Fontes (UFF)

Prof. Dr. João Márcio Mendes Pereira (UFRRJ)

Prof. Dr. José Ricardo Ramalho (UFRJ)

Prof. Dr. Paulo Fontes (CPDOC-FGV)

Resumo

A presente tese tem como objetivo analisar a representação político partidária no Brasil, com ênfase na história do Brasil recente e, mais especificamente, na história do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Discutiremos ao longo do trabalho a relação do partido com o Estado brasileiro (na “Nova República”), seu lugar de classe, seus programas, seus intelectuais, suas representações nos estados da federação, bem como seu papel central de viabilização de maiorias que possibilitaram os governos na Nova República. Nossas problemáticas giram em torno das seguintes questões: por que o PMDB se constituiu no maior partido político brasileiro, mesmo não exercendo a Presidência da República, e por que os diferentes governos só foram viáveis a partir do apoio do referido partido.

Palavras-chave: Brasil Recente, Partidos Políticos, PMDB.

Abstract

The present thesis aims to analyze party political representation in Brazil, with emphasis on recent Brazilian history and more specifically on the history of the Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). We'll discuss the relationship of the party with Brazilian state (in the Nova República), its class place, its programs, its intellectuals, its representations in the states of the federations, as well as its central role of enabling majorities that made possible the governments in the Nova República. Our problems revolve around the following questions: why the PMDB was constituted in the largest Brazilian political party, even though it did not win the presidency of the republic, and why the different governments were only viable from the support of the said party.

Keywords: Recent Brazil, Political Parties, PMDB.

Lista de Siglas e Abreviaturas

ABDD	Associação Brasileira de Defesa da Democracia.
ABI	Associação Brasileira de Imprensa.
ABRAMILHO	Associação Brasileira de Produtores de Milho.
ACIAP	Associação Comercial Industrial Agropastoril.
ADVB	Associação dos Diretores de Vendas do Brasil e na Fundação. Getulio Vargas.
AI	Ato Institucional.
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas.
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras.
ANDES	Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior.
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.
ARENA	Aliança Renovadora Nacional.
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
CBA	Comitês Brasileiros pela Anistia.
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas.
Cedes	Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais.
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina.
CET	Centro de Estudos Transnacionais.
CIBRAZEN	Companhia Nacional de Armazenamento.
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas.
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.
CNDE	Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico do Ministério do Planejamento.
CNI	Confederação Nacional da Indústria.
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos.
CODESP	Companhia das Docas do Estado de São Paulo.
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais.
COPPE	Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia.
CPEC	Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.
CUT	Central Única dos Trabalhadores.
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público.
DER	Departamento Estradas e Rodagens.
DIAP	Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda.
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagens.
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social.
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio.
EPEA	Escritório de Pesquisa Econômica e Aplicada.
ERIN	Escritórios Regionais do Interior.
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador.
FEA	Faculdade de Engenharia e Arquitetura.
FEBRABAN	Federação Brasileira dos Bancos.
FECOMERCIO	Federação do Comércio.
FENABAN	Federação Nacional dos Bancos.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
FHC	Fernando Henrique Cardoso.
FIEPE	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco.
FIERN	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte.
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática.
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICT	Instituto Cultural do Trabalho.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.
IPES	Instituto de Pesquisas.
IPi	Imposto sobre Produtos Industrializados.
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica.

ITR	Imposto Territorial Rural.
JK	Juscelino Kubitschek.
JUC	Juventude Universitária Católica.
LBA	Legião Brasileira da Assistência.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
MDB	Movimento Democrático Brasileiro.
MIT	Massachusetts Institute of Technology.
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro.
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte.
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil.
OMC	Organização Mundial do Comércio.
ORTN	Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.
PCB	Partido Comunista do Brasil/ Partido Comunista Brasileiro.
PCdoB	Partido Comunista do Brasil.
PDT	Partido Democrático Trabalhista.
PIS-PASEP	Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro.
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento.
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária.
PP	Partido Popular.
PP	Partido Progressista.
PPGSA	Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia.
PRN	Partido da Reconstrução Nacional.
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional.
PSD	Partido Democrático Social.
PSD	Partido Social Democrático.
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira.
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade.
PT	Partido dos Trabalhadores.
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro.
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro.
PUC	Pontifícia Universidade Católica.
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados.

SESI	Serviço Social da Indústria.
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira.
SNI	Serviço Nacional de Informações.
SUDESPA	Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista.
SUS	Sistema Único de Saúde.
TSE	Tribunal Superior Eleitoral.
UDN	União Democrática Nacional.
UDR	União Democrática Ruralista.
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco.
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro.
UFRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
UNE	União Nacional dos Estudantes.
UNESP	Universidade Estadual Paulista.
URV	Unidade de Referência de Valor.

Lista de Tabelas

1.1 Votos no Colégio Eleitoral 1985	99
2.1 Composição da Assembleia Nacional Constituinte	117
3.1 Votos dos Diretórios Estaduais do PMDB entre Quércia e Requião	169/170
3.2 Advogados do PMDB	202
3.3 Advogados e outras ocupações	203/204
3.4 Proprietários de Terras no Congresso Nacional pelo PMDB	204
3.5 Proprietários de Terras e outras ocupações	205/208
3.6 Empresários	208/210
3.7 Médicos	211
3.8 Economistas	212/213
3.9 Peemedebistas/ Sociedade civil	213/214
3.10 Bancadas do PMDB no final dos anos noventa	214/215
3.11 Diretórios Estaduais do PMDB/ Reeleição de FHC	215/216
3.12 Diretórios estaduais/ posição sobre reeleição de FHC	225
4.1 Primeira composição ministerial do governo Lula	234/235
4.2 Composição ministerial do gov. Lula jan/2008	237
4.3 Prefeitos	278
4.4 Legislativo Federal	278
4.5 Governadores	278
4.6 Parlamentares peemedebistas e suas respectivas bancadas	282
4.7 “Cabeças” do Congresso Nacional – PMDB	283
4.8 Ministros peemedebistas no governo Lula	283
4.9 Ministros peemedebistas no governo Dilma	284

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1	
Bases Históricas para uma História de Partido Político no Brasil Recente	
1.1 Representação política e partidos no Brasil: uma introdução histórica.	18
1.2 A representação político partidária na ditadura civil-militar brasileira: a Aliança Renovadora Nacional e o Movimento Democrático Brasileiro.	46
Capítulo 2	
A Transição Brasileira: o PMDB na década de 1980	
2.1 Sobre as especificidades da Transição Brasileira à eleição indireta de Tancredo Neves.	69
2.2 Hegemonia Peemedebista na Transição Brasileira? Do Governo Sarney à Fragmentação pós-Constituinte.	100
Capítulo 3	
Não foi no discurso, mas foi na prática: o PMDB na onda neoliberal dos anos noventa.	141
3.1 Pós-ditadura civil-militar no Brasil: a onda neoliberal e o papel do PMDB.	143
3.2 Um Balanço das reformas do governo FHC, o papel do PMDB e sua composição social.	196
Capítulo 4	
Consolidação, crise e fim da “Nova República”: o PMDB durante os governos <i>petistas</i>.	226
4.1 Os governos Lula: relação com a sociedade civil patronal e a questão do crescimento econômico com “inclusão social”.	229
4.2 A Relação PMDB x PT durante os governos <i>petistas</i> .	245
4.3 “A Questão do Programa”: uma análise comparativa dos programas de governo do PMDB no século XXI.	261
4.4 O PMDB: questões regionais, a ascensão da cúpula <i>peemedebista</i> no interior do projeto de poder <i>petista</i> e o fim da <i>Nova República</i> .	273

Considerações Finais.	289
Fontes	292
Bibliografia	293

Introdução

O tema da presente tese começou a ser pensado a partir dos resultados obtidos pela minha dissertação de mestrado, defendida em 2012, no próprio PPGH/UFF. Na época estudava as transformações da cidade de Volta Redonda após a privatização da CSN, com ênfase na formação de uma nova hegemonia política que surgira no bojo da privatização da estatal e da derrota do então vigoroso movimento popular e das esquerdas da cidade.

Surgiu por dentro do racha dos movimentos de esquerda no município, uma nova fração política, oriunda, primordialmente, do setor comercial/empresarial da cidade. E a partir de meados da década de 1990, empreenderam-se grandes mudanças urbanísticas, nos moldes de um pesado *marketing* urbano, com vistas a transformar a imagem de Volta Redonda, de uma cidade industrial decadente, para uma cidade “moderna”, apta a receber “vultosos investimentos”. Os parques investimentos privados realizados na cidade, somados aos investimentos públicos, transformaram a antiga *cidade do aço* no maior pólo de comércio e serviços do sul do estado do Rio de Janeiro.

No campo político partidário, a vitoriosa campanha eleitoral da coligação PSB/PT, sustentada pela militância advinda dos movimentos populares dos anos 1980, isolou os quadros políticos mais combativos entre 1993/1996 e surgiram no seu interior quadros políticos oriundos dos principais aparelhos privados de hegemonia de cariz patronal do município, como: CDL ACIAP e FECOMERCIO. O principal deles, Antonio Francisco Neto, originário do PL, migrou para o PSB e foi candidato vitorioso que reeditaria, junto com a Articulação do PT/VR, a Frente Popular das eleições de 1992.

Ao passo de uma grande aliança política entre os prefeitos do interior, organizada por Anthony Garotinho, quando este se tornou governador, no final dos anos noventa, todos acabaram migrando para o PMDB, em 2002, atrás de Garotinho. O PMDB/RJ, que não elegera nenhum representante na esfera federal em 1998, passara a ser um dos principais diretórios do partido, a partir da eleição de Sérgio Cabral, para o Senado, e sua aliança com Garotinho.

Em outras palavras, a hegemonia política estudada sobre Volta Redonda, no plano político-partidário, terminara no PMDB. Somado a isso, o PMDB era o maior

partido do país, havia sido governo com FHC, com Lula e, em 2012, era com Dilma Rousseff, além de ter o cargo de Vice-presidente da República.

Como precisava de um novo tema para o doutorado – visto que um novo trabalho sobre Volta Redonda seria muito *batido* – e não havia tempo hábil para grandes guinadas do ponto de vista teórico/metodológico e de recorte temporal, as problemáticas em torno do PMDB foram sendo pensadas entre a entrega da versão final da dissertação de mestrado e a defesa, em julho de 2012. Os primeiros *insights* e hipóteses giravam em torno das seguintes problemáticas: por que o PMDB era o maior partido do Brasil, Já que me *parecia* não ter ideologia clara, sem grandes quadros nacionais e nem relações orgânicas com a sociedade civil organizada? O outro *insight* determinante veio a partir da publicação de alguns estudos sociológicos, que apresentavam novos conceitos para explicar o período em que Lula da Silva exerceu a Presidência, entre 2003 e 2010. O principal deles foi o livro de André Singer, *Sentidos do Lulismo*. Para mim, naquele momento, se o *lulismo* existia, ele estava nas mãos do PMDB.

Já dominando as discussões teórico-metodológicas, bem como o recorte histórico do tema, a partir da dissertação, ao longo dos meses de maio, junho e julho de 2012, acumulei material sobre o tema. Em agosto li e fichei todo o material, em setembro escrevi o projeto, em outubro estudei para a prova, em novembro fiz a prova e em dezembro estava aprovado para o doutorado na UFF.

Desde 2007 vinha trabalhando como professor de história na rede estadual de educação, onde acompanhei, lutei contra e sofri com a pública e notória corrupção que exalava do governo Cabral – só não via quem não queria ou era sócia dela. Cheguei a acumular duas matrículas na rede, mas mantê-las e cursar pós-graduação em cidades diferentes era completamente inviável. Ainda por cima, devido à lógica fabril imposta pelo “economista” Wilson Risolia, que fracionava as turmas dos docentes em diversas escolas, tornando um cargo de 16hs semanais em uma via crucis, em 3, 4 escolas, para fechar a carga horária, tudo se tornava cada vez mais difícil. A planilha centralizada na SEEDUC reduziu a carência de professores, mas a vida dos docentes se tornou um inferno, com turmas fechadas ao longo do ano, e uma imposição ditatorial sobre os horários, que não poderiam ser modificados.

Aprovado no doutorado, sem bolsa de estudos e com uma matrícula no estado dividida em duas escolas, ao longo de quatro dias da semana, pedi exoneração do estado e passei a cursar as disciplinas obrigatórias ao longo de 2013 e a estudar para os concursos de Institutos Federais ao longo do 2º semestre de 2013 e 1º semestre de 2014.

Estive com meus prezados colegas e amigos da pós-graduação em quase todas as manifestações das jornadas de junho, com a mochila abarrotada de livros da Biblioteca Central do Gragoatá, para estudar para os concursos. De cinco concursos prestados, passei em dois, no entanto, longe das primeiras colocações. Nos primeiros dois anos e três meses do doutorado, estava desempregado e sem bolsa. Conteí com a colaboração de amigos, da minha ex-companheira e com uma pequena economia dos tempos de duas matrículas no estado.

A partir do segundo turno das eleições de 2014, fui a Brasília, onde colhi praticamente toda a documentação primária utilizada na tese. Estive durante mais de duas semanas na sede nacional da Fundação Ulysses Guimarães, situada no 26º andar do anexo I da Câmara dos Deputados, onde pude ter acesso a todo o acervo da fundação. Posteriormente, estive na sede da Presidência Nacional do PMDB, também no Congresso Nacional, no primeiro dia útil após a reeleição de Dilma Rousseff. Depois de fotografar as atas do partido e deixar meus dados pessoais, no segundo dia, quando terminada a tarefa de fotografar todas as atas disponíveis e ser tratado como “espião” por algum *engravatado* com forte comando dentro do gabinete, fui informado pela chefe de gabinete do período da tarde que “não havia mais nada para ver ali”. Pesquisamos o arquivo da Câmara dos Deputados, as bibliotecas da Câmara, do Senado e do Tribunal Superior Eleitoral. Também tivemos acesso ao acervo do DIAP, todos em Brasília. A passagem e a hospedagem no *Hostel 7* foram custeadas posteriormente pelo PPGH/UFF.

A partir de maio de 2015, passei a receber uma bolsa de estudos da Capes, e isso me propiciou o mínimo de base para começar a escrever a tese. Após a qualificação da primeira metade do trabalho, em abril de 2016, ministrei uma disciplina optativa na graduação em História na UFF, uma das inúmeras obrigações para manter a bolsa, e redigi o 3º capítulo da tese. Durante este processo fui convocado pelo concurso que havia prestado e passado para o *CEFET* do campus de Nova Friburgo, cidade para onde me mudei durante o segundo semestre de 2016. Neste mesmo período fui acometido por uma severa crise alérgica, manifestada por um intenso inchaço nas pálpebras, o que me obriga, por força de tratamento, a tomar doses *cavalares* diárias de comprimidos antialérgicos, colírios antialérgicos e vacina antialérgica. Estou, desde então, literalmente, o tempo todo lutando contra a sonolência, o que redobrou o esforço e o desgaste para finalizar a tese.

Cada capítulo foi escrito em uma casa diferente, o que tornou o processo de redação ainda mais dificultoso. Perdem-se as referências de espaço, de conforto e de método de trabalho. A cada capítulo parecia começar do zero. Mas, apesar das dificuldades impostas pelas escolhas da vida, pelas dificuldades financeiras e, por fim, pelas dificuldades de tempo e saúde no último semestre do doutorado, consegui chegar ao final do que me propus, no peito e na raça!

O tema escolhido era inicialmente visto muitas vezes com certo descrédito pelas pessoas, visto como um tema chato, trabalhoso e que ninguém em *sã* consciência teria “saco” para levar adiante. Eu mesmo tive várias “crises” com o tema. Contudo, diante do desenrolar político no país e do protagonismo que o PMDB assumira durante o processo golpista e o dramático desenrolar do golpe, com a contrarreforma do ensino médio e a caça às bruxas que se seguirá com a iminente aprovação da “escola *sem partido*”, isso para ficar apenas nos ataques mais diretos na educação, o tema que já era grande, tornou-se um dos temas mais candentes a serem analisados na atualidade.

Desde o início de 2016 fui procurado por jornalistas, fui saudado por diversas pessoas ao saberem do meu objeto de estudo no doutorado. Minha responsabilidade e a pressão pelo resultado final tornaram-se gigantescas. Mas, diante do que já expus, evidentemente, o trabalho possui limitações, tanto por questões estruturais, como por questões pessoais. Espero que este humilde trabalho estimule e aprofunde o debate político, nos últimos tempos tão raso, “pós-moderno” e fascista.

No primeiro capítulo procuramos historicizar os grupos e partidos políticos no Brasil, desde seus primórdios, tendo como base a própria bibliografia especializada, abordada no item 1.1 do capítulo. Terminamos o capítulo analisando a representação político-partidária brasileira, desde o seu início, até o período da ditadura civil-militar de 1964, entre Arena e MDB.

No segundo capítulo, nosso objetivo, paralelo à história do Brasil nos anos oitenta, foi analisar o papel do PMDB no processo de transição entre o fim da ditadura e o nascimento da “Nova República”, assim como as bases estruturais que conformaram a dominação de classes nas próximas duas décadas e meia. No terceiro capítulo, historicizamos e analisamos os governos federais do período, além de suas respectivas composições de classe e a relação do PMDB com estes governos. Na segunda parte

deste capítulo, fazemos uma análise pormenorizada das bancadas federais peemedebistas na década de 1990, sua composição e perfil de classes, bem como a trajetória de vida de seus componentes, suas relações com a sociedade civil e suas participações nas reformas constitucionais e trabalhistas dos governos FHC.

No quarto e último capítulo analisamos a composição social e de classe dos governos petistas, a posição, conteúdo de classes dos quadros peemedebistas nestes governos. Também descrevemos a relação entre o Partido dos Trabalhadores e o PMDB ao longo das décadas iniciais dos anos 2000. Investigamos os programas do nosso objeto de estudo e sua relação com o contexto histórico de cada época, comparando-os com a *fatídica* “Ponte para o Futuro”. Terminamos o capítulo tecendo algumas considerações e indagações acerca do contexto histórico atual e o papel do PMDB. No geral, a história deste partido PMDB, suas metamorfoses, suas permanências, seus conflitos internos permeiam todos os capítulos da tese.

Capítulo I

Bases Históricas para uma História de Partido Político no Brasil Recente

1.1 Representação política e partidos no Brasil: uma breve introdução histórica

A emergência dos primeiros partidos políticos está diretamente ligada ao desenvolvimento do Estado moderno e à noção de representação. Na versão *liberal* mais comumente utilizada, os partidos teriam surgido a partir de grupos contestadores dos “abusos” do absolutismo monárquico. Estes, ao reivindicarem mais liberdade econômica, liberdade de pensamento, liberdade de propriedade, entre outros, não só teriam formulado críticas ao *status quo*, como também novas noções de Estado e política, bem como a forma de gerir o Estado. Exemplo disso e seu ápice é a teoria da divisão dos três poderes de Montesquieu.¹ Os poderes legislativos e judiciários seriam à parte e autônomos. Com a abertura de sistemas parlamentares abrir-se-ia a possibilidade da existência de partidos políticos, que seriam grupos organizados que fragmentariam o corpo político, até então conhecido de forma unitária.² A noção de representação tem origens nos regimes feudais e, ao longo dos séculos, foi ganhando novos significados. Do significado de “trazer a própria pessoa à presença de alguém”, como na Inglaterra do século XIV, a representar uma pessoa, grupo de pessoas ou classes sociais no século XIX.³

Na verdade, quando as classes burguesas na Inglaterra e na França se sentiram fortalecidas e maduras politicamente, buscaram se representar nos seus respectivos Estados nacionais, vide ambas revoluções nos séculos XVII e XVIII.⁴ E a luta de classes dessas sociedades determinaram suas formas políticas posteriores, umbilicalmente ligadas ao desenvolvimento das relações sociais capitalistas nascentes nestes países centrais.⁵ O Estado não é apenas instrumental. Através da configuração das classes e frações de classes apresentadas, o Estado pasteuriza formalmente as

¹ MONTESQUIEU, *Do Espírito das Leis*. (várias edições)

² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *op.cit.* p.14.

³ LIMA, Carlos Roberto. *Representação e Perspectivas de Reforma Política no Brasil*. São Paulo: All Print editora, 2010. p.19,20.

⁴ Para saber mais: FLORENZANO, Modesto. *As Revoluções Burguesas*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

⁵ Para saber mais: MARX, Karl. *Luta de classes na França*. São Paulo: Boitempo, s/d. MARX, Karl. *18 Brumário de Luis Bonaparte*. (várias edições).

classes, estabelecendo ordenamentos jurídicos de reconhecimento de grupos e entidades de classes. Em outras palavras, estabelece quem é aceito e quem é o inimigo a ser combatido.⁶ Portanto, queremos dizer que a forma política é historicamente determinada pelo nível de desenvolvimento das classes e frações de classes e suas inserções no conjunto da ossatura material do Estado, também historicamente desenvolvido.

O primeiro país a conseguir desenvolver um sistema parlamentar constituído por partidos políticos foi a Inglaterra. Após 1830 foi estabelecido “partidos regulares na Grã-Bretanha, sucessores dos bandos, internamente confusos, de “tories”, ou conservadores, e “whigs”, ou liberais”.⁷ Assim surgiu, em 1832, o “Reform Bill” estabelecendo os parâmetros legais de registro dessas “sociedades”. Nos países centrais da Europa também foram desenvolvendo-se formas partidárias liberais, aristocráticas e, na medida em que crescia a industrialização e nasciam os núcleos operários fabris, surgiram também partidos que defendiam os interesses dos trabalhadores. E esta foi a tônica da luta política na Europa e nos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX. De um lado, o fortalecimento de instâncias regulatórias estatais de participação e representação política provocada, em grande medida, pelo “barulho” dos primeiros partidos operários e socialistas, e de outro, grupos subalternos não reconhecidos e alvos preferenciais da violência estatal. Com a ascensão de partidos de massas, na virada do século XIX para o XX, e a conquista do sufrágio universal, sem colocar em xeque a reprodução social, consolidou-se o modelo democrático liberal de representação indireta, em que o partido político tem importância central.

No Brasil, a história do desenvolvimento da representação político-partidária é cheia de idas e vindas, conflitos e momentos curtos de estabilidade. Em sua totalidade histórica permanecem variadas formas de repressão seletiva a determinados grupos sociais como manifestações de suas características mais elementares. O Estado brasileiro, formado a partir da sua independência política de Portugal, nasceu de forma precária em torno dos espólios da família real portuguesa, que havia rachado, e parte dela – o próprio príncipe herdeiro de Portugal – liderou o processo de independência do Brasil. Um Estado existente apenas na sua capital, o Rio de Janeiro, e que se apoiou nas frações dominantes das províncias que mantinham a “unidade territorial” do *Império*. Sua primeira Constituição, a de 1824, possuía uma série de elementos de cariz autoritário e centralizador, sendo o mais notório e famoso a instituição de mais um

⁶ MASCARO, Alyson Leandro. *Estado e Forma Política*. São Paulo: Boitempo, 2013. p.65.

⁷ CHACON, Vamireh. *op.cit.* p.12.

poder, a ser destinado à figura do chefe também do executivo, o Poder Moderador. Dentre suas atribuições estavam o poder de dissolver o Congresso bicameral, chamar novas eleições e pairar como mediador sobre os outros poderes. Não à toa, durante a vigência do período regencial (1831 a 1842) ocorreram diversas revoltas em províncias brasileiras.

Evidentemente os limites de representação política em uma sociedade escravocrata como a brasileira eram estreitos. A característica unânime na literatura especializada é a fraude e manipulação dos pleitos de forma generalizada.⁸ Todavia, nossa preocupação aqui é conseguir assinalar como eram feitas eleições no Império e, se neste período, existiram ou não partidos políticos no Brasil. No tocante às eleições no Império, a sua primeira instrução de março de 1824 designava a formação de juntas eleitorais com juizes de paz, delegado de polícia e vigário. Seriam eles que estabeleceriam os critérios dos votantes e de candidatos no sistema majoritário. Decerto possuíram um imenso poder enquanto esta legislação vigorou até 1842.⁹ O decreto nº157 de 04 de maio de 1842 estabelecia os critérios para os eleitores e candidatos.¹⁰ Os critérios eram deveras excludentes. As mulheres não votavam, os negros – a grande maioria da população – não votavam, brancos pobres sem rendas – mínimo de cem mil réis – e sem propriedades também não votavam.¹¹ O círculo de votantes e votados era ínfimo. Se a politização da sociedade civil era nula, como apontam os cientistas políticos, não havia, por parte do Estado imperial e sua burocracia, movimentos no sentido de politizá-la, pelo contrário. Em 1855, um novo decreto foi instituído, estabelecendo eleições em distritos ou círculos eleitorais, o decreto nº 842. As províncias foram divididas em distritos eleitorais e os candidatos deveriam alcançar a maioria absoluta dos votantes para serem eleitos, caso não ocorresse na primeira votação, outras ocorreriam posteriormente, até que se atingisse a maioria dos votos no distrito, em que apenas um deputado poderia ser eleito por distrito.¹² No decreto nº 1082, de 1860, aumentava o número de deputados por distrito agora em três.¹³

⁸ LIMA, Carlos Roberto. *op.cit.*; FRANCO, Afonso Arinos Melo e. *op.cit.*; CHACON, Vamireh. *op.cit.*; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *op.cit.*

⁹ LIMA, Carlos Rodrigo. *op.cit.* p.84.

¹⁰ <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-157-4-maio-1842-560938-publicacaooriginal-84213-pe.html>> Visitado no dia: 11/9/2015.

¹¹ “Para um indivíduo ser eleito deputado a legislação exigia a renda de 400 mil reis anuais, e 800 mil reis para senador.” MOTTA, Rodrigo Patto Sá. p.32.

¹² LIMA, Carlos Rodrigo. *op.cit.* p.86 .

¹³ *Idem ibidem.*

Ainda na descrição das leis eleitorais do Império brasileiro, em 1875, outro decreto do Imperador, o de nº 2675, abolia a Lei dos distritos eleitorais e estabelecia votação em até dois terços dos elegíveis. As minorias tinham direito com um terço dos votos a elegerem um representante, o sistema deixava de ser puramente majoritário. Por fim, a última reforma do sistema eleitoral no Império veio no ano de 1881, pelas mãos de um de seus mais famosos burocratas, Rui Barbosa. A lei nº 3092 voltava com os distritos eleitorais e instituía o título de eleitor, trazendo pela primeira vez, o alistamento permanente de eleitores, no entanto, mantendo as impeditivas anteriores, como veto ao voto para as mulheres, veto aos analfabetos, aumentava de cem mil para duzentos mil réis de renda, entre outras exigências, como multa e prisão por fraudes nos pleitos.

No que se refere a partidos políticos, durante este período histórico, não existiu nenhuma lei que regulamentasse a existência de partidos políticos, tal como conhecemos atualmente. O que existiu de fato no Brasil foi a formação de grupos políticos com poucas diferenças ideológicas que buscavam o poder político junto ao Estado imperial, após conquistar e consolidar seus poderes político-econômicos nas províncias. Na medida em que a sociedade brasileira foi lentamente se complexificando, ao longo dos 67 anos de Império, começaram a surgir agremiações, entidades de auxílio mútuo, grupos abolicionistas, clubes republicanos em diversas províncias e fatalmente ensejando diferentes visões de mundo e interpretações para que caminhos o Brasil deveria trilhar.

Ainda assim, a literatura especializada no Brasil trata e estuda estes grupos políticos como partidos, ainda que com ressalvas, não os colocando como similares aos partidos políticos modernos, de massa. Vamireh Chacon, em seu clássico sobre partidos no Brasil, lista partidos – facções pré-partidárias – desde antes da proclamação da independência brasileira, como os constitucionais, os republicanos e os corcundas.¹⁴ No primeiro Império, em linhas gerais, os grupos políticos estariam divididos em: 1) os “exaltados”, constituídos por republicanos e revolucionários; 2) os “moderados”, defensores da Constituição de 1824 e; 3) “os caramurus”, fiéis ao Imperador D. Pedro I. Os primeiros teriam dado origem ao Partido Liberal – também conhecido como *Luzias* – e o segundo ao Partido Conservador – conhecido como *Squarema* – que, nos estudos sobre o Império brasileiro, teriam se alternado nos gabinetes ministeriais do Império e possuiriam muito mais semelhanças do que diferenças. Chacon sintetizou bem as leis

¹⁴ CHACON, Vamireh. *op.cit.* p.23.

aprovadas por cada um desses dois “partidos” e o período de seus gabinetes ministeriais:

Um rápido balanço na obra dos partidos imperiais nos trará os seguintes resultados: a crédito dos liberais temos, na fase “proto-histórica” da vida partidária, a Regência; o Código de Processo; o Ato Adicional; a lei orgânica dos presidentes de província e, no segundo reinado, além da Maioridade; a primeira lei eleitoral do Brasil (1846); o esforço de guerra contra o Paraguai; a eleição direta; a propaganda abolicionista e, por fim, a preservação dos ideais democráticos, pela fidelidade na vigilância contra abusos do poder. Coube aos Conservadores: o restabelecimento do Conselho de Estado; a reforma do Código de Processo; a abolição da escravatura (todas as leis abolicionistas, da repressão do tráfico à Lei Áurea foram feitas por ministros conservadores); a adoção do sistema métrico decimal; o primeiro recenseamento geral do Império; o impulso principal à política de vias modernas de comunicações.

Gabinetes liberais governaram de 24 de junho de 1840 a 23 de março de março de 1841; de 02 de fevereiro de 1844 a 22 de setembro de 1848; de 24 a 30 de maio de 1862; de 15 de janeiro de 1864 a 12 de maio de 1865; de 03 de agosto de 1866 a 16 de julho de 1868; de 05 de janeiro de 1878 a 20 de agosto de 1885; de 07 de junho de 1889 a 15 de novembro do mesmo ano.

Os conservadores, de 23 de março de 1841 a 02 de fevereiro de 1844; de 22 de setembro de 1848 a 06 de setembro de 1853; de 04 de maio de 1857 a 24 de maio de 1862; de 30 de maio de 1862 a 15 de agosto de 1864; de 12 de maio de 1865 a 03 de agosto de 1866; de 16 de julho de 1868 a 05 de janeiro de 1878; de 20 de agosto de 1885 a 07 de junho de 1889.¹⁵

A população votante no Império não passou de 10%.¹⁶ O Estado brasileiro, para conseguir apoio e sobreviver no século XIX, precisou e, muito, de apoiar-se no poder local das províncias, vide o fenômeno do coronelismo e o voto no Brasil, perpetuando o domínio econômico aliado à manutenção do poder político. Isto fez ascender inúmeras linhagens oligárquicas no Brasil, com efeitos até os dias atuais. Dentre esses novos “atores sociais” poderíamos citar o aparecimento do exército brasileiro, que se desenvolveu e se consolidou durante a Guerra do Paraguai (1865 a 1870), e a partir daí, tornou-se cada vez mais ativo na vida política nacional, assim como a nascente burguesia paulista, emergida do acúmulo de capital proveniente da expansão cafeeira no chamado oeste paulista – região de Campinas, Ribeirão Preto – com a utilização de mão de obra livre, e, ainda assim, superexplorada. Não menos importante outra fração dominante, desta vez mineira, mais precisamente localizada no sul das Minas Gerais,

¹⁵ CHACON, Vamireh. *op.cit.* p.29.

¹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *op.cit.* p.31.

também começava a aparecer e ganhar predominância política em relação às antigas oligarquias mineiras, da região central da província. Estes grupos somados a outras frações regionais dissidentes, nas últimas décadas do Império, começaram a formar clubes republicanos e a formar Partidos Republicanos. Os mais notáveis foram o Partido Republicano Paulista, o Partido Republicano Mineiro e o Partido Republicano Riograndense. Dentre as principais aspirações desses grupos, estavam uma maior autonomia provincial, e claro, o fim do Império. Todos estes setores acima citados, com o reforço do bispado que rompeu com D. Pedro II, foram os principais expoentes na sua deposição em 1889, pouco mais de um ano após o fim oficial da escravidão, medida esta que fez com que o Império perdesse sua última base política de sustentação, os decadentes barões do café da província do Rio de Janeiro.

Em termos político-administrativos, a passagem do Império para a República no Brasil representou a alternância do primeiro para o segundo escalão do Império. Os Barões e Viscondes deram lugar aos Conselheiros e Ex-presidentes de províncias. E o federalismo tão aspirado pelos grupos dominantes locais foi “traduzido”, na prática política, como manutenção do mandonismo local, e sua busca por perpetuação política e econômica nos agora Estados regionais.¹⁷ Ainda assim, no período compreendido como Primeira República (1889-1930), os partidos políticos continuaram regionais. As classes dominantes de cada Estado da Federação competiam entre si, para além de ter o poder político regional, lutavam para empreender, no Estado Nacional, suas políticas prioritárias. As diversas frações agrárias espalhadas pelos Estados tinham demandas diferentes para a República brasileira.

Um exemplo disso são os estudos da historiadora Sonia Mendonça. Em obras como o *Ruralismo brasileiro* e *Agronomia e Poder no Brasil*, a autora demonstrou bem as diferenças de projetos de poder em dois dos principais aparelhos privados de hegemonia das frações agrárias brasileiras, na primeira República, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), com sede no Rio de Janeiro, e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), com base em São Paulo.¹⁸ Enquanto a primeira – que congregava a maior parte das frações agrárias dos estados brasileiros – defendia uma maior ampliação do mercado interno, com modernização da agricultura, a segunda tinha como principal objetivo aproveitar a grande demanda internacional pelo café, ou seja, objetivando o foco do

¹⁷ CHACON, Vamireh. *op.cit.* p.68, 69.

¹⁸ MENDONÇA, Sonia. *O Patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 2010; *O Ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997. E *Agronomia e poder no Brasil*. Niterói, Vício de Leitura, 1998.

Estado brasileiro para a agricultura de exportação. O projeto nacional da SNA era antagônico em relação ao projeto paulista. Ao estudar o Estado brasileiro, começando pelos movimentos na sociedade civil, foi decisivo para a autora conseguir identificar com clareza os conflitos intraclasses na sociedade brasileira na primeira República, e ainda desconstruindo a visão dominante da historiografia brasileira, de interpretar o período do fim do Império até 1930 como uma conciliação de *elites* paulistas e mineiras na condução do Estado brasileiro moldando nossa sociedade. Mas, na verdade, este período foi de intensas lutas regionais e classistas na formação de uma hierarquização nacional, ou seja, de disputas de hegemonia.

As frações dominantes de São Paulo e de Minas Gerais dominavam as eleições em um país que, segundo Patto Sá, possuía menos votantes durante a Primeira República do que no Império, uma média de 3% da população.¹⁹ Isto significa que, enquanto a sociedade civil fervilhava com a criação de diversas entidades de classes como associações comerciais, associações industriais, sindicatos e partidos operários, as suas ascensões à sociedade política ainda eram deveras seletivas. No âmbito da representação política, após a promulgação da Constituição de 1891, o sistema de governo passou a ser presidencialista, o senado – três por estado – deixou de ser vitalício, para um mandato de nove anos, enquanto o mandato de deputado – 125 deputados – foi reduzido de quatro para três anos, mas sem risco à dissolução dos mandatos.²⁰ Pela inspiração federativa estadunidense, o senado passou a representar os estados da federação e os deputados, o “povo”. Uma das formas encontradas para controlar o parlamento era atrelar o mandato parlamentar aos governadores de estados e condicionar sua elegibilidade a certas normas de conduta e aceitação da mesa diretora da Câmara.

A lei nº1269 de 15 de novembro de 1904 foi a mais importante da república velha, e ficou conhecida como *Lei Rosa e Silva* em alusão ao autor do substantivo do projeto no Congresso Nacional Senador Rosa e Silva. A partir dessa lei o termo inelegibilidade passou a ser utilizado, uma vez que prescrevia que os votos dados aos inelegíveis seriam considerados nulos, os distritos passaram a ser cinco nomes, e os estados que dessem 7 deputados, ou menos, constituiriam um só distrito eleitoral. Quando o número de deputados não fosse divisível por cinco para a formação dos distritos, fração, quando de um, ao distrito da capital do Estado e, quando de dois, ao primeiro e segundo distritos, cada um dos quais elegendo seis deputados. O eleitor não

¹⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *op.cit.* p.31.

²⁰ LIMA, Carlos Roberto. *op.cit.* p.89.

podia votar sem apresentação do título de eleitor, e se houvesse fundada suspeita sobre a identidade do eleitor, o voto era tomado em separado e o título ficaria retido.²¹

Evidentemente existiram experiências partidárias que buscavam transpor os limites impostos pelas leis e pelas dificuldades naturais de um país continental como o Brasil. Tanto no campo político da direita, como da esquerda. Dessas tentativas apenas o Partido Comunista do Brasil (PCB) não teve existência efêmera. Após a proclamação da República, ocorreram algumas articulações para a criação de partidos nacionais, principalmente, com as lideranças civis que emergiram deste período como Rui Barbosa, Lauro Sodré e Pinheiro Machado. Rui Barbosa, desde o final do Império, buscava articular um partido liberal.²² Após a proclamação, Barbosa teria ficado anos buscando apoio em algumas províncias, dessa vez sob o nome de Partido Republicano Liberal. Nas palavras de Chacon, “seu Partido Republicano Liberal foi um “one-man show””.²³ Por fim, Varimeh Chacon afirma que, ao longo da Primeira República, só os partidos republicanos tiveram “durabilidade”, principalmente o paulista, o mineiro e o do Rio Grande do Sul, muito mais devido aos seus pesos históricos.²⁴

A classe operária no Brasil, na virada do século XIX para o século XX, caracterizava-se seja pela fraqueza ou ausência.²⁵ O sistema produtivo era baseado em pequenas oficinas, algumas grandes empresas têxteis e de alimentos. Neste mesmo período iniciava-se o debate a cerca do direito de greve e o novo código penal. Com a ocorrência, que gerou levantes grevistas em algumas capitais de estados, não tardaram a surgir partidos políticos operários e sindicatos.²⁶ As primeiras greves no Rio de Janeiro datam da década de 1850.²⁷ Em 1890, no Rio de Janeiro, ocorreu uma greve de ferroviários da Central do Brasil, dois anos depois, sucedeu outra greve dos ferroviários ainda mais radicalizada, mesmo ano da fundação do Partido Operário do Brasil. Em 1901 na capital paulista, e nos anos posteriores ocorreram greves de ferroviários e de

²¹ LIMA, Carlos Roberto. *op.cit.* p.91.

²² CHACON, Vamireh. *op.cit.* p.83.

²³ *Idem.* p.85.

²⁴ *Idem.* p.86.

²⁵ GOLDMACHER, Marcela. “Movimento operário: aspirações e lutas, Rio de Janeiro (1890/1906) p.105. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.) *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto; Faperj, 2004.

²⁶ Importante lembrar que a sociedade brasileira passava por rápidas e profundas mudanças como 1) substituição do trabalho escravo para o trabalho livre; 2) as repercussões da guerra do Paraguai; 3) o surgimento do exército; 4) a imigração europeia; 5) surtos iniciais de produção artesanal e fabril; 6) movimento republicano; 7) queda da monarquia. GOLDMACHER, Marcela. *op.cit.* p.108.

²⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. “Greves e repressão policial aos sindicatos no processo de formação da classe trabalhadora carioca (1850/1910)” In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.) *op.cit.*

outras categorias operárias.²⁸ Em 1906, na cidade de Porto Alegre, ocorreu uma greve geral. O número de operários no Brasil não parou de crescer, beirando um milhão de pessoas por volta de 1930.²⁹ Natural surgirem dessa “fermentação social” partidos políticos defendendo bandeiras de interesses dos operários urbanos nascentes.

No Rio de Janeiro, o Partido Operário do Brasil era formado por uma classe operária heterogênea etnicamente.³⁰ Dentro do partido, que existiu de 1892 a 1906, havia duas correntes majoritárias, uma que defendia a colaboração de classe e outra, que condenava.³¹ Ao longo do período, o partido foi cada vez mais assumindo funções sindicais.³² O Partido Operário de São Paulo, formado no mesmo período que o do Rio, possuía também contato com imigrantes italianos e espanhóis, com tradições anarquistas e socialistas da Europa, e tinham como demandas principais: “fixação da jornada de trabalho em 8 horas; exige previdência social e reforma tributária redistributista de renda” entre outros.³³ Na mesma década surgiu, no Rio Grande do Sul, um partido com o nome de Partido Socialista.³⁴ Ainda em 1902, surge um Partido Socialista também no Rio de Janeiro. Entretanto, o século XX começa com a consolidação do regime republicano e a atuação político-partidária, dada a evidente dificuldade de reconhecimento legal, foi deixada em segundo plano e priorizada a atuação sindical, principalmente com a ascensão de movimentos anarquistas.³⁵

²⁸ Chacon cita greves como do setor têxtil com a adesão de 25 mil operários, a dos a dos ferroviários em 1905, ambas em São Paulo.

²⁹ “Em 1889, o Brasil tinha 60.000 operários industriais; 1907, 150.000; em 1920, 275.000. Quando da Revolução de 1930, perto de um milhão, embora concentrados em especial no Rio de Janeiro e São Paulo.” CHACON, Varimeh. *op.cit.* p.90.

³⁰ GOLDMACHER, Marcela. *op.cit.* p.107.

³¹ “O discurso socialista pioneiro pode ser ingênuo, mas tem coerência: pretende sempre representar o povo, na pessoa dos trabalhadores urbanos. Começa em 1890 no Partido Operário do Brasil, com um programa vago, demasiado abrangente, culminando na reivindicação de “abolir os privilégios e monopólios ofensivos aos direitos prejudiciais aos interesses da classe operária.” CHACON, Vamireh. p.90.

³² GOLDMACHER, Marcela. *op.cit.* p.116.

³³ CHACON, Vamireh. *op.cit.* p.90.

³⁴ *Idem.* p.91.

³⁵ “Importante frisar que as ideias de Karl Marx, assim como de outros pensadores contemporâneos, como August Comte, Herbert Spencer, Haeckel e Darwin, chegavam ao Brasil, e no restante da América Latina, em verdadeiro “balaio de gato” quanto aos métodos científicos, e ainda em relação ao ideário socialista de Lassalle, Ferri, Turati e outros. “Assim, o pequeno e disperso grupo de militantes socialistas (entre os quais vale destacar Silvério Fontes, Luiz da França e Silva, Gustavo de Lacerda e Antonio Piccarollo) viu-se limitado à difusão das toscas ideias socialistas, conectadas a um positivismo de esquerda.” “Nas condições de incipiência do movimento operário no Brasil, de agregação mutualista e de resistência e em sindicatos de corporação profissional, movidos por princípios éticos da valorização do trabalho livre e propensos a surtos de revolta orientados pelo voluntarismo, os esforços dos anarquistas tinham melhores chances de êxito no angariamento dos trabalhadores para a luta social. Dedicados à agitação e à propaganda, contabilizaram algum resultado em 1906-1907, quando a força de contratação do movimento operário viu-e acrescida pela crise cíclica do capital mercantil que, para evitar a desvalorização, investiu em outros setores produtivos (indústria, construção civil e transportes). A fundação da Confederação

A repressão às classes subalternas era direta no período, sendo das principais bandeiras do movimento operário o seu reconhecimento legal por parte do Estado. No entanto, as medidas de “reconhecimento” eram justamente leis repressivas à livre atuação política dos subalternos. A mais emblemática foi a chamada *Lei Gordo* de 1907. Estabelecida por um decreto do então Presidente da República (decreto nº 1.641) Afonso Pena “oriunda de um empresário-deputado paulista que a fizera aprovar, no Congresso Nacional, para garantir a expulsão de estrangeiros que ferissem a segurança nacional ou a tranquilidade pública.”³⁶ Esta mesma lei, com uma pequena mudança em um de seus artigos, autorizava fechar por tempo indeterminado, agremiações, sindicatos que atentassem contra a “ordem” e “moralidades públicas”, no ano de 1921, após diversos ensaios de greve geral nos anos antecedentes.³⁷ Somados à derrota dos movimentos grevistas de 1920, no Rio e em São Paulo, demarcaria o fim de um período da luta social, centrada no movimento operário e grevista.³⁸

Certamente o impacto da Revolução Russa de 1917 ressoou no Brasil. Assim como um marxismo oxigenado pela nascente IIIª Terceira Internacional. Marco Del Roio, em seu artigo sobre os movimentos marxistas dos anos 1920 aos anos 1940 no Brasil, indicou que a aproximação de marxistas argentinos com Astorjildo Pereira contribuiu para a formação de um Grupo Comunista no Rio de Janeiro, que acabou por tornar-se polo aglutinador de diversos grupos comunistas que se irradiaram pelo sudeste.³⁹ Todos estes grupos, para serem considerados comunistas pela IIIª Internacional, deveriam acatar 21 condições definidas pelo 2º Congresso da entidade, realizado em 1920. Entre essas condições estava a necessidade destes grupos se unificarem em um Partido Comunista. Esse processo foi acelerado no Brasil para o PCB poder ser reconhecido pela IC no seu IV Congresso, marcado para novembro de 1922.⁴⁰

Operária Brasileira (COB), em 20 de abril de 1906, ocorreu em meio a uma conjuntura de ascensão do movimento grevista, em São Paulo e no Rio de Janeiro, que se espalhou por diversas categorias e obteve alguns ganhos (pelo menos no que tange às pequenas empresas). Quando da realização do II Congresso da COB, em 1913, num outro momento de relativa ascensão, o predomínio do anarquismo no movimento operário estava consolidado.” ROIO, Marcos Del. “Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940)”In: Org RIDENTI, Marcelo e FILHO, Daniel Aarão Reis. *História do Marxismo no Brasil (vol.V):Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora Unicamp, 2002. p.15.

³⁶ CHACON, Vamireh. p.94.

³⁷ “Em 1917, 1918 e 1919, o Brasil foi sacudido por tremenda onda de greves gerais, em parte em solidariedade pioneira à Revolução Russa. A primeira greve geral em Pernambuco foi em 1919.” *Idem*. p.90.

³⁸ ROIO, Marcos Del. *op.cit.* p.16.

³⁹ *Idem*.p.22.

⁴⁰ *Idem*. p.23.

Assim, em 25 de março de 1922, na cidade de Niterói, foi formalmente fundado o PCB, reunindo nove delegados, que representavam 73 associados, dispersos por esses três polos originais. Não por acaso, os estatutos do partido foram adaptados daquele do PCA [Partido Comunista Argentino], o primeiro a formar-se no continente, tendo os bolcheviques como referência. A saudação à fundação do partido, em nome da IC, foi feita por Rodolfo Ghioldi. Ao final dos trabalhos, foi escolhida uma comissão Central Executiva (CCE) de cinco membros, com mais cinco suplentes. Eram eles Abílio de Nequete, Astrojildo Pereira, Antonio Canellas, Luiz Peres e Antônio Cruz Jr, com os suplentes Cristian Cordeiro, Rodolfo Coutinho, Joaquim Barbosa, Antonio de Carvalho e Manuel Cendon.⁴¹

Nos anos posteriores a sua fundação, o PCB estabeleceu intensas polêmicas com os anarquistas que, em conjunto com a forte repressão do Estado brasileiro, começou a perder força perante os trabalhadores urbanos.⁴² Mas o PCB não saiu incólume da onda repressiva dos conflituosos anos da Primeira República brasileira. Tão logo fundado e legalizado, após o levante do Forte de Copacabana de julho de 1922, o partido perdeu o registro e a autorização de funcionamento, passando a existir de forma extraoficial por parte do Estado brasileiro.⁴³ Esses anos também foram marcados pelo debate interno no PCB – sobre o caráter da revolução brasileira – e pelo agravamento da crise com levantes militares de médias e baixas patentes pipocando pelo país, e este vivendo sob Estado de Sítio. Do esforço de união das lutas operárias urbanas surgiu o Bloco Operário, uma proposta de alianças entre reformistas e comunistas. Em outubro de 1927 o bloco passou a chamar-se *Bloco Operário e Camponês*.⁴⁴ Mesmo assim, o PCB encontrava dificuldades de se aproximar das massas operárias e, com a agudização dos embates dentro do Partido Comunista Soviético, a direção pecebista demonstrava forte fragilidade. Com a supremacia stalinista na União Soviética e, conseqüentemente, dentro da IC, os anos de 1930 foram de adesão às teses stalinistas da realidade e às

⁴¹ *Idem*. p.24.

⁴² “Aos anarquistas era imputada a postura de aliados objetivos da contrarrevolução. Antonio Canellas, Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, além de ter artigos traduzidos, eram os principais arguidores por parte dos comunistas. Com o *Movimento Comunista*, que resistiu até junho de 1923, os principais porta-vozes desta posição foram *A Voz Cosmopolita* (do Rio de Janeiro), *O Internacional* (de São Paulo) e *O Solidário* (de Santos). Os anarquistas refutavam as críticas, preservando a fidelidade a seus princípios fundamentais de oposição a qualquer autoridade Estado ou representação política, persistindo na negação da ideia de um partido operário. Denunciavam o caráter repressivo que a Revolução Russa havia adquirido, negando assim seu caráter emancipador. Além disso, acusavam os marxistas de estarem dividindo o movimento e, até mesmo, de traição. Suas posições eram veiculadas principalmente por *A Plebe*, com textos de Edgar Leuenroth, Fábio Luz e José Oiticica. O perfil do mundo do trabalho, disperso por pequenas oficinas ou empreitadas, contribuiu para que a influência anarcossindicalista persistisse até meados dos anos 30.” *Idem*. p.26.

⁴³ CHACON, Vamireh. *op.cit.* p.93.

⁴⁴ ROIO, Marco Del. *op.cit.* p.30.

táticas a serem utilizadas, uma delas foi a de aproximação com setores positivistas do exército, dentre eles, o líder da coluna tenentista batizada com seu nome, Luís Carlos Prestes.

Importante ressaltar nestas linhas expostas acima que a riqueza dos conflitos e formações sociais da Primeira República repousam muito mais nas entidades de classes sejam burguesas, agrárias ou operárias do que no Estado brasileiro em formação, ou nos partidos oficiais destas frações da classe dominante. Não foi o Estado brasileiro desse primeiro momento republicano que moldou a sociedade, e sim o contrário, pensamos que foram as complexificações sociais deste período que, ao perpassarem os aparelhos de Estado e/ou forçarem sua materialização, foram determinantes para a crise de hegemonia da fração paulista, e levou as frações contra-hegemônicas dissidentes para o golpe que resultou na chamada *Revolução de 1930*. O Brasil passava por um momento de ascensão de diferentes entidades de classes, tanto patronais, como de trabalhadores. E a principal função das forças políticas que ascenderam ao poder pós 1930 era justamente tutelar os setores da sociedade civil, notadamente os subalternos, para implantar um novo modelo de desenvolvimento econômico, agora baseado na industrialização.

Com a Revolução de 1930, foi instituído o governo provisório com as forças vitoriosas do dia 30 de outubro. A este governo foram concedidas as atribuições do Poder Executivo e também do Poder Legislativo,⁴⁵ até que fosse instituída uma nova Assembleia Constituinte, que promulgaria uma nova Constituição. No início de 1932, o decreto nº 21.0706 trazia diversas alterações na legislação eleitoral que existia até então. As eleições legislativas deixavam de ser majoritárias e passavam a ser proporcionais, enquanto para o executivo mantinha-se o caráter majoritário e os diretos dos futuros pleitos. Os partidos políticos teriam reconhecimento jurídico a partir de então, desde que superada a cláusula de barreiras. Os partidos foram equiparados a entidades de classes legalmente constituídas, entretanto, sem nenhuma exigência quanto ao caráter regional ou nacional do mesmo.⁴⁶ A justiça eleitoral criada – através da autarquia chamada de Tribunal Superior da Justiça Eleitoral – com este decreto deveria reger todo o processo eleitoral, no alistamento, na fixação de datas, decisão sobre inelegibilidade e

⁴⁵ LIMA, Carlos Roberto. *op.cit.* p.95.

⁴⁶ *Idem.* p. 96.

incompatibilidade, a forma de proceder nas apurações e proclamar os vitoriosos, bem como na perda de mandatos.⁴⁷

Na Constituinte que deu origem a Constituição de 1934 – que durou apenas três anos –, os partidos continuaram regionais nos moldes anteriores, as novidades ficaram por conta da extensão do voto às mulheres, do segredo do voto e sua extensão a todas as camadas sociais.⁴⁸ Os mandatos teriam duração de quatro anos, com possibilidade de reeleição para os cargos do legislativo, não sendo aceita a reeleição para os cargos do executivo. Getúlio Vargas foi eleito pela Constituinte Presidente da República, para cumprir um mandato até o ano de 1938, quando finalmente, dever-se-iam ter eleições livres e diretas para Presidente. No entanto, o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, jogou por terra a Constituição de 1934, bem como os arranjos políticos eleitorais que vinham sendo desenhados até então com a formação da Aliança Nacional Libertadora, formado por grupos de esquerda capitaneados pelo PCB, e a Ação Integralista Brasileira de caráter fascista, assim como os grupos tradicionais da burguesia urbana e agrária.⁴⁹

Com o advento do Estado Novo, uma nova Constituição foi imposta, ainda no ano de 1937, para trazer “segurança jurídica” à ditadura. Mesmo contendo artigos referentes a eleições, todas elas se tornaram *letra morta*, uma vez que os cargos nos legislativos foram mantidos, entretanto, seriam eleitos de forma indireta, por indicação dos interventores estaduais, nomeados por Getúlio Vargas.⁵⁰ Aliás, a manutenção do parlamento nas ditaduras brasileiras é *sui generes*. Implantam o Estado de exceção, cassam-se mandatos, prendem, torturam e matam opositores, mas o Poder Judiciário, intacto, cria elementos jurídicos legitimadores da nova ordem ditatorial, com grande

⁴⁷ *Idem. Ibidem*

⁴⁸ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *op.cit.* p.79.

⁴⁹ “O programa político da ANL era: “luta anti-imperialista com suspensão definitiva das dívidas; nacionalização; proteção aos pequenos e médios produtores; gozo das liberdades populares; constituição de um governo popular.” SOUZA, Maria Campello de. *op.cit.* p.74. Ainda no estudo de Campello a mesma analisa o debate partidário que antecedeu o golpe do Estado Novo: “No plano dos fatos, cumpre notar a inexistência, durante o ano de 1937 – exceção feita aos partidos Integralista e Comunista, este na clandestinidade –, de qualquer partido político nacional, e a gritante desestruturação das forças políticas que haviam levado à ação revolucionária de 1930. Permaneciam, é certo, as agremiações estaduais, que não ultrapassavam, nem pretendiam ultrapassar, as fronteiras de seus respectivos estados. Haviam fracassado as iniciativas tenentistas no sentido de criar “legiões revolucionárias”, arregimentando massas urbanas. O Partido Agrário, articulado por Góes Monteiro e João Alberto, teve curta duração. O Clube três de Outubro, que de fato assumia forma e função de partido político, deixou-se absorver totalmente pela política getulista, pelo integralismo ou pelo comunismo. Da mesma forma, o Partido Socialista do Brasil desvaneceu-se um ano após sua criação.” *Idem.* p.81.

⁵⁰ LIMA, Carlos Roberto. *op.cit.* p.99.

naturalidade. Foi assim no Estado Novo, uma ditadura civil respaldada militarmente e também na ditadura civil-militar de 1964.

A sociedade brasileira, desde a década de 1920, vinha em uma crescente ebulição com o surgimento de diversas entidades de classes, movimentos de massas, levantes de baixas patentes nas forças armadas, todos em busca de participação ativa dentro do aparelho de Estado, ou mesmo em políticas públicas de reconhecimento por parte do Estado. O movimento de 1930 é parte dessas tentativas de superar os entraves e, ao mesmo tempo, apontar para um novo caminho de desenvolvimento. Porém, os anos que se seguiram mostraram que a crise de hegemonia ainda persistia no país, e o caminho encontrado pelas frações dominantes – notadamente industrial e agrária – foi justamente o do autoritarismo, como forma de aplacar a luta de classes e avançar nos mecanismos jurídicos que permitissem o controle da nova força de trabalho urbana e a manutenção das relações sociais excludentes no campo.

Existe uma grande literatura especializada sobre o período, que demonstrou como, ao longo da década de 1930, foi sendo gestada uma ideologia industrializante sem desestruturar as frações agrárias mediante a expansão das fronteiras agrícolas no Paraná, Mato Grosso e Goiás. Esta mesma literatura também nos revelou como as classes subalternas foram sendo educadas para a disciplina necessária ao trabalho fabril e aos modelos de gerenciamento da força de trabalho no período.⁵¹ A ditadura varguista foi importante para impor este estado de coisas e conseguir, com sucesso, atrelar subalternamente a classe trabalhadora ao Estado. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943 – auge do Estado Novo, embora referende inúmeras demandas das classes trabalhadoras urbanas, trouxe consigo amarras que até os dias atuais ajudam a reforçar a debilidade representativa do trabalho frente ao capital. Sindicato único por categoria profissional (sindicato corporativista), atrelado à Justiça do Trabalho, ligado ao Ministério do Trabalho, enquanto as entidades patronais são livres de qualquer amarra organizativa e possuem diversos aparelhos privados de hegemonia para pressionar, organizar, educar, ou seja, para produzir hegemonia na sociedade. Outra forma importante de rebaixar a luta classista foi o desenvolvimento da chamada *ideologia trabalhista*. Ideologia esta que tende a apagar todo o passado

⁵¹ MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *A ferro e fogo – construção e crise da “família siderúrgica”: o caso de Volta Redonda (1941 –1988)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), São Paulo, 1989. E MONDANÇA, Sônia R. & FONTES, Virginia M. *História do Brasil Recente 1964-1992*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

sangrento de lutas das classes trabalhadoras por suas demandas, por uma simples bondade por parte de Getúlio Vargas, que teria, num gesto de “bondade”, reconhecido o papel relevante dos trabalhadores, outorgando a CLT.

A ditadura *estadonovista* ainda criou diversas autarquias, institutos e órgãos técnico-administrativos que deram base para a industrialização pesada no Brasil. Ainda foram criados o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)⁵² e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).⁵³ Isso significa que o Estado nacional brasileiro ganhava ossatura material, meios “técnicos” de administração e educação. Outro mecanismo político institucional criado – desde 1930, mas aperfeiçoado no Estado Novo – foi o sistema de “interventorias/departamentos administrativos, que interligava as oligarquias estaduais, ministérios e a Presidência da República.”⁵⁴ Nomeados por Getúlio Vargas, os interventores eram geralmente ligados às frações

⁵² “Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP): Órgão previsto pela Constituição de 1937 e criado em 30 de julho de 1938, diretamente subordinado à Presidência da República, com o objetivo de aprofundar a reforma administrativa destinada a organizar e a racionalizar o serviço público no país, iniciada anos antes por Getúlio Vargas. Coerente com os princípios do Estado Novo, o DASP via uma incompatibilidade entre a 'racionalidade' da administração e a 'irracionalidade' da política. Pretendia assim estabelecer uma maior integração entre os diversos setores da administração pública e promover a seleção e aperfeiçoamento do pessoal administrativo por meio da adoção do sistema de mérito, o único capaz de diminuir as injunções dos interesses privados e político-partidários na ocupação dos empregos públicos. Entre as atribuições do DASP estavam previstas também a elaboração da proposta do orçamento federal e a fiscalização orçamentária. Na prática, porém, as iniciativas relativas à política orçamentária permaneceram nas mãos do Ministério da Fazenda até 1940. Nesse ano, a situação foi contornada com a criação, no interior daquele ministério, da Comissão de Orçamento, cuja presidência passava a ser acumulada pelo presidente do DASP. Somente no princípio de 1945 o DASP assumiu plenamente a responsabilidade pela elaboração da proposta do orçamento federal, com a consequente extinção da comissão do Ministério da Fazenda. Desde a sua criação até o fim do Estado Novo, o DASP foi presidido por Luís Simões Lopes. Nesse período, o órgão conheceu um contínuo processo de fortalecimento, chegando a exercer forte influência sobre as políticas governamentais então implementadas. Entre suas principais realizações nessa fase figura a sistematização dos direitos e deveres do funcionalismo, definidos no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, primeiro documento desse tipo no Brasil. Com a queda de Vargas em outubro de 1945, o DASP passou por um profundo processo de reestruturação, que resultou no seu parcial esvaziamento. A partir de então, suas funções assumiram um caráter de assessoria, exceto no tocante à seleção e aperfeiçoamento de pessoal, área em que se manteve como órgão executor.” <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/DASP>> 13/9/2015.

⁵³ O DIP “tinha como principais objetivos centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa, e servir como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas; organizar os serviços de turismo, interno e externo; fazer a censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa; estimular a produção de filmes educativos nacionais e classificá-los para a concessão de prêmios e favores; colaborar com a imprensa estrangeira para evitar a divulgação de informações nocivas ao país; promover, organizar e patrocinar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, assim como exposições demonstrativas das atividades do governo, e organizar e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo. Para a execução dessa grande e complexa tarefa, as atividades do DIP distribuíam-se entre cinco divisões. A divisão de divulgação tinha sob sua competência as atividades de elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime e o combate, por todos os meios, à penetração e disseminação de qualquer ideia perturbadora da unidade nacional. <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP>> 13/9/2015.

⁵⁴ SOUZA, Maria Campello de. *op.cit.* p.87.

dominantes dos estados. Entre eles estavam Adhemar de Barros, em São Paulo, Benedicto Valladares, em Minas Gerais, Amaral Peixoto, no Estado do Rio de Janeiro, Agamenon Magalhães, em Pernambuco, Pedro Ludovico, em Goiás, Nereu Ramos, em Santa Catarina e o ex-tenentista Góes Monteiro, em Alagoas.⁵⁵ Estes interventores, após o fim da ditadura do Estado Novo, gerenciavam uma crescida máquina pública e, evidentemente, eram bem populares e conhecidos, não à toa se tornaram as principais lideranças estaduais no período “democrático” de 1945/1964.

Após o golpe que colocou fim ao Estado Novo, em outubro de 1945, foi dada a largada para a assembleia constituinte e, finalmente, surgiram alguns partidos políticos nacionais com uma representação político-partidária mais desenvolvida, porém não mais estável que nos períodos históricos anteriores. Estudiosos do período e da temática partidária apontaram para mais continuidades do que mudanças pós 1945. Uma delas é a cientista política Maria Campello de Souza, em sua tese, a citada afirma que, mesmo com o pluralismo partidário e eleições diretas estipuladas pela Constituição de 1946, estas “novidades” foram superpostas pela estrutura anterior baseada nas interventorias estaduais, pelo sindicalismo corporativista e pela forte presença burocrática no Estado.⁵⁶

A lei que tratava da representação político-partidária ficou a cargo do então Ministro da Justiça Agamenon Magalhães que, em maio de 1945, apresentou este decreto/lei. Passado o período constituinte, esta lei foi incorporada à Carta Constitucional de 1946. O conteúdo do decreto reproduzia os parâmetros do código eleitoral de 1932 que, em linhas gerais, determinava a existência de tribunais eleitorais regionais e o Tribunal Superior Eleitoral, o voto obrigatório para alfabetizados acima de 18 anos, eleições majoritárias para cargos do executivo e senadores, proporcionais para os legislativos, com mandatos de cinco anos.⁵⁷ Entretanto, a grande novidade ficou por conta de a obrigatoriedade dos partidos políticos serem nacionais, apresentando um mínimo de 10 mil assinaturas de eleitores, distribuídos por, pelo menos, cinco estados

⁵⁵ *Idem.* p.88.

⁵⁶ *Idem.* p.105,106.

⁵⁷ “A lei Agamenon restabeleceu a independência e autonomia à Justiça Eleitoral e o sistema eleitoral para a Câmara dos Deputados passou a ser exclusivamente proporcional, além disso, essa lei manteve o quociente eleitoral como barreira necessária para que o partido político ou coligação conquistasse mandato legislativo. O partido ocuparia tantas cadeiras quanto indicasse o quociente partidário, e os candidatos mais votados nominalmente, seriam eleitos. Vedou, ainda, a existência de partidos estaduais, pois o § 1º do artigo 110 só podiam ser admitidos a registro os partidos políticos de âmbito nacional. Ademais, aumentou a relevância do partido no processo eleitoral, pois com base no artigo 112 competia aos partidos fazer alegações e protestos, recorrer, produzir provas e apresentar denúncia contra infratores da lei eleitora, acompanhar os processos de qualificação e inscrição de eleitores e impugnar, por escrito, qualquer inscrição, fiscalizar a votação junto às urnas e a apuração perante as juntas.” LIMA, Carlos Roberto. *op.cit.* p.100, 101.

da federação, com um mínimo de 500 assinaturas por estado.⁵⁸ Esta obrigatoriedade era vista pelos opositores de Getúlio Vargas como uma manobra para dificultar as articulações políticas das oposições e, ao mesmo tempo, garantir maioria absoluta na assembleia constituinte e posteriormente a ela.

Dito isto, surgiram partidos políticos com base na sociedade civil visando a chegada à sociedade política (Estado restrito), com o intuito de defender interesses e ver esses próprios interesses materializados em políticas públicas. Do período correspondente a 1945 a 1964, focaremos nossa descrição analítica nos principais partidos do período. A União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o PCB. Em relação aos partidos menores, citaremos ao longo do texto. Desta forma, começaremos pela UDN.

A origem da União Democrática Nacional é de outubro de 1943, da união de grupos opositores ao Estado Novo, através do *Manifesto dos Marinheiros*. O nome foi dado pelo historiador marxista Caio Prado Jr e pelo jurista Afonso Arinos de Mello Franco.⁵⁹ Com o final da 2ª Guerra Mundial e o fim do Estado Novo, os grupos comunistas e socialistas foram se afastando deste movimento, ficando grupos de tradição liberal, com ideais moralizadores, preocupados com as liberdades individuais.⁶⁰ A base social da UDN era composta por intelectuais liberais, “professores, cientistas, escritores e jornalistas”.⁶¹ Posteriormente a sua fundação, o partido foi incorporando tendências da alta burguesia brasileira (latifundiários e industriais), assim como frações oligárquicas destituídas do poder pós 1930, como os Konder em Santa Catarina, os Caiado em Goiás.⁶² Nas eleições de 1945 para a Presidência da República, o partido lançou o Brigadeiro Eduardo Gomes, que obteve 34,8% dos votos, e seus representantes do legislativo chegaram a 77 deputados federais eleitos.⁶³ Mesmo com seu candidato derrotado nas eleições de 1945, a UDN apoiou o governo de Eurico Gaspar Dutra do PSD. Para Lucia Hippolito, isso se deu como uma tática do partido de se fortalecer institucionalmente, participando do governo, e ainda enfraquecer os getulistas no governo, e no partido do governo o PSD.⁶⁴

⁵⁸ SOUZA, Maria Campello de. *op.cit.* p.114. SCHMITT, Rogério. *op.cit.* p.12.

⁵⁹ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *op.cit.* p.87.

⁶⁰ *Idem. Ibidem.*

⁶¹ *Idem.* p.88.

⁶² CHACON, Vamireh. *op.cit.* p.151.

⁶³ MAINWARING, Scott. *op.cit.* p.22.

⁶⁴ HIPPOLITO, Lucia. *op.cit.* p.80.

Em 1950, o partido foi novamente derrotado nas eleições presidenciais, dessa vez para Getúlio Vargas (PTB), com o mesmo candidato de 1945, enquanto o PSD apresentou para a disputa o nome de Cristiano Machado. Não obstante, pela sua marca antigetulista, a UDN foi cada vez mais caminhando para a oposição de direita radicalizada, principalmente pelo golpismo de um de seus líderes maiores, o jornalista carioca Carlos Lacerda. Durante e após a crise política no governo democrático de Getúlio Vargas, o partido partiu para o golpismo puro, sendo contrário à posse de Juscelino Kubistchek, à posse de João Goulart, em 1961, e sendo um dos principais conspiradores do golpe civil militar de 1964.

A partir da década de 1950, a UDN passou a contar com duas frações perfeitamente identificáveis: uma de princípios, a Banda de Música; outra de interesses, os “chapas-brancas”. A Banda de Música, grupo formado no início do governo Vargas, fez oposição cerrada ao governo federal desde então, atacando virulentamente a política econômico-financeira e denunciando casos de corrupção governamental. Composta basicamente por Aliomar Baleeiro (BA), José Bonifácio Lafayette de Andrada (MG), Afonso Arinos (MG), Adauto Lúcio Cardoso (DF) e Bilac Pinto, a Banda de Música defendia intransigentemente “um modelo neoliberal, no qual predominavam definições conservadoras sobre a questão operária e privatistas sobre a questão da fórmula para o desenvolvimento.” Já os “chapas-brancas” eram parlamentares – geralmente do nordeste – que se aproximavam do governo e negociavam seu apoio nas votações de interesse do Executivo em troca de posições (cargos, verbas, nomeações etc) em seus estados. Formada, entre outros, por Vírgilio Távora (CE), Leandro Maciel (SE), José Candido Ferraz (PI) e Antonio Carlos Magalhães (BA), os “chapas-brancas”, numa estranha simbiose de interesses, dependiam do rigor da oposição feita pelos bacharéis; quanto mais violenta a Banda de Música, mais valor de barganha adquiriam os “votos traídos dos “chapas-brancas”⁶⁵

A UDN, ao longo de sua trajetória, lançou dois programas, um em 1945, e o outro em 1957, auge do período JK. Varimeh Chacon descreve-os da seguinte forma:

O mais interessante, neste programa de 1957, é o seu discurso ideológico de classes. Afirma que “A UDN não é um partido de classes. Luta pelo bem-estar de todo o povo e pelo direito dos fracos. Em defesa do povo como um todo, não é um partido “populista”, é um partido popular”. A visão liberal das instituições intermediárias, aflorada no primeiro programa, o de 1945, surge em toda nitidez no segundo, o de 1957, ao reivindicar o “fortalecimento dos grupos intermediários, entre o indivíduo e o Estado, nomeadamente: a) a família, cuja estabilidade moral, jurídica e econômica deve ser

⁶⁵ HIPPOLITO, Lucia. *op.cit.* p.169, 170.

defendida; b) as igrejas e comunidades religiosas, cuja liberdade será assegurada; c) os sindicatos, mantidos autônomos e livres perante o poder público, o paternalismo patronal – direto ou indireto – e a ingerência político-partidária; as cooperativas, cuja propaganda e difusão deverão estender-se às zonas rurais; d) toda sorte de associações de fins lícitos, sobretudo as visem à educação, à defesa dos interesses coletivos e ascensão do homem à plenitude de seus interesses coletivos e ascensão do homem à plenitude de seus direitos e responsabilidades”.⁶⁶

O fato é que, mesmo apoiando as eleições presidenciais de 1960 com Jânio Quadros do Partido Democrata Cristão, a UDN nunca foi um partido popular, e apoiou as eleições muito mais pela popularidade do candidato eleito do que pelas propostas partidárias. Tanto é verdade que poucos meses depois de eleito, Quadros abandonou o próprio cargo de Presidente. Diferentemente de seus programas políticos, a UDN apoiava – com atitudes – o desenvolvimento econômico via dependência do capital externo, preferencialmente estadunidense, com forte ojeriza social. Ao longo de sua trajetória foi perdendo votos e acabou se agarrando ao golpismo reverberado pelas classes e frações de classes que representava, em um momento de esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista, no início da década de 1960.

Já o Partido Social Democrático originou-se de dentro do aparelho de Estado, “através de convocação feita pelos interventores às bases municipais nos Estados.”⁶⁷ Isso quer dizer que o partido se organizou sob a chefia dos interventores estaduais no Estado Novo por meio de uma forte máquina pública por trás. Esta afirmação de Maria Campello de Souza é confirmada pela tese de Lucia Hippolito sobre o PSD. Por ter sido formado em grande parte pelos políticos “importantes” de cada estado, jamais conseguiu ser centralizado. Cada estado e suas respectivas lideranças muitas vezes impunham autonomia das seções regionais frente às decisões da direção nacional.⁶⁸

É evidente que o partido que nasceu dentro da máquina pública estadonovista já nasceu grande. Logo na sua primeira eleição, em 1945, já se configurava como o maior partido político do Brasil.⁶⁹ Tanto no Congresso Nacional como nos estados. Além, é

⁶⁶ CHACON, Vamireh. *op.cit.* p.164,165.

⁶⁷ SOUZA, Maria Campello de. *op.cit.* p.109.

⁶⁸ HIPPOLITO, Lucia. p.47.

⁶⁹ Sobre os programas do PSD Chacon analisa da seguinte forma: na “reivindicação de vários direitos dos trabalhadores, porém, nenhuma referencia aos sindicatos. Idem quanto aos estudantes e professores, denotando absoluta subestimação das instituições intermediárias, cerne da sociedade civil perante e sobre o Estado. Só a este, dirigido por uma elite iluminada (“esclarecida”, como então se dizia) competiria efetuar mudanças. Tudo, portanto, de cima para baixo: mais uma versão da “revolução conservadora”, com mais ordem que progresso...” CHACON, Vamireh. p.160.

claro, da presidência da República com Dutra. Outro grande trunfo eleitoreiro do partido era Getúlio Vargas, que também era filiado e presidente de honra, tanto do PSD como do PTB. Hippolito considerou que o PSD foi um partido de centro, mas autores como Scott Mainwaring e Raquel Meneguelo defendem a tese de que o partido era como uma ala conservadora do getulismo, que “manteve um relacionamento íntimo com o aparato estatal e estava entrelaçado com antigas redes de dominação rural.”⁷⁰

O PSD, por ter tido sempre as maiores bancadas no parlamento em todo o período, sempre esteve ativo nas comissões parlamentares e sempre foi a base de sustentação de todos os governos até 1964. E venceu as eleições presidências de 1950 e 1960. No entanto, durante o governo Vargas também serviu como veículo desestabilizador a partir de 1953, quando já pensava nas eleições presidenciais de 1955.⁷¹ No momento que vai do suicídio de Vargas até o final do governo JK, no final da década de 1950, surgiu no partido um grupo de parlamentares que destoava dos quadros tradicionais do PSD. Eram relativamente jovens, liberais, estavam no primeiro, segundo, ou no máximo, no terceiro mandato como deputados federais. Aparecem primeiramente como grupo quando se lançaram ativamente na candidatura de JK à Presidência da República, e atuaram para garantir sua posse. Logo foram batizados pela imprensa como *Ala Moça* do PSD.⁷² A partir daí foram cada vez mais ativos no Congresso Nacional, disputando indicações para a presidência da casa, participando de Comissões Parlamentares de Inquérito, além de serem preponderantes em diversas leis aprovadas no Congresso Nacional.

Dessa forma, entre 1956 e 1957 a colaboração da Ala Moça foi decisiva para a aprovação dos mais importantes projetos do governo Kubitschek: a prorrogação das medidas relacionadas com o plano de desenvolvimento, permitindo a continuidade da atuação do BNDE; constituição da Rede Ferroviária Federal S/A; execução do Plano do Carvão Nacional; reforma das tarifas aduaneiras; alteração do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes; aumento dos vencimentos dos militares e do funcionalismo civil; anistia a todos os envolvidos em incidentes políticos desde 11 de novembro de 1955; mudança da capital federal para Brasília; prorrogação da lei do inquilinato; criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais; abertura de créditos especiais para a instalação da Comissão Nacional de Energia Nuclear e aquisição de materiais atômicos. Reafirmando sua posição de grupo renovador, a Ala Moça assume a liderança, dentro do PSD, na defesa de posições nacionalistas, como a intocabilidade da Petrobrás, o

⁷⁰ MAINWARNING, Scott. *op.cit.* p.21.

⁷¹ HIPPOLITO, Lucia. *op.cit.* p.111.

⁷² *Idem.* p.184.

reordenamento da remessa de lucros, o disciplinamento da entrada de capitais estrangeiros e a formulação de uma política nacional de energia nuclear.⁷³

Diante de tamanho protagonismo político, as lideranças tradicionais do PSD, chamadas por Lucia Hippolito de “raposas”, enxergaram neste grupo reformista e nacionalista uma ameaça ao controle da direção do partido e partiram para a destruição do grupo no final do governo JK.⁷⁴ Para isso acontecer, primeiramente, o grupo de “raposas” precisava separar JK da Ala Moça. Como JK tinha planos para retornar à Presidência em 1965, o mesmo procurou reiniciar uma aproximação com as lideranças do partido, que tinham poder de fato e controlavam diversos currais eleitorais. Enquanto isso, “as raposas” procuravam isolar JK da influencia da Ala Moça.⁷⁵ Com a derrota eleitoral nos estados, em 1958, de lideranças da Ala Moça, como Ulysses Guimarães em São Paulo, o grupo perdeu força, desarticulando-se internamente no partido e como força parlamentar no Congresso.

O PSD já mostrava crescente desarmonia interna que ficou ainda mais evidente com a crise da posse de João Goulart, em 1961, após a renúncia de Quadros. Uma parte expressiva do partido defendia a manutenção da legislação vigente, como JK e San Tiago Dantas, outros, como Tancredo Neves, buscavam saídas de momento, como o parlamentarismo.⁷⁶ Por fim, o estopim derradeiro do PSD veio ao longo do conturbado governo João Goulart. Primeiro no que se refere aos ministérios, o partido teria ficado descontente com sua participação no executivo federal. Por o aprofundamento do debate sobre as reformas de base, que entre outras medidas, estabeleceria a reforma agrária no entorno de rodovias federais, o partido investiu na oposição declarada ao Presidente Goulart e, nos últimos meses de seu governo, partiu para o golpismo aberto, apoiando e participando do golpe civil-militar, que destituiu o presidente legitimamente eleito.⁷⁷

O Partido Trabalhista Brasileiro foi fundado também nos últimos meses de existência do Estado Novo, em maio de 1945. Segundo Ângela de Castro Gomes, o

⁷³ *Idem.* p.193.

⁷⁴ *Idem.* p.201.

⁷⁵ *Idem.* p.203.

⁷⁶ *Idem.* p.259.

⁷⁷ Para saber mais detalhes: O livro de Lucia Hippolito, *op.cit.* capítulo 8 *O barco à deriva – o PSD e a crise de 1964.*

PTB nasceu sob a chancela governamental, mais precisamente do gabinete do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.⁷⁸

O partido surgia como coroação organizacional de um longo e cuidadoso esforço de construção de uma ideologia trabalhista desde o ano de 1942 com Alexandre Marcondes Filho no Ministério do Trabalho. O Ministro e o pessoal do DIP dirigiram um conjunto de políticas públicas que reuniu propaganda, elaboração de leis de proteção ao trabalho e previdência social sempre atribuídas e vinculadas à pessoa do Presidente. (...) O PTB nasce ao mesmo tempo em que o PSD, pois ambos resultam da frustração de um projeto de partido único de massas. O PTB foi a solução pragmática, no contexto em que as presenças de um significativo partido de oposição (a UDN) e de uma forte esquerda organizada (o PCB) forçavam a tomada imediata de decisões políticas. Seu modelo inspirador foi o Partido Trabalhista Inglês, e seus fundamentos foram lançados a partir do Ministério do Trabalho.⁷⁹

A função primordial do PTB seria canalizar as políticas sindicais e conquistar o apoio dos trabalhadores brasileiros, fundamentalmente, os novos trabalhadores urbano-industriais. Ao mesmo tempo, confundindo-se com a figura emblemática de Getúlio Vargas e com a ideologia de outorga da CLT.⁸⁰ “Nesse sentido, ele foi sendo associado a sindicalismo, a getulismo, a nacionalismo, a socialismo, a reformismo, a corporativismo, à democracia social e até mesmo a comunismo”.⁸¹ O principal teórico do trabalhismo foi o gaúcho Alberto Pasqualini, um dos poucos membros do partido que “se dedicavam a elaborar e a difundir princípios fundamentais” que sustentassem linhas de ação coerentes para os militantes do PTB.⁸² Enquanto Vargas era o líder político nacional e estrategista, Pasqualini era o articulador político e teórico. As bases do pensamento político de Pasqualini advinham do *comunitarismo orgânico* do Papa

⁷⁸ GOMES, Ângela de Castro. “A criação do PTB: getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base e quererismo.” In: Orgs. FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil (vol.2) Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.56.

⁷⁹ *Idem*. p.57, 59.

⁸⁰ A cidadania regulada definida pelo Estado na ideologia trabalhista pode ser explicada, como afirma Ângela de Castro Gomes, pelo fato “de ter tomado do discurso articulado pelas lideranças da classe trabalhadora, durante a Primeira República, elemento-chave de sua autoimagem e de ter investido no novo significado outro contexto discursivo. Assim, o projeto estatal que constitui a identidade coletiva da classe trabalhadora articulou uma lógica material, fundada nos benefícios da legislação social, com uma lógica simbólica, que representava estes benefícios como doações e beneficiava-se da experiência de luta dos partidos trabalhadores. O trabalhador é ao mesmo tempo sujeito e objeto” GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. RJ/SP, IUPERJ/Vértice, 1998. p. 80.

⁸¹ GOMES, Ângela de Castro. *op.cit.* 2007. p. 66.

⁸² GRIJÓ, Luiz Alberto. “Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo.” In: Orgs. FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *op.cit.* p.85.

Pio XI, em 1931.⁸³ A ideologia trabalhista estadonovista com essas ideias de Pasqualini se casou, em 1946, com a entrada da União Social Brasileira (USB) – liderada por Alberto Pasqualini – no PTB.⁸⁴ Mas a grande liderança incontestável do PTB era Getúlio Vargas. Outras lideranças como Lucio Bittencourt, San Tiago Dantas e Salgado Filho não agradavam todos os grupos que integravam o PTB.

Quando da vitória de Getúlio Vargas, nas eleições presidenciais de 1950, e sua ampla rede de alianças políticas, o PTB e o trabalhismo acabaram em segundo plano em relação ao PSD e até mesmo à UDN.⁸⁵ No entanto, a atuação de João Goulart como Ministro do Trabalho e a morte de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, revitalizaram a imagem do PTB. Goulart como herdeiro político do estancieiro gaúcho passou a ter cada vez mais crescimento eleitoral e afirmação política. Devido a isso, João Goulart foi eleito e reeleito Vice-presidente da República, em 1955 e 1960. E quando o próprio assumiu a Presidência, em 1961, com a missão de superar a crise econômica do modelo de substituições de importações, e tentou implementar uma política coerente com sua trajetória política e de seu partido – que crescia fortemente e ameaçava inclusive o maior deles, o PSD – foi destituído do cargo por um golpe civil-militar.

Quanto ao PCB, o período de 1945 a 1964 foi bastante complexo. O partido fora finalmente declarado legal após o fim do Estado Novo e da 2ª Guerra Mundial. No entanto, com a agudização da guerra fria, logo em 1947 o partido foi declarado novamente ilegal, voltando a agir na clandestinidade. Na década de 1950, o partido após muitos embates sobre a interpretação do Brasil e a exposição dos crimes cometidos por Joseph Stálin no Congresso do Partido Comunista Soviético, abalou a fé e a convicção de muitos militantes. No início da década de 1960 o partido rachou e se dividiu em dois com o crescimento da linha *maoista* dentro do PCB. O PCB manteve a sigla, mas mudou de nome: de Partido Comunista do Brasil passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro, enquanto a fração tida como *ortodoxa* ficou com o antigo nome, mas adotou outra sigla, PCdoB.

⁸³ “Pio XI na “quadragésimo anno” atualizava e reelaborava os conteúdos da “rerum novarum” para a década de 1930. Condenava os corporativismos de Estado e o “comunismo”, assim como os efeitos da cobiça da concentração do poder econômico. Pregava a justa “distribuição” da riqueza segundo às exigências do “bem comum” e da “justiça social”. Defendia a propriedade privada, embora enfatizasse sua “finalidade social”. Aparece aqui novamente a preocupação com a “harmonia” entre as classes sociais.” GRIJÓ, Luiz Alberto. *op.cit.* p.89.

⁸⁴ A União Social Brasileira, nas palavras de Luiz Alberto Grijó, era uma “esquerda reformista com algum grau de elaboração doutrinária”. *Idem.* p.95.

⁸⁵ GOMES, Ângela de Castro. *op.cit.* 2007. p.67.

O PCB, em 1945, adotou a linha política de “frente ampla popular e democrática”, com apoio de um de seus maiores algozes, Getúlio Vargas, engajando na luta democrática pela permanência de Getúlio Vargas no poder, o chamado *queremismo*. “O partido buscava mostrar-se confiável e evitar turbulências.”⁸⁶ No campo sindical, o partido enveredou esforços para pavimentar uma central sindical que foi fundada em 1946 com o nome de Confederação Geral do Trabalhadores do Brasil. A tese do partido sobre a revolução brasileira indicava a necessidade de um período democrático-burguês antes do passo decisivo rumo ao comunismo.

Nas eleições para a formação da assembleia constituinte e do parlamento nacional, em dezembro de 1945, o PCB obteve grande vitória eleitoral. Foram eleitos 14 deputados federais, como Jorge Amado e Carlos Marighella, e um senador, Luiz Carlos Prestes.⁸⁷ Apesar da desvantagem numérica, os membros do partido no parlamento propunham medidas socializantes, o que causava um dilema quanto aos discursos de ordem e legalidade. Com o acirramento diplomático entre Estados Unidos e URSS, o Brasil foi pressionado e prontamente cassou o registro do PCB, em maio de 1947. Afonso Arinos, no livro *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*, ressaltou que, embora o registro partidário do PCB tenha sido concedido, ele veio cheio de ressalvas, e durante o curto período em que esteve na legalidade, decretos-lei permitiam cassar registros partidários, quando os partidos brasileiros recebessem “do estrangeiro orientação política ou contribuição em dinheiro, ou que, contrariando o seu programa, praticasse atos ou desenvolvesse atividades colidentes com os princípios democráticos.”⁸⁸ Na prática, desde o início já estava armado o cadafalso jurídico para

⁸⁶ SANTANA, Marco Aurélio e SILVA, Fernando Teixeira. “O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964).” In: Orgs. FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *op.cit.* p.107.

⁸⁷ Sobre a atuação do PCB no parlamento: “O quadro que os comunistas encontraram no interior dos trabalhos constituintes era, porém, dos mais complicados diante do peso majoritário das bancadas parlamentares do Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Como assinalava Giovanetti Netto, tratava-se de uma assembleia majoritariamente conservadora”, realizando “seu trabalho constitucional sob pressão de instrumentos inibidores e sérias limitações”, como decretos-lei emanados do Executivo que maculavam soberania da Assembleia. A bancada do PCB foi um elemento novo no cenário político. Além de pertencer a uma legenda definida ideologicamente e organizada em âmbito nacional, a bancada diferia das demais em razão, sobretudo, da origem social de seus integrantes. No pleito de 1945, o PCB elegeu 14 deputados para a Assembleia Constituinte, dos quais nove eram operários. O fato de ter levado trabalhadores para a tribuna parlamentar, invariavelmente palco de movimentação das elites, foi criticado dentro e fora do Congresso. A elite não só parecia pouco à vontade por aceitar um partido comunista, como também por estar tão próxima – e em tal grau de igualdade no parlamento – de membros da classe trabalhadora. Esse desconforto enchia as páginas dos jornais”. SANTANA, Marco Aurélio e SILVA, Fernando Teixeira. *op.cit.* p.109, 110.

⁸⁸ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *op.cit.* p.102.

pegar o PCB, e assim foi feito em 1947. Porém, a cassação dos mandatos do partido, como o próprio jurista liberal e militante da UDN afirmou, foi contra a lei.⁸⁹

Após a cassação do registro do PCB restou-lhe guinar à esquerda, até pelo contexto internacional, caracterizaram o governo de Dutra como submisso ao imperialismo estadunidense.⁹⁰ Deste modo, nas eleições de 1950 o partido defendeu o voto em branco para as eleições, passando todo o governo Vargas (1951-1954) opondo-se radicalmente a este, e no campo sindical, a estratégia era de tensão máxima.⁹¹ De 200 mil filiados, em 1947, o partido passou a contar com 20 mil em agosto de 1950. No seu IV Congresso, em 1954, o partido deliberou pela abertura a alianças políticas com setores nacionalistas e sindicais, notadamente o PTB, e apoiou a campanha de JK à presidência.

Outra grande virada na trajetória do PCB aconteceu durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em fevereiro de 1956, em ocasião da sessão fechada a estrangeiros de Nikita Khruchtchev, que revelou os crimes de Stálin, morto três anos antes.⁹² A princípio, o PCB tentou se fechar e não debater as questões abertas no XX Congresso do PCUS, mas, em outubro do mesmo ano, o partido lançou um documento comentando os ocorridos no Congresso de Moscou.⁹³ A partir disso, três tendências surgiram dentro do PCB: os renovadores, que defendiam maior abertura do partido, os “fechadistas” contrários à discussão dos problemas surgidos e os de “centro” que se “situava entre o revisionismo dos primeiros e o sectarismo dos últimos.”⁹⁴ Porém, um mês depois, Prestes propôs o encerramento do debate “citando Lênin: não

⁸⁹ Afirma Arinos: “E, repetimos, se a primeira fase, a do cancelamento do registro, se achava apoiada na Constituição e nas leis, a segunda [cassação dos mandatos] não encontrava o mesmo apoio e teve toda a aparência de uma grave infração do sistema instituído pela Carta de 18 de setembro.” *Idem.* p.106.

⁹⁰ “Nessa nova visão, o PCB retomou antigas leituras que viam o país como portador de “uma estrutura econômica atrasada, semifeudal e semicolonial, que constitui obstáculo principal ao progresso nacional”. Assim, a tarefa seria conduzir a luta pela “solução dos problemas fundamentais da revolução agrária anti-imperialista” e, assim, “mobilizar as massas a fim de que resistam à reação e lutem pela derrubada do atual governo de traição nacional.” SANTANA, Marco Aurélio e SILVA, Fernando Teixeira. *op.cit.* p.116.

⁹¹ *Idem.* p.117.

⁹² *Idem.* p.122.

⁹³ “O PCB reconhecia nesse documento o autoritarismo na vida interna partidária, seu excessivo centralismo, a arrogância e a autossuficiência dos dirigentes, o “mandonismo de cima para baixo”, a disciplina “algo militar”, a intransigência, as críticas violentas e o ambiente de intimidação, que concorriam para o afastamento de muitos militantes. Para sanar essas práticas, o partido chega a conclamar seus militantes a colocar sob crítica as orientações recebidas. Nesse sentido, a liberdade de criação de artistas e intelectuais comunistas deveria ser incentivada e respeitada. Mesmo ressaltando que o princípio de submissão da minoria à maioria deveria ser rigorosamente observado, seria importante examinar a “conveniência” de ser assegurado à minoria o direito de defender sua opinião. Guardada a condição de clandestinidade, o partido deveria saber equilibrar democracia e centralismo, liberdade e disciplina.” *Idem.* p.123.

⁹⁴ *Idem. Ibidem.*

somos um clube de discussões” e vários militantes e lideranças saíram ou foram expulsos do PCB.⁹⁵

A partir do V Congresso do PCB, em 1960, a direção do partido começou a sofrer turbulências internas, mas almejando a sonhada legalidade, apoiaram a candidatura do Marechal Henrique Lott à presidência.⁹⁶ Ainda em 1961, o partido aprovou um novo estatuto e programa e mudou de nome, buscando afastar-se da sombra do “*marxismo-leninismo*”. Setores mais ortodoxos e maoístas saíram do partido e fundaram o Partido Comunista do Brasil, PCdoB. No governo de João Goulart atuaram apoiando o governo e lutando pela implantação das reformas de base, grande bandeira política do governo. Até vir o golpe civil-militar colocar por terra a luta do PCB pelo registro no Tribunal Superior Eleitoral.

No que se refere aos outros partidos no período correspondente a 1945-1964, vamos apenas citá-los a partir do livreto de Rogério Schmitt, uma vez que, pela irrisória importância de muitos, pormenorizá-los iria alongar demais no histórico de partidos políticos no Brasil.

A quarta maior legenda da Terceira República foi o Partido Social Progressista (PSP), criado em 1946 através de três microagregações. Ao contrário das três grandes siglas nacionais, o PSP foi um partido com uma base eleitoral muito concentrada regionalmente. No Estado de São Paulo, o PSP era o partido politicamente dominante. Sua conhecida liderança foi Adhemar de Barros, governador paulista por dois mandatos. Ele também concorreu por duas vezes à presidência, em 1955 e em 1960. Nas duas ocasiões, foi o terceiro candidato mais votado (com 25,8% e 18,8% dos votos, respectivamente). Foi por este partido que o potiguar João Café Filho elegeu-se vice-presidente em 1950 (com 35,1% dos votos). Em 1955, o deputado federal Danton Coelho, do Distrito Federal, também disputou a vice-presidência pelo PSP, chegando em terceiro lugar (com 13,9% dos votos). No Congresso Nacional, o deputado federal Chagas Freitas era o político pessepista mais conhecido.

O Partido Republicano (PR) foi, até as eleições de 1962, o quinto maior partido brasileiro da Terceira República. Suas bases eleitorais concentravam-se em Minas Gerais e na Bahia. Jamais lançou candidatos presidenciais, mas integrou quase todos os gabinetes ministeriais formados no período. O fundador do PR foi o ex-presidente Arthur Bernardes. Seu herdeiro, Arthur Bernardes Filho, senador por Minas Gerais e ministro do governo Jânio Quadros, substituiu o pai na liderança do partido.

O Partido Democrata Cristão (PDC) credenciou-se como a sexta maior agremiação partidária na Câmara dos Deputados, experimentando um processo de crescimento ao longo dos anos. Foi

⁹⁵ *Idem. Ibidem.*

⁹⁶ *Idem. p.125.*

pelo PDC que Jânio Quadros venceu a eleição presidencial de 1960, com 48,3% dos votos. Originalmente um partido vinculado à Igreja católica, o PDC concentrava a sua força eleitoral no Paraná (onde elegeu o governador Nei Braga em 1960), em Pernambuco e em São Paulo. O futuro governador paulista Franco Montoro iniciou a sua carreira política no PDC.

A posição de sétima maior sigla partidária da Terceira República cabe ao Partido Trabalhista Nacional (PTN). Após renunciar à presidência, Jânio Quadros filiou-se ao PTN, partido pelo qual disputou o governo paulista em 1962, sendo derrotado por Adhemar de Barros. Beneficiado pelo apelo eleitoral do janiismo, o PTN conseguiu, no entanto, eleger a sexta maior bancada de deputados federais naquele ano, e tornou-se um partido muito forte no estado de São Paulo.

O Partido Libertador (PL) era também uma legenda regional, especialmente importante no Rio Grande do Sul, e que tinha por principal bandeira a adoção do sistema de governo parlamentarista. Seu líder mais importante veio a ser o parlamentar gaúcho Raul Pilla. O PL, oitava maior bancada ao longo do período, nunca concorreu às eleições presidenciais. O ex-governador Otávio Mangabeira elegeu-se senador pelo PL da Bahia em 1958.

O Partido Social Trabalhista (PST), originalmente fundado como Partido proletário do Brasil, adotou o seu nome definitivo em 1947. Elegeu a nona maior bancada de todos os partidos. Em 1950, lançou a candidatura do senador maranhense Vitorino Freire à vice-presidência, o qual, com 7,6% dos votos, terminaria em quarto lugar. Foi pelo PST que Miguel Arraes elegeu-se governador de Pernambuco pela primeira vez, em 1962.

A décima posição pertence ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), agremiação originalmente formada por um grupo de parlamentares eleitos em 1945 pela UDN, conhecido como Esquerda Democrática. Em 1946, a ED teve o seu registro eleitoral próprio aceito pelo Tribunal Superior Eleitoral. No ano seguinte, o partido adotaria sua nova e definitiva sigla. Em 1950, o deputado federal baiano João Mangabeira concorreu às eleições presidenciais pela legenda, obtendo apenas 0,1% dos votos. O ex-deputado federal alagoano Aurélio Viana elegeu-se senador pelo PSB da Guanabara em 1962.

O Partido de Representação Popular (PRP) era herdeiro da Ação Integralista Brasileira, movimento de orientação fascista surgido nos anos 30. Seu principal dirigente, o paulista Plínio Salgado, disputou a eleição presidencial de 1955 e ficou em quarto lugar, com 8,3% dos votos.

O Partido Rural Trabalhista (PRT) passou por sucessivas mudanças de nome até chegar à sua denominação final, a partir de 1950: fundado em 1945 como Partido Republicano Democrático, passou a se chamar Partido Republicano Trabalhista em 1948. A maior liderança do partido veio a ser o deputado federal paulista Hugo Borghi.⁹⁷

No período de 1945 a 1964, o Brasil se tornava um país capitalista industrializado. Primeiramente com a industrialização de base, estatal – década de 1940 –, e, na década de 1950, através do grande fluxo de capital estrangeiro via indústrias

⁹⁷ SCHMITT, Rogério. *op.cit.* p.18, 19, 20, 21.

multinacionais no Brasil. Nesta altura, contudo, o aprofundamento do capitalismo monopolista no Brasil não viria sem resistências. A década de 1960 iniciou-se com uma crise econômica no país, e os projetos em disputa estavam dados. De um lado, as forças populares, que lutavam pelas reformas de base, dentro dos marcos do capitalismo, buscavam alargar a democracia e a justiça social. De outro, o projeto era a expansão do capitalismo monopolista, com a retomada da aceleração capitalista via capital estrangeiro. Esta democracia frágil de 1945 não resistiu à luta de classes aberta e, para o projeto vencedor, não restava alternativa, a não ser a ditadura, até porque o país, nesse curto período democrático, viveu uma experiência de “ocidentalização” com crescimento exponencial da sociedade civil notadamente popular e de esquerda, como as ligas camponesas, a força política da União Nacional dos Estudantes e suas sucursais estaduais, entre outros.

1.2 A representação político partidária na ditadura civil-militar brasileira: a Aliança Renovadora Nacional e o Movimento Democrático Brasileiro

Segundo Carlos Nelson Coutinho, durante o regime civil-militar brasileiro (1964-1985), a tendência à ocidentalização da sociedade brasileira continuou a predominar “e, para obter o mínimo consenso, a ditadura foi obrigada a tolerar a presença do Parlamento e de um Partido de Oposição, o MDB (Movimento Democrática Brasileira)⁹⁸, conquistando junto à população o “consenso passivo”, de “desmobilização”, “ideologia da anti-ideologia”.⁹⁹ O regime perdeu legitimidade com a violenta crise econômica no final da década de 1970 e início dos anos 1980, explicitadas por sucessivas derrotas eleitorais.¹⁰⁰

Pondo em prática uma política econômica fortemente modernizadora, a ditadura promoveu um espetacular desenvolvimento das forças produtivas: sob a égide de uma “revolução-restauração”, o Brasil ingressou na fase monopolista de Estado. E essa modernização, mesmo sendo “conservadora” – na medida em que manteve e aprofundou a dependência ao imperialismo, as disparidades regionais e a distribuição desigual de propriedade e de renda –, consolidou de modo irreversível os pressupostos objetivos da “ocidentalização” da sociedade brasileira.¹⁰¹

Logo após o golpe, o corpo de oficiais das Forças Armadas brasileiras, através de *Atos Institucionais*, em estreita relação com setores da sociedade civil patronal-nacional e organismos internacionais estadunidenses¹⁰², reformou os marcos institucionais do Brasil. No dia 9 de abril de 1964, foi instituído o primeiro Ato Institucional¹⁰³, que retirava o então presidente da República Ranieri Mazzilli (ex-presidente da Câmara dos Deputados, que havia assumido a presidência com a deposição de João Goulart) e, em seu lugar, empossava o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco como o novo “presidente” da República.

⁹⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. *op.cit.* p.216.

⁹⁹ *Idem.*

¹⁰⁰ *Idem.*

¹⁰¹ *Idem.*

¹⁰² Como já abordamos na primeira parte do trabalho. Cf. DREIFUSS, René. *op.cit.*

¹⁰³ Produzido por Francisco Campos, foi editado em 09 de abril de 1964 pela junta militar. Possuía 11 artigos e concedia aos militares o poder de alterar a constituição, cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por dez anos e demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que tivesse atentado contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública. Determinava eleições indiretas para a presidência da República no dia 11 de abril, sendo o mandato do presidente terminado em 31 de janeiro de 1966, quando expiraria a vigência do ato.

Até então, muitos civis que apoiaram o golpe – entre eles Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda – acreditaram que a junta militar que havia perpetrado o golpe manteria as datas e os processos eleitorais, porém, não foi isso que ocorreu. Após as eleições para Governador de Estado em outubro de 1965, na qual os golpistas haviam sido derrotados em Estados importantes como Minas Gerais e no então Estado da Guanabara¹⁰⁴, foi editado o Ato Institucional nº2,¹⁰⁵ que extinguiu os partidos políticos existentes, além de conceder poderes ao Executivo “para cassar mandatos e decretar o estado de sítio, sem a prévia autorização do Congresso”.¹⁰⁶ O regime ditatorial ia ganhando corpo e forma com os atos institucionais e atos complementares.

Por meio do AI-2 ocorreu a redefinição da representação política. Através do Ato Complementar nº4, ficaram definidas as exigências para a existência de partidos políticos, que deveriam ter, no mínimo, 120 deputados federais e, pelo menos, 20 senadores, em um prazo de 45 dias.¹⁰⁷ Na prática poderiam surgir até três partidos, mas como forma do regime obter folga no legislativo, foi fomentada a existência de dois. Um, claro, como base de apoio civil, na sociedade política à ditadura. E outro com limites muito claros de atuação política e de oposição consentida. Para Décio Saes, a representação política foi permanecida “pela necessidade das classes dominantes de manterem um órgão de representação direta no interior do Estado.” Embora enxergue com clareza a participação civil na sustentação e legitimação do regime, esta interpretação não repara na relação existente de *bloco político* formado entre civis – notadamente o setor industrial, intelectuais acadêmicos de grandes universidades, boa parte da chamada “grande imprensa,” as frações dominantes dos estados da federação

¹⁰⁴ Com a mudança da capital do país para Brasília, em 1960, o município do Rio de Janeiro tornou-se o Estado da Guanabara, o único caso no Brasil de uma cidade-estado. Essa situação perduraria até 1975, quando se realizou a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, mantendo a denominação de Estado do Rio de Janeiro, tornando-se a cidade do Rio de Janeiro a capital fluminense.

¹⁰⁵ “O AI-2 reforçou ainda mais os poderes do Presidente da República ao estabelecer que ele poderia baixar atos complementares ao ato, bem como decretos-leis em matéria de segurança nacional. O governo passou a legislar sobre assuntos relevantes através dos decretos-leis, ampliando até onde quis o conceito de segurança nacional existentes. Mas a medida mais importante do AI-2 foi a extinção dos partidos políticos existentes. Os militares consideravam que o sistema multipartidário eram um dos fatores responsáveis pelas crises políticas. Desse modo, deixaram de existir os partidos criados no fim do Estado Novo que, bem ou mal, exprimiam diferentes correntes de opinião pública. A legislação partidária forçou na prática a organização de apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que agrupava os partidários do governo, e o Movimento democrático Brasileiro (MDB), que reunia a oposição. A maior parte dos políticos que se filiaram à Arena tinham pertencido à UDN e em número quase igual ao PSD; o MDB foi formado por figuras do PTB, vindo a seguir o PSD”. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP. 2000. p. 474-475.

¹⁰⁶ DELGADO, Tarcísio. *A História de uma Rebelde: 40 anos, 1966-2006*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2006. p.39.

¹⁰⁷ De 310 Deputados Federais e 63 Senadores.

(que muitas vezes detinham o poder político e econômico) e militares, como uma coisa que caminhava entrelaçada, simbiótica. A manutenção da representação política sob estreitos limites foi mais uma evidência do caráter civil-militar da ditadura. Dreifuss mostrou, com clareza, *para quem leu*, como as políticas formuladas pelos golpistas pré ano de 1964 foram sendo implementadas, inclusive pelos próprios militares e civis do IPES, que exerceram cargos do alto escalão do aparelho de Estado.¹⁰⁸ Como bem veremos mais à frente, os partidos formados, sobretudo nas suas origens, eram de setores adesistas e até opositores moderados, que jogavam a “luta” política do regime sem qualquer tipo de embate.

Inicialmente o partido de base do regime foi composto por 223 deputados, dos 310, e 42 senadores, de 63. Uma supremacia total que inviabilizava o surgimento de outro partido e que poderia aprovar absolutamente qualquer medida imposta pelo executivo. Portanto, o nascimento do partido que veio a se chamar Aliança Nacional Renovadora (Arena) foi rápido.

Foi neste contexto que Castelo Branco passou a empenhar-se na formação da Aliança Renovadora Nacional (Arena), tentando administrar o convívio, em uma só legenda, de rivalidades cristalizadas durante o sistema partidário extinto – como entre ex-

¹⁰⁸ “A história do Complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a *elite orgânica* da burguesia multinacional e associada evolui de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada” tendo em vista o trabalho empírico de Dreifuss, a fração burguesa brasileira (oriunda do capital financeiro, industrial e associado, a partir do desenvolvimento capitalista via capital estrangeiro) se organizou em torno do complexo IPES/IBAD, que passou a formular projetos, a atrair empresários, famílias da “alta sociedade”, na busca por consenso e apoio de setores médios (sindicais, católicos, oligárquicos), através de uma ampla rede de interlocução pelos Estados em articulação com entidades patronais no interior do Brasil. Financiaram candidatos nas eleições de 1962, interagiram com o Departamento de Estado dos EUA, incentivaram oficiais militares de média patente a deixarem as Forças Armadas para fazerem carreira, na iniciativa privada ou dentro do aparelho de Estado. Esta ação golpista pode ser comprovada na vastíssima documentação a qual o autor obteve acesso, em primeira mão, no Arquivo Nacional na década de 1970. Um dos membros do IPES doou a documentação ao arquivo no início da década de 1970, quando a organização foi extinta. Além desse acervo, foi utilizado como fonte o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada em 1963 e que investigou, justamente, o financiamento de candidatos alinhados politicamente e ideologicamente com a entidade. Com essa documentação, Dreifuss conseguiu demonstrar como foi articulado o golpe, como o complexo IPES/IBAD agiu no parlamento, como o discurso conservador e anticomunista foi propagandeado na sociedade, com o intuito de derrubar o governo de João Goulart, chamado por René Dreifuss, de *nacional-reformista*. O autor investigou ainda o vínculo de diversas figuras do ramo financeiro, industrial e acadêmico com o complexo IPES/IBAD – como elas se articularam e para onde foram depois do golpe no aparelho de Estado. Um dos pontos centrais após do golpe de 1964 foi a criação do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), sob a direção do General Golbery do Couto e Silva, um dos principais quadros fundadores e ideólogo do IPES. O Instituto de Pesquisas e Estudos e Sociais surgiu oficialmente no dia 29 de novembro de 1961 e seu objetivo oficial era “estudar as reformas básicas propostas por Jango e a esquerda, sob o ponto de vista de um tecno-empresário-liberal. Já o Instituto Brasileiro da Ação Democrática agia como unidade tática e o IPES operava como centro estratégico, sendo que o IBAD e outras organizações subsidiárias e paralelas se expunham muito mais que o IPES. DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981. p.161 e 164.

membros do PSD e da UDN que aderiram à Arena. A dificuldade para conciliar tal diversidade foi tanta, notadamente no plano local e regional, que foi instaurada a *sublegenda*, para que adversários dentro de um mesmo partido pudessem concorrer simultaneamente em eleições majoritárias (prefeituras e Senado).¹⁰⁹

Representativamente, no dia 31 de março de 1966, aconteceu a sessão solene de instalação da Arena. Lucia Grinberg destacou que, no ato da fundação e na 1ª Convenção do partido, em maio de 1966, o tom do discurso era de louvas à “população” que apoiou o “movimento de 1964.” Dentre as principais lideranças deste novo partido estavam antigos líderes da UDN e do PSD dos quatro cantos do Brasil. Entre eles, o chefe de polícia do Rio de Janeiro, na década de 1930, Filinto Muller, Gustavo Capanema, ex-governador e interventor de Minas Gerais, Benedicto Valladares, o pernambucano Marco Maciel, José Sarney, Aurelino Chaves, militares reformados como Jarbas Passarinho e Ney Braga e alguns economistas de renome como Delfim Neto, Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen.

Já o outro partido a ser criado precisou até de uma “força” do chefe da junta ditatorial, Castelo Branco, para que fosse constituído, convencendo pessoas próximas a ingressar no “partido de oposição”, para viabilizar a legislação imposta.¹¹⁰ O nome foi escolhido em conversa entre Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, dois dos mais notórios conciliadores da política brasileira, e expressava a crença na curta duração da

¹⁰⁹ MELHEM, Célia. *op.cit.* p.66.

¹¹⁰ No livro *Política de Botinas Amarelas: o MDB-PMDB Paulista de 1965 a 1988* de Célia Melhem, um trabalho rico em fontes orais e documentais descreveu com riqueza de detalhes as adversidades para a formação do MDB. Em entrevista à autora, André Franco Montoro negou a ajuda externa “Pela lei, era preciso que pelo menos 120 deputados e 20 senadores subscrevessem o documento de instituição do partido. E o nosso trabalho era... ir à casa dos vários deputados e convencê-los a integrar o partido... as [assinaturas] dos deputados foram relativamente fáceis, as dos senadores é que foram difíceis algumas foram negociadas. E muitos, ingenuamente, afirmam que foi o governo federal que organizou seu partido, a Arena, e o da oposição. Essa é uma falsidade histórica, tentaram passar essa mentira por realidade. Houve muito trabalho e, com o Senado, negociações – não vou entrar em detalhes indiscretos, mas houve alguns que exigiram, por exemplo, a garantia de que seriam presidentes dos diretórios regionais de seus respectivos estados... foram obtidas as assinaturas dos 20 senadores, mas eles exigiam, também, que o presidente fosse um senador e indicaram, por unanimidade, o Oscar Passos... Ele tinha sido governador pelo Estado do Acre e um dos fundados do PTB.” No entanto Ulysses Guimarães outro fundador do MDB divergiu de Franco Montoro: “Em entrevista concedida à autora (em 02/8/1992), Ulysses Guimarães confirmou a grande dificuldade de conseguir as assinaturas necessárias, “porque a revolução tinha acabado de ser instalada e estava em toda a sua fúria de perseguições, ameaças e suspeitas. Nós tivemos dificuldade principalmente no Senado – foi o Rui Carneiro a última assinatura que conseguimos, para cumprir a exigência revolucionária das existências de dois partidos.” Maria D’alva Kinzo também confirmou as palavras de Ulysses Guimarães: “Vários políticos entrevistados assinalaram que o senador do PSD, Rui Carneiro, que era amigo íntimo de Castelo Branco, aderiu ao MDB por motivo de uma solicitação feita pessoalmente pelo presidente, de forma a possibilitar a criação do partido de oposição.” *Idem.* p.67,68.

ditadura.¹¹¹ No tocante às bases do MDB, inicialmente o partido era formado basicamente de três grupos parlamentares: quase a totalidade do PTB, parte expressiva do PSD e alguns membros de partidos menores, como o Partido Democrata Cristão e da “bossa-nova” da UDN.¹¹² Poucas lideranças locais participaram da fundação do MDB, o que evidenciava o caráter institucional e parlamentar do partido, na sua origem.

Em março de 1966, dia 24, a Arena e o MDB foram oficializados no Tribunal Superior Eleitoral. No dia 30 ocorreu a sessão de fundação do Movimento Democrático Brasileiro, no Congresso Nacional, contando com a presença dos parlamentares fundadores. O rito contou com o hino nacional abrindo os trabalhos e a leitura de congratulações e saudações, como o ofício da União Nacional dos Estudantes, confraternizando-se com a direção nacional do MDB e hipotecando apoio à organização, por acreditar nos espaços de seus partidários pela redemocratização do país. Também foi lido o ofício da Federação dos Estudantes da UnB, ofício do Diretório Acadêmico de Engenharia, também da UnB. Depois passaram para discursos “inflamados” do presidente Senador Oscar Passos e dos Deputados Franco Montoro, Osvaldo Lima Filho e Vieira Melo. A sessão se encerrou novamente com o hino nacional brasileiro.¹¹³

O MDB nasceu relativamente isolado da sociedade civil e dirigido por uma executiva nacional essencialmente moderada e conciliadora. Nos meses seguintes, o partido se viu às voltas com a formação de diretórios regionais e as vicissitudes de negociar com lideranças estaduais e locais. Neste período o MDB decidiu não participar

¹¹¹ *Idem.* p.75

¹¹² *Idem.* p..71.

¹¹³ Comissão Diretora Nacional, Livro I, p. 1a. A primeira Executiva Nacional do MDB, eleita na Convenção de 04 de abril de 1966, foi composta por: Presidente: Senador Oscar Passos (AC), Vice-Presidentes: deputado Osvaldo Lima Filho (AC), Deputado Ulysses Guimarães (SP), Deputado Franco Montoro (SP), Secretário Geral: Deputado José Marins Rodrigues (CE), Tesoureiro: Senador José Erminio de Moraes (PE), Vogais: Senador Pedro Ludovico (GO), Senador Argemiro de Figueiredo (PB), Senador Barros de Carvalho (PE), Deputado Antonio Ferreira de Oliveira Brito (SP), Deputada Ivete Vargas (SP).¹¹³ Para Célia Melhem esta formação colhia “os frutos imediatos do brusco realinhamento político imposto pelo golpe, com os diretórios e a cúpula emedebista resultando de inusitada composição de forças – cujo destino era uma incógnita. O primeiro presidente nacional foi o petebista, general da reserva Oscar Passos. Ex-petebistas também eram o primeiro vice-presidente e tesoureiro. Kinzo aprofunda a análise sobre a executiva nacional: “Por outro lado, ex-pessedistas foram indicados para o cargo de secretário-geral (deputado José Martins Rodrigues), segundo vice-presidente (deputado Ulysses Guimarães) w líder da Câmara Federal (deputado Vieira de Mello). Além destes dois grandes partidos, também o extinto Partido Democrata cristão ficou na terceira vice-presidência, cargo ocupado por Franco Montoro (...) É digno de nota o fato que não figura entre os parlamentares do PTB indicados para cargos da Comissão Executiva um único representante do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro ou da Guanabara, apesar de quase metade dos ex-petebistas filiados proviesse destes estados. À época isto foi interpretado como uma decisão deliberada para dissociar o novo partido de oposição do grupo de parlamentares petebistas, identificados com o deposto presidente João Goulart e com o ex-governador Leonel Brizola.” *Idem.* p.74.

do Colégio Eleitoral que, em setembro de 1966, “elegeu” o General Arthur da Costa e Silva como “presidente”. As principais lideranças do MDB eram os moderados Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Thales Ramalho e Nelson Carneiro. O ano de 1966 terminou com o partido discutindo e negando o apoio à proposta de Constituição enviada pelo executivo. No entanto, como a proposta foi aprovada pela ampla maioria da Arena, o MDB prometia em reuniões internas “escoimá-la” através de emendas à futura constituição, dos dispositivos contra a Segurança Nacional, contra a autonomia dos estados e municípios, contra a independência dos poderes, contra os direitos individuais, contra o bem-estar do povo, e não aceitariam participação menor nos exames do projeto. No entanto, com a configuração parlamentar e a ameaça iminente de cassação, na prática a posição partidária neste momento estava mais para bravatas.¹¹⁴ Assim, o MDB seria o abrigo político de opositores do regime, porém sem meios de confrontá-lo. A ARENA, partido de sustentação da ditadura possuía 2/3 de todas as cadeiras no Congresso Nacional.

Impondo seu modelo de governança através de Atos Institucionais e Atos Complementares, os militares partiram para uma manobra mais ousada, ao mesmo tempo em que lhe confeririam mais estabilidade jurídica para impor o arbítrio: a Constituição de 1967. Por meio do Ato Institucional nº4, de 1966, o regime convocou o Congresso Nacional para votar e promulgar a nova Carta Magna do país, substituindo a de 1946. Esta constituição aumentava consideravelmente as atribuições do Executivo e estava impregnada com a ideologia da *segurança nacional*, buscando legitimar o autoritarismo no país, além da tentativa de conferir feições “democráticas” à ditadura brasileira. Nesse contexto, o MDB tentava obstruir as pautas no Congresso, sem muito sucesso, uma vez que cassações e perseguições ocorriam quase que rotineiramente no parlamento.

Nos primeiros anos após o golpe de 1964, diversos setores da sociedade civil nacional passaram a contestar o regime. Os estudantes – que foram um dos primeiros alvos da repressão no pós-64 – mobilizaram-se, tomaram as ruas de todo o país, atuaram além das fronteiras das universidades e escolas, exercendo papel de destaque no cenário político nacional, além de terem desenvolvido intensa atividade cultural e artística. O movimento operário, que também sofreu fortemente a repressão ditatorial, reorganizou-se e articulou significativas greves. Artistas e intelectuais engajados também inovavam

¹¹⁴ Comissão Diretora Nacional, Livro I, p. 16.

no teatro, no cinema e na música e combatiam, com outras armas, a ditadura brasileira. Até antigos aliados dos militares golpistas, como Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, se juntaram ao ex-presidente deposto João Goulart e criaram a *Frente Ampla* contra a ditadura.¹¹⁵

Nesta mesma direção, o MDB, em 1967, procurava possibilidades de atuação e estreitamento de vínculos com a “opinião pública”.¹¹⁶ Também foi neste momento que o partido criou uma Comissão de Mobilização Partidária, para centralizar os convites e organizar programas, e outra Comissão Especial para estudo e formulação política, e ainda uma outra Comissão, com o intuito de criar um jornal semanal que divulgasse as atividades do MDB. Na mesma reunião do Diretório Nacional foi comentada a necessidade de uma campanha pela anistia.¹¹⁷ Ao analisar este curto período é perceptível o movimento da sociedade brasileira em se organizar contra a ditadura recém-instaurada, e esta reunião parece refletir esta perspectiva.

Meses antes da decretação do AI-5, o MDB preparava uma Comissão especializada, formada por senadores, deputados e técnicos, para a elaboração de projetos fundamentais para alterar o sistema político-partidário, reformular a ordem econômica, reformar o sistema de ensino e manter as garantias e liberdades públicas.¹¹⁸ Claro que, em vista de agora, a leitura do conteúdo desta ata parece um tanto visionária, porém, ela confirma a perspectiva da tendência à organização da sociedade para combater a ditadura, com rearticulação dos movimentos de base, com greves, com ativismo artístico e acúmulo de debate partidário, para disputar a sociedade ainda que em limites estreitos.

No entanto, em dezembro de 1968, tomando como pretexto a recusa do Congresso Nacional em autorizar o processo do deputado Márcio Moreira Alves, acusado de um discurso ofensivo à “honra” das Forças Armadas, o general-presidente Costa e Silva (contando com o apoio de seus aliados da sociedade civil: empresários, industriais nacionais e estrangeiros e os latifundiários) decretou o *Ato Institucional nº5*. Através do AI-5, oficializou-se o terrorismo de Estado. O Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais foram fechados e o governo passou a ter plenos

¹¹⁵ Criada por Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda e João Goulart em 1966. A princípio tinha intenção de buscar amplo apoio com estudantes e grupos perseguidos pelo regime. Mas diante das críticas de Leonel Brizola (e da família de Getúlio Vargas), da desconfiança de parlamentares e da pressão dos militares, a *Frente* dissolveu-se em abril de 1968.

¹¹⁶ Comissão Diretora Nacional, Livro I, p. 18.

¹¹⁷ Comissão Diretora Nacional, Livro I, p. 22.

¹¹⁸ Comissão Diretora Nacional, Livro I, p. 26.

poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos. Simultaneamente, generalizavam-se as prisões de oposicionistas, o uso da tortura e do assassinato – tudo em nome da “segurança nacional” e do “desenvolvimento econômico”. Por sua vez, essas medidas arbitrárias ajudaram a garantir um ambiente para imposição de medidas econômicas, que constituíram a base para o *milagre econômico brasileiro* (1969-1973).

Neste período em que o Brasil cresceu economicamente em ritmo acelerado, baseado no arrocho salarial, em novas condições de financiamento, em empréstimos internacionais, na ampliação das empresas estatais de base e apoio às empresas oligopolistas. Nesse contexto, a tese da luta armada encontraria terreno fértil e seguidores ardorosos, ainda que as propostas armadas fossem anteriores ao AI-5 e ao próprio golpe de 1964. Com exceção do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que continuava apostando na via pacífica, e de grupos favoráveis à luta armada, mas críticos à guerrilha urbana, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), dezenas de organizações lançaram-se às ações armadas nas cidades, inspiradas, sobretudo, no exemplo vitorioso da Revolução Cubana, além das lutas de libertação nacional no Vietnã e na Argélia. Dentre as principais ações destes grupos guerrilheiros estavam “desapropriações” de bancos para financiar seus custos operacionais, e, posteriormente, sequestros de embaixadores estrangeiros no Brasil, como forma de tornar públicas suas lutas e como meio de libertar prisioneiros políticos dos porões da ditadura. Outros setores da sociedade brasileira também passaram a insurgir contra o arbítrio. Como setores da classe artística, jornalistas, intelectuais e políticos, como Juscelino Kubitschek e o golpista Carlos Lacerda. A reação da ditadura civil-militar foi aumentar a repressão e restringir ao máximo as garantias individuais e civis com o AI-5.

O Congresso permaneceu fechado por dez meses. Em junho de 1969, aconteceu no Rio de Janeiro, uma reunião do Diretório Nacional do MDB e, em pauta, estava justamente o AI-5 e a redução de margem para a ação política. Foram reduzidos de 208 para 49 membros, o número de participantes do diretório nacional, através do ato complementar nº54. Os discursos foram contra a radicalização política, lamentando a diminuição de membros do diretório, o que “desincentivava a participação política em diferentes pontos”.¹¹⁹ O ano de 1969 ainda teria a cassação de 55 deputados e 5

¹¹⁹ Comissão Diretora Nacional, Livro I p. 29.

senadores do MDB, no dia 21 de outubro de 1969, dias antes da reabertura do Congresso Nacional.¹²⁰ Mesmo estendendo aos civis a participação dentro do aparelho de Estado via parlamento, as medidas essenciais que permitiram o crescimento do PIB acima dos 10% anuais e que favoreceram, sobretudo, empresas multinacional e ao grande capital monopolista nacional, foram todas formuladas e executadas pelos civis representantes destes setores dentro do aparelho de Estado, sem a participação, ou qualquer simples constrangimento, do parlamento brasileiro. Tais medidas já eram formuladas antes do golpe, como bem demonstrou René Dreifuss no livro *1964: a Conquista do Estado*.

Nas eleições legislativas de 1970, no auge do milagre econômico brasileiro e das campanhas ufanistas da ditadura (favorecidas pela vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de Futebol no México), a Arena obteve ampla maioria no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas dos Estados, deixando o MDB em profunda crise.¹²¹ A presença da Arena no espaço de representação política foi massacrante com 21 dos 22 governadores eleitos indiretamente, ¾ dos deputados estaduais, 3472 dos 4mil prefeitos, tendo a sublegenda papel importante. Dos cerca dos 500 prefeitos do MDB no início de 1970, cerca de 300 haviam deixado o partido e ingressado na Arena, dois anos depois, os chamados adesistas. No momento mais crítico da trajetória do MDB foi eleito Ulysses Guimarães presidente do Diretório Nacional do partido, em março de 1971, período em que foi questionada internamente, algumas vezes, a conveniência ou não de ele continuar com o partido, e a crítica interna de que havia um

¹²⁰ Comissão Diretora Nacional, Livro I, p. 33. “Sobre as cassações e mudanças de legenda, a *Folha de São Paulo*, de 21/10/1969, traz o seguinte balanço: “Do diretório Nacional, antes formado por 194 membros [na verdade segundo Livro ata do MDB eram 208 membros], restam 136 [que deveriam ser reduzidos a 49 membros]. Entre outros, foram cassados Mário Covas (ex-líder do partido na Câmara), Arthur Virgílio, Paulo Macarini, Evaldo Pinto, Bernardo Cabral, Maria Lucia, Hélio Gueiros, Cid Carvalho, Renato Archer, Gastão Pedreira, Mário Piva, Edésio Nunes, Glenio Martins, Julia Seinbruch, Sadi Bogado, José Maria Ribeiro, Getúlio Moura, David Lerer, Dorival de Abreu, Gastone Righi, Helio Navarro, Lurtz Sabiá, padre Godinho, padre Vieira, Andrade Lima Filho, Ari Pitombo, Breno da Silveira, Hermano Alves, Jamil Amiden, José Colagrassi, Mario Martins, Marcio Moreira Alves, Raul Brunini, Waldir Simões, Mario Gurgel, Carlos Murilo, João Herculino, Celso Passos, Milton Reis, Nisia Carone, Simão da Cunha, Antonio Magalhães, João Abraão, Paulo Campos, Celestino Filho, Feliciano Figueiredo, Wilson Martins, Leo de Almeida Neves, Renato Celidônio, Doin Vieira, Ligia Doutel de Andrade, Floriceno Paixão, Henrique Henkim, Mariano Beck, Mateus Schmidt e Zaire Nunes... Alguns parlamentares faleceram e outros mudaram de partido. Passaram para a Arena os deputados Rafael Baldacci (recentemente eleito presidente da Arena paulista), Adhemar de Barros Filho, Chaves Anarante, Levi Tavares e Amaral Furlan. Todos de São Paulo, e que pertenciam ao Diretório Nacional do MDB” O ademarismo já havia aderido.”

¹²¹ Em 1966, dos 409 deputados, 67,7% eram da ARENA e o restante, 32,3%, eram do MDB. Em 1970, 71,9% dos 310 deputados eram da ARENA e 28,1% eram do MDB. Cf. DELGADO, Tarcísio. *op.cit.* p. 172. A Câmara dos Deputados iniciou 1967 com 406 parlamentares, após as seguidas cassações o mesmo foi reaberto com 321 deputados, segundo Lucia Grinberg. GRINBERG, Lucia. *op.cit.* p.146.

“excesso bajulatório” de alguns parlamentares, que mais pareciam integrantes da Arena.¹²²

Essas críticas vinham de um setor novo do partido, que eram parlamentares no seu primeiro ou segundo mandato, moravam em hotéis de Brasília – não havia apartamentos funcionais para todos os congressistas –, eram geralmente jovens e que começavam a ter uma postura mais combativa e reativa no parlamento, desta forma se diferenciavam da postura branda e conciliatória das principais lideranças do MDB. Este grupo passou a ser chamado de *autênticos*. Um dos momentos decisivos para a formação do grupo foi no II Seminário de Estudos e Debates da Realidade Brasileira, em Pernambuco, em que alguns dirigentes do MDB elaboraram a *Carta do Recife*, em que defendiam uma nova Assembleia Constituinte. Sobre este aspecto, dirigentes como Tancredo Neves e outros achavam a proposta “irrealista e manifestadamente inoportuna.”¹²³

O principal diferencial do “grupo autêntico” era não se omitir no parlamento, enquanto a grande maioria dos deputados apenas chancelava as demandas do executivo enviadas para o Congresso. A grande bandeira de atuação deste grupo foi a área dos direitos humanos. Estes parlamentares sempre usavam a tribuna para denunciar casos de torturas, desaparecimentos, prisões arbitrárias e morte de opositores da ditadura. Usavam como tática, por exemplo, o seguinte: inscreverem-se em bloco nos momentos conhecidos como *pinga-fogo*, em que os parlamentares inscritos – sem a exigência de serem líderes ou vice-líderes de suas bancadas – tinham três minutos para se pronunciar nos microfones.¹²⁴ Entre eles se destacavam: Alencar Furtado, Amaury Muller, Eloy Lenzi, Fernando Cunha, Fernando Lyra, Francisco Amaral, Francisco Pinto, Freitas Diniz, Getúlio Dias, Jaison Barreto, Jerônimo Santana, Lysâneas Maciel, Marcondes Gadelha, Nadyr Rossetti, Paes de Andrade, Santilli Sobrinho, Walter Silva.

¹²² Comissão Diretora Nacional, Livro I, p. 60.

¹²³ MELHEM, Célia. *op.cit.* p.88. Em entrevista à Ana Beatriz Nader o ex-deputado federal pelo MDB, Marcondes Gadelha, um dos mais combativos da época relembrou o início do grupo: “A propósito do Seminário de Recife em 1971, tenho a impressão de que foi o momento desencadeador da organização do Grupo Autêntico, quando nos estruturamos ganhando organicidade, passamos a agir juntos. Foi a primeira vez que pregamos por uma Assembleia Nacional Constituinte, e naquele tempo isto era tabu, uma palavra inaceitável pelo regime. Nossa intenção, no caso era dupla: dar um caminho, uma visão concreta do processo, um destino ao povo brasileiro, levando a uma abertura, e inexoravelmente à democracia. Em outra visão, teríamos um mecanismo de confronto, ou seja, estaríamos realmente assumindo o conflito direto com a ditadura... Isto em 1971. Creio ser esta a razão pela qual o Seminário de Recife é tido como marco.” NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB: semeadores da democracia: história oral de vida política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p.307.

¹²⁴ *Idem.*, p. 309.

Dentro do partido este mesmo grupo, em reunião do Diretório Nacional, em novembro de 1972, representados por Lysâneas Maciel, reclamava da censura interna do MDB e, diante da esmagadora derrota eleitoral em 1970, o partido deveria se reorganizar, formar diretórios regionais para não serem aniquilados pela ditadura. Evidentemente os estreitos espaços institucionais liberados pela ditadura eram aceitos e acolhidos pelos membros do MDB, mas era apenas a via eleitoral, parcial, que era estimulada, enquanto a livre representação da sociedade civil era reprimida seletivamente, com amplo incentivo para o setor industrial e agrário exportador e, claro, para a atração de capital externo que, cada vez mais, fincava raízes na economia brasileira. Nesta conjuntura, uma via preponderante aberta eram as eleições municipais que aconteceriam também em novembro de 1972. Como bem aponta Célia Melhem, “a base inicial para caminhada, após a arrasadora derrota de 1970, seria, portanto, a construção da rede de diretórios do MDB, o que vincularia permanentemente à legenda” a lideranças locais e regionais.¹²⁵ Este ano marcou a virada do MDB com uma intensa programação partidária. Cursos de assessoramento e estudos passaram a ser oferecidos pelo partido, além de uma tentativa de unificar o discurso *emedebista*.¹²⁶ Ademais, foram expedidas notas para a imprensa, manuais de organização partidária para os municípios, mensagens aos estudantes, ou seja, o MDB passava a se comportar, de fato, como um partido político.

Assim, em junho do referido ano, o partido lançou um Manual de Instruções para as eleições de novembro. Na Convenção Nacional foi aprovado o Programa do MDB, em que se defendia o “estado de direito”, o fim da censura com liberdade de imprensa, autonomia dos sindicatos, direito de greve, ao mesmo tempo em que eram tecidas as críticas ao modelo de desenvolvimento econômico por argumentos nacionalistas. Como bem afirma David Maciel, no livro *Argamassa da Ordem*, o conteúdo crítico do programa procurou solidarizar-se com camadas sociais

¹²⁵ MELHEM, Célia. *op.cit.* p.92.

¹²⁶ Dentre os temas abordados na publicação “MDB em Ação nos Comícios, Rádio e Televisão” estavam: “O que é o MDB; Princípios fundamentais do programa do MDB; Papel da oposição; O AI-5 e o MDB; A normalidade democrática e o MDB; Voto direto para todos os cargos eletivos e o MDB; Porque o MDB luta por eleições diretas; Eleições diretas, segurança nacional e o MDB; Não vote em branco, vote no MDB; O governo não responde e não admite ser fiscalizado pelo MDB e pelo legislativo; Porque o MDB luta pela liberdade de imprensa; Os direitos do homem e o MDB; Os direitos da mulher e o MDB; A juventude e o MDB; A educação e o MDB; A saúde e o MDB; O desenvolvimento e o MDB; Política econômico-social e o MDB; Distribuição de renda e o MDB; Custo de vida, espoliação salarial e o MDB; O Fundo de Garantia por tempo de serviço e o MDB; O INPS e o MDB; A habitação popular e o MDB; O nacionalismo e o MDB; O sindicato e o MDB; A situação do campo e o programa agrário do MDB; A agricultura e o MDB; O problema urbano e o MDB; O municipalismo e o MDB; Remuneração justa para os vereadores e o MDB; O menor abandonado e o MDB”. DELGADO, Tarcísio. *op.cit.* p. 100-101.

subalternizadas pela ditadura.¹²⁷ Apesar do esforço, o partido era muito pequeno diante da superioridade da Arena. O MDB não existia em cerca de 40% dos municípios brasileiros, e as eleições *não* ocorriam nas capitais e áreas declaradas de segurança nacional.

O resultado final da eleição de 15 de novembro pouco diferiu do quadro anterior. Arena venceu em 80% dos municípios e elegeu 85% das cadeiras nas Câmaras de Vereadores.¹²⁸ Em redutos trabalhistas que eram base do MDB, como o Rio Grande do Sul, o partido foi vencido pela Arena. O MDB chegou a ganhar em importantes cidades do interior do Paraná, Santa Catarina e Bahia. Em Olinda, houve um caso flagrante do uso da sublegenda como instrumento político a favor da Arena. Roberto Freire tinha obtido cerca de 17 mil votos, mas perdeu a eleição porque Aredo Sodré (Arena 1) e Benjamin Machado (Arena 2) somaram seus votos (cerca de 12 e 6 mil respectivamente), ganhando a eleição o candidato mais votado da Arena.¹²⁹ No entanto, as conversas sobre autodissolução ficaram para trás.¹³⁰

Após as eleições o MDB continuou seguindo com medidas que lhe garantisse organicidade e capilaridade social e regional. Em 1973, o partido criou os departamentos trabalhista, feminino e estudantil, preenchidos inicialmente pela comissão executiva, e lançou candidato à sucessão de Médici, evidentemente com o intuito de causar constrangimentos à ditadura. Inicialmente as principais lideranças do MDB, moderadas, foram contra, como afirmado por membros do grupo “autêntico” do MDB, em entrevistas à Ana Beatriz Nader.¹³¹

Bem, quanto à anticandidatura idealizada por Chico [Francisco Pinto], depois de refletirmos bastante, fomos à direção do MDB, exercida por Ulysses, Thales Ramalho e Tancredo. O Líder Pedroso estava com saúde debilitada, e logo depois faleceu. No primeiro momento sentimos rejeição à nossa proposta que, muito clara, previa uma campanha nacional. Os militares, por sua vez, não poderiam nos

¹²⁷ MACIEL, David. *A Argamassa da Ordem: Da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004. p.101.

¹²⁸ *Jornal Opinião*, nº4, 27 a 04 de dezembro de 1972, p.3.

¹²⁹ *Idem*.

¹³⁰ “Num ponto, porém concordam “autênticos” e moderados” do MDB que a esta altura, não mais possível para o MDB sequer a solução heroica da autodissolução. A ideia é antiga dentro da oposição, mas foi sempre derrotada, n hora da decisão.” *Idem*. p.4.

¹³¹ “Vale ressaltar que as propostas e ideias mais trabalhadas pertenciam sempre a nós autênticos, embora fôssemos minoria. Muitos as atribuíam a Ulysses ou a Tancredo, que também não conversavam e não discutiam. Dentre nossos projetos, o mais interessante que levamos ao MDB foi o exatamente criado por Francisco Pinto: a Anticandidatura Freitas Diniz. NADER, Ana Beatriz. *op.cit.* p.201. Outra liderança importante do MDB que votou contra a anticandidatura foi André Franco Montoro. Comissão Diretora Nacional, Livro 1, p.73.

barrar, porque também possuíam candidato, não obstante a nossa fosse uma anticandidatura, cujos objetivos e teses visavam a democratização do país, além de denunciar aquela farsa eleitoral.

Alguns dias depois, fomos convidados a conversar com Ulysses, cujas questões naquele momento já se colocavam diferentes. Ou seja, ele que inicialmente refutou qualquer possibilidade de candidatura presidencial do MDB, seria (pasmе!) o anticandidato. A nós, Autênticos, deveria a indicação do vice, de preferência alguém da sociedade civil, o que realmente aconteceu ao escolhermos o Barbosa Lima Sobrinho. Durante o processo da Anticandidatura, em cuja oportunidade aproveitaríamos para denunciar as mazelas do regime autoritário, corrupção, entreguismo, evidenciamos e insistimos, que considerávamos a renúncia condição fundamental, para não caracterizar uma contracenação, proposta por sinal, muito, objetiva.¹³²

Após a aprovação da anticandidatura pelo Diretório Nacional, Ulysses Guimarães proferiu discurso que demonstrava os objetivos da campanha.

Sr. Ulysses Guimarães agradece a indicação de seu nome como demonstração de confiança, simpatia, cordialidade e apreço dos companheiros do partido, esclarecendo entender que dois pressupostos devem informar a importante decisão sobre o assunto: o consenso quanto a posição a ser tomada e o consenso quanto aos candidatos que devem arcar com as responsabilidades de liderar a campanha, se essa for a decisão da Convenção Nacional. Esclarece ainda, que a campanha não pertence a ninguém e sim a todos e que, por experiência própria, é difícil e exaustiva. (...) É uma campanha difícil que tem um significado puro, desinteressado, ideológico, no sentido de nos aproximarmos de nossos companheiros a fim de desenvolvermos os pontos essenciais de nosso programa pela redemocratização do país. Finalmente, acontece que o aspecto da impossibilidade do MDB ter acesso ao poder caracteriza a inexistência do regime democrático do país e, em termos de direito público é um dogma a possibilidade da Oposição ser governo, para realizar seus compromissos e seu programa, sendo absolutamente impossível neste país.¹³³

A anticandidatura deu novo fôlego ao partido, mesmo com a proibição do horário eleitoral para rádio e TV dos “candidatos” à “Presidência”, pois, a eleição nacional poderia transferir votos e ajudar nas eleições parlamentares que ocorreriam meses depois, ainda em 1974.¹³⁴ O acordo era para que, antes da votação do Colégio Eleitoral, a chapa renunciasse a candidatura, como forma de provocar a ditadura.

¹³² NADER, Ana Beatriz. *op.cit.* p.202.

¹³³ Comissão Diretora Nacional, Livro 1, p.74.

¹³⁴ Jornal Opinião, nº49, 25/9/1973, p.03. Dos 400 votos do Colégio Eleitoral – do dia 15 de janeiro de 1974 – Ulysses Guimarães recebeu 76 votos. Ainda ocorreram 21 abstenções. Jornal Opinião, 21/01/1974. p. 03.

Entretanto, Ulysses Guimarães se recusou a retirar sua candidatura.¹³⁵ A oposição liberal institucional movia-se pela estreita disputa eleitoral e buscava se consolidar. Se o MDB tinha espaço para grupos moderados e combativos, o partido para se efetivar eleitoralmente, abriu espaço para um terceiro tipo de quadro político: o opositor local, pouco ideologizado, bom de voto, do qual Orestes Quécia, de Campinas, foi o exemplo mais completo. Para as eleições legislativas federais, de 1974 o partido havia crescido, chegando a 2577 diretórios municipais. Contra pouco menos, 1200, em 1970.¹³⁶

O pleito foi uma vitória política do MDB. Das 22 duas cadeiras em disputa no Senado Federal, o MDB conquistou 16, e, de 87 deputados, passou a ter 161, crescendo em todos os estados.¹³⁷ Esta vitória deu confiança no sentido de que a via eleitoral seria um meio de, para alguns, superar a ditadura, e para outros, um meio de aproveitar o caminho aberto e compactuar com as vantagens. Não apenas internamente, mas a partir da eleição de 1974, o MDB, de partido relativamente isolado da sociedade civil no fim dos anos 1960, passava a atrair diversos setores da sociedade civil para suas bases. O MDB nesse período foi se tornando um partido de *frentes* políticas.

Parte da esquerda que pegou em armas contra a ditadura, nesta fase, já estava liquidada, no exílio ou presa. Algumas organizações de esquerda marxistas entraram no MDB e auxiliaram na criação de diretórios municipais para o partido e pela estratégia eleitoral, viam o MDB como uma frente ampla social e política contra a ditadura. A linha política do PCB, no período, era justamente a de uma construção de frente política das classes subalternas com setores da burguesia. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) havia largado as armas e feito uma reformulação tática. Assim, ingressou fileiras no MDB, com o intuito de criar grupos operários independentes. Já a *Ala Vermelha* do PCdoB agia mais no movimento sindical.¹³⁸ Portanto, o MDB unificava eleitoralmente diversas demandas específicas de grupos de esquerda, políticos

¹³⁵ “Ulysses empolgou-se muito com as viagens que fez pelo país. Acompanhei-o em diversos comícios, nos quais era deliberadamente aplaudido. Foi uma coisa absolutamente impressionante. Ulysses começou a acreditar que aquilo era pra valer mesmo, e resolver manter sua candidatura até o fim, levando-a para o Colégio Eleitoral. Como não fora este o acordado, criou-se um problema para nós, que resolvemos romper lançando o famoso manifesto assinado por 23 companheiros, cuja redação atribuo ao Lysâneas:.. “Devolvemos o voto ao grande ausente o povo brasileiro!” A leitura foi feita no Colégio Eleitoral, e a partir daí, acentuou-se a ruptura com o grupo moderado, além de cairmos definitivamente em linha quase marginal, porque fazíamos oposição aos poderes constituídos na esfera: municipal, estadual e federal: oposição dentro do partido; oposição em relação às forças armadas e oposição a tudo.” Marcondes Gadelha. NADER, Ana Beatriz. *op.cit.* p.310.

¹³⁶ Jornal Opinião, nº84, 17/5/1974, p.02.

¹³⁷ MACIEL, David. *op.cit.* p.103.

¹³⁸ MACIEL, David. *op.cit.* p.108.

locais bons de voto, lideranças nacionais oposicionistas e setores liberais da classe média.

Outros dois pontos favoreceram o crescimento do MDB no período. O primeiro foi a desaceleração do crescimento econômico, a crise do *milagre*. O segundo ponto foi a chegada de Ernesto Geisel à figura de “General-presidente”, acenando com a possibilidade de abertura política. Muitos setores da sociedade viram a possibilidade de abertura política pela via eleitoral e se aproximaram do MDB, como intelectuais, artistas e outros segmentos. Com as oposições mais radicalizadas dizimadas pela repressão (esta produzida por agentes do Estado e financiada por empresários e latifundiários) e com a desarticulação do movimento operário, os militares anunciaram a chamada *abertura política lenta, gradual e segura*. Os militares, no entanto, não abriram mão do autoritarismo e procuraram controlar o processo de “abertura”, garantindo sua volta segura aos quartéis.

O período conhecido como *milagre brasileiro*, de 1968 a 1973, teve como bases a monopolização capitalista (concentração de capitais) e expansão econômica via endividamento externo, bem como uma antecedência acumulativa baseada no brutal arrocho salarial, na criação de fundos públicos – como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – e proibição de greves. As indústrias de bens de consumo durável se expandiram fortemente no Brasil via incentivos fiscais, enquanto os setores de bens de consumo sofriam com a falta de crédito.¹³⁹ A dependência econômica aumentava com o déficit corrente originado pelas fartas remessas de lucro para as matrizes estrangeiras e a consequente importação de tecnologia e maquinário para suprir essas indústrias. Para manter o equilíbrio era necessário aumentar as exportações ou recorrer a frequentes empréstimos, que, nesta fase, estavam à disposição em abundância no mercado financeiro.¹⁴⁰

Quando as tendências econômicas internacionais mudaram de sentido, a economia brasileira sofreu forte desaceleração. As mudanças econômicas ficaram por conta do aumento do preço internacional do petróleo. As importações de petróleo no Brasil subiram de 769 milhões de dólares, em 1973, para pouco mais de 2 bilhões, em 1974, abalando o ritmo acelerado de crescimento econômico e aumentando ainda mais o

¹³⁹ MENDONÇA, Sonia. E FONTES, Virginia. *op.cit.* p.33.

¹⁴⁰ “Havia grande liquidez no mercado financeiro internacional, o que levou muito capital para os países do terceiro mundo. Esses empréstimos não eram aplicados diretamente na produção. Os bancos nacionais emprestavam a curto prazo, para lá fora pegar empréstimos a meio e longo prazo.” *Idem.* p.34.

déficit brasileiro.¹⁴¹ Assim, chegou-se a exaustão o padrão de acumulação capitalista vigente e geraram fissuras no bloco do poder da ditadura civil-militar e forçaram reacomodações deste bloco. Enquanto o governo buscou deslocar o padrão de acumulação do setor de bens duráveis para o setor de bens de produção (notadamente composto por empresas estatais), os setores empresariais brasileiros iam em direção oposta lançando campanhas antiestatistas. O II Plano Nacional de Desenvolvimento, lançado em dezembro de 1974, colocava como agente propulsor das mudanças econômicas as empresas estatais que, num esforço de captar recursos externos (se endividando), expandir-se-iam e, conseqüentemente, aumentariam suas produções, barateando os custos do setor de bens de consumo duráveis. O plano fracassou e foi lentamente sendo abandonado, sem apoio político.¹⁴²

Escolhido pela cúpula militar e referendado pelo Colégio Eleitoral para substituir o general Emílio Garrastazu Médici (um dos fundadores do SNI ao lado dos *Ipesianos* João Baptista Figueiredo e Golbery do Couto e Silva), o general Ernesto Geisel (um dos principais líderes do IPES) tinha a missão de fazer a economia nacional voltar a crescer. Entretanto, é importante ressaltar que o modelo de industrialização via financiamento externo e estímulo à grande indústria multinacional já estava consolidado no Brasil e este era um dos grandes objetivos do golpe de 1964, e um dos principais motivos que levaram à deposição de João Goulart. O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND) deveria ser o propulsor da manutenção da acumulação de capital no país. Mas desagradou o setor industrial, por privilegiar Estados da federação menos dinâmicos economicamente, bem como as empresas estatais. Como afirmou o cientista político Álvaro Bianchi, “o ativismo empresarial que se manifestava com vigor, a partir da década de 1970, foi a reação patronal a uma crise que já se vislumbrava no horizonte”.¹⁴³

Com a economia abalada, as entidades de classe do setor patronal começaram a expressar descontentamentos em relação à ditadura que, pouco antes, defendia, da qual participava e financiava, com a bandeira da autonomia empresarial frente o Estado. Se o setor empresarial ensaiava críticas ao regime, a Arena expressou “impulsos por autonomia e estruturação orgânica,” não sem, claro, consentimento superior, criando a *Fundação Milton Campos*, para fomentar estudos voltados a promoção de cursos e

¹⁴¹ MARINI, Rui Mauro. Brasil: da Ditadura à Democracia. (1964-1990). p.03.

¹⁴² A estratégia do II PND era expandir as indústrias de base (basicamente estatais) para aumentar a oferta à indústria privada nacional e multinacional impulsionado a exportação de produtos manufaturados.

¹⁴³ BIANCHI, Álvaro. *op.cit.* p.167.

seminários para militantes e assessores do partido.¹⁴⁴ Em programa aprovado na Convenção, em setembro de 1975, trazia como objetivo a implementação da democracia representativa, bem vinculado à propaganda “distencionista” do período Geisel.¹⁴⁵

O MDB continuou, predominantemente, com sua postura conciliatória e confiante na distensão política, mostrando cada vez mais a tendência de acomodação ao projeto da ditadura, de abertura dentro da ordem, de forma apassivadora. Assim, para lideranças como Franco Montoro, Saturnino Braga, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Thales Ramalho e Orestes Quércia, o partido deveria ser o menos contestatório possível.¹⁴⁶ David Maciel sintetizou bem a relação dúbia entre o MDB e os movimentos sociais:

A relação entre o MDB e os movimentos sociais surgidos nessa conjuntura era de relativa exterioridade. (...) Na condição de partido institucional, inserido na sociedade política por meio da representação política, o MDB se estruturava predominantemente a partir da dinâmica de sua ação parlamentar e do processo eleitoral, e não de sua capacidade de criar, organizar ou, pelo menos, dirigir os aparelhos privados de hegemonia. Sua relação com estes era mediada por essa dinâmica, reprodutora do princípio liberal de representação política (relação entre representantes e representados), e não uma ligação orgânica entre ambos.¹⁴⁷

A repressão, que já havia derrotado a guerrilha, voltava suas atenções ao PCB.¹⁴⁸ Em janeiro de 1975, o ministro da Justiça anunciou “a descoberta de gráficas clandestinas, usadas na campanha eleitoral, e desencadeou uma onda repressiva sobre o partido.”¹⁴⁹ O MDB, no entanto, tinha relação, por vezes vacilante, diante de tabus para a ditadura. Exemplo disso foi durante a tentativa de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre tortura, por parte de parlamentares do grupo *Autêntico*, o que foi barrado justamente por lideranças moderadas, como Thales Ramalho e líderes “pragmáticos” como Epiáfio Cafeteira.¹⁵⁰

As eleições municipais de 1976 eram vistas pelos moderados do MDB como menos importante, pois o que se vislumbrava para 1978 eram eleições nacionais para o

¹⁴⁴ MACIEL, David. *op.cit.* p.126.

¹⁴⁵ *Idem.*

¹⁴⁶ *Idem.* p.130.

¹⁴⁷ *Ide. Ibidem.*

¹⁴⁸ Linha de atuação do PCB era apoiar o MDB e o calendário eleitoral e organizar a participação popular nas eleições de 1976 e 1978. *Idem.* p.165.

¹⁴⁹ No final de 1975 o inquérito sobre o PCB denunciava 105 pessoas como os Deputados Federais Marcelo Gatto e Nelson Fabiano e o deputado estadual Alberto Goldman, desde os anos 90 no PSDB. *Idem.* p.134.

¹⁵⁰ Jornal Opinião, nº133, 23/5/1975, p.03.

legislativo e eleições diretas para governadores. Segundo David Maciel, as principais lideranças do MDB procuravam esvaziar as propostas dos *autênticos* e neoautênticos de cartilhas e publicações do partido.¹⁵¹ O MDB contava “com os limites mais gerais do modelo político para manter-se na cômoda posição de único interlocutor válido pelo governo e de partido da situação, à espera que, pela inércia, a vitória de 1974” levasse o MDB ao governo.¹⁵² Assim, MDB reforçava “a estratégia passivadora de reativação controlada da representação política.”¹⁵³ Nesse quadro, a principal prioridade do MDB enquanto partido de “oposição” ao regime ditatorial era justamente a questão eleitoral. Para a cientista política Célia Melhem, essa prioridade foi “estabelecida ainda na década de setenta, e sempre atraiu quem tivesse motivação por cargos e poder em todas as frações do partido, independente da rigidez ideológica de cada uma”.¹⁵⁴

Para evitar surpresas e derrotadas eleitorais em plena ditadura, seus agentes baixaram decreto de lei em julho de 1976, às vésperas do início da campanha eleitoral, reformulando pontos fracos que beneficiariam o MDB. O então Ministro da Justiça, Armando Falcão, anunciou a lei nº 6.349/76, que restringia a propaganda eleitoral no rádio e na TV. A nova lei, que ficou conhecida como “lei Falcão”, proibia ainda a fala dos candidatos, permitindo apenas a exposição da foto do candidato e a leitura de seu currículo, seu número e a divulgação de seus comícios e compromissos de campanha.¹⁵⁵ Apesar dos casuísmos legais para conseguir a maioria para a Arena e das cassações de mandatos dos membros mais combativos, isto não abalava a “moral” do MDB pois as atas deste período, mostram o partido “provado e amadurecido no defrontar com situações semelhantes e repudiar, com firmeza, qualquer forma de totalitarismo.”¹⁵⁶

O resultado das eleições municipais não foi nenhuma surpresa. O MDB venceu em cidades populosas do interior, enquanto a Arena venceu na grande maioria dos municípios.¹⁵⁷

No campo econômico, o II PND foi sendo paulatinamente descartado em favor dos interesses dos setores de bens de capital. Esses setores estavam bem representados

¹⁵¹ Os *neoautênticos* eram parlamentares eleitos a partir de 1974 no MDB e que eram ligados a grupos de esquerda ou que se aproximaram dos parlamentares do Grupo Autêntico. MACIEL, David. *op.cit.* p.138

¹⁵² Jornal Opinião, nº207, 22/10/1976.

¹⁵³ MACIEL, David. *op.cit.* p.138.

¹⁵⁴ MELHEM, Célia. *op.cit.* p.133.

¹⁵⁵ Nas eleições de 1972 e 1974 o MDB tinha cerca de uma hora por dia na TV para fazer sua campanha. Como na época não havia videotape e as gravações eram feitas ao vivo, alguns candidatos aproveitavam para expor denúncias e criticar a ditadura. NADER, Ana Beatriz. *op.cit.* p.302.

¹⁵⁶ Comissão Diretora Nacional, Livro 1, p.97.

¹⁵⁷ “A Arena obteve cerca de 83% das prefeituras e 55% do total de votos.” MARKUN, Paulo. *Farol alto sobre as diretas (1969-1984)*. São Paulo: Benvirá, 2014. p.201.

através de canais diretos de pressão junto ao executivo, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e órgãos interministeriais. Esses interesses não passavam pelo crivo das disputas de representação política institucionalizada, atuavam junto e em conformidades com as Forças Armadas, evidenciando ainda mais seu caráter civil-militar. A ciranda financeira criada aumentava ainda mais a concentração de renda com a elevação da inflação.¹⁵⁸ A estratégia de acomodação com os setores industriais e financeiros foi protegê-los via deteriorização das contas públicas, endividamento das empresas estatais e estatização das dívidas externas.¹⁵⁹ Somado à contenção de gastos, a deteriorização das condições de vida da população urbana, atraída para os grandes centros no período do milagre econômico, aprofundou-se de forma extrema, na segunda metade da década de 1970.

A ditadura, temendo perder maioria no Congresso Nacional com a agudização da crise econômica e da tensão social, em abril de 1977, foi preventiva: com base no AI-5 e através do Ato Complementar nº102, Geisel fechou o Congresso Nacional temporariamente e, durante doze dias, ele e seus assessores diretos elaboraram uma série de medidas e mudanças para as eleições de 1978. Estavam nesta reunião de cúpula ditatorial o Ministro da Casa Civil, General Golbery do Couto e Silva, o Presidente do Senado Petrônio Portella, o Presidente da Câmara Marco Maciel, o Presidente da Arena, Francelino Pereira, e o Ministro da Justiça, Armando Falcão.¹⁶⁰ Em síntese, as medidas do *pacote de abril* foram:

Suspensão das eleições diretas para governadores de estado e para um terço dos senadores [22 cadeiras], em 1978. Os colégios eleitorais estaduais, que nomeariam indiretamente os governadores e os chamados senadores “biônicos”, seriam compostos pelos deputados estaduais, por um vereador a cada município e por um delegado a cada 20 mil habitantes, ambos indicados pelo partido majoritário – geralmente a Arena. O mandato do Presidente seguinte foi ampliado para 6 anos e sua eleição indireta foi antecipada de 15 de janeiro de 1979 para 15 de outubro de 1978, ainda na legislatura de 1974, em que a Arena tinha maioria. O Colégio Eleitoral Federal foi ampliado, passando a conter toda a bancada do Congresso Nacional, três delegados em cada milhão de habitantes, sobrevalorizando a representação dos estados mais atrasados e menos populosos, onde a Arena tinha ampla margem eleitoral.¹⁶¹

¹⁵⁸ MACIEL, David. *op.cit.* p.142.

¹⁵⁹ ALMEIDA, Mônica Picollo. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.* – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

¹⁶⁰ MACIEL, David. *op.cit.* p.149.

¹⁶¹ *Idem.* p.150.

O *Pacote* ainda determinava a redução do quórum para aprovação de emendas constitucionais, de dois terços para maioria simples. Ainda definia nas eleições de prefeitos e senadores a indicação de até três nomes para sublegendas. Por fim, determinava a concomitância eleitoral para deputados federais e prefeitos, para o ano de 1982.¹⁶² As reações ao *pacote de abril* vieram de amplos setores da sociedade civil que se surgiam com mais vigor com o aprofundamento da crise econômica e da crise de legitimidade do regime. A postura crítica de setores como a Ordem dos Advogados do Brasil, (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de setores empresariais possibilitaram um avanço da crítica à ditadura. No ano de 1978, quando já estouravam greves operárias no ABCD paulista e movimentos pró-anistia surgiam pelo país, através do I Congresso Nacional pela Anistia, realizado em novembro de 1978, a ditadura civil-militar dava claros sinais de desgaste, inclusive junto a setores que lhe haviam patrocinado e sustentado no poder, como a classe empresarial-industrial e latifundiária.

Setores inclusive da Arena, como Severo Gomes e Teotônio Vilela, acabaram rompendo com o governo, assim como setores empresariais.¹⁶³ Em julho de 1977, foi anunciada a indicação do General João Figueiredo, então chefe do SNI, e membro do IPES/IBAD, desde a fundação, quando era capitão do Exército, ligado a Geisel e Golbery.¹⁶⁴ No MDB, enquanto os moderados defendiam a priorização do calendário eleitoral, os autênticos e neoutênticos buscavam estreitar a relação com as entidades civis de oposição à ditadura, para formar frentes de mobilização política com diversas bandeiras. Na Convenção do partido, em setembro de 1977, de forma dividida, a organização aprovou a defesa de uma Assembleia Constituinte, mas Tancredo Neves e Saturnino Braga vetaram a criação de uma Comissão Nacional para mobilizar a sociedade em torno desta medida.¹⁶⁵

Dentro da Arena Magalhães Pinto chegou a ser anunciado candidato do partido, mas, em abril de 1978, a Arena homologou chapa com General João Batista Figueiredo

¹⁶² *Idem. Ibidem.*

¹⁶³ "Era indicativo do grau de discordância dos dois políticos arenistas com o modelo político e econômico vigente.(...) O projeto propunha um processo de reformas em que a democracia liberal fosse combinada com mecanismos de descentralização política e como um modelo de desenvolvimento capitalistas "socialmente responsável." (...) A perspectiva política contida no projeto expressava, em linhas gerais, a concepção de democratização defendida pelos setores críticos do empresariado e articulava-se às suas demandas por ampliação de sua influência no processo decisório, particularmente junto aos mecanismos oficiais de financiamento e planejamento." MACIEL, David. *op.cit.* p. 171.

¹⁶⁴ Em março de 1978, Figueiredo passou a frente de vários generais 3 estrelas e conseguiu a 4ª. A indicação foi manobra do alto comando pra qualificar sua "candidatura". MACIEL, David. *op.cit.* p.187.

¹⁶⁵ *Idem.* p.164.

e o civil, líder político mineiro, Aureliano Chaves, da Arena. No MDB, o setor moderado chegou a conversar com arenistas sobre a possibilidade de apoio a Magalhães Pinto, mas o partido, em agosto, homologou a candidatura do General Euler Bentes e Paulo Brossard para vice. Por sua vez, esta participação no Colégio Eleitoral não no sentido de afronta à ditadura e, sim, em total conformação com as regras do jogo. Não à toa, a candidatura destoava das emergências populares, sobretudo de movimentos ligados à teologia da libertação da Igreja Católica, movimento estudantil, movimento operário, entre outros.

No dia 15 de outubro de 1978, o Colégio Eleitoral sancionou a “vitória” de João Batista Figueiredo. Dois dias antes, havia sido revogado o Ato Institucional nº5, para começar a valer a partir do dia 1º de janeiro de 1979, data da “posse” de Figueiredo. Esse era o caminho decido pela cúpula ditatorial como modo de reformar a institucionalidade ditatorial, mantendo prerrogativas-chaves de manutenção da repressão seletiva sobre os aparelhos privados contra-hegemônicos, que, no período, estavam em ascensão. As primeiras reformas institucionais até a abertura política em 1989 foram o fim do AI-5 e a reforma partidária, pois era necessário começar a dar garantias quanto às liberdades individuais e dividir as oposições, que começavam “perigosamente” serem monopolizadas pelo guarda-chuva representativo do MDB, levando-o a um “empoderamento” visto como excessivo. Foi justamente neste momento, nas eleições parlamentares de 1978, que o partido mais teve aproximação com os movimentos sociais e resultando no significativo aumento de parlamentares combativos. Além disso, muitas bandeiras dos movimentos contra a ditadura estavam se tornando bandeiras do MDB, como a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita.¹⁶⁶ Com a perspectiva de volta de muitas lideranças políticas, o objetivo da transição democrática segura era dividi-los, para enfraquecê-los e não influírem no processo de abertura.

¹⁶⁶ A bandeira da anistia unificou os diversos setores de esquerda no país, incluindo os oriundos dos grupos armados derrotados pela ditadura. A campanha pela anistia, liderada, sobretudo, pelos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA's), tomou as ruas do país, teve repercussão internacional e mobilizou significativamente amplos movimentos sociais. Contudo, a anistia política aprovada em 1979, não isenta de ferrenhos embates no Congresso Nacional, não era nem ampla, nem geral, nem irrestrita, como clamavam os movimentos sociais, além de ter anistiado envolvidos nos crimes da ditadura sem anistiar muitos de seus atingidos. Nos últimos anos, as questões referentes à anistia e às heranças da ditadura vêm ganhando ampla visibilidade, sendo palco de acirrados debates e polêmicas que envolvem grupos organizados da sociedade civil, o Poder Judiciário e o Poder Executivo. Para saber mais, ver, entre muitos outros: RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011 e SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (orgs). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. 2v, São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

A nova legislação partidária também deveria entrar em vigor em janeiro de 1979, o que afrouxava exigências para a criação de partidos. Mais uma vez, como forma de vincular organicamente a existência político-partidária a mandatos parlamentares, a lei determinava que os partidos devessem contar com pelo menos 10% (42 deputados federais e sete senadores, eleitos em 1978). Os principais quadros e lideranças do MDB interpretaram o fim do bipartidarismo como mais um golpe do regime para enfraquecer e fragmentar as oposições à ditadura. Acusavam ser mais um casuísmo a “cassação do MDB”. Estes setores resistiam à fragmentação, uma vez que os critérios para a formação de novos partidos, já mencionados, inviabilizavam a formação de novas organizações partidárias.¹⁶⁷

Assim, em novembro de 1979, foi aprovado o Projeto de Lei nº37, que dava um prazo de 180 dias para a reorganização de novos partidos políticos.¹⁶⁸ Isso foi aprovado por 270 votos a favor e 177 contra, e, no dia 20 de dezembro do mesmo ano, o ditador general João Batista Figueiredo sancionou a lei nº 6.767, determinando o fim do bipartidarismo.¹⁶⁹ A diferença na lei estava na flexibilização de pontos nodais para criação de novos partidos como: 1) a redução de onze para nove o número de estados em que o partido deveria estar organizado; 2) redução de um terço para um quinto o número de municípios em que o partido deveria estar organizado; 3) aumento do prazo de 8 para 12 meses, para os partidos se organizarem nas primeiras exigências.¹⁷⁰

Se, por um lado, a anistia trouxe de volta para o Brasil diversos quadros políticos que ingressariam no MDB, por outro lado, o fim do bipartidarismo e a instituição do pluripartidarismo levaram alguns de seus militantes a abandonar as fileiras do partido. No dia 15 de janeiro de 1980, nasceu, na Câmara dos Deputados, o *Partido do Movimento Democrático Brasileiro*, tendo seu registro aprovado no dia 09 de junho de 1980, pelo Tribunal Superior Eleitoral.¹⁷¹ Neste momento de crise do regime, na reorganização das forças políticas, mesmo opositores históricos da ditadura – como Leonel Brizola, Miguel Arraes e outros que atemorizavam as direitas – aceitaram o jogo de “transição pelo alto” para a democracia. Mudou-se o regime, mas o conteúdo da dominação se manteve. Líderes civis no Parlamento que serviam de “base de apoio” à

¹⁶⁷ MACIEL, David *op.cit.* p.238.

¹⁶⁸ FERREIRA, Denise Paiva. *PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)*. Goiânia: Editora Alternativa, 2002. p.136.

¹⁶⁹ DELGADO, Tarcísio. *op.cit.* p. 203.

¹⁷⁰ MACIEL, David. *op.cit.* p.240.

¹⁷¹ DELGADO, Tarcísio. *op.cit.* p. 209. As duas primeiras comissões executivas do PMDB foram assim compostas: Ulysses Guimarães, Presidente; o Senador Teotônio Vilela, Vice-Presidente; e o Senador Pedro Simon, Secretário Geral. *Idem.* p. 210.

ditadura mudaram de lado e lideraram a transição como José Sarney, Marco Maciel e Antônio Carlos Magalhães, entre vários outros. A polícia militar, que durante a ditadura serviu como um “corpo auxiliar” das Forças Armadas, assim como os Bombeiros, foi mantida na transição e, após a Constituinte, conservando o essencial do aparelho repressivo. Como afirma o historiador Renato Lemos, na longa duração da história do Brasil, a manutenção da contrarrevolução permanente persiste em toda a trajetória republicana.¹⁷² O pluripartidarismo e a liberdade partidária no país geraram, inevitavelmente, a fragmentação dos opositores à ditadura, tanto à direita como à esquerda no espectro político. Novos partidos políticos foram criados e recriados e setores da Arena desgastados com o governo buscaram refúgio em outros partidos, inclusive no recém-criado PMDB. O que será tratado no próximo capítulo.

¹⁷² LEMOS, Renato. “A Anistia e a Crise Política no Brasil pós-1964”. *Topoi*, nº5, Rio Janeiro, 2002.

Capítulo II

A Transição Brasileira: o PMDB na década de 1980

2.1 Sobre as especificidades da *Transição Brasileira* à eleição indireta de Tancredo Neves.

A década de 1980 no Brasil marcou a fase final da ditadura civil-militar, iniciada em 1964. A década começou com o fim do bipartidarismo (Arena e MDB), a volta dos exilados políticos ao país, uma profunda crise econômica que modificou o bloco no poder formado pós 1964 e a ascensão de movimentos populares e patronais, que culminaram no maior movimento de massas até então no Brasil, conhecido como movimento pelas “diretas já”. Em meados da década, uma eleição indireta para presidente levou um civil ao posto político máximo da nação, depois de 21 anos. Em sua metade final, o país se mobilizou em torno da Assembleia Nacional Constituinte que substituiria a Constituição de 1967/1969, imposta pela ditadura. A crise econômica persistiu ao ponto de o país decretar a moratória da dívida junto ao Fundo Monetário Internacional. Evidentemente, este processo histórico dinâmico e contraditório foi conturbado e recheado de conflitos entre as classes sociais e intraclasses. Destas disputas resultaram a democracia liberal burguesa brasileira, que foi ganhando formas mais definidas a partir da década de 1990.

Neste cenário, o nosso objeto de estudo, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, teve papel fundamental, a partir da segunda metade da década de 1980, quando venceu as eleições no Colégio Eleitoral para a Presidência da República, formado pelas regras ditatoriais, e após as eleições de 1986 se tornou o maior partido brasileiro. Assim, foi o principal partido na Assembleia Constituinte que daria a forma de como as classes sociais se relacionariam na “democracia” brasileira. No entanto, este mesmo partido político, oriundo do antigo MDB, também não era o mesmo partido de *frentes políticas* diversas do final dos anos setenta. Na primeira metade dos anos oitenta, o partido foi se modificando na medida em que incorporava, em seus quadros, setores conservadores e moderados politicamente, inclusive setores que, até meses antes, lideravam o partido da ditadura, a Arena/Partido Democrático Social. Após a liberação dos partidos comunistas, em 1985, o PMDB – que os abrigava – tornou-se ainda mais conservador, do ponto de vista político, e continuou este processo de atração a setores conservadores e fisiológicos. Durante os embates constituintes que terminaram em outubro de 1988, o partido sofreu mais um duro golpe, quando dezenas de

parlamentares, principalmente de São Paulo – berço do partido – saíram em bloco e formaram o Partido da Socialdemocracia Brasileira, PSDB.

A maioria desses quadros era, justamente, o principal esteio programático do PMDB. Eram personalidades políticas conhecidas por seus estudos acadêmicos e luta política pela democratização do país, ou seja, este mesmo partido que iniciou a referida década como um partido de frentes políticas, em seus meados, tornou-se “hegemônico” e, no seu final, perdeu grupos políticos importantes nacionalmente. Não obstante, continuou sendo o maior partido do Brasil e com outras feições políticas. De quadros nacionais importantes que lideraram as mudanças políticas da década, para políticos de abrangência apenas regional, bons de voto, todavia, não eram líderes nacionais. Na disputa eleitoral para a Presidência da República, em 1989, após 25 anos, seu principal líder, Ulysses Guimarães, obteve votação pífia e, em muitas regiões do país, nem o seu partido o apoiou.

Este é o cenário que vamos analisar ao longo deste capítulo. Não obstante, é preciso, antes de começarmos esta longa análise sobre a década de 1980 e o PMDB, faremos um balanço bibliográfico sobre a natureza da transição política brasileira. Muitos autores trabalharam com este tema, e muitos deles possuem interpretações díspares sobre este período nodal da história brasileira. A grande maioria dos estudiosos do período classifica o ano de 1985, com a eleição da chapa peemedebista Tancredo Neves/ José Sarney, como o marco histórico que define o fim da ditadura e o início democrático com a *Nova República* no Brasil. Para o período que abrangeu a eleição de Tancredo Neves à eleição de Fernando Collor, em novembro de 1989, caracterizam de formas variadas. Os termos mais utilizados são: Nova República como *democracia*, mas também existem autores que defendem a Nova República *semidemocracia*, a Nova República como sistema *híbrido*, a Nova República como *regime tutelado*, a Nova República como *uma fase do regime de 1964* ou, ainda, a Nova República como *um governo civil da ditadura*.

Entre os que saudaram a Nova República como *democracia*, estão principalmente, os editoriais dos jornais da época, que cravaram a eleição no Colégio Eleitoral no dia 15 de janeiro de 1985 como reinício da democracia no Brasil. “Acabou o ciclo autoritário: Tancredo é o 1º Presidente civil e de oposição, desde 1964, ou seja,

uma democracia melhor.”¹⁷³ Este era o título do editorial da Folha de São Paulo em 16 de janeiro de 1985, saudando a vitória de Tancredo Neves e José Sarney.

A Revista Veja do mesmo dia expôs o seguinte: “Com a eleição de Tancredo Neves, o país vê com tranquilidade o fim de 21 anos de Regime Militar e o nascimento da *Nova República*”. O jornal “O Globo”, por sua vez, afirmou que assumiu um governo plural e com moralidade administrativa: “(...) um governo ansioso por livrar-se dos instrumentos autoritários residuais que herdou do sistema anterior, mediante a uma reforma imediata da constituição”.¹⁷⁴

Mesmo reconhecendo os “entulhos autoritários” herdados do governo ditatorial anterior, Ronaldo Couto enxergou força de vontade em democratizar o Brasil por parte de Tancredo Neves, já que “retiraram a legitimidade dos líderes do governo Figueiredo em escolher o novo presidente e transformaram as eleições de 1985 em democráticas”.¹⁷⁵ Esta foi a visão mais difundida naquele momento, constituindo-se no senso comum sobre esse período.

Outro olhar sobre a Nova República a caracteriza como uma *semidemocracia*. Um autor que partiu dessa concepção foi Carlos Arturi.¹⁷⁶ No seu trabalho, o autor argumenta que, como os eleitos tinham por princípios a alternância de poder, a eleição direta – após o término de seus mandatos – em todos os níveis e a reforma do aparato autoritário, seriam as bases reformistas democráticas ao lado da autonomia das forças armadas frente ao poder político civil. Isso caracterizaria este período como *semidemocrático*.

Uma terceira linha de pensamento foi a que enxergou a Nova República como uma *fase de democratização* do regime ditatorial. No artigo “Democracia Delegativa?”, de Guillermo O’Donnell, publicado em 1991, o autor sugere que, nos períodos de transição entre os regimes autoritários para regimes democráticos, surgem um período de delegação e democratização. Os exemplos do caso brasileiro seriam as eleições diretas de 1986 para o Congresso Nacional e o Congresso Constituinte, bem como as

¹⁷³ In: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_16jan1985.htm>. Visto em: 13/12/2015. Apud: MONTEIRO, Tiago Francisco. “A nova república e os debates relativos ao papel político das forças armadas pós-ditadura: homens, partidos e ideias (1985-1990).” Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p.34.

¹⁷⁴ MONTEIRO, Tiago Francisco. *op.cit.* p.35.

¹⁷⁵ *Idem.* p. 34.

¹⁷⁶ Tese defendida no seguinte artigo: ARTURI, Carlos. “O debate teórico sobre a mudança de regime político: o caso brasileiro”. In: *Revista de Sociologia e Política*. Nº 17. 2001. Apud: MONTEIRO, Tiago Francisco. *op.cit.* p.35.

eleições municipais de 1988, que delegariam um avanço democrático no país.¹⁷⁷ Uma primeira fase seria a de liberalização, onde ocorreria a abertura de alguns direitos civis e reformas eleitorais e, em um segundo momento, a democratização, com maior participação da oposição política ao regime autoritário.¹⁷⁸

Uma quarta linha de pensamento sobre a Nova República brasileira defende a tese de que o novo regime criado seria um sistema *híbrido*. Convergiram nele elementos democráticos e ditatoriais.¹⁷⁹ Autores como Juan Linz, Alfred Stepan e Maria Capelo de Souza partem do princípio de que, como foram os militares que lideraram o processo abertura política, muitas coisas acabaram sendo delegadas aos próprios militares, como a questão das pesquisas nucleares, os seis ministérios militares no governo Tancredo/ Sarney, entre outros.¹⁸⁰

Outros autores, como René Armand Dreifuss, reconhecem na eleição de Tancredo Neves o surgimento de um regime civil *tutelado* pelos militares, vide principalmente, o número de ministérios militares, cargos comissionados no executivo, no primeiro e segundo escalões. Além disso, havia os cargos militares em diversas empresas estatais, fora a manutenção sob estrito domínio militar do Conselho de Segurança Nacional e do Serviço Nacional de Informações. Isto criou forte autonomia nas Forças Armadas que acabou por conformar uma *Sociedade Política Armada* com estreita ligação convergente com a *Sociedade Política Civil Dominante*.¹⁸¹ Nesse período isso ajudou a “fortalecer sua capacidade de iniciativa sobre a embrionária *sociedade civil dos dominados*, isto é, a *Sociedade Civil Popular* em gestação.”¹⁸²

Por fim, Florestan Fernandes, Décio Saes e Adriano Codato caracterizam essa fase histórica como continuação do regime militar. Nas palavras de Tiago Monteiro:

A Nova República é avaliada como uma fase do Regime Político imposto em 1964. Tais estudiosos não negam a redução da repressão política e os avanços das liberdades individuais. Citam, por exemplo, a legalização dos Partidos Comunistas e o estabelecimento do direito ao voto para os analfabetos, ambos aprovados em 1985. Entretanto,

¹⁷⁷ Artigos de O'DONNELL, Guillermo. “Democracia Delegativa?”. In: *Novos Estudos CEBRAP* n°. 31. São Paulo: 1991 e O'DONNELL, Guillermo e SCHIMITTER, Phillipe. *Transições do Regime autoritário: primeiras conclusões*. Rio de Janeiro: Vértice, 1986 Apud: MONTEIRO, Tiago Francisco. *op.cit.*

¹⁷⁸ MONTEIRO, Tiago Francisco. *op.cit.* p.36.

¹⁷⁹ LINZ, Juan J e STEPAN, Alfred. *A transição e a consolidação da democracia- a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. SOUZA, Maria C. Campelo. “A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles”. In: STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁸⁰ MONTEIRO, Tiago Francisco. *op.cit.* p.36.

¹⁸¹ DREIFUSS, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989. p.28-29.

¹⁸² *Idem.* p. 29.

localizam as causas destes avanços nas mobilizações das massas e não na boa vontade governamental. Outra característica destes trabalhos é a ênfase da manutenção dos instrumentos jurídicos criados pela Ditadura durante 1985-1988. Por exemplo, a Constituição de 1969 permaneceu vigente até 1988. A Lei de Segurança Nacional de 1983 não foi extinta até os dias atuais. Outra característica existente na Nova República e que, segundo estes autores, desautoriza uma caracterização democrática para o governo Sarney é a manutenção da função castrense no bloco político que tomou o poder em 1964: o poder de veto em última instância.¹⁸³

A diferença entre esses autores é que, para Fernandes, a Nova República representou uma fase do regime militar de 1964, enquanto para Saes e Codato, a Nova República representou a chegada de um governo civil no regime militar iniciado em 1964. Tencionamos a concordar com esta última caracterização em relação à Nova República, como uma fase dentro da ditadura civil-militar brasileira iniciada em 1964. Os autores que indicam o período como sendo *democrático* ou *semidemocrático* tenderam, em suas análises, a considerar isoladamente situações políticas ou práticas políticas “democratizantes” introduzidas pela abertura política. Assim, vislumbraram um início de era democrática no Brasil.¹⁸⁴ Nas palavras de Monteiro: “valorizaram as partes democráticas em detrimento do todo ditatorial.”¹⁸⁵

Para entendermos melhor o processo de abertura política, precisamos retornar ao ano de 1974 e entender que a crise econômica desencadeada pela crise do petróleo e o cheque dos juros estadunidense criaram fissuras no bloco de poder civil-militar no Brasil. A partir deste momento foi preciso atrair ainda mais setores civis, notadamente, lideranças conservadoras no interior do país, para manter o *status quo* vigente. E nisso, a Arena e o MDB cumpriram bem este papel de atrair e formar novas lideranças políticas conservadoras, em um momento em que a própria ditadura anunciava a abertura, lenta, gradual e segura do regime. A transição brasileira foi “um projeto político que visava abrandar a forma de dominação ditatorial sem democratizar, de fato, o sistema político brasileiro.”¹⁸⁶

Ao longo do período de 1974 a 1990, os militares controlaram o processo decisório ao lado dos civis mais afáveis à conciliação. Não à toa, Tancredo Neves foi a liderança civil, de “oposição,” que conseguiu ser eleito no Colégio Eleitoral com regras

¹⁸³ MONTEIRO, Tiago Francisco. *op.cit.* p.40.

¹⁸⁴ SAES, Décio. *República do Capital – Capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001. Apud: MONTEIRO, Tiago Francisco. *op.cit.* p.41.

¹⁸⁵ MONTEIRO, Tiago Francisco. *op.cit.* p.42.

¹⁸⁶ *Idem.* p.43.

da Constituição ditatorial de 1967. Durante a ditadura, enquanto liderava o partido de oposição, o MDB, seu genro era deputado federal pela Arena de Minas Gerais, Aécio Cunha. Seu neto, Aécio Neves, ao longo da ditadura exerceu cargos comissionados em autarquias federais. Seu sobrinho Francisco Dorneles também exerceu inúmeros cargos dentro da Receita Federal. Difícil levar a sério um “opositor” com tantos laços dentro da ditadura civil-militar brasileira. Enquanto o Ato Institucional nº5 era extinto, em 1979, foram criadas *Salvaguardas do Estado* para manter em “rédeas curtas” o processo de abertura e continuar a reduzir a possibilidade de apresentação de demandas políticas de movimentos populares, notadamente, os setores operários que, neste momento, estavam na linha de frente contra a política de arrochos salariais que marcaram toda a ditadura.

Por isso, é notório que o regime iniciado em 1964 priorizou a transformação do capitalismo brasileiro de forma subordinada ao grande capital internacional, por meio da repressão e “apassivamento” das classes subalternas. O arrocho salarial, principalmente no salário mínimo, foi a política econômica que permitiu o alto crescimento econômico na década de 1970, que concluiu a revolução burguesa no Brasil. Somados à proibição de greves, o controle sobre os sindicatos de trabalhadores possibilitaram a maximização da exploração do trabalho e o forte crescimento econômico.

Mas a crise econômica refletiu politicamente no bloco de poder da ditadura civil-militar. A década de 1980 iniciou-se com críticas do grande capital nacional contra determinados atos *estatizantes* da cúpula civil-militar do regime. Os próprios militares estavam envolvidos em atentados à bomba contra civis, demonstrando que as instituições armadas não eram um bloco monolítico que, dentro dos quartéis, existiam descontentamentos. A saída encontrada com a eleição indireta da chapa Tancredo Neves/ José Sarney demonstrou que a guerra de posição deveria ser conduzida em outros níveis, no entanto, níveis seguros com dois dos principais políticos conciliadores do país, Tancredo Neves e José Sarney. E isso dentro de um partido “opositor” que vinha, desde 1980, recebendo quadros políticos conservadores e com raízes políticas no apoio ao arbítrio. Uma abertura política restauradora que passou a misturar opositores históricos da ditadura com a direita política que sempre foi a base civil da ditadura.

Na segunda metade da década de 1980, tornou-se consenso sobre o tema da reforma do Estado. Nas batalhas políticas da Constituinte, o bloco de poder se articulou com larga vantagem para setores patronais e suas entidades, associações, e, ainda assim, a guerra de posição parlamentar conseguiu arregimentar a pequena burguesia e setores da oposição ao *novo sindicalismo*.

Um dos pontos importantes para manter a transição sob o domínio militar e civil da ditadura foi dividir as oposições ao regime. O MDB, a cada eleição municipal e parlamentar, crescia e “exigia” do próprio regime a criação de meios para subverter a vontade popular e manter a maioria entre os parlamentares e prefeitos no intuito de se manter hegemônico no Colégio Eleitoral. É o caso da Lei Falcão, o Pacote de Abril, entre outros. No final da década de 1970, o MDB havia se tornado um “guarda-chuva” de diversos setores de oposição à ditadura. Havia, desde setores ligados aos clandestinos PCB e PCdoB, além do Movimento Revolucionário 8 de Outubro, até políticos liberais de diversas linhagens políticas, desde o trabalhismo, passando por setores empresariais. Com a anistia aos exilados políticos, o MDB “corria o risco” de se tornar ainda maior e popular, com a volta de líderes políticos como Leonel Brizola, Miguel Arraes, entre outros.

No segundo semestre de 1979 foi aprovada a lei que arrefecia as exigências para a criação de partidos políticos.¹⁸⁷ Evidentemente, a lei foi aprovada sob os protestos do MDB, que interpretava essa manobra política como um ataque frontal ao partido. Enquanto algumas lideranças como Ulysses Guimarães davam declarações de que o partido seguiria unido, outras, como Tancredo Neves e Thales Ramalho, articulavam nos bastidores a criação de um novo partido que seria composto por membros do MDB e da Arena, com o objetivo maior de disputar o Colégio Eleitoral e vencê-lo.¹⁸⁸ No entanto, isso pouco foi discutido no partido (muito menos em Ata), uma vez que nenhum setor alardeava abandonar a entidade, temendo reforçar grupos que herdariam o espólio emedebista.¹⁸⁹

¹⁸⁷ Segundo David Maciel a reforma partidária “tratava-se de adaptar o sistema partidário à dinâmica assumida pelo conflito político, na passagem da distensão para a abertura, sem que sua finalidade original fosse alterada. Portanto, a reforma partidária foi uma resposta do governo militar ao acirramento da crise conjuntural nessa etapa, particularmente com a emergência do protesto popular, e teve como fundamento sua contenção pela via da canalização do conflito político para a esfera de representação política institucionalizada.” MACIEL, David. *A Argamassa da Ordem: Da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Editora Xamã, 2004. p.230.

¹⁸⁸ “Segundo [Décio] Saes, em seu artigo “De quem é o MDB?”, o MDB seria um partido burguês não só devido à hegemonia do médio capital industrial e da média propriedade rural em seu interior, que definiria seu programa liberal democrático, mas também por características organizativas típicas do que Duverger caracterizaria como “partido de quadros”, em seu livro *Os partidos políticos*”. Estas características seriam o cupulismo, a frouxidão organizacional e uma estrutura “desmobilizadora”, responsável pela ausência de vínculo orgânico entre o partido e massa eleitoral pela direção nacional do partido e desta pela sua fração parlamentar, a fugacidade e a circunstancialidade da vida partidária da vida partidária, o eleitoralismo, o desprezo pelos movimentos reivindicatórios, a corrupção da máquina partidária etc.” MACIEL, David. *op.cit.* 2004. p.233.

¹⁸⁹ No dia 08 de agosto de 1979 foi escrito um manifesto assinado por 80 parlamentares e militantes em que assumiam o compromisso de continuar unidos em uma nova legenda se o MDB viesse a se extinguir. Entre os signatários estavam Pedro Simon, Marcos Freire, Fernando Henrique Cardoso, Jarbas

Entre os moderados, como atesta a posição do senador Franco Montoro, a proposta de manutenção do caráter frentista do MDB também se apresentava com força, com a diferença que, ao invés de defender a articulação orgânica do partido com os movimentos sociais, o setor propunha um avanço no programa do partido, com o fortalecimento das demandas econômico-sociais, ao lado das reivindicações político institucionais, como forma de se aproximar da “oposição extraparlamentar”.¹⁹⁰

Como a lei nº 6.767 estipulava um prazo de 90 dias para a formação de novos partidos, até janeiro de 1980 ocorreram troca-troca de partidos e surgimento de novos deles. A Aliança Nacional Renovadora, até então o maior partido político do país, encerrou suas atividades com 230 deputados federais. No entanto, durante este troca-troca, 30 destes deputados deixaram a legenda, mas o novo partido originado pela Arena, o Partido Democrático Social, recebeu, em seus quadros, 24 parlamentares do antigo MDB. No Senado Federal o partido ficou com 37 das 67 cadeiras. Uma delas originada por um Senador do MDB.¹⁹¹ Desses 30 deputados perdidos, 25 deles foram para o partido organizado por Tancredo Neves, o Partido Popular. Outros três foram para o MDB/PMDB, um para o Partido Trabalhista Brasileiro e outro ficou sem partido.¹⁹² Outra herança importante da Arena para o PDS foi os mais de três mil diretórios municipais espalhados por todos os estados brasileiros (exceto o antigo Território do Acre) expressavam o profundo enraizamento do partido da ditadura em território nacional e demonstrava a clara relação entre a ditadura e lideranças locais, pelo interior do Brasil. Patente também era o tipo de prática política oriunda desta relação entre o governo ditatorial com estas lideranças locais, baseada fundamentalmente no fisiologismo, no “carguismo”, na troca de favores e proteção mútua, sem nenhuma democracia interna. Tudo decidido pelos “caciques” partidários.¹⁹³

Em termos programáticos, o PDS possuía uma visão claramente liberal e conservadora. Defendia, entre outros pontos: 1) as liberdades fundamentais, desde que não afetassem a segurança nacional; 2) os militares eram tidos como os protetores da

Vasconcelos, entre outros. MARKUN, Paulo. *Farol Alto sobre as Diretas 1969-1984*. São Paulo: Benvirá, 2014. p.279.

¹⁹⁰ MACIEL, David. *op.cit.* 2004. p.234, 235.

¹⁹¹ *Idem.* p.242.

¹⁹² *Idem. Ibidem.*

¹⁹³ “O enraizamento do PDS em todo país expressava sua importância para diversas frações do bloco no poder, como grandes proprietários rurais e os médios capitais de origem comercial e industrial, dependiam do partido governista para viabilizar o atendimento de suas demandas junto ao Estado.” *Idem.* 2004. p.243.

democracia e da segurança nacional; 3) a democracia tida pela perspectiva do livre mercado e liberdade empresarial; 4) a liberdade de greve era aceita, desde que todos os trabalhadores tivessem a liberdade de furar a própria greve.¹⁹⁴

Um novo partido surgido no bojo da reforma partidária de 1979 foi o Partido Popular. Este surgia como o grande concorrente do PDS, pois procurou congregar, em suas fileiras, políticos moderados que detinham relações cordiais com amplos setores da sociedade e que tinha como seu principio básico a rejeição aos radicalismos, tanto de direita como de esquerda.¹⁹⁵ Da Arena, como foi colocado anteriormente, 25 deputados federais ingressaram no partido e, do MDB, vieram 43 deputados federais e três senadores. Mas não foram apenas parlamentares que saíram de seus partidos para engrossar as fileiras do PP, o ex-prefeito “biônico” de São Paulo e banqueiro, Olavo Setubal, “os ex-governadores Sinval Guazelli, Jaime Canet, Roberto Santos, José Fragelli e Paulo Egydio Martins” também foram para o Partido Popular.¹⁹⁶ Do MDB vieram lideranças políticas como o ex-governador do Estado da Guanabara e antigo proprietário do jornal O Dia, Chagas Freitas e seu fiel escudeiro na época, o deputado federal Miro Teixeira.

O PP, com esse cariz político, atraiu setores importantes do bloco de poder como setores agrários, bancário-financeiro, industriais. Possuía como principal proposta política uma reforma constitucional, de maneira negociada, para pôr fim ao arbítrio. Portanto, o PP iniciou sua caminhada política com 68 deputados federais e quatro senadores.¹⁹⁷

Partidos que representavam tradições políticas anteriores ao golpe de 1964 também reapareceram neste período de arrefecimento da lei partidária. E a tradição trabalhista se fez presente com a articulação para a recriação do Partido Trabalhista Brasileiro. Leonel Brizola, que passara os últimos anos de exílio nos Estados Unidos, no ano de 1979 estreitou laços políticos com partidos socialistas da Europa ocidental,

¹⁹⁴ *Idem. Ibidem.*

¹⁹⁵ Em novembro de 1979 Tancredo Neves em discurso no Senado ao anunciar a formação do novo partido declarou: “A radicalização política é o grande mal que nos ameaça [...] Ela funcionaria como força de contenção do arbítrio e de neutralização dos impactos da radicalização das oposições. Seria um centro amortecedor dos conflitos de grupos intransigentes e inflexíveis, oferecendo a grandes e numerosos segmentos de nossa sociedade a oportunidade de se situarem, participando do quadro partidário nacional, sem lesarem sua consciência e sem violentarem seus sentimentos” *Idem.* 2004. p.245.

¹⁹⁶ *Idem.* 2004. p.246.

¹⁹⁷ Segundo o jornalista Paulo Markun, o PP chegou a ser apelidado de partido dos banqueiros. MARKUN, Paulo. *op.cit.* p.280. Se pensarmos na organização das bancadas existentes em 2015, veremos que o PP é maior que qualquer uma das bancadas existentes neste ano.

seguinatários da Internacional Socialista.¹⁹⁸ Através do reformismo e da distribuição de renda, estaria pavimentado o caminho pacífico para o socialismo *democrático*. Isso era visto como a renovação do velho trabalhismo varguista, teorizado por Alberto Pasqualini, na década de 1940.

Uma carta de duas páginas foi publicada em junho de 1979 e defendia, entre outras coisas, atenção a quatro grupos sociais marginalizados na nossa sociedade: as crianças, os negros, os Índios e as mulheres. Ainda acenava com atendimentos às demandas dos trabalhadores pobres do Norte e Nordeste brasileiro, na maioria dos casos, trabalhadores rurais pauperizados. No plano político, duas bandeiras principais estavam nesta carta que eram: 1) a defesa da anistia e; 2) a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte para a volta da normalidade democrática. Por fim, definiam-se como herdeiros políticos de Getúlio Vargas e sua carta-testamento. Dentre as assinaturas estavam nomes como o próprio Leonel Brizola, o sociólogo Darci Ribeiro, membros da família de João Goulart, do jornalista Artur José Poerner, do ambientalista Carlos Minc Baumfeld, do líder camponês Francisco Julião, do sociólogo Herbert de Souza (Betinho), do deputado federal do MDB e um dos líderes do grupo Autêntico, Lysâneas Dias Maciel, do sociólogo Theotônio dos Santos, entre outros.¹⁹⁹

Em vista disso, podemos perceber o reaparecimento da mística trabalhista de valorização do trabalho e distribuição justa da renda, baseada na intervenção do Estado na economia. No entanto, o início de 1980 marcou o rompimento de Leonel Brizola com Ivete Vargas (sobrinha neta de Getúlio Vargas). Ivete, desde os anos de 1950, exercia suas atividades políticas em São Paulo e sempre mostrou “independência” em relação às posições políticas do PTB. Antes do golpe de 1964, apoiou Jânio Quadros para Presidente da República, em detrimento do candidato apoiado pelo PTB, General Lott (PSD), organizando em São Paulo a *dobradinha* Jan-Jan, Jânio Quadros para Presidente e Jango para Vice. Ivete Vargas continuou na política após o golpe, fazendo parte do MDB, mas foi cassada pelo AI-5, em 1969, quando deixou a política, até 1979. O imbróglio entre Ivete e Brizola chegou à justiça eleitoral. Por seus contatos políticos

¹⁹⁸ A Internacional Socialista tem origem no racha da Segunda Internacional Comunista durante a Primeira Guerra Mundial, entre os revolucionários comunistas marxistas (contrários à guerra) e os reformistas (à favor da guerra). Após a Revolução Russa de 1917, os marxistas fundaram a Terceira Internacional Trabalhista e os reformistas em 1923 a Internacional Trabalhista e Socialista. Esta Internacional Trabalhista e Socialista dissolveu-se em 1940 por conta da Segunda Guerra Mundial, se articulando posteriormente em tornos dos partidos trabalhista e socialdemocratas da Europa. Estes tiveram importante participação no fim das ditaduras em Portugal e Espanha na década de 1970. Seu símbolo é uma rosa vermelha.

¹⁹⁹ <<http://www.pdt.org.br/index.php/memoria-pdt/documentos/carta-de-lisboa>> Visitado em 14/12/2015.

com o regime ditatorial e a evidente má vontade para com Brizola, o controle do PTB foi dado à Ivete Vargas, em maio de 1980, forçando Leonel Brizola e a maioria dos trabalhistas a fundar outro partido, o Partido Democrático Trabalhista. Este foi fundado no dia 26 de maio de 1980 no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro.

Durante a disputa jurídica entre Ivete Vargas e Brizola, o PTB possuía 23 deputados federais. A partir da decisão do Tribunal Superior Eleitoral em conceder a sigla partidária para Ivete Vargas, desses 23 deputados, 22 seguiram com Brizola para o PDT. No PTB abriu-se o caminho para a descaracterização histórica do partido e a chegada de políticos conservadores, como Jânio Quadros, em 1980, após o mesmo ter sua filiação negada no MDB. Em 1982, quando ocorreu a fusão entre PP e PMDB – que discutiremos adiante – o PTB passou a ter 13 deputados federais não satisfeitos com o resultado da fusão entre os dois partidos.²⁰⁰

Um ponto fora da curva traçada pela ditadura civil-militar ao abrandar a lei de partidos no Brasil foi o surgimento do Partido dos Trabalhadores. Isso porque seu surgimento veio como grande novidade. O PT era um partido de esquerda que fugia à tradição dos partidos comunistas tradicionais, pois era liderado por grupos de sindicalistas não marxistas (como Luis Inácio Lula da Silva e Olívio Dutra), grupos católicos ligados à teologia da libertação, lideranças exiladas e alguns grupos de esquerda marxista. O PT, na sua formação, representava a “possibilidade de uma manifestação autêntica das classes trabalhadoras”.²⁰¹ O contexto histórico do período mostrava o início da crise da experiência “socialista” no leste Europeu, a Revolução Sandinista na Nicarágua e a crise política, econômica e social da ditadura civil-militar brasileira, com a franca ascensão de movimentos populares, paralelamente com o aumento de levantes grevistas no país, demonstrando a força do movimento operário brasileiro.

A ideia de formação de um partido dos trabalhadores foi surgindo de encontros de trabalhadores no estado de São Paulo, ao longo dos últimos anos da década de 1970. Nas teses e manifestos lançados nestes encontros era comum o diagnóstico da necessidade histórica da formação de um partido político dos trabalhadores. Exemplo disso foi a citação de Mauro Iasi, na sua tese sobre o PT e as metamorfoses da

²⁰⁰ MACIEL, David. *op.cit.* 2004. p.246.

²⁰¹ IASI, Mauro. *As Metamorfoses da Consciência de Classe*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.360.

consciência de classe, no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do estado de São Paulo, em 1979:

Enquanto vivemos sob o capitalismo, este sistema terá como fim último o lucro, e para atingi-lo utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste país, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político. A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é seu partido político.²⁰²

Mauro Iasi também defende a tese de que, no seu início, o PT carregava muito uma ideia anticapitalista e de autonomia de classe contra a exploração e contra os “patrões”. No ano de 1979 foi lançada a Carta de Princípios do PT. Neste documento o caráter de classe trabalhadora foi ampliado a todos os setores urbano-rurais e a todas as camadas assalariadas. E o partido – naquele momento de formação – tinha como horizonte uma “sociedade socialista e democrática”.²⁰³ Ainda em 1979, como plataforma política, a ideia de Partido dos Trabalhadores estava presente em bandeiras como: 1) erradicação dos latifúndios improdutivos e distribuição das terras aos trabalhadores sem-terra; 2) nacionalização e estatização de empresas estrangeiras; 3) estatização das grandes empresas e bancos; 4) estatização das fontes e das empresas de energia, indústria extrativa e de infraestrutura; 5) controle popular dos fundos públicos.²⁰⁴

Após sua fundação, em 1980, o partido logo se viu internamente com as polêmicas entre ser um partido revolucionário ou de massas. Ser um partido de vanguarda ou um partido tático. A primeira eleição do PT foi disputada em 1982, quando o partido elegeu 8 representantes. No entanto, naquele período os parlamentares tinham papel secundário no partido, sendo a formação de base no PT algo muito mais dinâmico.

Em relação ao fim do MDB, já dissemos o que representou no partido. Nos primeiros anos, a entidade continuou com sua formação policlassista, porém, cada vez mais caminhando para o conservadorismo e conciliação com o regime. Até outubro de 1982 o PMDB possuía diretórios nacionais em mais de duas mil cidades, por isso, era o

²⁰² IASI, Mauro. *op.cit.* p.377.

²⁰³ Carta de princípios do PT p. 54. Apud IASI, Mauro. *op.cit.* p. 380.

²⁰⁴ *Idem.* p.381.

partido de “oposição” de maior estrutura. Quando o Partido do Movimento Democrático Brasileiro foi fundado, no dia 15 de janeiro de 1980, possuía 94 deputados federais e 17 senadores.²⁰⁵ Existiam na entidade duas grandes tendências: 1) a liberal democrática, que hegemonizava a direção nacional; e 2) o aglomerado Executiva nacional do partido e a Tendência popular, formada pelos antigos Autênticos e Neoautênticos mais organizações de esquerda marxista, como o PCB, o PCdoB e o MR-8.

Dentro da tendência popular o PCB tinha posição majoritária de apoio ao PMDB, principalmente no seu Comitê Central – que defendia a tese da “frente democrática”. No entanto, seu principal líder, Luis Carlos Prestes, afastou-se do partido e passou a apoiar a fundação do PT. Havia ainda os chamados eurocomunistas, como Carlos Nelson Coutinho que continuaram no PMDB, na primeira metade da década de 1980. Já no PCdoB a avaliação crítica sobre a derrota e massacre da guerrilha do Araguaia ainda ecoava no partido, e o apoio a “um governo das forças democráticas e de unidade popular” era a tese dominante na direção da entidade. Contudo, em setembro de 1980, ocorreram expulsões de dissidentes.²⁰⁶

A tendência popular pretendia superar no PMDB os velhos vícios que denunciava no MDB, como o autoritarismo da direção, a falta de vida partidária efetiva e as relações inorgânicas com a “oposição extraparlamentar” e com os movimentos sociais. O esforço principal da tendência popular ocorreu no sentido de vincular organicamente o partido às classes subalternas, através de sua participação nas instâncias decisórias do partido e de um programa político que incorporasse efetivamente as demandas populares. Segundo documento da tendência, na situação de ascenso dos movimentos populares o objetivo era transformar o PMDB num verdadeiro partido de massas, que não se limitasse a ser apenas sua “expressão parlamentar”, mas que garantisse sua participação ativa na vida partidária.²⁰⁷

Já as tendências liberais e conservadoras do PMDB pretendiam aprofundar a perspectiva parlamentar e institucional do partido, desde o MDB, e disputar dentro das regras e limites estreitos impostos pela ditadura. Como afirmou David Maciel, “prevaleceriam o cupulismo como prática política e a supremacia da direção sobre o resto do partido,”²⁰⁸ combatendo os excessos e radicalismos. Na comissão nacional, tirada para dar entrada no pedido de registro do PMDB, a supremacia da tendência

²⁰⁵ MACIEL, David. *op.cit.* 2004, p.248.

²⁰⁶ *Idem.* p.249.

²⁰⁷ *Idem.* p.250.

²⁰⁸ *Idem. Ibidem.*

liberal era de 8 para 3 dos setores de esquerda. Entretanto, essa discrepância política no PMDB era arrefecida com o progressivo avanço político do PT, os liberais utilizavam a presença dos comunistas para disputar e fazer frente aos petistas. Assim, ao longo da primeira metade da década de 1980, foram incorporadas algumas bandeiras das esquerdas peemedebistas, esfriando as tensões entre esses grupos internos dentro do PMDB.²⁰⁹

Na ata de fundação do PMDB, no dia 15 de janeiro de 1980, ficou claro o início de uma formulação de autoimagem do partido, que vai segui-lo ao longo de sua trajetória, como o *partido da democracia*, o *partido do Brasil*, entre outros. Em ata, o PMDB desejava ser o grande instrumento de aprofundamento da resistência democrática e seria, sobretudo, o estuário de todas as correntes de pensamentos livres, inconformados com a tutela.²¹⁰ Em outubro do mesmo ano, o partido procurou dar mais atenção à Fundação Pedroso Horta, no exercício de realizar a formação de quadros partidários e promover estudos e debates políticos, ao mesmo tempo em que elaborava os estatutos da entidade. Em janeiro de 1981, cedendo aos anseios das alas à esquerda no partido de disputar espaço com o PT, o PMDB criou os *movimentos* trabalhistas, jovem e feminino.²¹¹

Nos espaços de debate e fóruns destinados à formulação e defesa de políticas públicas, os setores ligados à esquerda e, fundamentalmente, intelectuais liberais dominavam estas esferas de atuação. A *Revista do PMDB*, editada pela Fundação Pedroso Horta, foi um exemplo disso. Desde seu primeiro número, publicado em julho de 1981, diversos intelectuais independentes ou ligados ao PMDB tiveram participação

²⁰⁹ “Desse modo, o PMDB também carregava uma vocação hegemônica no campo da reforma capitalista e da luta democrática. Porém, ao contrário do PDT, sua perspectiva foi viabilizada, pois conseguiu atrair efetivamente os setores oposicionistas do bloco de poder e parcelas importantes dos movimentos sociais das classes subalternas. Sua inserção eleitoral e parlamentar garantiu o voto e o apoio inorgânico das massas oposicionistas na cidade e no campo. Assim, o PMDB não dependia só da dinâmica da disputa política estabelecida pelas reformas institucionais, incluída a reforma partidária, para se reproduzir e fortalecer. As próprias condições da disputa estabelecidas pelas reformas inseridas no projeto aberturista tornaram-no viável como alternativa de governo. Por isso, ele se movimentaria no interior dessa institucionalidade, aproveitando as possibilidades que ela garantia e ganhando os espaços políticos-institucionais abertos, sem romper com sua lógica autocrática, pois qualquer “retrocesso” seria desastroso em suas pretensões. Nessas condições, a perspectiva antiautocrática presente nos setores do PMDB ligados aos movimentos sócias das classes subalternas não pode se realizar; ao contrário, ela foi manejada como um instrumento de legitimação popular, sem, no entanto, definir a forma e o conteúdo do partido. Esse era o dilema institucional dos setores vinculados à Tendência Popular. Para transformar o PMDB, ao mesmo tempo, numa grande frente democrática contra o governo militar e num partido de massas, com inserção parlamentar-eleitoral e apoio popular, seria preciso manter a unidade e garantir sua reprodução como partido institucional, viável eleitoralmente conforme as condições estabelecidas pela institucionalidade reformada.” MACIEL, David. *op.cit.* 2004, p.252.

²¹⁰ Comissão Diretora Nacional, Livro 1. p.7.

²¹¹ Comissão Executiva Nacional, Livro 1. p.5.

ativa, divulgando artigos nas diferentes edições da revista. O periódico buscava não apenas informar/educar/construir consenso entre seus filiados e militantes, mas ampliar o público leitor da revista. Nela, eram publicados artigos de diversos intelectuais e militantes do partido, como Antonio Barros de Castro, Luciano Martins, Cacá Diegues, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Alba Zaluar, Bolívar Lamounier, Carlos Lessa, Celso Furtado, István Jancsó, Severo Gomes, Sérgio Bittar, Dílson Funaro, Eliseu Padilha, David Fleischer, Leandro Konder, Leonor Nunes de Paiva, Luis Henrique Bahia, Marcio Moreira Alves, Rose Marie Muraro, Sérgio Granja, Silvia Pimentel, etc.

Algumas edições, como a nº3 de agosto de 1982, foram destinadas às minorias políticas. Assim, havia artigos sobre a questão do negro no Brasil, sobre a necessidade da participação da mulher na política, um artigo sobre os pobres urbanos, um artigo sobre o PMDB e a questão sindical, entre outros. Na edição nº4, publicada pouco antes das eleições de 1982, em outubro, era contemplado um espaço para propostas de governo, com foco no desenvolvimento social e política econômica. Este trabalho foi elaborado por economistas ligados ao PMDB como Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Luiz Gonzaga Belluzzo, João Manuel Cardoso de Mello e Luciano Coutinho.²¹² Em linhas gerais, na parte econômica os autores eram contra, naquele momento, a moratória ao Fundo Monetário Internacional e, no campo político, o plano era a Constituinte. Na edição nº6, de dezembro de 1983, o economista Antonio Barros de Castro defendeu a moratória unilateral do Brasil junto ao FMI. Na mesma edição a jurista Leonor Nunes de Paiva defendeu a opção do aborto para as mulheres.²¹³

O ano de 1981 foi marcado por turbulências políticas, recessão econômica e cisões no bloco de poder. Em abril, setores do exército, contrários à abertura política, tentaram forjar um atentado que seria, posteriormente, imputado a grupos de esquerda. Tal episódio se deu no Rio Centro (Rio de Janeiro), onde ocorriam shows em comemoração ao Dia do Trabalho. Na ocasião, os agentes acabaram explodindo o artefato dentro do carro. Mesmo com toda censura e perícias falhas, ficou clara a participação de militares-terroristas. Naquele momento, a ditadura já vinha acumulando desgastes e este “mico” fez com que o governo ficasse mais rendido diante da sociedade

²¹² MARKUN, Paulo. *op.cit.* p.307.

²¹³ Os membros do Conselho Curador na primeira metade da década de 1980 eram o Senador Humberto Lucena, José Serra, Luiz Recena Grassi, Venício Artur de Lima, José Paulo Silva, Cristóvão Buarque, Servito Menezes, Flávio da Silveira, Evandro Magalhães, Maerle Figueira de Ferreira Lima, Antonio Beluco Marra, Carlos Frederico Marés de Souza Júnior, Fernando Alcaforado, Vladimir Carvalho, Senador Gastão Muller, Marcílio Botti, Adherbal Teixeira Rocha. Os diretores da Fundação Pedroso Horta eram Fernando Henrique Cardoso, Luciano Coutinho, Carlos Lessa, Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, Elmer Salomão. Revista do PMDB, ano 2, nº6, Dezembro de 1983.

civil ligada à classe empresarial, que cobrava um ambiente menos repressivo. Com o fim do AI-5, acirraram-se tensões nas Forças Armadas, e vários atentados terroristas eram praticados por militares. Assim, como forma de acomodação a essas frações burguesas, a equipe econômica, civil, da ditadura adotou uma política econômica recessiva e ortodoxa, com fins de valorizar o capital monopolista e garantir maiores ganhos para estes setores. Esta crise resultou na queda de uma das personalidades mais importantes da ditadura, Golbery do Couto e Silva, um dos formuladores da Doutrina de Segurança Nacional, líder e fundador do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Durante toda a ditadura ele esteve próximo do poder e sempre foi influente. Também foi um dos formuladores do projeto de transição política. Como era contrário ao que estava acontecendo nas Forças Armadas, desligou-se do cargo de Ministro da Casa-civil do também General, o ditador João Batista Figueiredo, em agosto de 1981.²¹⁴ Em seu lugar tomou assento João Leitão de Abreu.

Com este desgaste político em um cenário de estagnação econômica e altíssima inflação, o governo, temendo perder a maioria no Colégio Eleitoral e, possivelmente, o controle do processo sucessório, baixou mais um pacote de medidas, com o intuito de manter sua maioria. No mês seguinte à queda de Golbery, o PMDB já demonstrava preocupação com possíveis mudanças e reformas eleitorais.²¹⁵ Em outubro, quando já estavam claros os planos de mudanças das regras eleitorais, a Executiva Nacional do PMDB se reuniu e lamentou as regras para as convenções nacionais, regionais e municipais, temendo novas manobras da ditadura para manter a maioria dos governadores estaduais, prefeitos e vereadores nas eleições de 1982.

Em novembro, com a estratégia de garantir a vitória do PDS nas eleições de 1982, e assim, manter a maioria no Colégio Eleitoral, o governo enviou para o Congresso Nacional o pacote de medidas, prontamente aprovado pela maioria *pedebista*. Entre as medidas mais impactantes estava a obrigatoriedade de votar no mesmo partido político para todos os cargos, o chamado *voto vinculado*. Como as eleições de 1982 eram para os cargos de vereador, prefeito, deputado estadual e governador, o Partido Popular seria o mais atingido por essas medidas, uma vez que

²¹⁴ “Em 1981, as contradições atingiram o ministro da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, levando à sua demissão em agosto. Sua saída do governo foi produto tanto das divergências com a política econômica recessiva adotada no final de 1980 quanto suas contradições com duros, particularmente com o chefe do SNI, Otávio Medeiros, e com o ministro do exército, Walter Pires. A partir do episódio da bomba do Riocentro e dos eventos que se seguiram, a posição de Golbery ficou insustentável no governo, determinando sua saída e uma correção de rumo no projeto de abertura.” MACIEL, David. *op.cit.* 2004. p.264.

²¹⁵ Comissão Executiva Nacional. Livro 1. 30/9/1981, p.27b.

,por sua baixa capilaridade no interior dos estados e na maioria das cidades do Brasil, seus membros simplesmente não poderiam ser votados para cargos como de governador e deputado estadual. Agrava-se a isso, a proibição das coligações entre partidos.

A consequência imediata foi a incorporação do PP ao PMDB. Esta decisão foi mediada entre Tancredo Neves e Ulysses Guimarães. A condição aceita pelo PP era de que o programa do PMDB seria mantido e, em contrapartida, membros da Executiva Nacional do PP teriam direito às cadeiras na Executiva Nacional e no Diretório Nacional do PMDB. Nos dias 05 e 06 de dezembro de 1981 o PMDB esteve reunido em sua segunda Convenção Nacional para discutir as medidas do *pacote de novembro*. Propostas e notas de repúdio foram feitas contra as medidas do pacote, enquanto a Executiva Nacional do PMDB prometia entendimentos com os demais partidos de oposição, com a OAB, com a CNBB, com a UNE e com a CONTAG, para construir uma mobilização conjunta contra essas medidas.²¹⁶ Evidentemente, esses entendimentos não avançaram e, no dia 20 de dezembro de 1981, em sessão extraordinária, os convencionais peemedebistas aprovaram a incorporação do PP ao PMDB.²¹⁷

No dia 14 de fevereiro de 1982 ocorreu a Convenção Nacional conjunta do PMDB com o PP. Estavam presentes 302 convencionais do PMDB e 163 do PP correspondendo a 434 votos do PMDB e a 239 votos do PP. Um terço dos cargos foi para membros do PP. A chapa eleita no Diretório Nacional e na Executiva mostrava-se bem à guinada à direita que o PMDB dava com esta incorporação, maioria absoluta de liberais conservadores e ex-apoiadores da ditadura civil-militar.²¹⁸ Voltavam ao PMDB figuras moderadas do MDB, como Tancredo Neves, Thales Ramalho, o adesista Chagas Freitas, e ex-arenistas, como os “ex-governadores Aluísio Alves (RN), José Fragelli (MT), Sinval Guazelli (RS), Cid Sampaio (PE), Jaime Canet (PR) e Roberto Santos

²¹⁶ Caderno de Convenções Nacionais. Livro I. p.8.

²¹⁷ Caderno de Convenções Nacionais. Livro I. p.13.

²¹⁸ Integrantes eleitos para o Diretório Nacional do PMDB: Ulysses Guimarães, Afranio Carneiro, Agenor Maria, Aldo Fagundes, Alencar Furtado, Aluísio Alves, Antonio Morais, Armando Ferreira, Aurélio Peres, Bento Gonçalves, Celso Peçanha, Chagas Rodrigues, Cid Sampaio Dajandir Dalmascone, Edgard de Maia Machado, Edson Vidigal, Euclides Scalco, Evandro Cadraves, Everágio Vieira, Fernando Cunha, Fernando Lyra, Francisco Pinto, Gastão Muller, Gilberto Mestrinho, Gilson de Barros, Hélio Fernandes, Henrique Santillo, Humberto Lucena, Iranildo Pereira, Jackson Barreto, Jader Barbalho, Jarbas Vasconcelos, Jerônimo Santana, João Agripino Filho, João Evangelista Pereira Melo, João Linhares, João de Paula Menezes, Leite Chagas, Léo de Almeida Neves, Luiz Batista, Marcelo Cerqueira, Marcelo Miranda, Márcio Macedo, Mário Covas, Mário Moreira, Mauro Benevides, Mendes Canele, Miguel Arraes, Miro Teixeira, Nabor Júnior, Otacílio Queiroz, Paulo Rattes, Pedro Simon, Raimundo Azevedo Costa, Raphael Almeida Magalhães, Renato Archer, Roberto Cardoso Alves, Roberto Figueira Santos, Roberto Gusmão, Ronan Tito, Sérgio Ferrara, Sérgio Murilo, Severo Gomes e Tancredo Neves. Caderno de Convenções Nacionais. Livro 1. p.17.

(BA).”²¹⁹ A chamada *Tendência Popular* do PMDB, congregada pelos comunistas do PCB, PCdoB e pelo MR-8 aceitou a incorporação, pois essa medida era vista como um aumento da frente das oposições contra a ditadura.²²⁰ Depois da fusão, a bancada do PMDB saiu de 121 deputados para 188. No senado aumentou sua bancada em mais 10 senadores, passando de 20, para 30 membros. A partir desse momento, o PMDB passava a ser uma ameaça nas eleições de 1982 à ditadura.

Após a incorporação do PP no PMDB, circulou no partido um documento interno intitulado *As eleições de 1982 e a Constituinte*, escrito pelo membro do Diretório Nacional e da Fundação Pedroso Horta, o engenheiro Fernando Alcoforado. Neste documento, Alcoforado traçou duas possíveis situações para as eleições de 1984. Com a maioria do Colégio Eleitoral, as oposições poderiam articular uma candidatura de consenso e propor, em 1984, a Constituinte. No entanto, mesmo com a expectativa dominante dentro das oposições de vitória, Alcoforado criticou a forma não mobilizadora das “massas” pela campanha eleitoral, afirmando que o PMDB agia timidamente, uma vez que o objetivo era obter a maioria no Colégio Eleitoral, portanto, a mobilização popular era decisiva.²²¹ Outro ponto de destaque neste documento foi a crítica aos casuísmos criados pela ditadura, para manter a maioria no Colégio Eleitoral, apontando que seria impossível evitar que determinados elementos pertencentes ao PMDB fossem cooptados pelo governo federal.²²² Para Alcoforado, a luta pela manutenção da frente oposicionista e pela sobrevivência do PMDB deveria ocorrer no período de 1982/1984, e a tática de dividir as oposições estava presente em todas as ações passadas e “atuais” do governo.²²³ O documento ainda tecia críticas ao PT e ao PDT, por “atrapalhar” o PMDB e dividir as oposições em um momento de gravidade política que exigia união.²²⁴ Por fim, o documento decretava que “o nível de

²¹⁹ MACIEL, David. *op.cit.* 2004, p.269.

²²⁰ “Sendo assim, a fusão com o PP reforçava a vocação hegemônica do PMDB, pois ampliava a articulação do partido com as frações oposicionistas do bloco de poder, sem grandes perdas no campo popular, apesar da debandada de alguns setores para o PT. Além disso, transformava o PMDB no grande partido do “campo de interlocução liberal”, maior e mais forte que o PP e mais legítimo que o PDS. Essa situação consolidava a estratégia de evitar a radicalização do conflito político, para garantir a realização das eleições de 1982, e assim vislumbrar a possibilidade de vitória na sucessão presidencial de 1984.” MACIEL, David. *op.cit.* 2004, p. 270.

²²¹ Texto “As eleições de 1982 e a Constituinte”. Por Fernando Alcoforado. Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. p.2 e 3.

²²² *Idem. Ibidem*

²²³ *Idem.* p.4.

²²⁴ *Idem.* p.5.

organização do movimento popular é que estabelecerá os limites de viabilidade da Constituinte”.²²⁵

Alcoforado estava certo, em maio de 1982, a ditadura “manobrou” mais uma vez e impôs novas modificações que impactariam os partidos e os próprios parlamentares nas eleições de 1982. Através da emenda constitucional nº22 aprovada pela maioria simples do PDS, aumentava o número de deputados federais de 420 para 479, por meio da alteração dos limites máximos (60) e mínimos (6) por estado. As regiões Norte-Nordeste ganhavam peso maior na votação, ao mesmo tempo em que tendiam a votar mais nos políticos do PDS. O pacote de maio também alterava a composição do Colégio Eleitoral, todos os estados teriam o mesmo número de delegados, 6. Mudava também a data da eleição no Colégio Eleitoral, de 15 de outubro de 1984, para 15 de janeiro de 1985. Aumentava o quórum mínimo para a aprovação de emendas constitucionais por maioria simples, 50 + 1 (como governou até 1982), para maioria de dois terços. No tocante às prerrogativas dos mandatos, fortaleceu a representação política com as seguintes medidas: 1) deputados e senadores não poderiam ser processados; 2) os presidentes das casas legislativas poderiam autorizar viagens internacionais; 3) os prefeitos e vereadores eleitos em 1982 teriam 6 anos de mandato; 4) aumentava o número de vereadores; 5) estabelecia o voto distrital misto para as eleições de deputados federais.²²⁶

Em relação aos partidos, o governo adiou os critérios de número mínimo de deputados – 48 – para o ano de 1986, assim, apenas neste ano haveria a legalização definitiva dos partidos políticos. Essa medida gerou claro, um grande troca-troca de partidos entre os congressistas e fez o PMDB perder 20 deputados federais e 3 senadores.²²⁷ Desses 20 deputados perdidos 10 eram oriundos do PP e foram para o PDS e os outros 10 foram para o PTB de Ivete Vargas.²²⁸ A última medida do governo para impedir de todas as formas o predomínio das oposições – leia-se PMDB – foi a obrigatoriedade do eleitor ter que escrever o número e o nome de todos os candidatos, para seu voto não ser invalidado e a proibição do voto na legenda.²²⁹ Vale lembrar que

²²⁵ *Idem. Ibidem.*

²²⁶ MACIEL, David. *op.cit.* 2004, p.271.

²²⁷ *Idem.*

²²⁸ O PDS passou de 214 deputados para 224 e o PTB passou a ter 14 deputados federais. *Idem. Ibidem.*

²²⁹ *Idem. Ibidem.*

ainda estavam restritas a propaganda eleitoral – da lei Falcão de 1976 – e havia sublegenda para prefeitos e senadores.²³⁰

Os resultados das eleições favoreceram ao PDS e ao PMDB, que aumentaram suas bancadas e venceram em quase todos os estados da federação. Do PDS elegeram-se 13 governadores, em todo o Nordeste, mais os Estados do Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O PDS também atingiu a marca de eleger 235 deputados federais e 46 senadores. Já o PMDB venceu nos estados mais populosos da federação e no Norte do país. Venceu nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Amazonas, Pará, Acre e Goiás e aumentou sua bancada de deputados federais de 168 para 200 deputados, e elegeu 20 senadores. O PDT venceu, com Leonel Brizola, as eleições no estado do Rio de Janeiro, manteve sua bancada de deputados federais em 24 e elegeu um senador. O PTB perdeu um deputado em relação aos mandatos que detinha (13). Por fim, na primeira eleição do PT, o partido elegeu 8 deputados federais.²³¹

No Colégio Eleitoral o PDS conseguiu obter 361 dos 686 delegados e manteve a maioria para “eleger” o “sucessor” de João Figueiredo, pouco mais de 52%.²³² Nas eleições municipais o PDS foi vitorioso 2533 cidades, o PMDB 1377 cidades, o PDT em 22, o PTB em 7 e o PT em duas cidades. Lembrando que estavam de fora as capitais dos estados e diversas cidades declaradas áreas de segurança nacional, além de estâncias hidrominerais e municípios dos territórios do Amapá e Roraima. A partir desta eleição, as perspectivas eleitorais e institucionais dos partidos existentes tenderam a se aprofundar, inclusive no PT. Para o PMDB, segundo David Maciel:

o desempenho eleitoral do PMDB consolidou a hegemonia dos setores moderados e conservadores do partido em detrimento dos setores populares, ampliando sua capacidade de interlocução com as diversas frações do bloco de poder, mesmo as frações hegemônicas. Entre os governadores eleitos pelo PMDB, predominavam políticos notoriamente ligados ao setor moderado do antigo MDB, como Franco Montoro (SP), Tancredo Neves (MG) e Íris Rezende (GO), ou egressos da antiga Arena, como Gérson Camata (ES) e Gilberto Mestrinho (AM). A fusão com o PP garantiu o apoio de diversos setores dissidentes da ex-Arena aos candidatos peemedebistas, como o apoio dos ex-governadores arenistas Irapuan Costa Júnior (GO), Alacid Nunes (PI), Marcelo Miranda (PA) e Jaime Canet (PR), respectivamente, a Iris Rezende (GO), Jáder Barbalho (PA), Wilson Martins (PA) e José Richa (PR). Além disso, as candidaturas do PMDB contaram com o apoio das frações do bloco no poder, como exemplifica o apoio recebido por Franco Montoro de empresários

²³⁰ MARKUN, Paulo. *op.cit.* p.289.

²³¹ MONTEIRO, Tiago F. *op.cit.* p.19.

²³² MACIEL, David. *op.cit.* 2004, p 273.

como Antonio Erminio de Moraes, Olavo Setúbal e Severo Gomes, e de setores da FIESP representados por Mário Amato e Manoel Garcia, bem como a preferência do empresariado mineiro por Tancredo Neves segundo pesquisa da revista *Exame*.²³³

Dentre os maiores vitoriosos do PMDB estavam o governador eleito de São Paulo, André Franco Montoro, e o de Minas Gerais Tancredo Neves que, a partir das eleições de 1982 despontavam como futuros *presidenciáveis*, em uma hipotética sucessão por voto direto ou indireto, inegavelmente. Até então, durante sua trajetória, o MDB/PMDB tinha como característica a presença maciça de lideranças parlamentares. Após as eleições de 1982 esta tendência se inverteu para os governadores eleitos, que já eram “lideranças importantes” como deputados e senadores, mas que, neste momento, passaram a ter em mãos a máquina pública para indicar nomes para secretarias, autarquias estaduais e uma infinidade de cargos comissionados que favoreciam seu aumento de prestígio e poder dentro do PMDB.

Os primeiros passos de Montoro e Tancredo demonstraram bem o caráter de conciliação e extensão de apoios através da formulação das equipes de primeiro e segundo escalões nos seus respectivos estados. Ambos buscaram composições amplas. Montoro reunia lideranças da FIESP, como Einar Kok, “intelectuais” como José Serra, membros da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese, como José Carlos Dias e membros do PCB, PCdoB e do MR-8, nos segundos escalões do governo de São Paulo. Tancredo Neves recebeu apoio e retribuiu em cargos para o PDS e PTB em Minas Gerais, no sentido de ampliar o diálogo com todos os espectros políticos possíveis, pensando em “voos” políticos mais altos no futuro próximo.²³⁴ Ulysses Guimarães, que se manteve como deputado federal sofreu um relativo distanciamento dos centros decisórios, mas, na primeira oportunidade, iria mostrar-se preparado também para a sucessão de Figueiredo, por exemplo, no movimento pelas eleições diretas, em 1984.

Essas linhas acima demonstram que, acabadas as eleições de 1982, as principais lideranças políticas do país – e do PMDB – passaram a agir pensando, fundamentalmente, no cargo de Presidente da República. Cada gesto político tinha como objetivo final a sucessão de João Figueiredo. Internamente o PMDB discutia essas questões. Por meio de artigos na sua Revista, grupos internos defendiam suas plataformas e documentos internos também debatiam a questão. Entretanto, majoritariamente, a proposta de conciliação nacional era que hegemonizava os

²³³ *Idem.* p.275.

²³⁴ *Idem.* p.291.

argumentos das principais lideranças do PMDB. Em outro documento interno, também de autoria de Fernando Alcoforado, denominado “*PMDB proposta de conciliação nacional*”, ia contra a política das lideranças do partido, contra a conciliação, evidenciando que o partido não era monolítico.

O documento iniciava-se com a análise da delicada situação econômica do país. Para solucioná-la eram necessárias, dizia o documento, mudanças estruturais que afetariam os interesses do capital monopolista nacional e internacional. Sua perspectiva econômica era crítica. Os acirramentos das tensões sociais eram as tendências para os próximos meses do ano de 1983. Para Alcoforado, não havia hipótese de conciliação nacional, porque as forças democráticas populares não possuíam ainda a necessária capacidade de negociação para impor condições ao governo. Mas o documento avaliava que, com a agudização da crise econômica, as forças democráticas e populares ficariam suficientemente fortes, e o governo ficaria relativamente fraco. Portanto, no primeiro semestre de 1983, não era o momento de propor negociações com o governo – como queriam e faziam os governadores do PMDB. A posição do PMDB, segundo Fernando Alcoforado, deveria ser de combate à conciliação com o governo.²³⁵

Nesses primeiros meses de 1983, em que as principais notícias vinculadas à política se referem a formação de ministérios, secretariados, cargo de 2º e 3º escalões, a formação de blocos parlamentares etc., em março, uma passagem passou despercebida, mas que marcaria a transição política brasileira. Esta passagem ocorreu no primeiro dia de funcionamento da Câmara dos Deputados, e se elucidou a partir da leitura de um pedido de emenda constitucional que permitiria a realização de eleições diretas para Presidente de República, em 1984. Lida por seu autor, o deputado federal pelo PMDB, Dante de Oliveira, a emenda já contava com 199 assinaturas de seus pares. Na imprensa, apenas uma notinha no jornal *O Globo*.²³⁶

A tramitação da proposta internamente no PMDB foi facilitada pela eleição do deputado *autêntico* Freitas Nobre, como líder da bancada, que rapidamente abraçou o projeto e deu aval para a formação de uma comissão interna de deputados para traçar um plano de mobilização. Essa comissão foi composta por Roberto Freire, ligado ao

²³⁵ Texto “PMDB e a proposta de conciliação nacional”. Por Fernando Alcoforado. Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. Sede Nacional. pp.1-5. Junho de 1983.

²³⁶ Dante de Oliveira ingressou na política em meados da década de 1970, quando era estudante de engenharia na UFRJ. Aproximou-se do MR-8, já distante da luta armada e da guerrilha urbana, e em 1975 defendeu as teses da organização no MDB em um encontro de jovens emedebistas. Posteriormente aproximou-se dos parlamentares autênticos do MDB e em 1978, tornou-se deputado estadual. Em 1982 foi eleito deputado federal pelo estado de Mato Grosso. MARKUN, Paulo. *op.cit.* p.297 e 298.

PCB, o próprio Dante de Oliveira, Domingo Leonelli, Flávio Bierrenbach, Ibsen Pinheiro e Carlos Mosconi, ligado a Tancredo Neves.²³⁷ No entanto, nem todos os caciques do PMDB e das oposições aceitaram a proposta logo de início. Miguel Arraes, em discurso na Câmara dos Deputados, foi contra a medida, vista por ele como fato isolado a troca de um presidente militar por outro civil. Roberto Saturnino, senador pelo PDT e membro do antigo MDB, achava cedo antecipar o debate. Fernando Henrique Cardoso, o “intelectual” do PMDB, também foi contra, por considerar a crise econômica mais urgente.²³⁸

Para o jornalista Paulo Markun, quem queria mesmo a campanha pelas eleições diretas para presidente era o deputado federal e presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães.²³⁹ Após reuniões de Ulysses com alguns deputados da bancada do PMDB, em uma reunião do Diretório Nacional, no dia 14 de abril de 1983, o partido aprovou documento que defendia a emenda, e logo foi constituída uma comissão de senadores e deputados para discutir a medida.²⁴⁰ A comissão foi composta “pelos senadores Álvaro Dias, Gastão Muller, Henrique Santillo, Itamar Franco e pelos deputados Aldo Arantes, Dante de Oliveira, Domingos Leonelli, Flávio Bierrenbach, Márcio Braga e Osvaldo Lima Filho”.²⁴¹

O relatório da comissão do PMDB tinha o seguinte organograma: Coordenador: Senador Pedro Simon; Propaganda: Senador Henrique Santillo, deputado Julio Contamillas, Senador Gastão Muller, Deputado Domingos Leonelli, Deputado Márcio Braga; Mobilização/ Organização: Deputado Geraldo Lima Filho, Deputado Dante de Oliveira, Deputado Aldo Arantes, Senador Álvaro Dias; Finanças: Deputado Márcio Braga, Deputado Flávio Bierraenbach e Senador Itamar Franco. Dentre as avaliações importantes que o relatório trazia era a necessidade da abrangência nacional da campanha pelas eleições diretas, o caráter unitário e pluripartidário.²⁴²

A comissão também definiu o papel da Executiva Nacional no sentido de assessorar as executivas estaduais para os estabelecimentos de comitês regionais e locais pró eleições diretas para presidente, e divulgação do plano de emergência, além de espalhar comitês nas cidades onde o PMDB possuía diretórios municipais. O

²³⁷ *Idem.* p.299.

²³⁸ MARKUN, Paulo. *op.cit.* p.304.

²³⁹ *Idem. Ibidem.*

²⁴⁰ Comissão Diretório Nacional do PMDB. Livro 3. 14/4/1983. pp. 4b-9.

²⁴¹ MARKUN, Paulo. *op.cit.* p.305.

²⁴² Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. Pasta com material histórico do Movimento pelas “Diretas Já”. s/p.

cronograma de ações estabelecia as seguintes orientações: a) líderes das bancadas deveriam, nos estados, na Câmara e nas Assembleias Legislativas, lançar a campanha pelas eleições diretas e apresentarem o debate sobre o projeto de emergência; b) o envio do material e estrutura do PMDB no nível federal, estadual e municipal e da Fundação Pedroso Horta nos estados; c) ser desenvolvida uma campanha publicitária nacional, utilizando-se de cartazes e adesivos plásticos; d) articulação nacional, regional e municipal entre o PMDB e os demais partidos de oposição e entidades da sociedade civil; e) orientar para que suas convenções se transformassem em instrumentos de mobilização política em defesa das eleições diretas e da divulgação e debate do projeto de emergência; f) o PMDB pedirá cadeia nacional de rádio e TV para divulgar a eleição direta; g) os diretórios estaduais também vão requerer cadeia estadual de rádio e TV; h) PMDB promoverá caravana e concentrações com suas lideranças nacionais; i) executivas estaduais do PMDB deverão promover caravanas para o interior; j) será fixado em calendário o lançamento da campanha; l) Fundação Pedroso Horta tornará disponível a possibilidade de realização de simpósios, palestras e seminários, com o objetivo de dar mais vigor à campanha em cada região.²⁴³

Ainda em 18/4/1983, foi constituída a Comissão Mista do Congresso para avaliar a medida, tendo como presidente Itamar Franco e o deputado Ernâni Sátiro, do PDS, como relator. O início das articulações entre os partidos de oposição se deu em junho, após um ato do PMDB em Teresina, e com o PT aderindo, fundamentalmente pela liderança de José Dirceu e pela Articulação. No fim de junho de 1983, Leonel Brizola, Lula e Franco Montoro fecharam acordo de mobilizar a população em torno da emenda Dante de Oliveira.²⁴⁴ Nos meses seguintes, o país se viu envolto pelas polêmicas sobre os ajustes salariais frente às perdas com a inflação, uma vez que os trabalhadores estavam tendo perdas significativas, assim como os aposentados.

Na semana da República, os dois principais possíveis candidatos à Presidência da República pelo PMDB selaram um acordo, na cidade mineira de Poços de Caldas, pela campanha das diretas, sendo que apenas no final, em caso de vitória, seria discutido então quem deveria ser o candidato do partido.²⁴⁵ Mas o primeiro ato público pelas eleições diretas para a presidência foi organizado pelo PT, no dia 27 de novembro de 1983, junto com o PDT, ABI, ANDES, CUT, APEOESP. Franco Montoro foi

²⁴³ Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. Pasta com material histórico do Movimento pelas “Diretas Já”. s/p.

²⁴⁴ MARKUN, Paulo. *op.cit.* p.312.

²⁴⁵ *Idem.* p.342.

convidado dois dias antes e preferiu não comparecer. Entre os peemedebistas só Fernando Henrique Cardoso e Freitas Nobre compareceram ao ato público.²⁴⁶

No início de dezembro ocorreu a primeira convenção do PMDB, após as eleições de 1982, e espelharia os novos tempos de lideranças políticas nos cargos de governadores. No dia 04 de dezembro foram abertos os trabalhos da 5ª Convenção do PMDB para eleger um novo Diretório Nacional e uma nova Comissão Executiva Nacional, para um mandato de dois anos. Chapa única e francamente pró Tancredo Neves foi eleita por aclamação, tanto no Diretório como na Executiva Nacional.²⁴⁷ Entre outras coisas discutidas durante a convenção, foi a intervenção de Itamar Franco, no sentido de o partido não participar do Colégio Eleitoral, caso a emenda Dante de Oliveira não fosse aprovada. No entanto, o senador mineiro foi derrotado, com a convenção, deixando nas mãos da Executiva Nacional decidir. Posteriormente, nas considerações finais do Presidente eleito do Partido, Ulysses Guimarães, o mesmo disse que era a legislação que indicava a disputa do Colégio Eleitoral.²⁴⁸ Assim, esta foi uma polêmica durante todo o período em que a campanha das diretas tomou as ruas. Qual seria realmente o posicionamento do PMDB em relação à campanha? Iria mesmo a fundo, em busca da vitória da emenda, ou comporia as mobilizações de rua, ao mesmo tempo em que articulava com os militares uma saída negociada?

²⁴⁶ *Idem.* p.344.

²⁴⁷ Membros eleitos para o Diretório Nacional: Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, André Franco Montoro, José Richa, Íris Rezende, Gérson Camata, Jader Barbalho, Gilberto Mestrinho, Jabor Teles da Rocha Júnior, Wilson Martins, João Gilvan da Rocha, Jaison Teles Barreto, Pedro Simon, Carlos Cabral Benevides, Aureo Teixeira, Marcos Freire, José Oliveira Costa, Antônio Moriz, Roberto Santos, Alberto Silva, Raimundo da Conceição, Paulo Moreira da Cruz, Humberto Lucena, Hélio Gueiros, Alfredo Campos, Morei Camargo, Fábio Lucena, Itamar Franco, Severo Gomes, Saldanha Deizi, Mauro Borges, José Ignácio, Cid Sampaio, Iram Saraiva, Ademir Andrade, Aldo Arantes, Alencar Furtado, Dante de Oliveira, Francisco Pinto, Haroldo Lima, Ibsen Pinheiro, Jackson Barreto, Jarbas Vasconcelos, João Herman, João Fogaça, Luiz Guedes, Márcio Santilli, Mário Frota, Miguel Arraes, Antonio Paes de Andrade, Pimenta da Veiga, Plínio Martins, Wael Fortes, Carlos Alberto de Carli, Marcio Athayde, Carlos Vinagre, Heráclito Fortes, Manuel Viauria, João Agripino, Oswaldo Filho, Carlos Wilson, José Carlos Vasconcelos, Manuel Afonso, Carlos Sant'Anna, Leônidas Sampaio, Juarez Batista, José Ulisses de Oliveira, Milton Reis, Sérgio Ferrara, Roberto Cardoso Alves, Samir Achoa, Dil Bosso, Joaquim Roriz, Ruben Figueiró, Walter Guimarães, Celso Saboia, Alberto Goldman, Carlos Mosconi, Eptácio Cafeteira, Fernando Santana, Hélio Duque Irajá Rodrigues, Márcio Braga, Odilon Salmoria, Raid Ferraz, Roberto Freire, Roberto Rolemberg, Waldir Pires, Jerônimo Santana, Orestes Quércia, Paulo Brossard, Chagas Rodrigues, Celso Furtado, Hugo Pires, Odacir Klein, Paulo Rattes, João Menezes, Maria Valéria Linhares, Odilon Coutinho, Mário Martins, Jarbas Vasconcelos, João Eliseo, João Linhares, Amazonas Brasil e Celso Salele. Convenções Nacionais. Livro 1. p.21. A Comissão Executiva Nacional eleita: Presidente Nacional: Ulysses Guimarães; 1º Vice-presidente: Tancredo Neves; 2º Vice-presidente: Miguel Arraes; 3º Vice-presidente: Pedro Simon; Secretário-geral: Francisco Pinto; 1º Tesoureiro: Mauro Benevides; 2º 1º Tesoureiro: Tarcísio Delgado; Vogais: Teotônio Vilella; Paulo Rattes; Mendes Canale; Aloísio Alves; Suplentes: Fernando Cunha; Nabor Júnior; Chagas Rodriguês; Mário Moreira; João Linhares; Renato Archer; João Meneses. 23/04/2007. Presidência Nacional – Diretório Nacional. s/p.

²⁴⁸ Convenções Nacionais. Livro1. p.24.

No início de janeiro de 1984 um comitê suprapartidário, com representantes de 140 entidades, promoveu encontros e o *slogan* decidido foi: “quero votar para presidente!”, ao mesmo tempo foram criadas comissões de imprensa, infraestrutura, publicidade, sede e convocação.²⁴⁹ Paralelamente aos eventos preparatórios de um grande showmício em São Paulo, foram ocorrendo atos em Olinda, com apresentação da cantora Fafá de Belém, no dia 05 de janeiro. Uma semana depois ocorreu um ato em Curitiba. No dia seguinte, foi a vez de Porto Alegre. Em nenhum desses atos apareceram lideranças nacionais expressivas. Começava tímida a campanha das eleições diretas para presidente, e a falta de unidade era patente.²⁵⁰ No dia 14 de janeiro, foi a vez de um ato conjunto entre os diretórios do PT, PDT e PMDB promoverem uma manifestação na zona sul do Rio de Janeiro. No dia 16 de janeiro a Folha de São Paulo que, desde o início de dezembro, promovia a campanha no jornal através do “diário das diretas”, publicou que o PMDB deveria participar da disputa no Colégio Eleitoral, caso a emenda Dante de Oliveira não passasse no Congresso Nacional, o que já demonstrava a possibilidade cada vez maior do movimento tender ao caráter vacilante e conciliatório das lideranças peemedebistas.²⁵¹

Chegando o dia do aniversário da capital paulista, para o comício da Sé, as catracas das linhas de metrô foram liberadas, 600 *outdoors* foram espalhados pela cidade, convocando a população, além de anúncios no rádio e TV. As torcidas organizadas dos times de futebol de São Paulo também se mobilizaram para seguir até o comício.²⁵²

O Ato em São Paulo foi um divisor de águas na campanha, pois reuniu centenas de milhares de pessoas, vários artistas, intelectuais e lideranças políticas que participaram da manifestação, e até a TV Globo, sempre afeita aos desejos da ditadura civil-militar, teve que abrir espaço em seus telejornais para o ato, embora justificando que fosse “apenas” o aniversário da cidade de São Paulo. Após o ato paulistano, Ulysses Guimarães, Luis Inácio Lula da Silva e Doutel de Andrade passaram a viajar pelo país, em caravanas pelas diretas.²⁵³ Assim, as mobilizações cresciam nas cidades, não apenas nas capitais. Cidades do interior, que eram bases eleitorais de deputados federais, deputados estaduais, vereadores e prefeitos de partidos de oposição, apoiavam

²⁴⁹ MARKUN, Paulo. *op.cit.* p.355.

²⁵⁰ *Idem.* p.357.

²⁵¹ *Idem.* p.358.

²⁵² *Idem.* p.360.

²⁵³ *Idem.* p.367.

materialmente na campanha, como alguns documentos e materiais recuperados pela Fundação Ulysses Guimarães.

Portanto, milhares de cidades no Brasil viveram a mobilização pelas eleições diretas para Presidente, e a mobilização espontânea foi crescendo a proporções até então nunca antes vistas no Brasil. Neste momento em que as manifestações tomaram grandes proporções, tanto Brizola quanto Montoro recuavam e tentavam adiar as manifestações em suas capitais. A manifestação do Rio de Janeiro sofreu algumas mudanças de data ao longo do mês de fevereiro, sendo realizada no dia do aniversário da cidade, 21/3/1984. Sem a presença de Brizola, por problemas de saúde, ficou remarcado “o grande ato” para 10 de abril, um dos últimos comícios do ano, poucos dias antes da votação.²⁵⁴ As chamadas para *greve geral*, feitas pela CUT, também eram recriminadas pelos governadores e lideranças dos partidos de oposição, com exceção do PT à época, claro. A todo instante Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e outros afirmavam que o movimento não se tratava de revanchismo contra a ditadura. Outro entrevero curioso era a presença marcante – e tumultuada – de artistas, políticos, assessores, jornalistas, todos querendo aparecer nos palcos em que se realizavam os comícios. Aconteceram atos públicos em que personalidades da política não falaram ao público por não conseguirem chegar à frente e alcançar o microfone, tamanha a sanha de muitos em empoleirarem os palcos.²⁵⁵ A questão que fica é a seguinte, estavam nos palcos, em caravanas pelo interior do Brasil, com o intuito verdadeiro de que a emenda Dante de Oliveira fosse aprovada no Congresso – mediante a pressão popular nas ruas – ou para aparecer em um grande evento e tornar-se popular por meio deles?

No comício da Candelária, no centro do Rio de Janeiro, 10 de abril, com a presença de mais de um milhão de pessoas, 51 pessoas discursaram no palco. Foi o único comício que a Rede Globo, parceira e sócia da ditadura civil-militar brasileira, cobriu com links ao vivo, direto do local do evento. No entanto, apesar do entusiasmo popular, a aprovação da emenda seria difícil, pois precisaria dos votos do PDS, francamente contrário a sua aprovação. A campanha das “diretas já” ajudou a isolar o governo e seu partido (PDS) na crise política. Esta mesma campanha trouxe ao jogo político setores da sociedade que há muito tempo estavam à parte deste processo, porém a perspectiva transformadora, ao longo da campanha, foi perdendo espaço para a “passivação” dentro dos estreitos limites impostos pela ditadura.

²⁵⁴ MARKUN, Paulo. *op.cit.* p.388.

²⁵⁵ *Idem.* p.390.

A última ação de massas antes da votação da emenda seria uma marcha pelas diretas até Brasília. No entanto, os grupos organizadores, entre eles o PMDB, recuaram quando, uma semana antes da votação, o Distrito Federal foi tomado pelos militares que ocuparam a capital e vasculhavam os pertences de quem saía ou chegava à Brasília. Neste clima pesado de tensão a emenda Dante de Oliveira foi votada, e fragorosamente derrotada em plenário na Câmara dos Deputados. Muitos deputados do PDS faltaram à sessão, com receios das reações da população e dos militares. De 479 deputados, 113 faltaram à sessão. 298 deputados votaram a favor, 65 votaram contra e 3 deputados se abstiveram de votar. Seriam necessários para a aprovação desta emenda 359 votos a favor.

O governo, tendo derrotado a campanha e a emenda Dante de Oliveira, partiu para a escolha de qual político, civil, do PDS seria o substituto de João Batista Figueiredo. Paulo Maluf, empresário do ramo têxtil na época, que havia sido prefeito e governador biônicos de São Paulo, enfrentava resistências de setores militares e de civis, no próprio PDS. Mesmo assim, era o mais cotado para ser o candidato do PDS no Colégio Eleitoral. No PMDB, no dia da derrota das diretas, os governadores do partido se reuniram em Brasília e anunciaram que o PMDB participaria da disputa no Colégio Eleitoral. Assim, a mobilização popular gerada pela campanha das diretas foi canalizada pela “oposição burguesa”, para a participação da “disputa” sucessória indireta.²⁵⁶

A construção de uma candidatura do PMDB passava pela popularidade deste candidato, e a campanha das “diretas já” foi um ótimo termômetro para verificar a fama do candidato. No PMDB dois deles apareciam como as principais lideranças do partido nas diretas: Tancredo Neves e Ulysses Guimarães. Ulysses era a principal liderança do partido e seu construtor ao longo da trajetória do MDB/PMDB, apesar disso, era muito identificado pela sua oposição à ditadura, e por ter sido apenas deputado e ministro, brevemente, no governo João Goulart. Tancredo, além de contar com o apoio das principais lideranças do PMDB, tinha trânsito entre os militares e membros do PDS, inclusive parentes. Além disso, havia sido ministro de Getúlio Vargas, Primeiro-Ministro entre 1961 e 1963, fora deputado federal, na década de 1970, e era governador do segundo estado mais populoso do país, Minas Gerais. Ademais, tinha o apoio de Franco Montoro. A partir desta articulação liderada, fundamentalmente, pelos governadores do PMDB, ficou decidido pela candidatura de Tancredo Neves.

²⁵⁶ MACIEL, David. *op.cit.* 2004. p.306.

O PDS estava dividido. Paulo Maluf, Aureliano Chaves (vice de Figueiredo), Marco Maciel e Mario Andreazza chegaram a medir força no partido, para disputar a convenção. Posteriormente Aureliano Chaves e Marco Maciel procuraram estabelecer um nome de consenso no partido, o que não ocorreu. No mês de junho de 1984, José Sarney, presidente do PDS, propôs a realização de prévias para saber quem tinha mais apoio no partido, com claro intuito de prejudicar a candidatura de Paulo Maluf. As prévias foram vetadas por Figueiredo e José Sarney, uma das principais lideranças civis da ditadura, renunciou à presidência do PDS e deixou o partido rumo ao PMDB. Após a renúncia de Sarney, cresceram dois polos antagonistas no PDS, de um lado, setores anti-Maluf cresciam, com Aureliano Chaves e Marco Maciel e, de outro, com o aumento de setores malufistas na direção nacional do partido.²⁵⁷ Isso abriu caminho para o crescimento de uma ala dissidente no PDS que, aos poucos, foi se aproximando da candidatura de Tancredo Neves. Do fracasso na tentativa de unir o partido, base da ditadura civil-militar brasileira, surgiu a *Frente Liberal*, que deixou o PDS e fechou acordo com o PMDB e a candidatura de Tancredo Neves.

Posteriormente à saída do grupo dissidente do PDS, Aureliano Chaves e Tancredo fecharam um acordo para a participação de seus correligionários no governo mineiro. Ao longo do período, Tancredo sempre recusou qualquer revanchismo com a ditadura, mostrando-se um candidato afável aos interesses militares, depois da saída de Figueiredo, até que, no dia 07 de agosto de 1984, foi lançada a Aliança Democrática.

Em 7 de agosto era lançada a Aliança Democrática, reunindo o PMDB e a Frente Liberal em torno das candidaturas de Tancredo Neves e José Sarney para presidente da República e vice, respectivamente. A plataforma da aliança expressava a ampla composição político-social que lhe dava sustentação, particularmente entre as frações hegemônicas do bloco de poder. A chamada “reorganização institucional” do país implicava o estabelecimento de eleições diretas em todos os níveis, o restabelecimento da independência e das prerrogativas dos poderes Legislativo e Judiciário, o fortalecimento da federação e a reforma partidária e eleitoral, visando a possibilitar a formação de novos partidos. Porém a convocação da Assembleia Constituinte só ocorreria no ano de 1986, e mais tarde degeneraria na proposta de Congresso Constituinte, sem que nenhuma referência fosse feita quanto à revogação da Lei de Segurança Nacional e de outros dispositivos repressivos, bandeira fundamental da oposição antiautocrática. Na questão econômica, o documento era suficientemente vago para garantir o apoio tanto dos setores

²⁵⁷ MACIEL, David. *op.cit.* 2004. p.308.

desenvolvimentistas quanto dos setores neoliberais do bloco no poder.²⁵⁸

Alguns meses depois, a Frente Liberal lançou um documento com propostas para o governo da Aliança Democrática. Este documento foi assinado pelos professores Nilson Holanda, José Carlos Ferreira, Frederico Lustosa e Maria Cilone M. Sales dos Santos.²⁵⁹ Neste documento havia, mais ou menos, as mesmas vagas generalidades do documento da Aliança Democrática. Todavia, destacaremos alguns pontos polêmicos e curiosos. O documento sugere a necessidade de fortalecer o mercado consumidor interno, não por meio de distribuição de renda, e sim pela ampliação dos espaços à livre iniciativa privada nacional.²⁶⁰ Defendia a revisão da fronteira agrícola e limites à intervenção do estado na economia. Como forma de combate à inflação, defendia as privatizações das empresas estatais nacionais. Também defendia um direito de greve “menos autoritário”, mas que “valorize” o trabalho, permitindo a livre circulação do fura-greve.²⁶¹ Mas o documento também incentivava a criação de um sistema único de saúde, universal e gratuito a todos os cidadãos brasileiros, criticava, com veemência, as universidades particulares e exigia mais investimentos nas universidades públicas e contratação de professores por concursos públicos.²⁶² Por fim, ainda sugeria a criação de meios para o incentivo ao associativismo e à organização comunitária da sociedade.²⁶³ Em linhas gerais, isso nos demonstra que o programa da Frente Liberal, mesmo conservador, não conseguiu ficar completamente descolado das bandeiras políticas que eram caras aos brasileiros, na década de 1980, como o associativismo popular, as demandas dramáticas por saúde pública universal, o aumento do mercado consumidor interno, entre outras.

No entanto, os compromissos políticos firmados pela Aliança Democrática não se assemelhavam com as demandas da população que encheu as ruas, exigindo eleições diretas para Presidente da República. Eram compromissos com as Forças Armadas e a burguesia nacional e internacional. Os militares deixavam o executivo, mas os civis continuaram, mais ou menos, os mesmos de até então, caso típico de revolução passiva. As mudanças ocorreram, mas, com a restauração e manutenção dos agentes sociais envolvidos de corpo e alma na ditadura civil-militar, além da manutenção de todo

²⁵⁸ *Idem.* p.309.

²⁵⁹ Proposta da Frente Liberal para a Aliança Democrática. Acervo da Fundação Ulysses Guimarães.

²⁶⁰ Proposta da Frente Liberal. Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. p.30.

²⁶¹ *Idem.* p.33.

²⁶² *Idem.* p.27.

²⁶³ *Idem.* p.119.

arcabouço jurídico e constitucional. Em vista destas questões, não há como chamar a “Nova República” de democracia, no máximo de governo civil da ditadura civil-militar brasileira, tutelados ainda pelos militares e suas *salvaguardas*.

Voltando à sucessão do general ditador João Batista Figueiredo, com a saída dos dissidentes, o PDS acabou confirmando a candidatura de Paulo Maluf no Colégio Eleitoral. No PMDB a chapa “puro-sangue” Tancredo-Sarney ganhava ares de renovação e democratização pela “grande” imprensa. No dia 15 de janeiro de 1985, o quadro de votação foi o seguinte:

Tabela 1.1 Votos no Colégio Eleitoral 1984

Partido	Votos para Maluf	Votos para T. Neves	Abstenções	Ausentes	Total
PDS	174	55	14	02	245
PFL	00	113	00	00	113
PMDB	02	271	02	01	276
PDT	01	27	01	01	30
PTB	03	11	00	00	14
PT	00	03	00	05	08
Total	180	480	17	09	686

Fonte: MONTEIRO, Tiago F. “A nova república e os debates relativos ao papel político das forças armadas pós-ditadura: homens, partidos e ideias (1985-1990).” Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p.63.

Estava eleita a chapa do PMDB, Tancredo Neves e José Sarney, no Colégio Eleitoral.

2.2 Hegemonia *Peemedebista* na *Transição Brasileira*? Do Governo Sarney à fragmentação pós-Constituinte.

Após a eleição indireta no Colégio Eleitoral, em janeiro de 1985, Tancredo Neves intensificou viagens internacionais, conversas de bastidores com setores da sociedade brasileira, notadamente, as altas burguesias nacionais e militares. Sua idade avançada – 75 anos – somada aos anos de intensa labuta política cobraram o preço, semanas antes de sua posse. Vitimado por uma inflamação no intestino grosso, Tancredo procurou adiar o tratamento para depois de sua posse, temendo a possibilidade dos militares não aceitarem dar posse a Sarney, ou mesmo a Ulysses Guimarães. Não obstante, Tancredo acabou internado e passando por cirurgias, causando comoção em todo o Brasil, nas vésperas da posse. No dia da posse, 15 de março de 1985, Tancredo foi operado e permanecia sedado em uma Unidade de Tratamento Intensivo. Existem muitos livros que abordam os “bastidores” desse momento crucial da nossa República, a ideia mais aceita é que Tancredo Neves indicou a posse de José Sarney, por receio de ser inviabilizada a sua eleição no Colégio Eleitoral. Pela lei então vigente, o sucessor legal de Figueiredo e Aureliano Chaves seria Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados. Este deveria convocar novas eleições em 30 dias. Mas, caso Ulysses assumisse a presidência por este breve momento, ficaria impossibilitado de disputar a eleição.²⁶⁴

Setores mais à esquerda no PMDB eram contra a posse de Sarney, mas, no dia 15 de março, Sarney tomou posse e leu a carta que seria lida por Tancredo Neves. Aparentemente, a decisão foi tomada pela certeza de retorno de Tancredo às atividades. Entretanto, seu quadro de saúde piorava e Ulysses “operava a instalação do novo governo, reunindo-se com ministros e deputados e comunicando as decisões a Sarney”.²⁶⁵ Grupos políticos à esquerda e à direita defendiam novas eleições, em caso de morte de Tancredo Neves, mas as negociações de bastidores, os receios de novos levantes sociais pelas eleições diretas para presidência no Brasil reafirmaram a solução adotada na posse. Segundo David Maciel, após cinco semanas de agonia, todos os

²⁶⁴ Para saber mais: DIMENSTEIN, Gilberto et al. *O Complô que Elegeu Tancredo*. Rio de Janeiro: JB, 1985. E MACIEL, David. *De Sarney a Collor: Reformas Políticas, Democratização e Crise (1985-1990)*. São Paulo: Editora Alameda, 2012. p.75.

²⁶⁵ MACIEL, David. *op.cit.* 2012, p.77.

setores do PMDB acabaram aceitando a posse de Sarney, corroborada pelos militares e pelos políticos da Frente Liberal, que faziam parte da aliança com o PMDB.²⁶⁶

E assim começou a “Nova República”, com a eleição do maranhense José Sarney. Sarney iniciou sua jornada política pela União Democrática Nacional, fez parte do pequeno grupo de deputados federais da UDN, chamados de “bossa-nova”, e que faziam oposição mais branda ao governo João Goulart. Depois do golpe de 1964, todos tiveram seus mandatos cassados, menos Sarney. Em 1965, foi eleito governador do estado do Maranhão. Jovem, era tido como exemplo de renovação na política brasileira, em contraposição ao “coronelismo” que predominava na política regional. Quando eleito governador, convidou o cineasta Glauber Rocha para gravar um filme sobre o Maranhão, *Maranhão 66*. Após o mandato de governador, continuou a comandar a política no seu estado e passou a integrar o núcleo duro do partido da ditadura civil-militar, a Arena. Exerceu o cargo de líder do partido na Câmara, líder do governo e presidente da Arena. Sarney exercia o cargo de presidente do PDS quando abandonou o partido rumo ao PMDB, meses antes da eleição no Colégio Eleitoral.

Não é apenas este fato que depõe contra a tese da abertura democrática. O próprio primeiro escalão da República, escolhido por Tancredo Neves e mantido por Sarney, ao longo de 1985, também estava tomado por agentes que possuíam o passado golpista contra Jango, e atuado na linha de frente da ditadura civil-militar, além de oposicionistas que davam cara à conciliação conservadora buscada por Tancredo Neves, um dúbio “opositor” do regime. Da Frente Liberal veio a nata de civis atuantes na ditadura civil-militar: Aureliano Chaves (ex-vice de João Batista Figueiredo) foi nomeado Ministro das Minas e Energia. Marco Maciel (líder estudantil golpista, financiado pelo IPES, presidente da Câmara dos Deputados na ditadura) foi nomeado Ministro da Educação, Olavo Setubal (banqueiro, ex-prefeito biônico de São Paulo pela Arena) foi nomeado Ministro das Relações Exteriores. Paulo Lustosa (ex-deputado federal pela Arena, político do PDS ligado à FIESP). Outro político do PDS alçado a Ministro foi o baiano Antônio Carlos Magalhães, nomeado no estratégico Ministério das Comunicações. Da nova ala conservadora que entrou no PMDB ao longo da primeira metade da década de 1980, foram nomeados Afonso Camargo (ex-senador biônico pelo PDS) e Carlos Sant’Anna (ex-PDS e ligado ACM) no Ministério da Saúde.²⁶⁷ Para o Ministério da Fazenda Tancredo havia escolhido seu sobrinho,

²⁶⁶ *Idem. Ibidem.*

²⁶⁷ MACIEL, David. *op.cit.* 2012, p.62.

Francisco Dornelles, tecnocrata de alto escalão da ditadura. No período do ditador João Batista Figueiredo foi Secretário Nacional da Receita Federal, o único a não possuir – ainda – filiação partidária.²⁶⁸

Além destes próceres da ditadura civil-militar nomeados ministros, os militares tinham 6 gabinetes com status de ministério. O Ministério do Exército ficou a cargo do General Leônidas Pires Gonçalves, e o General Ivan de Souza Mendes ficou no cargo de chefe do SNI, que era mantido da mesma forma como no período anterior. No Ministério da Marinha o Almirante Henrique Saboia assumiu o posto. Na Aeronáutica o Almirante Moreira Lima ficou no cargo. As Forças Armadas ainda tinham mais dois ministérios: o Estado Maior das Forças Armadas e a Casa Militar, que ficou encarregada, respectivamente, pelos generais José Maria do Amaral e Rubens Dennys. Todos militares condecorados por “serviços” prestados à ditadura, nenhum militar crítico do regime participou do governo.

Para o PMDB, a participação no primeiro escalão do governo ficou dividida entre os chamados conservadores/moderados e alguns ligados à oposição liberal. Os conservadores ficaram com o Ministério de Indústria e Comércio, com Roberto Gusmão, a Agricultura com Pedro Simon, a Ciência e Tecnologia com Renato Archer, a Administração com Aluizio Alves, a Habitação, Saneamento e Urbanismo com Flávio Peixoto. Ministros do PMDB tidos como de “esquerda” foram: para o Ministério da Justiça com Fernando Lyra, para o Planejamento com João Sayad, para a Previdência Social com Waldir Pires. No Ministério dos Assuntos Fundiários, Tancredo convidou Nelson Ribeiro, ligado à luta pela reforma agrária, e, para o Ministério do Trabalho foi escolhido Almir Pazzianotto, ligado ao então governador de São Paulo, André Franco Montoro.²⁶⁹

Os peemedebistas ligados a Tancredo Neves, e que o acompanharam no Partido Popular, foram os Ministros Ronaldo Costa Couto, para o Ministério do Interior, Mauro Salles, para o Ministério dos Assuntos Extraordinários, José Aparecido, para o Ministério da Cultura e, para a Casa Civil, José Hugo Castelo Branco. Um ministério francamente conservador.

²⁶⁸ “Desempenhou também a função de Presidente da Comissão de Estudos Tributários Internacionais do Ministério da Fazenda – março de 1974 até janeiro 1981 – ao mesmo tempo em que foi Procurador-geral da Fazenda Nacional – maio de 1975 até março de 1979; Membro do Conselho de Administração do Banco do Brasil S/A (1977-1979) e Secretário da Receita Federal – mar. 1979/mar. 1985”. MONTEIRO, Tiago F. *op.cit.* p.63.

²⁶⁹ MACIEL, David. *op.cit.* 2012, p. 62 e 63.

Na Câmara dos Deputados o PMDB tinha 201 deputados federais e a Frente Liberal 107. Era um total de 308 das 480 cadeiras, ampla maioria. No entanto, José Sarney estava enfraquecido e sem legitimidade para exercer o cargo. Em entrevista concedida a Oliveira Bastos, para o livro “Sarney: o outro lado da história”, José Sarney reconheceu a falta de vínculos com seus auxiliares. Também admitiu dificuldades com os grupos internos do PMDB. Admitiu também que se aproximou das Forças Armadas para ser menos fraco e menos dependente do PMDB.

Eu tive que conquistar auxiliares, de estabelecer vínculos de trabalho, num esforço pessoal e numa obra ao meu temperamento. [...] Nesta fase, amparei-me muito no Ulysses Guimarães. Ele era o ícone da resistência. Eu estava, na verdade, condenado à fragilidade. Mas não estava condenado a aceitar a fragilidade. [...] Ser fraco era o preço de me tornar-me cada vez menos fraco. [...] O primeiro passo consistia, obviamente, em buscar apoio nas Forças Armadas. [...] Havia mais de um ano que me reunia com Leônidas [Pires Gonçalves], na Academia de Tênis. Secretamente, mensalmente, toda vez que ele vinha a Brasília para as reuniões do Alto Comando, acompanhando a versão militar da situação política.²⁷⁰

Sobre o PMDB:

As forças políticas estavam muito divididas e, ao meu lado, somente a facção que vinha da dissidência do PDS. O PMDB tinha a ala do Ulysses, do Tancredo, o grupo autêntico e todos os partidos de esquerda que estavam aglutinados em sua legenda, inclusive egressos da clandestinidade, como o MR-8, Vanguarda, PCB, PCdoB, Política Operária e muitos outros.²⁷¹

Houve um estranhamento entre as forças políticas no início do governo de José Sarney, justamente porque o avalista deste bloco de poder morrera. Sarney se aproximou dos seus mais íntimos aliados políticos dos últimos vinte anos, os militares e políticos da Frente Liberal. Evidentemente, gerou incômodos no interior do PMDB, a esta altura, um imenso partido político, de certa forma refletindo internamente os conflitos de classe que ocorriam na sociedade naquele período.

Portanto, o PMDB chegava a meados da década de 1980 com o cargo de Presidente da República, no entanto, o PMDB de 1985 não era mais como o antigo MDB/ PMDB do início da década. A frente policlassista que era composta no partido perdera forças nos últimos anos de “governo Figueiredo”. A incorporação do Partido

²⁷⁰ OLIVEIRA, Bastos (org.). *Sarney: O outro lado da história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p.27.

²⁷¹ *Idem*. p.26.

Popular no início de 1982, com adesistas, conservadores e moderados, somados à vitória destes grupos nas eleições de 1982 diminuiu ainda mais a força de setores à esquerda da entidade, no que tange as esferas de decisão política no partido. Ainda que intelectuais de “esquerda” fizessem parte do partido e participassem de atividades partidárias e programáticas, estes, cada vez mais, ao longo da década de 1980, foram deixados à margem do partido e do governo peemedebista pós 1985. O falecimento de Tancredo Neves, semanas após a posse de seu Vice, que até meses antes era uma das principais lideranças políticas da ditadura, favoreceu ainda mais a guinada à direita do PMDB.

Entre as primeiras medidas efetivas de Sarney, foi a alteração da lei de partidos que abriu caminho para a legalidade do Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil. Estes saíram do PMDB em 1985 e, nas eleições para o congresso constituinte do ano seguinte, o PMDB tornou-se o maior partido político do Brasil. No entanto, mesmo com a folgada maioria no Congresso Nacional, o partido sempre teve uma relação conflituosa com o governo Sarney. O partido queixava-se de não participar ativamente das decisões do governo, ao mesmo tempo em que Sarney reclamava que o PMDB não deixava o governo governar. Assim, a crise econômica do período fez agravar estes conflitos internos do governo com o PMDB.

Esta “hegemonia conflituosa” do PMDB teve reflexos na Constituição promulgada em outubro de 1988. O partido se dividiu em diversos grupos de interesse, o governo, em constantes conflitos com a liderança do partido, interviu inúmeras vezes na constituinte, para ver aprovadas medidas de seu interesse. A Constituição ao seu final havia avançado em aspectos importantes na demanda popular, como a criação do Sistema Único de Saúde, no direito de greve – ainda que apenas do setor privado –, nas liberdades individuais, mas manteve a sombra das Forças Armadas nas questões políticas nacionais, como também a manutenção das polícias militares, a manutenção do direito administrativo da ditadura, entre outras permanências autoritárias na Constituição. No final da década de 1980, o partido possuía a grande maioria dos prefeitos, vereadores, governadores, deputados estaduais e detinha 55% dos congressistas constituintes – além do cargo de Presidente da República – se fragmentou entre 1988/1989. Com o desgaste político desses conflituosos anos, setores mais “intelectualizados” e descontentes com o conservadorismo e fisiologismo que tomava conta do PMDB deixaram o partido. Restou ao PMDB desgastado e dividido internamente disputar as primeiras eleições diretas para presidente, em 25 anos, em

meio ao vazio programático que tomou o partido. A pífia votação de sua maior liderança não o impediu de continuar sendo o maior partido do país, uma vez que o mesmo atraiu cada vez mais lideranças políticas locais e regionais, bons de voto, mas sem expressão nacional, e com pouca ou nula expressão programática. Nas décadas seguintes, o PMDB seria a “eminência parda” a dar suporte – chamada de “governabilidade” – aos governos federais que se sucederam, enquanto no interior do país mantinha-se como o campeão de votos.

Assim, a sociedade brasileira vivia um período de “ressaca” econômica pelos tempos dos militares, com altíssima inflação e perdas salariais que agudizavam os problemas sociais crônicos do país.²⁷² As greves, que agitaram o país no final da década de 1970 e ganharam fôlego pós 1983, estavam em alta novamente com o reforço do setor público, o que não ocorrera nos anos setenta. Eram os tempos de “radicalismos” petistas e da Central Única dos Trabalhadores que avançavam suas influências sobre a classe média assalariada e dos trabalhadores assalariados urbanos.

Nos primeiros meses de mandato, entre março e junho de 1985, José Sarney reformou algumas leis eleitorais do regime civil-militar e também reformulou a lei dos partidos políticos. Enquanto dava fim ao chamado “entulho autoritário”, livrava-se de grupos de esquerda na base do PMDB e, ao mesmo tempo, reforçava a pulverização dos partidos políticos, bem como o processo eleitoral. Pelo acordo da Aliança Democrática, as discussões também passariam pelo Congresso Nacional. Uma comissão interpartidária foi formada para viabilizar as mudanças, eleitoral e partidária.²⁷³ A base do governo Sarney formou a maioria na comissão, o PMDB ficou com 8 vagas e o PFL com 4. O PDS ficou com duas vagas e PDT, PTB e PT, com uma.²⁷⁴ Da comissão saíram projetos de leis e a Emenda Constitucional nº25, que extinguiu o Colégio Eleitoral e determinava eleições diretas para todos os níveis do executivo, *sem data específica* para acontecer. As mudanças também abrangiam o voto dos analfabetos, a convocação de eleições municipais, em 1985, contando as capitais e áreas consideradas de segurança nacional pela ditadura. Além disso, o Distrito Federal passou a ter governo próprio e uma Assembleia Legislativa.²⁷⁵

²⁷² A desvalorização do salário-mínimo nos anos anteriores foram os seguintes: -10,2% em 1983; -8,8% em 1984 e -10,1% em 1985. MACIEL, David. *op.cit.* 2012, p.82.

²⁷³ *Idem.* p.92.

²⁷⁴ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.92.

²⁷⁵ *Idem. Ibidem.*

Um projeto de lei chamado de *Lei Ulysses* substituíu a antiga *Lei Falcão*, dando acesso aos partidos políticos a partir de sua representação parlamentar. Evidentemente, esta lei favorecia os maiores partidos políticos e, por tabela, o governo, neste período de transição política. Importante ressaltar aqui que esta lei vigora, com modificações especificamente no cálculo do tempo de cada partido, e no conteúdo dos programas, mas é mantida, em linhas gerais, até os dias atuais e ainda é, com segurança, um dos principais motivos da manutenção do PMDB como maior partido do Brasil. Aprofundaremos esta questão na análise nos próximos capítulos.²⁷⁶

Na nova Lei dos Partidos Políticos ficou determinada a liberdade de organização partidária, sem restrições ideológicas, ainda que retiradas as formas possíveis de crescimento e viabilidade eleitoral pela transição política, principalmente no que se refere aos partidos de esquerda. A fidelidade partidária foi abolida, favorecendo a cooptação dos executivos, principalmente ao governo Sarney. Já o coeficiente eleitoral dos votos que os partidos deveriam ter, nacionalmente, para concessão de seus registros definitivos, passou de 5% para 3% dos votos.²⁷⁷

No mês de julho de 1985 foi instituída a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (CPEC). Esta comissão foi formada por “50 notáveis” para elaborar um anteprojeto constitucional como base para a futura assembleia constituinte, que deveria ficar pronta em dez meses. A escolha dos “notáveis” foi feita por Tancredo Neves e posteriormente modificada por José Sarney e o Ministro da Justiça Fernando Lyra. A mesma fora presidida pelo jurista Afonso Arinos de Melo Franco.²⁷⁸

²⁷⁶ Um dos nuances da lei aprovada em 1985, além do tempo de rádio e TV serem contados pelo tamanho de cada bancada na Câmara dos Deputados, foi a proibição de políticos em campanhas eleitorais que não concorriam, como forma de evitar que lideranças políticas conhecidas nacionalmente pudessem influenciar outras praças, mais uma vez beneficiando políticos e lideranças regionais que cada vez mais tinham força no interior do PMDB.

²⁷⁷ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.93.

²⁷⁸ Os juristas Fábio Konder Comparato e Evandro Lins e Silva negaram participar da Comissão por enxergá-las como essencialmente conservadoras. “A Comissão foi organizada em cinco Seccionais: Brasília, presidida por Paulo Brossard, Rio de Janeiro, sob a liderança de Evaristo de Moraes; Nordeste (sede em Recife), Sul (sede em São Paulo) e Minas Gerais. Do mesmo modo, os “Notáveis” (como ficaram conhecidos os membros da CPEC) foram organizados em dez Comitês Temáticos. Mais adiante analisaremos parte dos trabalhos da comissão”. MONTEIRO, Tiago F. *op.cit.* p.205. Em seu estudo Tiago Monteiro fez uma apresentação da trajetória dos membros da CPEC. Eis uma versão resumida: Os cinquenta “notáveis” eram: (1) Afonso Arinos de Melo Franco (Presidente da comissão). (2) Alberto Venâncio Filho: respeitado professor de Direito Constitucional (FGV) e do Instituto Rio Branco, assessor da presidência da República no governo Jânio Quadros e ex-assessor do IPES. (3) Antônio Ermírio de Moraes: um dos mais ricos empresários do Brasil, Diretor Superintendente do “Grupo Votorantim”. (4) Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. (5) Bolívar Lamounier: Cientista Político liberal. (6) Cândido Antônio Mendes de Almeida: professor, sociólogo. (7) Célio Borja (impedido de participar por ser nomeado para o STF). (8) Celso Monteiro Furtado. (9) Cláudio Penna Lacombe: advogado. (10) Cláudio Pacheco: professor de Direito (UFRJ) e ex-advogado do Banco do Brasil. (11) Clóvis Ferro Costa:

Entre os meses de maio e junho de 1985, veio a proposta de reforma agrária que havia sido negociada com Tancredo Neves. A mesma foi apresentada no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, da Contag, por José Sarney. Esta proposta representava um valioso avanço na luta pela reforma agrária no Brasil, pois abria a possibilidade de desapropriação de terras por motivos de interesse social, valorizava a política de assentamento, bem como os colonos e a regularização fundiária. O projeto tinha inspiração no Estatuto da Terra da década de 1960.²⁷⁹

A reação dos latifundiários brasileiros foi imediata. A Confederação Nacional de Agricultura manifestou repúdio ao PNRA. Dada a incapacidade organizativa do setor de responder rapidamente ao que considerava uma afronta, surgiu a proposta da criação de uma nova e radicalizada entidade, a União Democrática Ruralista, UDR. No Congresso Nacional as reações dos setores empresariais e agrários foram acaloradas em defesa da propriedade privada e dos “produtores” rurais.²⁸⁰ Embora as diferentes entidades de classes das frações agrárias nacionais tivessem visões políticas diferentes

assessor de Fernando Lyra, aliado de Sarney. (12) Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque. (13) Edgar de Godói da Mata-Machado: deputado federal do MDB, professor de Direito da UFMG. (14) Eduardo Mattos Portella, ex-ministro da Educação do governo João Figueiredo. (15) Evaristo de Moraes Filho: professor e catedrático do Direito do Trabalho da UFRJ. (16) Fajardo José de Pereira Faria: promotor e membro do PMDB. (17) Padre Fernando Bastos de Ávila: jesuíta, sociólogo e fundador da PUC-RJ. (18) Floriza Verucci. (19) Gilberto de Ulhoa Canto. (20) Gilberto Freyre. (21) Reverendo Guilhermino Cunha: líder da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro. Hélio Jaguaribe. (22) Hélio Santos. (23) Hilton Ribeiro da Rocha: oftalmologista e foi presidente da Associação Médica Brasileira. (24) João Pedro Gouvêa Vieira: presidente do Grupo Ipiranga. (25) Joaquim de Arruda Falcão Neto: bacharel em Direito, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). (26) Jorge Amado: escritor. (27) Josaphat Ramos Marinho: jurista, ex-membro da UDN. (28) José Afonso da Silva: Professor. (30) José Francisco da Silva: atuou na reorganização dos sindicatos rurais e foi eleito presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). (31) José do Rego Barros Meira de Araújo. (32) José Paulo Sepúlveda Pertence: advogado. (33) José Saulo Ramos: jurista e jornalista, foi Assessor do ex-presidente Janio Quadros e era amigo pessoal de Sarney. (34) Laerte Ramos Vieira: bacharel de Direito, ex-militante da UDN catarinense e foi ligado ao governador Celso Ramos. Integrou o MDB e foi líder do partido entre 1974-77. (35) Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho: empresário, ligado à FIESP. (36) Luís Pinto Ferreira: Advogado, fundador do MDB. (37) Mário de Souza Martins: jornalista. (38) Mauro Santayana (Secretário executivo da comissão). (39) Miguel Reale, jurista ligado a Ação Integralista Brasileira. Participou do IPES e participou da articulação Golpista contra Goulart. Durante o Governo Militar, colaborou com os governos Costa e Silva, E. Médici foi reitor-interventor da USP. Do mesmo modo, participou da elaboração do Projeto de Transição. (40) Miguel Reale Júnior e (41) Ney Prado (Secretário geral da comissão). (42) Odilon Ribeiro Coutinho: advogado e empresário (usineiro no Rio Grande do Norte). (43) Orlando Magalhães Carvalho: professor de Direito, Cientista Político e militante do PFL. (44) Paulo Fernandes Bonavides: professor de Direito Civil e Constitucional da PCU-RS e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). (45) Paulo Brossard de Souza Pinto. Deixou a CPEC para assumir o Ministério da Justiça. (46) Raphael de Almeida Magalhães: administrador, ligado à ARENA. (47) Raul Machado Horta. (48) Rosah Russomano: jurista e professora de Direito Constitucional da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). (49) Sérgio Franklin Quintella: empresário, diretor da “Cia Internacional de Engenharia” e vice-presidente da “Montreal”. Presidente do PFL. (50) Walter Barelli: militante da JUC nos anos 60 e ex-funcionário do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Lecionou na PUC-SP e chegou a ser cotado para o ministério do Trabalho em 1985. IN: *Idem*. pp.208-213.

²⁷⁹ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.98.

²⁸⁰ *Idem. Ibidem.*

sobre a agricultura brasileira, a UDR surgiu como representação paralela a estas entidades, e entre os setores que mais trabalharam na UDR foram os pecuaristas, que utilizavam grandes extensões de terra para pastagens. Utilizando-se de propaganda agressiva e guardas armados nas fazendas pelo interior do Brasil, a entidade rural conseguiu que o Plano Nacional de Reforma Agrária fosse modificado ainda em 1985, via decreto presidencial. Dentre as principais modificações estavam a garantia por soluções negociadas perante latifúndios improdutivos e a isenção aos “latifúndios produtivos”. Estas medidas praticamente sepultaram qualquer perspectiva de reforma agrária e, incluso este decreto, a equipe de governo foi demitida ou se demitiu dos cargos no ministério.

Até o mês de modificação do PNRA foram criados 24 novos partidos políticos no Brasil. A grande maioria representava clivagens regionais e interesses particularistas de “lideranças” preteridas nos partidos tradicionais. Tal fato era uma consequência direta da diminuição drástica na rigidez que marcava, desde 1964, a liberdade de auto-organização da sociedade. Também representava prioridade dos partidos políticos, em detrimento dos movimentos populares autônomos na transição política brasileira.²⁸¹ Além dos partidos políticos existentes (PMDB, PDS, PTB, PDT e PT), o TSE, ao longo de 1985, reconheceu o Partido da Frente Liberal, o Partido Liberal, o Partido Social Cristão, o Partido Democrata Cristão, o Partido do Povo Brasileiro, o Partido Tancredista Nacional, o Partido Humanista, Partido Municipalista Comunitário e os Comunistas que, durante a ditadura fizeram parte do MDB/PMDB, o PCB e o PCdoB. No segundo semestre, outros partidos foram reconhecidos como: o Partido Comunitário Nacional, o Partido Democrático Independente, o Partido da Juventude, o Partido Liberal Brasileiro, o Partido da Mobilização Nacional, o Partido Municipalista Brasileiro, o Partido Nacionalista, o Partido Nacionalista Democrático, o Partido da Nova República, o Partido Renovador Progressista, o Partido Socialista Brasileiro, o Partido Socialista Agrário e Renovador Trabalhista e o Partido Trabalhista Renovador.²⁸²

Destes novos partidos apenas o PFL, PSB, PCB, PCdoB obtiveram mais de 100 mil votos nas eleições municipais (de capitais e áreas de segurança nacional) de

²⁸¹ *Idem.* p.125.

²⁸² *Idem .Ibdem.*

novembro de 1985.²⁸³ O grande vencedor das eleições foi o PMDB, que conquistou 129 prefeituras das 201 em disputa. Assim, o PMDB tornava-se o grande partido do bloco de poder na fase final da ditadura brasileira, e, simultaneamente, todos os setores de esquerda do partido o deixaram. Como no caso do PCB e do PCdoB, e no caso de lideranças políticas importantes, como Evandro Lins e Silva, Rubem Braga, Joel Silveira, que ingressaram no PSB. O PMDB, em meados dos anos oitenta, perdera o caráter frentista e reformista que o caracterizava nos períodos anteriores. A adesão e o acomodamento na “Nova República” indicavam a crescente afinidade do PMDB com setores do PFL, PDS e entidades de classes burguesas. Internamente o PMDB pouco discutiu, neste primeiro ano de mandato de Sarney, as questões vinculadas à relação do partido com o governo, ficando as reuniões da Executiva Nacional restritas a questões burocráticas de organização de diretórios e convenções.²⁸⁴

Na economia, o governo Sarney (escolhido por Tancredo Neves) reuniu em sua equipe econômica economistas heterodoxos e ortodoxos. Neste primeiro ano de governo, o “ortodoxo” Francisco Dornelles procurou aplicar medidas recessivas, com o intuito de diminuir o consumo e controlar a inflação. Dentre suas medidas destacaram-se: 1) o corte de 10% no orçamento de 1985; 2) a proibição de novas contratações para o funcionalismo; 3) o aumento da taxa de juros e congelamento de tarifas públicas e preços da produção estatal; 4) as mudanças no cálculo da correção monetária e desvalorização da moeda, trimestramente.²⁸⁵ A dívida externa corroía as contas públicas e retirava do governo a capacidade de investimento. Dornelles, sem apoio dentro do governo, e na sociedade civil burguesa que defendia uma perspectiva desenvolvimentista, acabou pedindo demissão em agosto de 1985. A inflação no final de 1985 chegou a 255,6%.²⁸⁶ Dornelles foi substituído por Dílson Funaro, empresário, do ramo de brinquedos infantis.

Em novembro de oitenta e cinco, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 26, que transformava o Congresso Nacional que seria eleito em novembro de 1986, em Assembleia Nacional Constituinte, ao invés de uma Assembleia Constituinte exclusiva para elaboração da Carta Magna. Isso abria caminho para uma Constituinte mais conservadora, recheada de fisiologismo e relações “nada republicanas” entre os

²⁸³ E nas eleições para o Congresso Nacional e Assembleia Constituinte, além dos partidos citados, apenas PL, PSC, PDC e PMB elegeram congressistas. *Idem.* p.125.

²⁸⁴ Comissão Executiva Nacional. Livro 3. p.10.

²⁸⁵ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.105.

²⁸⁶ MONTEIRO, Tiago F.. *op.cit.* p.233.

constituintes e o jogo de interesses das classes dominantes, partidos políticos e governo federal. As regras eleitorais foram as mesmas que favoreceram os maiores partidos do país, PMDB, PDS e PFL. Este modelo favoreceu a articulação de setores que apoiaram a ditadura e, na Constituinte, usaram todos os meios para manter seus privilégios adquiridos no arbítrio, na Constituição de 88.

Evidentemente o cenário político gerado no ano de 1985 foi de agudização dos conflitos sociais e crise econômica. À medida que Sarney conseguia contornar suas dificuldades iniciais como presidente, sem nenhuma legitimidade social, ficava claro que, mais cedo ou mais tarde, o mesmo escolheria sua equipe de governo e não ficaria com a equipe escolhida por Tancredo Neves. E foi o que aconteceu até maio de 1986, quando se encerrou sua primeira reforma ministerial. A chegada de Dílson Funaro ao Ministério da Fazenda deu mais unidade heterodoxa à equipe econômica. Seus assessores diretos eram os economistas Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manuel Cardoso de Mello, ambos conhecidos por serem críticos da ortodoxia econômica. Se no campo econômico a linha a seguir era de perspectiva desenvolvimentista, nos outros setores Sarney reforçava a aliança com os militares e partidos como PFL e o PDS. No total foram 17 mudanças.

Primeiramente, na Justiça e Previdência Social, Fernando Lyra e Waldir Pires, representantes da ala esquerda do PMDB, foram substituídos respectivamente, por Paulo Brossard, conservador do PMDB gaúcho, e Rafael de Almeida Magalhães (PMDB-RJ), moderado, ligado a Ulysses. Na Agricultura, o moderado Pedro Simon (PMDB-RS) foi substituído pelo conservador Íris Rezende (PMDB-GO), governador licenciado de Goiás, berço da UDR. No Gabinete Civil, saiu o pepista, homem de confiança de Tancredo, José Hugo Castelo Branco (PMDB-MG), e entrou Marco Maciel, do PFL pernambucano. Por sua vez, Castelo Branco substituiu Roberto Gusmão (PMDB-SP) no Ministério de Indústria e comércio e Maciel foi substituído na Educação por outra liderança pefelista nacional, Jorge Bornhausen (PFL-SC). Na saúde, o ex-pedessista e ex-pepista Carlos Santana (PMDB-BA) foi substituído pelo ex-pedessista Roberto Santos (PMDB-BA); Olavo Setúbal (PFL-SP) foi substituído nas Relações Internacionais por outro banqueiro, Roberto de Abreu Sodré (PFL-SP), ex-arenista e ex-governador de São Paulo, e Flávio Peixoto (PMDB-GO), aliado de Íris Rezende, foi substituído no Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente por Denis Schwartz (PMDB-PR), ligado à esquerda peemedebista. Nos transportes, Afonso Camargo (PMDB-PR) foi substituído por José Reinaldo Tavares, ligado pessoalmente a Sarney. Os ministérios da Administração, dos Assuntos Extraordinários e da Desburocratização foram extintos, sendo os dois primeiros do PMDB e o último do PFL, ao passo que o Ministério da Irrigação foi criado, ocupando-o Vicente Fialho, do PFL-CE. A única mudança em direção à esquerda foi a

substituição de Aloísio Pimenta por Celso Furtado no Ministério da Cultura, numa espécie de concessão honorífica e prêmio de consolação para quem deveria estar, na verdade, no comando da área econômica.²⁸⁷

Como consequência da reforma ministerial que isolava setores do PMDB, o líder do governo no Senado, Fernando Henrique Cardoso, deixou o posto, anunciando o fim da Aliança Democrática. FHC também afirmou que o PMDB tinha errado por conduzir a transição democrática, e que havia se tornado mero apêndice do governo federal.²⁸⁸ José Sarney chegou a afirmar que “reformas progressistas se fazem com ministros conservadores”.²⁸⁹ Mas esses momentos foram categoricamente esvaziados pelo anúncio do Plano Cruzado, do qual o PMDB, oportunamente, aproveitou-se, enquanto o plano econômico funcionou.

No auge da primeira reforma ministerial do governo Sarney, sua equipe econômica anunciou o plano econômico que prometia acabar com a hiperinflação que assolava o país desde o início dos anos oitenta. A equipe que formulou o plano era composta por economistas de diferentes matizes teóricas, mas que acabaram formulando um plano drástico para acabar com a inflação. A equipe do Ministério da Fazenda era composta por Dílson Funaro, Luiz Gonzaga Belluzzo, João Cardoso de Mello e Luiz Carlos Mendonça de Barros. A equipe do Ministério do Planejamento era composta por João Sayad, Pérsio Arida e Andrea Calabi. No Banco Central, Candido Bracher e André Lara Rezende. Destes, apenas Sayad, Belluzzo e Mendonça de Barros tinham alguma relação com o PMDB.

Em termos práticos, o Cruzado era fruto da fusão entre a proposta de congelamento de preços de Francisco Lopes e a proposta de reforma monetária e indexação generalizada de Pérsio Arida e André Lara Rezende. A proposta “Larida” previa a indexação generalizada de todos os preços com base na ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), que anularia as pressões inflacionárias passadas, equilibrando todos os preços num novo patamar, representado na nova moeda. [...] entre desindexação total ou indexação total, por razões políticas, na edição do plano prevaleceu a desindexação, com fusão entre reforma monetária e congelamento.²⁹⁰

Por meio de decretos e portarias, o Plano Cruzado foi anunciado e posto em prática, antes que todos os estudos de viabilidade estivessem terminados e as condições

²⁸⁷ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.133.

²⁸⁸ *Idem.* p.134.

²⁸⁹ *Idem. Ibidem.* p.134.

²⁹⁰ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.137.

objetivas da economia estivessem favoráveis. Sarney tinha urgência devido à pressão de setores do PMDB em sair do governo. Sarney usou o plano como forma de fortalecer o governo e manter o controle da transição política brasileira. Assim, os quatro pontos fundamentais foram postos em prática: 1) a reforma monetária; 2) o congelamento de preços; 3) “gatilho” salarial, que seria colocado em prática cada vez que a inflação acumulada atingisse 20% e 4) o seguro-desemprego.²⁹¹

As reações sobre o Plano Cruzado foram variadas. A grande mídia foi um grande divulgador do plano econômico, e o próprio Sarney saiu a campo em sua defesa, conclamando a população a se tornar “fiscais do Sarney” e inspecionar possíveis remarcações de preços. Com a inflação em alta, a notícia do congelamento fez a popularidade do presidente chegar a um patamar que o mesmo nunca mais alcançara. O consumo disparou, e Sarney se tornou o principal cabo eleitoral para as eleições de novembro de 1986, para a formação da Assembleia Nacional Constituinte.

Internamente, o PMDB ainda ressentia os voos solos de Sarney, tanto que, em março de 1986, o Diretório Nacional lançou um documento contendo um “programa mínimo” a ser implementado pelo governo federal como forma de continuar no governo. O documento foi preparado pelos deputados federais Pimenta da Veiga, Airton Soares, Oswaldo Lima Filho, Virgildásio de Senna, Hélio Duque, Carlos Sant’Anna, Denisar Arneiro, José Maria Magalhães e os Senadores Severo Gomes, Martins Filho e Fernando Henrique Cardoso. Os temas do “programa-mínimo” eram: 1) política de legislação trabalhista e política salarial; 2) política sobre dívida externa; 3) política sobre dívida interna e inflação; 4) política de alimentação; 5) política de abastecimento; 6) política de reforma agrária; 7) política de restabelecimento das atribuições do poder legislativo.²⁹²

O posicionamento do PMDB diante do governo, especialmente após a recente reforma ministerial, quando muitos companheiros temeram que o aumento de participação do PFL levasse ao afastamento das teses partidárias. Este documento apresenta uma análise sumária da nova realidade de um elenco de sugestões para serem discutidas no diretório do PMDB, em sua reunião hoje, com o objetivo de identificar claramente a atuação do partido na Nova República e de dar unidade e identidade à atuação dos filiados. Da mesma forma o

²⁹¹ *Idem.* p.141.

²⁹² Documento: Compromisso é com mudanças: sugestões para um programa mínimo do PMDB. Acervo da Fundação Ulysses Guimarães.

documento procura caracterizar a atuação do PMDB no governo de transição.²⁹³

Evidentemente, este documento acabou ficando guardado nos cantos dos acervos históricos do PMDB. À medida que o plano cruzado dava sinais de sucesso, Sarney, como foi dito anteriormente, tornava-se o principal cabo eleitoral do país. Os políticos do partido faziam filas para conseguir uma audiência com Sarney e obter uma foto ao seu lado, para o material de campanha das eleições de 1986. Claro que este documento e as atas da Executiva Nacional sinalizavam o crescente distanciamento entre o PMDB e alguns de seus setores mais ativos politicamente com o governo de José Sarney e a forma como as políticas públicas eram implementadas. No mesmo evento em que foi apresentado o *programa mínimo do partido*, Sarney foi homenageado pelo partido, por causa do plano cruzado.²⁹⁴

No mês seguinte, na sétima Convenção Nacional do PMDB, os setores mais à esquerda no partido lamentaram a crise de identidade e perda de visão programática que o PMDB vinha enfrentando.²⁹⁵ Na mesma Convenção, José Sarney recebeu o título de *Presidente de Honra* do PMDB.²⁹⁶ A chapa vencedora da Convenção obteve 540 votos, dos 812 votantes. Assim, no Diretório Nacional e na Executiva Nacional o predomínio de setores conservadores e pró-governo Sarney foi muito grande.²⁹⁷ Esse predomínio mais conservador no PMDB refletiu nos candidatos a governador dos estados, são exemplos: Wellington Moreira Franco, no estado do Rio de Janeiro, Newton Cardoso, no estado de Minas Gerais, Epitácio Cafeteira, no estado do Maranhão, Fernando Collor de Mello, no estado de Alagoas, Tasso Jereissati, no estado do Ceará e Orestes Quércia, no estado de São Paulo, vencendo a disputa contra o grupo de Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas.²⁹⁸ Estes eram os sinais claros da falência de qualquer

²⁹³ Documento: Compromisso é com mudanças: sugestões para um programa mínimo do PMDB. Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. p.3.

²⁹⁴ Comissão do Diretório Nacional do PMDB. Livro 1. p.28.

²⁹⁵ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.178.

²⁹⁶ Convenções Nacionais do PMDB. Livro 1. p.33.

²⁹⁷ Comissão Executiva Nacional eleita em 06/4/1986: Presidente: Ulysses Guimarães; Vice-presidente: Pedro Simon; 2º Vice-presidente: 3º Vice-presidente: Afonso Camargo; Secretário-geral: Milton Reis; 1º Secretário-geral: Euclides Scacco; 2º Secretário-geral: Maria da Conceição Tavares; 1º Tesoureiro: Mauro Benevides; 2º 1º Tesoureiro: Walmor de Luca; Vogais: Francisco Pinto; Roberto Cardoso Alves; Sid Sampaio; Jorge Medanar; Suplentes: Hélio Gueiros; João Gilberto; Heráclito Fortes; Marcio Braga; Plínio Martins; Geraldo Fremming. 23/04/2007. Presidência Nacional – Diretório Nacional. s/p.

²⁹⁸ Para saber mais: MELHEM, Célia. *Política de Botinas Amarelas: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*. São Paulo: Hucitec, 1998.

reformismo de esquerda que, em algum momento, possa ter tido na trajetória do MDB/PMDB.²⁹⁹

O ano de 1986, assim como todos os anos da década de 1980, foi bastante agitado politicamente. Ainda mais se tratando de um ano com eleições estaduais, eleições legislativas, que também formaram a Assembleia Constituinte, além das disputas entre capital e trabalho. O Plano Nacional de Reforma Agrária deu o sinal de alerta para as classes/ frações dominantes, e, a partir disso, os próprios passaram a agir de forma muito mais contundente e agressiva, com o intuito de formar maioria na Constituinte e também criar, na opinião pública nacional, consenso em torno de suas bandeiras, apresentadas como as melhores para o conjunto da população brasileira. René Dreifuss produziu um excelente estudo sobre “o jogo da direita” para conseguir seus objetivos políticos.³⁰⁰ Neste livro, Dreifuss mostrou como se deu o processo de organização da burguesia brasileira, desde seus canais abertos ainda com os militares nas instituições nacionais, até o processo constituinte e a própria constituição. Dreifuss também apontou que a burguesia brasileira passava por um momento de desafio, pois precisava dar respostas à mundialização do capital e respostas a como seria a reestruturação local, e qual papel desempenhado por ela no cenário internacional.³⁰¹

Um dos pontos fortes da burguesia foi o reforço no *lobby* junto à sociedade política, como forma de pressionar os centros de decisão política, tendo em vista a aprovação de projetos políticos de seus interesses.³⁰² Outro recurso importante criado pela burguesia nacional foi a proliferação de diversos aparelhos privados de hegemonia no período. Estas entidades de classe foram chamadas por Dreifuss de *pivôs*, que tinham como função:

desenhar cursos de ação imediata, discernindo meios e métodos, apoiando e escorando os giros e evoluções ideológicas-políticas de sua categoria social. Os pivôs são lideranças provisórias, com objetivos limitados e alvos imediatos – tais como a luta pela configuração da Assembleia Nacional Constituinte ou a eleição de governadores, em 1986. [...] Entre os pivôs mais atuantes na (e da) área empresarial, vale mencionar a Câmara de Estudos e Debates Socioeconômicos, o Instituto Liberal, a Confederação Nacional das Instituições Financeiras, a União Brasileira de Empresários e a União

²⁹⁹ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.178.

³⁰⁰ DREIFUSS, René. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

³⁰¹ *Idem.* p.44.

³⁰² *Idem.* p.48.

Democrática Ruralista. Na área militar, seria criada a Associação Brasileira de Defesa da Democracia.³⁰³

“No epicentro desta reformulação dos segmentos conservadores” um “pivô político” de grande importância foi a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes), que existia desde 1980. Uma de suas principais lideranças era Delfim Netto, um dos civis centrais da ditadura. Por meio da Cedes, Delfim esperava angariar fundos para financiar diversas campanhas constituintes, inclusive a sua, e para setores que defendessem suas posições durante a Assembleia Constituinte. Como demonstrou e comprovou René Dreifuss, a lista de Delfim continha nomes de diversos partidos, entre eles o PMDB, e setores ligados diretamente a José Sarney. A Cedes era mantida por cerca de 50 empresas e associações, como a FIESP, FEBRABAN, FENABAN, e por nomes, como Antonio Erminio de Moraes, Roberto Konder Bornhausen, entre outros.³⁰⁴ Este é um exemplo de como as frações das classes dominantes agiram para conseguir a maioria dos congressistas constituintes. Ainda existiram outros esforços de reflexões de “aglutinação ideológica do empresariado”, como o Instituto Liberal, a Confederação das Instituições Financeiras, entre outros.³⁰⁵

Outro aparelho privado de hegemonia das frações dominantes foi a UDR. Surgida, como já apontamos, em 1985, contra o PNRA, ao longo do período, fazendeiros, como Ronaldo Caiado e Altair Veloso, percorreram mais de 50 municípios do estado de Goiás e montaram bases “do que seria a estrutura de empresários rurais mais organizada da história do país”.³⁰⁶

A estrutura interna da UDR é piramidal e se nutre do trabalho de base: está montada em seções ou núcleos municipais, subordinados a seções regionais, que por sua vez confluem para a direção estadual, que alimenta a direção nacional. Esta, por sua vez, é suficientemente ágil e solta, graças a uma retaguarda administrativa impecável, que permite circular e se fazer presente em todos os níveis e locais da organização, sem entraves burocráticos ou políticos mesquinhos. A entidade mantém, em todos os níveis, uma estrutura de assessoria e consultoria jurídica, uma imponente máquina de tesouraria e apoio logístico, e dispõe de quadros capacitadíssimos para ação política e propagandística, não dispensando o uso aberto de empresas de marketing e a discreta utilização de gráficas.³⁰⁷

³⁰³ DREIFUSS, René. *op.cit.* p.50.

³⁰⁴ *Idem.* p.54.

³⁰⁵ *Idem.* p.56.

³⁰⁶ *Idem.* p.69.

³⁰⁷ *Idem.* p.73.

A UDR, até as eleições constituintes de 1986, havia estabelecido contatos e apoios a candidatos no PMDB, no PDC, no PL, no PFL e no PDS.³⁰⁸ A atuação do grupo era caracterizada pela “política da pressão e do grito”, e com bastante violência no campo, contra lavradores pobres sem-terra. Para melhorar a imagem negativa gerada pelas reportagens sobre a violência e assassinatos no campo, a UDR chegou a contratar uma empresa de marketing, a ADS Assessoria de Comunicação, para melhorar a imagem agressiva. Ainda existiu o *lobby* militar sobre o papel das Forças Armadas, como o da Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD), com objetivo de dirigir as ações sobre as finalidades das FFAA na Constituição, defender seus membros de críticas e manter o protagonismo político dos militares em um ambiente “democrático” no Brasil.

Com todos esses interesses em disputa, a manutenção do ambiente favorável na economia era objetivo *sine qua non* para o desempenho eleitoral das forças governistas. Em julho de 1986, o cruzado já começava a afundar, com o aparecimento do ágio sobre produtos, excesso de demanda, e setores, principalmente o agrário ligado à UDR, começavam a boicotar o plano, desabastecendo os centros de comércio varejo. Havia diversas pressões para suspensão do congelamento de preços. Assim, o governo aplicou algumas medidas para desaquecer a demanda por consumo, retirando moeda de circulação e tentando iniciar reformas administrativas.³⁰⁹ Os impactos das medidas não foram considerados pelo índice da inflação, para evitar o “gatilho salarial”, mas começavam a prejudicar os trabalhadores assalariados.

Assim, o plano cruzado durou tempo suficiente, até realização das eleições de novembro e a garantia da supremacia *peemedebista* na Constituinte, com cerca de 55% deles. Somando os deputados e senadores constituintes ligados à UDR, aos empresários e aos banqueiros, chegava a 70% da Assembleia Nacional Constituinte. Nas palavras de René Dreifuss

A vitória do conservadorismo – ideológico e fisiológico – e da politicagem, na Assembleia Nacional Constituinte, e do monopólio governativo do PMDB, foi assegurada por uma forte e efetiva campanha política e de propaganda, apoiada no aparente sucesso do Plano Cruzado.³¹⁰

³⁰⁸ *Idem.* p.82.

³⁰⁹ MACIEL, David. *op.cit.* p.164.

³¹⁰ MACIEL, David. *op.cit.* p.99.

A composição da Assembleia ficou assim:³¹¹

Tabela 2.1 Composição da Assembleia Nacional Constituinte

Partidos	Total	Deputados	Senadores/1986	Senadores/1982
PMDB	306	260	38	08
PFL	132	118	07	07
PDS	38	33	02	03
PDT	26	24	02	01
PTB	18	17	-	01
PT	16	16	-	-
PL	07	06	-	-
PDC	07	05	-	-
PCB	06	03	-	-
PCdoB	03	03	-	-
PSB	03	01	-	-
PSC	02	01	-	-
PMB	01	-	-	-
Constituintes	559	487	49	23

Fonte: *Quem foi quem na Constituinte nas questões de interesse dos Trabalhadores*. São Paulo: Editora Cortez, 1988.

O PMDB ainda elegeu 22 governadores, dos 23 cargos em disputa, e o grande vencedor das eleições estava essencialmente diferente do partido de outrora. Sem os grupos de esquerda, e muito modificado em relação aos anos anteriores, o partido estava muito mais conservador, permeado por membros ligados às frações burguesas. Também não havia uma clara identidade programática, os grupos dentro do PMDB que se preocupavam com programa de governo, com programa partidário, não tinham vínculo algum com os novos grupos que entravam no partido. Estes muitas vezes viam no PMDB a chance de desenvolver seus interesses particularistas, ou ainda, defender interesses particularistas de outros, ora de grupos sociais com ideais díspares com o passado peemedebista. Embora controlando 55% das cadeiras e poderoso, o partido não seguiu unificado durante a Constituinte, pelo contrário, caminhou cada vez mais à fragmentação e ao vazio programático.

Um dos exemplos dessa falta de unidade foi com o debate sobre a crise da dívida externa brasileira. Setores mais à esquerda no partido, desde o início da década de 1980, exigiam o rompimento com o FMI e decretação da moratória, mas as alas liberais e conservadoras eram contra. Com a crise do plano cruzado, no final de 1986, e a agudização da questão da dívida externa, lideranças como Ulysses Guimarães tornaram-

³¹¹ MONTEIRO, Tiago F.. *op.cit.* p.249.

se favoráveis à moratória da dívida, mas o primeiro escalão do governo era contra. Quando, finalmente, nos primeiros meses de 1987, o governo decretou a moratória, com respaldo e apoio das principais lideranças do partido, em nome de uma política econômica desenvolvimentista, pela antirrecessão, em nome da soberania, dignidade e por condições reais de negociação, o governo, logo depois, cedeu às pressões internas e externas e passou a desenvolver outra política econômica de caráter recessivo.³¹²

Dessa forma, a crise do plano cruzado representou o fim das políticas econômicas desenvolvimentistas que privilegiavam o crescimento econômico. O contexto histórico da época muito favoreceu as políticas monetaristas. O leste europeu vivia uma crise sem precedentes, que culminaria com a queda do muro de Berlim, em 1989. O triunfalismo às ideias de livre mercado já dominava expressivos grupos de economistas no Brasil e no mundo, mas, neste período, ocorreu uma enorme adesão a estas ideias por inúmeros economistas de viés intervencionista, para a economia de mercado e de orientação claramente antiestado. O fracasso retumbante e eleitoreiro do cruzado sepultou, durante décadas, medidas de estímulo econômico por parte do estado, aplicadas pelos mesmos grupos de economistas nos anos 1990.

O ano de 1986 também teve como saldo o fortalecimento de José Sarney, no governo e dentro do PMDB, o que representou internamente no PMDB e na Constituinte o enfraquecimento de Ulysses Guimarães. Sarney tinha conseguido modificar todos os primeiros escalões da República, conseguiu, em cima disso, angariar e negociar diversos apoios, e, no PMDB, conseguiu eleger dezenas de deputados constituintes com seu apoio. Na segunda reforma ministerial, de março de 1987, com apoio aberto de Orestes Quécia, de São Paulo, Sarney teve mais liberdade para formar seu ministério. A saída de Dílson Funaro, após uma feroz campanha contra sua permanência, fortaleceu Sarney, e após indicação do governador Quécia, convidou para o Ministério da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, então professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e executivo do Grupo Pão de Açúcar.³¹³ Como a situação era muito complexa, enquanto Sarney se fortalecia de um lado, por outro, perdia o apoio da classe média. Enquanto se fortalecia no governo e no PMDB, outro grupo que ganhava força e poder no partido, os governadores, que exigiam mudanças no governo,

³¹² Comissão Executiva Nacional. Livro 3. p.87.

³¹³ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.236.

tais como: a preservação dos salários, a melhoria da distribuição de renda e a suspensão do pagamento da dívida externa.³¹⁴

Durante o período da Constituinte, e depois de sua promulgação, foram publicados trabalhos e estudos sobre o perfil daquele Congresso. Entre os mais densos e completos manuais estão o estudo do sociólogo Leôncio Martins Rodrigues, “Quem é quem na Constituinte: Uma Análise Sociopolítica dos Partidos e Deputados” em parceria com o Jornal da Tarde de São Paulo e a pesquisa do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), vinculada a diversos sindicatos e centrais sindicais, que, além de uma pequena biografia de constituinte, ainda avaliava por nota, como cada um havia votado nos projetos de interesses dos trabalhadores. No trabalho de Rodrigues, além da vasta biografia e profissão, a pesquisa também tinha como objetivo fazer uma análise sociopolítica dos partidos e Deputados. O único vínculo para Rodrigues indicar a classe social e a posição política dos analisados foi por meio da profissão de cada deputado.³¹⁵ Na pesquisa do DIAP podemos observar que a unidade do PMDB no tocante às questões trabalhistas era muito diversificada, evidenciando a falta de unidade e um amplo espectro social dentro do partido.³¹⁶ Aprofundaremos esta análise mais adiante. Mas ambos os trabalhos reforçam a tese de que o Congresso Constituinte era essencialmente conservador. O IBASE, através de seu boletim informativo, fez uma pesquisa com os parlamentares, para saber deles como se consideravam politicamente. O resultado, embora possa surpreender, revela como os deputados e senadores constituintes, mesmo com a vasta ficha de serviços prestados à ditadura e às classes dominantes, renovaram o discurso e buscavam distanciar-se do passado recente. Políticos que se autodenominaram de direita foram risíveis 1,2%, de centro direita 1,9%. De centro foram 34%, de centro-esquerda 22,2% e de esquerda 24,7%.³¹⁷

No dia 1º de fevereiro de 1987 foram empossados os deputados e senadores da Assembleia Nacional Constituinte. Na primeira sessão, no dia seguinte, foi escolhido o Presidente do Congresso Constituinte, e a eleição teve dois candidatos: Ulysses Guimarães e Lysâneas Maciel, do PDT, que era um emedebista histórico, um dos fundadores do grupo autêntico, e um dos deputados mais combativos da década de

³¹⁴ Boletim IBASE jan/1987. p.11.

³¹⁵ RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte: Uma Análise Sociopolítica dos Partidos e Deputados*. São Paulo: OESP-Maltrese, 1987.

³¹⁶ Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Quem foi quem na Constituinte nas questões de interesse dos Trabalhadores*. São Paulo: Editora Cortez, 1988.

³¹⁷ Boletim IBASE fev/1988. p.22.

1970. Ulysses venceu por 425 votos, contra 69 de Lysâneas. Neste caso, aconteceu uma negociata para que Ulysses Guimarães pudesse concorrer ao cargo. Isso porque, pelo regimento interno, o Presidente da Câmara não poderia concorrer à reeleição. Mas em troca do apoio à Constituinte não exclusiva, funcionando duplamente como Legislativo Federal e Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses angariou apoios no PFL e na maioria (conservadora) do PMDB e venceu a disputa.³¹⁸

O Congresso Nacional Constituinte, a princípio, estava organizado para funcionar com 9 comissões que se dividiriam em 24 subcomissões. Cada comissão deveria ser composta por 63 membros titulares, e de um número igual de suplentes. Uma das comissões era a Comissão de sistematização, que tinha um papel central nos anteprojetos e na redação final. Esta fora composta por 40 membros e 40 suplentes. Seu presidente foi o jurista Afonso Arinos de Mello Franco (PFL/RJ) e o relator foi o deputado pelo estado do Amazonas, Bernardo Cabral, do PMDB.³¹⁹ No primeiro calendário da Constituinte, a sua promulgação estava marcada para o dia da proclamação da República, no entanto, os acontecimentos de 1987 prolongaram os trabalhos por mais onze meses.³²⁰ Nesse período, a política nacional foi de intensas disputas e de lutas de classes abertas. Essas disputas reverberaram no interior do PMDB que, por conflitos internos e por posicionamentos diferentes, veio a dividir-se, o que aprofundou seu conservadorismo e sua crise de identidade, mas sem deixar de ser o maior partido político do país.

No primeiro Congresso Nacional do PMDB, em abril de 1987, as teses políticas do partido ainda estavam carregadas do discurso socialdemocrata, por um capitalismo mais distributivo, e em que o Estado fosse um agente ativo na economia, mas abrindo caminho para a economia privada. Não defendiam, por exemplo, a privatização de

³¹⁸ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.238.

³¹⁹ Boletim IBASE mai/1987. p.25-40.

³²⁰ “Na verdade, diante da presença majoritária das forças conservadoras na Constituinte, as forças de esquerda adotaram a tática de aprovar um regimento interno que garantia maior discussão e participação popular e de controlar as relatorias das comissões temáticas. Em todas as comissões, a relatoria coube a parlamentares do PMDB, e a presidência, a parlamentares do PFL e do PDS, sendo que em cinco das nove comissões o relator era membro da ala esquerda do PMDB, eram três liberais moderados e um era conservador. Outra frente de batalha foi a disputa pela liderança do PMDB na Constituinte, vencida pelo senador Mário Covas (PMDB-SP), membro da ala esquerda do partido, contra o candidato de Ulysses Guimarães e setores moderados, deputado Pimenta da Veiga. Na disputa pela relatoria da Comissão de Sistematização, cargo decisivo na elaboração da Constituição, a ala esquerda indicou Fernando Henrique Cardoso, desta vez apoiado por Ulysses, mas o vitorioso foi Bernardo Cabral (PMDB-AM) da ala moderada.” MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.241.

empresas estatais. Ainda criticavam o neoliberalismo.³²¹ Mas o descompasso com o que ocorria na prática legislativa e governamental do PMDB agravava a crise interna do partido. Dreifuss exemplificou bem o ingresso de empresários dos mais diversos ramos da produção nos diferentes partidos, e como estes foram financiados por estas mesmas empresas, criando um Congresso Constituinte de maioria *conserviológica*. Conservadora e fisiológica.

Pelo PMDB, entraram diversos deputados e senadores vinculados à área empresarial: Luiz Roberto Andrade Ponte (RS), presidente da Câmara Brasileira da Construção Civil, que teve sua eleição apoiada firmemente por empresários, não só gaúchos; Ronaldo César Coelho, comandante de 25 empresas e dono do sexto maior conglomerado empresarial do Rio de Janeiro; José Geraldo Ribeiro (MG), da bancada do ex-governador Hélio Garcia, empreiteiro e dono da Engesolo Engenharia, representando os interesses do setor de construção; Expedito Machado da Ponte (CE), proprietário da Villejack Jeans e outras empresas; João Agripino (PB) ex-presidente nacional da UDN e ex-governador do seu Estado, que contou com a colaboração de vários grupos empresariais para sua eleição; Basílio Vilani (PR), ligado ao Banco Bamerindus; Max Rosenmann (PR), proprietário da poderosa joalheria M.Rosenmann; Waldir Pugliese, defendendo interesses das empresas de agrotóxicos; e Hilário Braun, ligado a indústria de vestuário.³²²

No campo econômico, Dílson Funaro deu lugar ao economista Bresser Pereira. A principal missão de Bresser no Ministério da Fazenda era contornar os problemas oriundos da moratória, como falta de crédito internacional e a tentativa de retomar as negociações com o FMI. Evidentemente, para “acalmar o *mercado*”, suas medidas econômicas tinham um caráter recessivo, indo contra os entendimentos dos economistas ligados aos PMDB. Bresser defendia a necessidade de um “choque” econômico para acabar com a inflação. No seu receituário pré-choque estavam: 1) desvalorização da moeda; 2) corte de gastos públicos; 3) desaquecimento da economia; 4) desindexação; 5) manutenção do gatilho salarial. Embora estas medidas iniciais mantivessem nuances heterodoxos, as taxas de inflação mensais na casa dos 20%, sem algum tipo de

³²¹ “Na iminência da derrota política, o bloco dos interesses conservadores fez da ideologia neoliberal sua trincheira de resistência. O Estado, cuja intervenção na economia jamais fora questionada quando se tratava de reforçar os mecanismos de concentração de poderes, de riqueza e de renda, tinha agora que ser cerceado e debilitado, como forma de neutralizar a vontade política da mudança que o animaria num governo efetivamente democrático. Esse, o sentido imanente da campanha antiestatizante, que associa o descalabro administrativo anterior ao conjunto dos gastos público se que tenta fragmentar e enfraquecer os instrumentos de gestão econômica do Estado justamente quando devem ser subordinados ao interesse social amplo.” Revista do PMDB nº9. Teses e Resoluções do 1º Congresso Nacional do PMDB. Abril de 1987. p.63.

³²² DREIFUSS, René. *op.cit.* p.103.

reposição salarial, com certeza teriam impactos sociais e políticos imediatos, em um contexto já aberto de luta de classes.

Finalmente, em junho de 1987, com o índice de inflação em 23,2%, seu plano foi colocado em prática. Novo congelamento de preços, com anterior aumento das tarifas públicas e administradas, fim do gatilho móvel dos salários – que reindexava a economia – e redução do déficit público. Na prática, o gatilho salarial em junho não repunha as perdas com a inflação de maio de 1987, que só seria reposta em setembro. No PMDB as reações foram variadas, e havia o componente do apoio ao governo Sarney, do PMDB, o que evidenciava a falta de definição econômica do governo e do próprio partido. No início de dezembro do mesmo ano, a inflação retornava às mesmas taxas de antes da aplicação do plano econômico.

No mesmo mês de implantação do *plano Bresser*, as propostas aprovadas nas comissões e subcomissões da Constituinte foram reunidas na Comissão de Sistematização, e no relatório de Bernardo Cabral saiu a primeira versão da Constituição, que deveria ir à votação no plenário. Esta versão, segundo Davi Maciel, era a que continha mais avanços sociais à esquerda. Com a criação do princípio da estabilidade do emprego, o direito de greve assegurado, a liberdade sindical (mas com unicidade), direitos trabalhistas foram incorporados à Constituição, como o 13º salário, férias remuneradas pagas em dobro, repouso semanal remunerado, seguro-desemprego, jornada de trabalho de 40 horas semanais, proibição da hora-extra, negociação coletiva obrigatória, participação nos lucros e das ações das empresas, presença de representantes dos trabalhadores nos locais de trabalho, entre outros.³²³ No tocante às questões econômicas, mesmo com o amplo predomínio empresarial e conservador, o monopólio estatal sobre a extração do petróleo, jazidas minerais foram mantidas. Na questão agrária houve recuo em relação ao 1º PNRE. Na questão do papel das FFAA, houve incorporação integral do relatório enviado pelos militares na Comissão do Sistema Eleitoral, Partidos e Garantias Constitucionais, relatado pelo deputado federal Prisco Viana (PMDB-BA) e presidido pelo militar reformado e peça chave da ditadura civil-militar brasileira, Jarbas Passarinho (PDS-PA).³²⁴

³²³ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.246.

³²⁴ “A proposta elaborada pela Comissão Arinos, que limitava a atuação das Forças Armadas a conflitos externos, foi rejeitada, destinando-se os militares à “defesa da pátria e à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.” Ou seja, os militares conseguiram manter seu direito constitucional de intervenção em assuntos internos, mantendo a possibilidade concreta de tutela militar sobre o governo civil. Além disso, mantiveram o serviço militar obrigatório, as prerrogativas da Justiça Militar no julgamento de civis em crimes contra instituições militares, o Conselho de Segurança Nacional e o SNI.

A disputa sobre a forma de governo foi extremamente acirrada. Neste aspecto seria decidida qual a forma de governo, o tempo de mandato, as atribuições da Presidência da República, entre outros. Nitidamente, o que fosse aprovado teria repercussões na correlação de forças entre as classes em disputa. Se o mandato de 4 anos fosse aprovado, por exemplo, as eleições para a Presidência da República teriam que acontecer em 1988 e, dependendo de como estivesse a economia e a própria correlação de forças, a esquerda política poderia tirar vantagens. Esse receio, e outras medidas que estavam em vias de ser aprovadas, a contragosto do governo Sarney, fizeram com que suas bases de apoio e das próprias frações das classes dominantes gerassem uma nova rearticulação política que fizeram frear os trabalhos constituintes. Assim, formou-se um núcleo duro, muito bem articulado, para barrar os avanços sociais e distributivos na constituinte, o chamado *Centrão* e a intervenção de José Sarney na Assembleia Constituinte.

René Dreifuss demonstrou em *O Jogo da Direita* que, desde antes do início dos trabalhos, foi gestada a formação de grupos coesos para votar em bloco em medidas pró-iniciativa privada e contra qualquer medida socializante ou distributiva. A primeira tentativa de “forjar uma unidade de ação” entre os empresários foi a de criar o “Centro Democrático.”³²⁵ A origem dos parlamentares estava no PMDB e no PFL, mas, pela dificuldade inicial de construir blocos coesos, no período de formação das comissões o objetivo principal passou a ser a construção de frentes temáticas. Passado o primeiro

[...] Conseguiram, ainda, vetar a proposta de criação de um Ministério da Defesa, em lugar dos ministérios militares, e impedir, por pressão direta de Sarney e do ministro Moreira Lima, que o Departamento de Aviação Civil (DAC) fosse desvinculado da Aeronáutica.” MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.248.

³²⁵ “Uma primeira tentativa de forjar uma unidade de ação, que – aos olhos do empresariado – pouparia o esforço de transitar por tantos canais e perder-se em negociações paralelas e preliminares, foi o Centro Democrático. Nascido no interior do PMDB e do PFL, esse agrupamento marcaria o início da fragmentação formal do primeiro e o enquadramento direitista de ambos. O deputado peemedebista Expedito Machado, um dos líderes do grupo (juntamente com os deputados Carlos Sant’Anna e Roberto Cardoso Alves, ambos do PMDB, e os peefelistas Ricardo Fiúza e Luiz Eduardo Magalhães), relacionaria as metas desta formação suprapartidária, que englobava as propostas da Comissão de Sistematização, que eram tidas como “muito influenciadas pela esquerda”, especialmente na questão social, no tocante à reforma agrária e ao mandato presidencial. Entre os pontos a serem modificados estavam: a garantia do emprego contra demissão imotivada; o salário mínimo nacional unificado; participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão da empresa; o pagamento em dobro da hora-extra e a redução da jornada de trabalho. A função do Centro Democrático era juntar, num movimento de força, os parlamentares que poderiam redesenhar o perfil da futura Constituinte, que, como tinha sido esboçado pela progressista Comissão de Sistematização, contrariava uma diversidade de interesses entrincheirados – entre eles os do empresariado urbano e rural. Mais: o grupo pretendia servir de plataforma de sustentação à atuação política de Sarney. Sua tarefa básica era a luta contra a ampliação das faixas de estatização da economia e contra o que via como verdadeira subversão da ordem social vigente. Enfim, procurando delinear uma Constituinte de corte *privatista*, além de conservadora do ponto de vista político e social”. DREIFUSS, René. *op.cit.* p.111 e 112.

relatório de sistematização, o terceiro esforço foi a criação do “Centrão”. Este grupo conseguiu reunir cerca de 280 a 290 deputados e senadores (162 com origens na Arena e no PDS) e, na fase final dos trabalhos constituintes, o grupo se transformou em um rolo compressor a favor do empresariado.³²⁶

Em julho de 1987, Sarney pressionou os parlamentares a fazerem um pacto político para que a Constituição fosse promulgada, até lá, propôs a interrupção dos trabalhos. Depois Sarney interveio diretamente na Constituinte, cobrando “compromissos com os programas de governo” – referia-se ao apoio irrestrito ao Plano Bresser, e, assim, visava desmoralizar os trabalhos constituintes e pressionar pela aprovação dos cinco anos para o mandato do Executivo Federal, o que aumentaria em mais um ano seu próprio mandato.³²⁷ Sarney também usou o expediente de trocar ministros e postos chaves em estatais como forma de pressionar aliados e “conquistar” outros. Outra forma de conseguir apoio foi através da distribuição de concessões de rádios por todo o país a políticos, dirigida pelo então Ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães. Partidários de Sarney a todo instante acusavam Ulysses Guimarães de não deixar o governo governar.³²⁸ A justificativa era o fato de Ulysses Guimarães ir adiando a votação sobre a duração do mandato presidencial, enquanto colocava outras medidas em votação.³²⁹ Por fim, a Constituinte teve seu regimento interno modificado, reiniciando o processo e todo o acúmulo que as esquerdas haviam mobilizado junto ao movimento popular.

No PMDB, seus grupos mais à esquerda conseguiram marcar uma Convenção Nacional, para tentar enquadrar os setores conservadores no programa do PMDB, principalmente os membros do Centrão. Esses grupos “mais à esquerda” estavam divididos entre os chamados *históricos* e o *Grupo dos 32*. Os históricos eram os deputados mais antigos do MDB/PMDB que mantiveram alguma coerência política nesse período de clara guinada do PMDB à direita, como Pedro Simon e Paes de Andrade. Já o “Grupo dos 32” era composto basicamente por deputados e senadores

³²⁶ DREIFUSS, René. *op.cit.* p.113.

³²⁷ Boletim IBASE out/1987. p.36.

³²⁸ Boletim IBASE nov/1987. p.3.

³²⁹ Segundo David Maciel: “A posição de Ulysses visava conferir maior “plasticidade” ao PMDB na Constituinte, tornando-o capaz de polarizar as negociações e compor com as posições majoritárias, evitando a radicalização de ambos os lados. Mas, ao mesmo tempo, tal posição contribuía para enfraquecer a unidade do partido, revelar seu caráter amorfo e sua incapacidade de erigir-se como alternativa ao processo de autorreforma do regime iniciado pelos próprios governos militares. A participação do PMDB na Constituinte foi o ato final de sua adesão à ordem autocrática, consumando um movimento transformista ainda nos anos 70.” MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.264.

com base política no estado de São Paulo, como Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Mario Covas, entre outros. Estas correntes defendiam a vocação reformista do partido e o afastamento do PMDB do governo. Outro grupo parlamentar do PMDB, que fazia parte do Movimento de Unidade Progressista, chegou a defender a ruptura com o governo e a guinada do partido para oposição. Durante a Convenção, enquanto estes setores defendiam políticas programáticas, Sarney exigia adesão política incondicional.³³⁰ Enquanto estas duas secções do partido iam por lados opostos, Ulysses Guimarães enxergava, no tamanho e no peso político do PMDB, o passo fundamental para viabilizar sua candidatura à Presidência da República, e assim, buscava conciliar as posições políticas divergentes no partido. Entre os assuntos colocados em votação e aprovados foram: atuação do PMDB pela questão da estabilidade do emprego, oposição ao programa nuclear, conversão da dívida externa em investimento no país – proposta pela comissão integrada por José Serra, Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado, Luciano Coutinho, Raphael Almeida Magalhães, Almir Pazzianotto e Ronaldo César Coelho – e a auditoria da dívida – proposta por Celso Furtado.³³¹ As questões aprovadas parcialmente foram: pela liberdade sindical, monopólio do petróleo e a defesa do Sistema Nacional de Previdência Privada, Sem Fins Lucrativos.³³² A moção de reconhecimento da Organização Pela Libertação da Palestina e o apoio à greve geral para agosto de 1987 foram declaradas como *não pertinentes*.³³³

Sobre a questão mais candente dentro do PMDB, que era o tempo de mandato de José Sarney, as discussões ocorreram durante toda convenção, mas esta questão acabou bloqueada por algumas propostas e acordos de bastidores. Entre as polêmicas estava a forma de votação desta medida no partido, o voto seria aberto ou fechado. Depois de um longo embate e discussões acaloradas, o voto secreto venceu por 474 a 269 pelo voto aberto.³³⁴ No acordo de bastidores, Ulysses negociou o adiamento da decisão. Assim,

³³⁰ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.262. Parlamentares dos partidos de esquerda (PT, PCB, Pcdob, PDT e alguns parlamentares do PMDB se uniram no início dos trabalhos da Constituinte com o intuito de unificar forças em prol de demandas populares. Este grupo se denominava como Movimento Unidade Progressista. Para saber mais: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/125190/1988_23%20a%2031%20de%20Janeiro_062.pdf?sequence=1> Visitado no dia: 03/01/2015. Também existia do “Grupo do 32” liderado por Fernando Henrique Cardoso. Liberais de centro-esquerda do PMDB que também defendiam o afastamento do partido do governo Sarney. Jornal *Folha de São Paulo*. 03/01/1988. p. A2.

³³¹ Convenção Nacional do PMDB. Livro 1. p. 36-45.

³³² *Idem. Ibidem.*

³³³ *Ibidem. Ibidem.*

³³⁴ *Idem Ibidem*

por 458 votos a favor e 360 contra, os convencionais do PMDB decidiram votar a questão na Constituinte, e o partido seguiu sem uma definição final.³³⁵

Até o término do ano de 1987, todas as frações e classes políticas intensificaram o envio de proposições e emendas, modificando textos, suprimindo e incluindo emendas, e foram predominando acomodações políticas à direita, com o Centrão tomando conta das principais ações políticas. Em diversos pontos os direitos sociais foram mantidos, mas retalhados e limitados, dessa vez com todo apoio do PMDB, que, diante das pressões de setores empresariais e populares, pendia sempre à direita. Entre o primeiro relatório e o que estava sendo sistematizado para o terceiro relatório de Bernardo Cabral estavam: 1) princípio da estabilidade do emprego foi reduzido para garantia contra demissão involuntária; 2) jornada de trabalho de 40 horas semanais para 44 horas semanais; 3) o pagamento em dobro das férias caiu para um terço; 4) a licença paternidade de dez dias caiu para cinco dias; 5) a imprescritibilidade dos direitos trabalhistas caiu para dois anos após o término do contrato de trabalho; 6) hora extra foi restabelecida, com o pagamento em dobro; 7) o princípio da unicidade sindical foi restabelecido plenamente aos moldes do Estado Novo.³³⁶

Concomitante a isso, o governo de José Sarney se aproximava cada vez mais do Centrão, por afinidades políticas, por mais independência do PMDB e maior controle do processo constituinte. As exigências fisiológicas do Centrão estavam concentradas em pelo menos quatro ministérios. Além do

...controle do atendimento dos pedidos feitos pelos municípios ao governo federal e de boa parte dos cargos federais nos estados; a formação de um corpo de vice-líderes no Congresso e na Constituinte, além de quinze cargos de importância no segundo e terceiros escalões.³³⁷

No final de outubro de 1987, Sarney efetivou uma nova reforma ministerial, abrangendo as exigências do Centrão. Por exemplo, do Ministério de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente saiu Deni Lineu Schwartz ligado a ala mais à esquerda do PMDB e, para seu lugar, foi escolhido um dos principais líderes do Centrão, no PMDB, Prisco Viana, ex-Arena e ex-PDS.³³⁸ Ainda em dezembro de 1987, Sarney demitiu o Ministro da Fazenda Luís Carlos Bresser Pereira. Para seu lugar foi escolhido,

³³⁵ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.263.

³³⁶ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.288.

³³⁷ *Idem.* p.289.

³³⁸ *Idem.* p.292.

interinamente, o secretário-executivo Maílson da Nóbrega. Em janeiro, após conversa com Maílson, Roberto Marinho – dono da poderosa *Organizações Globo* – mandou anunciar em primeira mão no Jornal Nacional, que Maílson da Nóbrega seria efetivado no cargo. Horas depois José Sarney acabou confirmando sua efetivação. Com Maílson no cargo, nenhuma medida econômica teria o caráter de promover crescimento econômico, e a ortodoxia ganhava cada vez mais espaço econômico no governo.³³⁹

Na Constituinte, após o acordo entre o governo Sarney e o Centrão, ambos reforçaram o campo conservador e pressionaram cada vez mais para a aprovação dos 5 anos de mandato para José Sarney. Após o terceiro anteprojeto ser apresentado por Bernardo Cabral, em novembro de 1987, o Centrão aglutinou forças para a mais uma mudança no regimento interno para as votações em plenário dos anteprojetos. Assim, novas emendas substitutivas poderiam ser apresentadas, e se fossem aceitas pela Comissão de Sistematização e aprovadas por maioria simples no plenário, poderiam ser incorporadas ao texto constitucional. Diante disso, ocorreram grandes mobilizações do Centrão, no intuito de modificar ainda mais o texto final.

Diante disto, o “Centrão” deu um golpe na Constituinte, propondo e aprovando um novo regimento interno, em janeiro. Dos 280 votos favoráveis ao novo regimento, nada menos que 99 eram do PMDB; 88 eram do PFL. O novo regimento deu a cada Constituinte o direito de apresentar até quatro emendas ao anteprojeto da Comissão de Sistematização, relativas não só as alterações no texto, mas a qualquer ponto, até mesmo a títulos, capítulos, seções e subseções. Se subscritas por maioria absoluta de constituintes (280 votos), estas emendas teriam precedência em relação ao anteprojeto da Comissão de Sistematização, indo à votação antes. Se obtivessem o apoio da maioria da Constituinte, as emendas teriam precedência em relação ao anteprojeto da Comissão de Sistematização, indo à votação antes. Se obtivessem o apoio da maioria da Constituinte, as emendas seriam aprovadas em lugar do anteprojeto; caso isto não acontecesse, o anteprojeto iria à votação, mas também necessitando de 280 votos para ser aprovado. Se, ainda assim, o anteprojeto não obtivesse a maioria, então se cairia no que foi alcunhado de “buraco negro”, ou seja, não haveria proposta aprovada para aquele artigo ou seção, o que exigiria uma nova negociação em torno de uma nova emenda consensual.³⁴⁰

³³⁹ “Logo ao assumir o comando do Ministério da Fazenda, Maílson da Nóbrega declarou compromisso com uma perspectiva ortodoxa, adotando uma política econômica alcunhada de “Feijão com Arroz”; ou seja, nada de pirotecnias como congelamento, reforma monetária ou endurecimento na negociação da dívida externa. A partir de então, o governo adotaria uma política de austeridade, de “administração” da inflação, admitindo sua estabilização no patamar de 15% ao mês, e a redução do déficit público, com cortes nos gastos e investimentos públicos”. *Idem*. p.299.

³⁴⁰ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.295.

Assim, com a vitória do Centrão no regimento interno e a política recessiva do governo, os defensores do parlamentarismo e dos quatro anos de mandato subiram o tom das críticas ao governo e ao próprio PMDB, tanto que o governador do Paraná, José Richa e Ulysses Guimarães, anteriormente favoráveis ao mandato de cinco anos, recuaram de suas antigas posições e passaram a defender o mandato de quatro anos. Em janeiro de 1988, a relação conflituosa entre setores do PMDB com o governo chegou ao seu ápice. Nos jornais do período a disputa era travada diariamente, com declarações cada vez mais contundentes de parte a parte, contra ambos os lados.

Podemos perceber que, ao longo do mês referido, às divergências cada vez mais acaloradas distanciavam setores do PMDB, como os chamados *históricos* e o “Grupo dos 32”. Paralelamente a isso, o governador de São Paulo Orestes Quércia, no mesmo mês, começou a ensaiar uma aproximação política com Sarney. Ambos queriam enfraquecer o “Grupo dos 32”. Por parte de Sarney era pelos cinco anos e pelo “barulho” que faziam no PMDB, desgastando o governo. Por parte de Quércia era pela disputa do comando do Diretório estadual. Enquanto a maioria dos constituintes de São Paulo era favorável ao mandato de quatro anos, Quércia afirmava em entrevistas que era contra o debate sobre os cinco anos no Diretório Nacional e elogiava José Sarney.³⁴¹ Já a disputa entre Quércia e o “Grupo dos 32”, em São Paulo, junto da questão do diretório estadual, havia a disputa sobre o domínio político sobre os parlamentares do estado e futuras eleições. Uma das medidas tomadas por Orestes Quércia para combater as ações de Covas e Fernando Henrique no interior do estado foi encerrar as atividades de duas autarquias estaduais comandadas por indicados políticos de Covas e FHC, respectivamente, a Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDESPA) e dos Escritórios Regionais do Interior (ERIN).³⁴²

A posição de Quércia sobre os cinco anos de mandato foi durante todo o período dúbia, ora declarava apoio aos cinco anos, ora para o mandato de quatro anos. Sarney, que utilizava métodos “tradicionais” na política nacional, como chantagem, demissão ou nomeação em cargos, entre outros, chegou a ameaçar Quércia com a retomada de auditorias relativas ao então banco estatal paulista, o Banespa.³⁴³ Mas no dia seguinte a notícia da chantagem de Sarney com Quércia, o próprio Jornal Folha de

³⁴¹ “Quércia e Sarney se elogiam.” Jornal Folha de São Paulo. 08/01/1988, nº 21464. p. A4. “Quércia é contra a discussão do mandato pelo diretório.” Jornal Folha de São Paulo. 12/01/1988. nº 21468. p. A6.

³⁴² Jornal Folha de São Paulo. 13/01/1988, nº 21468. p. A4.

³⁴³ Jornal Folha de São Paulo. 18/01/1988, nº 21474. p. A5.

São Paulo já indicava um acordo entre os dois políticos, com a indicação de Andrea Calabi para o Ministério do Planejamento.³⁴⁴

Os grupos que defendiam a oposição ao governo Sarney dentro do PMDB eram aqueles, chamados pela imprensa e por estudiosos do período, como os *históricos*, o “Grupo dos 32” ou como “a esquerda do PMDB”. Temos resistência a considerá-los como grupos de esquerda. Além de terem feito parte de um partido conservador, não tinham nenhum vínculo social/orgânico com movimentos populares, e, mesmo a identidade “reformista” e socialdemocrata com que se autointitulavam podia submergir a acordos políticos que prejudicaram a classe trabalhadora na Constituinte. Exemplo disso foi o acordo entre o Centrão e este grupo do PMDB para aprovação da questão sobre a estabilidade do emprego. Apenas após o acordo a emenda pôde ser aprovada, com a derrota da estabilidade pela indenização por demissão involuntária. O jornal Folha de São Paulo chegou a chamá-los de *centrinho*.³⁴⁵ Quando, finalmente, romperam com o partido, criando o Partido da Social Democracia Brasileira – que discutiremos adiante – posicionaram-se à direita do próprio PMDB.

Ainda no mês de janeiro de 1988, enquanto estes embates narrados acima se desenrolavam, o Centrão e o governo Sarney conseguiram dos constituintes mais do que as 290 assinaturas de apoio de que precisavam, chegando ao final do mês em 317 assinaturas de apoio aos cinco anos de mandato.³⁴⁶ No próprio Diretório Nacional do PMDB dezenas de parlamentares apoiaram esta emenda.³⁴⁷ Sarney, no final de janeiro,

³⁴⁴ Jornal Folha de São Paulo. 19/01/1988, nº 21475. p. A3.

³⁴⁵ Jornal Folha de São Paulo. 06/01/1988, nº 21462. p. A4.

³⁴⁶ “Planalto quer criar clima de já ganhou para os 5 anos.” Jornal Folha de São Paulo. 17/01/1988, nº 21473. p. A8.

³⁴⁷ Membros do Diretório Nacional a favor dos chamados *históricos*, em um total de 48: Franco Montoro (SP), Gonzaga Mota (CE), Hélio Garcia (MG), José Richa (PR), Wilson Martins (MS), Renato Archer (MA), Chagas Rodrigues (PI), Martins Filho (RN), Antonio Mariz (PB), Egídio Ferreira Lima (PE), Miguel Arraes (PE), Oswaldo Lima Filho (PE), José de Oliveira Costa (AL), Renan Calheiros (AL), João Seixas Dória (SE), Francisco Pinto (BA), Jorge Medauar (BA), Jutahy Magalhães (BA), José Ignácio Ferreira (ES), Marcio Braga (RJ), Maria da Conceição Tavares (RJ), Raphael Magalhães (RJ), Moreira Franco (RJ), Carlos Mosconi (MG), Cássio Gonçalves (MG), José Ulisses de Oliveira (MG), Elizabeth Bello de Araújo (SP), Fernando Henrique Cardoso (SP), Joaquim dos Santos Andrade (SP), Luiz Carlos Bresser Pereira (SP), Mário Covas (SP), Dante de Oliveira (MT), Plínio Martins (MS), Euclides Scaldo (PR), Hélio Duque (PR), Roberto Requião (PR), Anita Pires (SC), João Gilberto (RS), Jorge Uequet (RS), Júlio Costamillan (RS), Odacir Klein (RS), Nelson Carneiro (RJ). Os contrários aos *históricos*: Ulysses Guimarães (SP), Ângelo Angelim (RO), Gérson Camata (ES), Gilberto Mestrinho (AM), Jader Barbalho (PA), José Aparecido (DF), Nabor Júnior (AC), Onofre Quinan (GO), Celso Solch (AP), Sílvio Leite (RR), Jerônimo Santana (RO), Orestes Muniz (RO), Geraldo Fleming (AC), Carlos Alberto de Carli (AM), Carlos Vinagre (PA), Hélio Queiroz (PA), Romero Ximenes (PA), Vicente Queiroz (PA), Cid Carvalho (MA), Alberto Silva (PI), Heráclito Forte (PI), Manuel Viana (CE), Mauro Benevides (CE), Aluizio Alves (RN), Humberto Lucena (PB), Djalma Falcão (AL), José Carlos Mesquita Teixeira (SE), Carlos Sant’Anna (BA), João Calmon (ES), Celso Furtado (RJ), Daso Coimbra (RJ), Denisan Arneiro (RJ), João Herculino (MG), Joaquim Melo Freire (MG), Júnia Marise (MG), Marcos Lima (MG), Milton

já comemorava a vitória dos cinco anos, enquanto 75% da população brasileira era contra.³⁴⁸

As consequências da aprovação dos cinco para José Sarney, em fevereiro de 1988, gerou uma debandada do PMDB. Entre março e maio de 1988, o “Grupo dos 32” e mais alguns deputados constituintes já anunciavam que iriam criar um novo partido. Mesmo dentro do PMDB, dos que ficaram, muitos ainda tinham críticas ao governo federal. Em maio de 1988, quando a saída de dezenas de congressistas era certa, o deputado Jorge Uequet, do Rio Grande do Sul, em reunião da Executiva Nacional, elogiou congressistas como Fernando Henrique Cardoso e Francisco Pinto, por defenderem a ruptura com o governo, No entanto, era contra os que deixavam o partido.³⁴⁹ A partir de março, cerca de 28 parlamentares haviam deixado a legenda, a maioria foi para o PTB, o PDT e PSB.³⁵⁰ Dos votos para os cinco anos de mandato para Sarney, 168 foram do PMDB. Quando a lei foi finalmente votada, no início de julho de 1988, com 328 votos favoráveis e 223 contrários, havia passado a votação do primeiro turno do relatório final da Constituinte. Antes que o início das rodadas de votação começasse, Mário Covas deixou a liderança do PMDB na Constituinte, no dia 17 de junho de 1988.

No dia 25 de julho de 1988, nascia o Partido da Social Democracia Brasileira. A maior parte dos parlamentares que formaram o partido vinha do PMDB. 34 deputados federais e sete senadores. Ainda se somaram um senador do PFL, três deputados federais do PFL, um do PDT, um do PSB e um do PTB.³⁵¹ Portanto, o PSDB não atraiu todos os setores do PMDB que lutavam pela ruptura com o governo, que eram na casa de uns 120 parlamentares.³⁵²

Segundo André Guiot, em seu estudo sobre o PSDB, o partido teria nascido, para além dos motivos extensivamente expostos acima, com o intuito de ocupar lugares vazios da política representativa partidária, e se apresentar como oposição ao desgaste

Reis (MG), Tancredo Neves (MG), Almir Pazzianotto (SP), Roberto Cardoso Alves (SP), Del Bosco do Amaral (SP), Oswaldo de Oliveira Ribeiro (SP), Pacheco Chaves (SP), Paulo Zaráur (SP), Fernando Cunha (GO), Henrique Santillo (GO), Íris Rezende (GO), José Garcia Neto (MT), Ruben Figueiró (MS), Paulo Brossard (RS), Álvaro Dias (PR), Jayme Cobet (PR), Walter Guimarães (PR), Antônio Reinelli (SC), Neuto Fausto de Couto (SC), Pedro Simon (RS), Lélío Souza (RS), Celso Sabóia (PR), Itaem Pinheiro (PR), Eneias Faria (PR), Saldanha Deraí (PR). Total de 64. *Jornal Folha de São Paulo*. 11/01/1988, nº21467. p. A5.

³⁴⁸ *Jornal Folha de São Paulo*. 31/01/1988, nº 21487. p. A6.

³⁴⁹ Comissão Executiva Nacional. Livro 3. 11/05/1988. p.136.

³⁵⁰ O PMDB ficava neste momento com 227 parlamentares. MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.311.

³⁵¹ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.312.

³⁵² *Idem.* p.318.

político enfrentado pelo PMDB e aliados do governo Sarney, assim teriam “uma imagem limpa perante a opinião pública”.³⁵³ Guiot também defendeu a tese de que os fundadores do PSDB não romperam com o PMDB por questões ideológicas, e sim por descontentamentos “de circunstâncias pragmáticas.” A origem do PSDB seria explicada:

1) O governo Sarney oferecia pouquíssimo espaço nas pastas ministeriais e/ou aos demais cargos governamentais para as lideranças que viriam formar o PSDB; 2) evidenciou-se a exclusão destes políticos, pelo PMDB, na sucessão presidencial de 1989; 3) estes grupos perceberam a abertura de um “nicho de mercado” eleitoral identificado com posições de “centro” do espectro ideológico, que não tinha sido atendido pelas forças político-partidárias presentes naquele contexto.³⁵⁴

O terceiro item da explicação de Guiot para o surgimento do PSDB quer dizer que, enquanto o PT ocupava um espaço prodigioso e crescente junto aos movimentos populares e de classe média, o PSDB enxergou um espaço vazio de representatividade entre as frações da classe dominante, que clamavam por modernização da economia e livre mercado, uma vez que os partidos de direita, embora fossem abertos a este tipo de política e abertos a estes quadros políticos para seus partidos, ainda eram majoritariamente controlados por lideranças personalistas tradicionais, que não inspiravam confiança. Ademais, a burguesia brasileira não tinha um projeto definido de nação e nem um representante para reorganizar política e ideologicamente as batalhas futuras na esfera da sociedade política e na sociedade civil.³⁵⁵ Não à toa, os políticos do PSDB passaram se apresentar como gestores eficientes da coisa pública, em contraposição aos desmandos, aos fisiologismos, à corrupção. Nas palavras de André Guiot,

Tratava da criação de um novo instrumento para afirmar um dado projeto político. Coube ao PSDB a tarefa política de reaglutinar a burguesia em crise nos anos de abertura, anunciando-se como instrumento capaz de alavancar a “modernização” da sociedade brasileira pela via do projeto neoliberal de tipo terceira via. A atuação do PSB obedece, a nosso ver, as necessidades das frações das classes dominantes em alterar a relação de forças presentes mediante a reorganização do capitalismo brasileira. Na sua criação, no entanto, os

³⁵³ GUIOT, André Pereira. *Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2006. p.68.

³⁵⁴ *Idem*. p.69.

³⁵⁵ GUIOT, André. *op.cit.* p.69.

documentos já trazem elementos importantes que indicam esta situação.³⁵⁶

Segundo David Maciel, o PSDB, além de sua base parlamentar, se aproximou de economistas de oposição, como Bresser Pereira, João Sayad, Pécio Arida, Edmar Bacha e Pedro Malan, que defendiam redução dos déficits públicos e políticas monetaristas. Portanto, o PSDB estaria à direita do PMDB.

Deste modo, o PSDB não se colocou à esquerda do PMDB, pelo menos não em relação à esquerda peemedebista, configurando-se muito mais como uma variante não fisiológica, não nacionalista e não estatizante do mesmo campo político *anticesarista*. Deste ponto de vista, posicionou-se à direita da esquerda peemedebista que ficou e em determinadas questões, até mesmo dos liberais moderados. O PSDB surgiu, então, como expressão partidária da migração de setores do bloco de poder, particularmente do grande capital privado nacional, e das chamadas classes médias de uma posição desenvolvimentista reformista para uma posição neoliberal moderada [por enquanto]. As frações do grande capital, inclusive o externo, foram atraídas pela perspectiva não nacionalista e não estatista, ao passo que o pequeno e o médio capital e as classes médias foram atraídos pelas críticas ao patrimonialismo, ao cartorialismo e ao corporativismo.³⁵⁷

A divisão interna do PMDB continuou, mesmo com a saída do grupo que fundou o PSDB. O Centrão continuou a controlar e ser maioria no partido. A diferença foi o descolamento maior de Ulysses Guimarães com o governo, na tentativa de ser um futuro candidato a presidente “independente” do governo, em 1989. Já o governo Sarney, após a vitória dos cinco anos de mandato, intensificou as medidas recessivas cortando até 40% do orçamento dos ministérios, principalmente na área social, mas mantendo a previsão orçamentária de emendas de parlamentares do Centrão e governadores aliados.³⁵⁸ Assim, quanto mais Sarney perdia legitimidade política, mais se apoiava nos militares e atendia às suas demandas políticas.

Em maio de 1988 foram votadas, em primeiro turno, as propostas dos constituintes. As principais propostas, no entanto, descontentavam o governo e o Centrão. Entre elas estavam: 1) o direito de greve; 2) a ampliação dos direitos previdenciários com o princípio da seguridade social; 3) a transferência de recursos da União para Estados e municípios; 4) revogação de todos os decretos-lei não apreciados pelo Congresso e sua substituição por medida provisória; 5) o direito de o Congresso

³⁵⁶ *Idem.* p.70.

³⁵⁷ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.318.

³⁵⁸ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p. 321.

Nacional interferir e definir o orçamento; 6) a forma de anistia dos militares; 7) o fim do Conselho de Segurança Nacional; 8) o *habeas data*; 9) o mandado de injunção; 10) o tabelamento dos juros anuais a 12%; 11) a distinção entre empresa nacional e empresa estrangeira; 12) a reserva de mercado; 13) a anistia aos pequenos e microempresários; 14) a jornada de 6 horas para turnos ininterruptos de revezamento.³⁵⁹

O Centrão ainda queria anular o imposto sobre grandes fortunas, acabar com a função social do direito de propriedade, o estabelecimento do aviso prévio proporcional ao tempo de trabalho, o pagamento adicional de férias, a restrição à atuação das empresas estrangeiras, entre outras medidas. Apesar das pressões diretas, as ameaças de intervenção militar, o Centrão tinha problemas organizativos que lhes imputaram derrotas, por meio de pulverização de esforços entre os interesses setoriais dos constituintes. As expectativas do grande capital nacional eram contraditórias ao livre mercado agressivo que alguns setores da Constituinte desejavam impor no texto final. Enfim, no dia 05 de outubro de 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil. Este marco legal incorporou muitas conquistas democráticas, no entanto, a mesma Constituição preservou diversos “entulhos autoritários”, criados pela institucionalidade ditatorial de 1964. Nitidamente o resultado final da Constituição de 1988 refletiu a síntese da luta de classes e da correlação de forças do período.

A manutenção da intervenção militar em questões políticas para a manutenção da “ordem” e o predomínio conservador no meio político das mesmas figuras chave da ditadura evidenciam ainda mais estas características.³⁶⁰ Tais cláusulas contidas na Constituição de 1988, que beneficiaram os militares, tornaram impossível a

³⁵⁹ *Idem*. p.324.

³⁶⁰ “Como vimos, as Forças Armadas conseguiram garantir a aprovação de todas as suas demandas essenciais, sendo a corporação mais bem sucedida na Constituinte. Nestas demandas, residia o núcleo dos elementos fascistas presentes na nova institucionalidade. O direito de intervenção na ordem interna em nome da manutenção da lei e da ordem, mesmo que mediante convocação de um dos três poderes, conferiu às Forças Armadas um poder político imenso, superior ao de todos os outros atores políticos, a depender das circunstâncias, e transformou-se na principal reserva estratégica de poder, disponível para o bloco no poder sempre que sua capacidade de controle social por meio dos mecanismos democráticos fosse abalada ou não funcionasse. Para tanto, também foi necessário preservar a forte presença militar na estrutura ministerial, com a manutenção dos seis ministérios militares e sua presença cativa no Conselho de Defesa Nacional, além da Secretaria de Defesa Nacional, criada por Sarney. Foi igualmente importante e necessário preservar o aparato de informações, sediado no SNI, restringir o julgamento de crimes militares à Justiça Militar e manter a submissão de todas as forças policiais, inclusive os bombeiros, ao Exército, tornando o aparato repressivo um “gigante adormecido” a ser despertado sempre que necessário. Além disso, era imprescindível garantir a autonomia militar nas questões nuclear, espacial e bélica, pois a Constituição, que regulou a destinação orçamentária para diversas despesas do governo – como saúde, educação etc. – não estabelecera qualquer regulação orçamentária para gastos militares.” MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.335.

consolidação da democracia na relação entre militares e civis.³⁶¹ Como bem demonstrou Jorge Zaverucha, o conceito de *ordem* não é neutro. Seu julgamento envolve questões ideológicas e está sujeita a “preconceitos sobre a conduta (in) desejada de determinados indivíduos.”³⁶² Outra aberração mantida na Constituição, ao arripio do conceito de democracia, por mais amplo que o mesmo possa ter, foram as manutenções das polícias militares nos estados da federação. Estas, que saíram dos quartéis em 1969, para, até os dias atuais, assombrarem e matarem as populações marginalizadas do país.³⁶³ Como o artigo 142, que tipifica as funções militares, não separa o seu uso em guerras externas e internas, nos momentos de crise orgânica (política e econômica), os militares têm, na Constituição, o direito de intervir! Assim, permanece a sombra de golpe militar no Brasil “democrático”.

Junto a isso, ocorreu também a manutenção intacta do direito administrativo criado em 1967 pela ditadura civil-militar. Como apresentou Gilberto Bercovici,

No caso brasileiro, a Constituição democrática de 1988 recebeu o Estado estruturado sob a ditadura militar, ou seja, o Estado reformado pelo PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), elaborado por Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões (1964-1967). O PAEG, e as reformas a ele vinculadas, propiciou a atual configuração do sistema monetário e financeiro, com a criação do Banco Central do Brasil (Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964), do sistema tributário nacional (Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, e Código Tributário Nacional, Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966) e da atual estrutura administrativa, por meio da reforma implementada pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, ainda hoje em vigor.³⁶⁴

Podemos afirmar com segurança, portanto, que a *Carta Magna* de 1988 e o regime político posterior possuem mais continuidades do que mudanças em relação ao período anterior. O caráter autoritário do Estado brasileiro não foi abolido, mas foi reformado e repaginado. Anularam-se os aspectos mais autoritários e ditatoriais,

³⁶¹ ZAVERUCHA, Jorge. “As Relações Civil-Militares: o Legado Autoritário da Constituição Brasileira de 1988.” In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da Ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010. p.42.

³⁶² *Idem.* p.49.

³⁶³ “A partir, principalmente, de 1969, auge da repressão política, houve uma reversão nas funções das polícias. As Polícias Militares saíram de seu aquartelamento e foram lançadas nas ruas com o objetivo de fazer o papel do policiamento ostensivo e manutenção da ordem pública, aí incluindo o controle do tráfego de veículos. Foi retirada a prerrogativa jurisdicional do delegado de polícia para realizar a instrução dos processos sumários. O governo federal extinguiu a Guardas Civis do Brasil, passando as atribuições destas pás as PM’s.” *Idem.* p.56.

³⁶⁴ BERCOVICI, Gilberto. “O Direito Constitucional Passa, O Direito Administrativo Permanece: A Persistência da Estrutura Administrativa de 1967.” In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.). *op.cit.* p.78 e 79.

combinando formas mais brandas de dominação. As mudanças mais notórias foram: 1) a rotina eleitoral; 2) as eleições diretas; 3) o pluralismo partidário, 4) a liberdade política e ideológica, semiliberdade sindical, entre outros.³⁶⁵ Já os aspectos da herança autoritária ficaram por conta: 1) da supremacia do poder Executivo; 2) da tutela militar institucionalizada, bem como sua independência; 3) da manutenção do aparato repressivo e de informações; 4) da estrutura sindical estatal; 5) da manutenção de partidos políticos institucionais e fracos.³⁶⁶

No tocante à Lei Orgânica dos Partidos Políticos pós 1988, ela foi a mesma de 1985, que já havia sido uma reforma da mesma lei de 1979. Esta lei de 1979 tinha como base a lei partidária estipulada pelo AI-2. Estas leis tinham como objetivo organizar a estrutura e o funcionamento dos partidos. Embora sem restrições ideológicas explícitas, favoreciam a formação de partidos centralizados, de base parlamentar, inicialmente sem vínculos fortes com a sociedade civil, e que tendiam a imergir aos mandos dos militantes portadores de mandatos. Leis como estas dificultam a independência dos partidos em relação aos aparelhos de estado, por serem deles dependentes de recursos e financiamentos para sobreviverem. Nem a Constituição e nem a lei orgânica dos partidos estabeleciam critérios para o financiamento de campanha. Isso, aos longos das décadas seguintes, foi cada vez mais alvo de corrupção e abusos de poder econômico por parte dos políticos e dos “financiador-investidores” das campanhas eleitorais. Um aspecto importante da Lei Orgânica foi a reforma de 1985, que estabeleceu os critérios para a propaganda eleitoral, que abria espaço também para um cem número de abusos, como compra de votos através de materiais de campanha como blusas, bandeiras e adereços, transporte, a compra efetiva do voto por dinheiro, entre outras. Estes mesmos critérios também favorecem, até os dias atuais, os grandes partidos – notadamente o PMDB foi o mais favorecido por isto nas últimas três décadas – por meio da concessão do tempo de TV e rádio a que dispõem os partidos. O critério é o tamanho da bancada parlamentar na Câmara dos Deputados. Isso favoreceu, e muito, os grandes partidos, desde 1985, com o tempo maior de exposição, a tendência – principalmente com o desenvolvimento do *marketing* político – sempre foi de vitória. Os partidos pequenos – principalmente os ideológicos de esquerda – sempre tiveram tempos exíguos de

³⁶⁵ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.342.

³⁶⁶ *Idem. Ibidem*

exposição. Isto demonstra os limites impostos para o pleno desenvolvimento democrático e político do Brasil.³⁶⁷

Ainda no ano de 1988, sob o impacto da promulgação da Constituição, em novembro, a população voltou às urnas para eleger os prefeitos e vereadores dos municípios brasileiros. Com a estrutura, recursos financeiros, e tempo de TV, deu a lógica e os maiores partidos de direita no Brasil venceram, na grande maioria dos municípios. O próprio PMDB aumentou o seu número de prefeitos e vereadores, chegando a comandar 37,5% dos municípios. O PFL, nesse período, ia se configurando como o segundo maior partido brasileiro, passando o PDS, vencendo em 24,7% das cidades.³⁶⁸ As exceções ficaram por conta de vitórias inesperadas em cidades importantes como São Paulo, Campinas, Porto Alegre e Vitória, vencidas pelo PT. Isso indicava, sem dúvida, o descontentamento da população com o governo Sarney, os partidos tradicionais e os arroubos autoritários dos militares, como nas greves em Volta Redonda, mas sinalizava também que as esquerdas políticas estavam crescendo eleitoralmente.

José Sarney havia recebido da Constituinte quase dois anos mais de mandato, até março de 1990. No plano econômico, o governo Sarney aprofundou medidas econômicas ortodoxas, no entanto, a inflação continuava a corroer a renda do trabalhador e as contas públicas. Os índices de inflação chegavam a quase 30% ao mês e a indexação da economia gerava um efeito de bola de neve. Assim, a “política do feijão com arroz” de Maílson da Nobre tão pouco fazia algum efeito prático. O discurso de austeridade não chegava efetivamente à prática, não havia consenso dentro do governo e muito menos no PMDB, e a crise se agravava com o índice anual de inflação chegando a 684,5% e o com o PIB negativo. Assim, em janeiro de 1989 foi aplicado mais um plano econômico para combater a inflação no Brasil.

O Plano Verão foi a última tentativa programada e globalmente articulada de combate à inflação pelo governo Sarney. Retomando o hibridismo do Plano Bresser, o Plano Verão combinou um variado elenco de medidas ortodoxas com algumas de conteúdo heterodoxo, sendo as principais uma reforma monetária e um “choque” de desindexação. Em 14 de janeiro, entrava em vigor o Cruzado Novo (NCz\$), valendo Cz\$ 1.000; todos os mecanismos de reindexação foram extintos, principalmente a URP e a OTN. Os salários foram convertidos para a nova moeda pela média dos 12 meses anteriores, acrescida de 26% relativa à URP prevista para janeiro. A partir disso,

³⁶⁷ *Idem.* p.337.

³⁶⁸ *Idem.* p.344.

os reajustes salariais seriam livremente negociados até a definição de uma nova política salarial, a ser definida entre o governo e os participantes do pacto em, no máximo, três meses. Os preços foram congelados “no pico” por tempo indeterminado a partir de 15 de janeiro, apesar de o governo ter autorizado reajustes para diversos serviços e tarifas antes da edição do plano. Para conter uma nova explosão da demanda, com o congelamento, e a especulação com estoques de produtos e com a moeda estrangeira, o governo aumentou significativamente a taxa de juros e desvalorizou o câmbio, “congelando” o dólar em um cruzado novo por tempo indeterminado.³⁶⁹

Evidentemente, em toda esta fórmula de conversões, indexações e congelamentos, os salários perdiam valor real e a população sentia o impacto no bolso. Como resultado, a aprovação do governo Sarney era baixíssima. Isso também gerava tensões no PMDB, por conta das eleições presidenciais de 1989. Como a inflação, embora tenha sido recuada a 3,6% em março, no mês seguinte já dava sinais de alta, sendo confirmado nos meses posteriores, o plano logo deixou de existir. Conseqüentemente, ocorreram ascensões de inúmeras greves pelo país. O governo Sarney, que já vinha se utilizando de tropas do exército em diversas greves ao longo de seu percurso como Presidente, principalmente nas greves da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, não tardou a utilizar-se do exército como forma de reprimir a resistência ao arrocho salarial. Diante destas ondas de greves o governo recuou e voltou a indexar os salários. Logo, o plano econômico deixava de existir, não sem antes causar prejuízos e perdas salariais.

Enquanto isso, no PMDB, Ulysses Guimarães iniciou o ano de 1989 fazendo viagens internacionais, e tentando se viabilizar como candidato à Presidência da República. No entanto, o partido não estava unido em torno do seu nome como candidato. Internamente, Ulysses havia absorvido o desgaste político diante de tantas divergências no partido. Membros do Centrão não o aceitavam como candidato, assim como de outros grupos, como o PMDB governista. Orestes Quécia, que havia passado o ano anterior “defendendo” nos jornais a candidatura de Ulysses, era visto como um candidato alternativo para alguns setores do PMDB. Era governador do maior estado do país, era presidente de uma entidade como a União Municipalista, que congregava mais de mil municípios pelo país, e estava muito fortalecido no PMDB/SP, após a saída do grupo que deu origem ao PSDB.

³⁶⁹ MACIEL, David. *op.cit.* 2012. p.348.

Mas, ao se aproximar as Convenções Nacionais do PMDB, Quércia, mesmo com apoios internos necessários para sua candidatura, acabou recuando na decisão de se candidatar e renunciar ao cargo de governador de São Paulo. Entre os motivos estava o fato de as pesquisas de intenção de votos, além de mostrarem Ulysses Guimarães entre os últimos colocados da futura disputa, não mudava muito quando o nome do candidato do PMDB nas pesquisas era Orestes Quércia. Outro motivo seria o receio de renunciar ao cargo e assistir ao vice-governador Almino Affonso, ligados aos liberais mais à esquerda no partido, romper com o grupo quercista, deixando-o provavelmente enfraquecido politicamente.³⁷⁰ No PMDB havia ainda mais três pré-candidatos à presidência. Eram eles, Álvaro Dias, então governador do Paraná, Waldir Pires, governador da Bahia e apoiado por boa parte do PMDB do nordeste, e Íris Rezende apoiado pelo grupo governista e mais conservador do partido.

Pelo mês de abril de 1989, alguns líderes do PMDB, como Pedro Simon, tentaram convencer Ulysses a desistir da candidatura, com o argumento de que sua rejeição, tanto no partido como nas pesquisas eleitorais, era muito grande.³⁷¹ Mas, com a vitória da chapa de Ulysses Guimarães na eleição do Diretório Nacional, no mês anterior, surgiu novo ânimo para Ulysses disputar a indicação do partido nestas mesmas convenções.³⁷²

Na segunda etapa das Convenções Nacionais que decidiram o candidato do PMDB, no dia 29 de abril de 1989, o placar da votação entre os pré-candidatos confirmava a divisão interna do partido. Ulysses Guimarães obteve 302 votos, Waldir Pires 272 votos, Íris Rezende obteve 251 votos e Álvaro Dias 72 votos. No dia seguinte seria escolhido, por votação, qual dos dois candidatos mais bem votados iria representar o partido.³⁷³ Durante o processo de votação, vários convencionais pediam empenho e unidade na campanha do PMDB, já temendo o que iria acontecer.³⁷⁴ Instantes antes de a

³⁷⁰ PINTO, José Nêumane. *Atrás do Palanque: Bastidores da Eleição de 1989*. São Paulo: Siciliano, 1989. p.32.

³⁷¹ *Idem*. p.39.

³⁷² No dia 12/3/1989 na Convenção Nacional do PMDB, a chapa encabeçada por Ulysses Guimarães, “Compromisso”, venceu por 547 votos à 331 da chapa “Unidade” e Ulysses Guimarães foi novamente eleito Presidente do partido. *Conversões Nacionais*. Livro 1. p. 47. Comissão Executiva Nacional eleita em 12/3/1989: Presidente Nacional: Ulysses Guimarães; 1º Vice-presidente: Jarbas Vasconcelos; 2º Vice-presidente: José Fogaça; 3º Vice-presidente: Hélio Duque; Secretário-geral: Tarcisio Delgado; 1º Secretário-geral: Francisco Pinto; 2º Secretário-geral: Nelson Wedekin; 1º Tesoureiro: Mauro Benevides; 2ª Tesoureira: Bete Mendes; Vogais: Renato Archer; Humberto Lucena; Genebaldo Correa/ Márcio Braga; Suplentes: Bernardo Cabral/ Maria Eugênia Teixeira/ Dante de Oliveira/ Fernando Gasparian. 23/4/2007. Presidência Nacional – Diretório Nacional. s/p.

³⁷³ *Idem*. p. 49.

³⁷⁴ *Idem*. *Ibidem*.

votação começar, Waldir Pires recuou da candidatura, dizendo-se a favor da verdadeira unidade do PMDB, emprestando seu apoio e solidariedade política ao candidato Ulysses Guimarães.³⁷⁵ Ainda assim, na votação secreta para confirmar a candidatura de Ulysses, o mesmo recebeu 624 votos, com 137 votos nulos e 28 votos em branco.³⁷⁶

No mês seguinte, Ulysses procurou garantir o apoio do partido em torno de sua candidatura, no entanto, alguns setores do partido recusaram viabilizar a campanha nos seus respectivos estados. Dentre os grupos internos do PMDB que recusavam apoio a Ulysses estava a maior parte dos peemedebistas que fizeram parte do Centrão na Constituinte. Neste período, a imprensa tratava este grupo como “os moderados do PMDB”.³⁷⁷ O líder deste grupo, Luís Roberto Ponte, chegou a dar declarações contra a candidatura de Ulysses, e previu que em muitos estados da federação Ulysses não teria apoio do partido.³⁷⁸

Ao mesmo tempo, o grupo peemedebista que apoiava Ulysses parecia também não fazer tantas questões de receber o apoio dos setores moderados, chegando a dar declarações públicas de que, quem preferisse apoiar o ex-peemedebista Fernando Collor, candidato pelo Partido da Renovação Nacional, estava liberado.³⁷⁹

Ulysses Guimarães confiou muito que sua candidatura fosse deslanchar após o início da propaganda eleitoral no rádio e na TV, no entanto, como relatou o próprio chefe do *marketing* da campanha, Chico Santa Rita, no último mês de campanha, quase nenhum político comparecia aos estúdios de gravação para dar apoio ou mesmo participar do programa eleitoral.³⁸⁰ A candidatura de Ulysses Guimarães foi aos poucos naufragando e terminou com pífios 4,4% dos votos. Além disso, o PMDB terminava a década de oitenta dividido internamente, sem mais liderar o fim da transição política, embora ainda fosse o maior partido político do Brasil.

Tendo em vista o que foi apresentado ao longo do capítulo, podemos afirmar que o PMDB, embora fosse o maior partido do país, ao longo do final da transição política, o partido não conseguiu transformar seu tamanho e peso político em hegemonia efetiva do processo político. O programa do partido era estéril, não havia fidelidade partidária, ou mesmo identidade, como tantos grupos políticos com visões diferentes da realidade

³⁷⁵ *Idem.* p.50.

³⁷⁶ *Idem. Ibidem.*

³⁷⁷ Jornal Correio Braziliense. 24/5/1989. p.3.

³⁷⁸ Jornal Correio Braziliense. 26/5/1989. p.3.

³⁷⁹ “PMDB se reúne e avisa que quem quiser pode collorir”. Jornal Correio Braziliense. 03/6/1989. p.4.

³⁸⁰ SANTA RITA, Chico. *Batalhas Eleitorais: 25 anos de marketing político*. Campinas: Pontes, 2014. p.77.

objetiva. As sociedades civis – patronal e popular – tomaram o protagonismo político e adentraram os partidos, principalmente a sociedade civil burguesa. Na correlação de forças, a burguesia brasileira e seus parceiros íntimos, desde 1964, impuseram à direção política rumo à abertura do país ao capitalismo mundializado dos anos noventa. Não foram os partidos que exerceram a hegemonia da transição brasileira, mas os grupos sociais que melhor se organizaram, principalmente para a Constituinte, utilizando, claro, sua entidade de classe, mas também a nova “organização democrática” pluripartidária e por meio do *entrismo*, financiamento e quadros políticos deram acúmulo de ideias e suporte para as ações partidárias.

Capítulo III

Não foi no discurso, mas foi na prática: o PMDB na onda neoliberal dos anos noventa

Muito embora o PMDB fosse o maior partido do Brasil desde meados dos anos oitenta, a década seguinte iniciaria com sua profunda crise de identidade e crise interna. Isto se devia, entre outros motivos, pela sua heterogeneidade, pela também crescente força regional interna, na medida em que o partido elegia governadores e grandes bancadas nos estados, além do desgaste interno devido aos embates relativos à constituinte e à campanha eleitoral de 1989, para a Presidência da República, fatos que dividiram o partido.

Somado a isso, ao longo da década de 1990, o PMDB foi se dividindo entre grupos que defendiam os governos federais e outros que eram oposição. Essa divisão foi ficando cada vez mais nítida ao final do período: de um lado, os apoiadores, mediadores e até líderes das reformas neoliberais, de outro lado, quadros políticos *históricos* do partido, de perfil e discurso de cariz nacionalista. Os primeiros, ainda que não dirigissem a executiva nacional do PMDB, cresceram no diretório nacional e nas bancadas do Congresso Nacional, elegendo líderes e presidentes das Casas legislativas, e sendo protagonistas nas reformas neoliberais ao longo da chamada “Era FHC”. O segundo grupo, que manteve posição independente, ou em oposição ao governo federal, em sua maior parte, era composta por políticos tradicionais, ex-governadores, ex-presidentes, que tinham como bandeiras históricas a luta democrática, a soberania nacional, um discurso socialdemocrata e crítico ao neoliberalismo. Explicitando em nomes essa divisão nas suas principais lideranças, poderíamos apontar: no grupo governista, Michel Temer, Geddel Vieira Lima, Eliseu Padilha, Íris Rezende, Henrique Eduardo Alves, Wellington Moreira Franco, Jader Barbalho, Renan Calheiros e outros. Do lado oposicionista: Roberto Requião, Itamar Franco, Paes de Andrade e Orestes Quécia, entre outros.

Este capítulo procurará analisar estes conflitos internos do PMDB e suas relações com a história política brasileira ao longo da década de 1990, ao fim dos anos de governo de Fernando Henrique Cardoso. Para tanto, vamos dividir o capítulo em duas partes. Na primeira parte vamos dedicar atenção da história do período e a

participação do PMDB no contexto político e econômico nacional, bem como a trajetória do partido. Na segunda parte faremos uma análise da participação das bancadas do PMDB, tanto na Câmara dos Deputados, como no Senado Federal, nas reformas constitucionais e reformas trabalhistas aprovadas no Congresso Nacional.

Ao longo da exaustiva análise das fontes que compõem o presente capítulo, desenvolvemos as seguintes hipóteses que nortearão o mesmo: de fato, existiram, no PMDB, grupos contrários às políticas liberalizantes do período e isto reverberou em publicações do partido, através de intelectuais orgânicos, em diferentes fóruns de atuação e divulgação. Estes grupos contrários defenderam e lutaram pela candidatura própria e vislumbravam uma linha política alternativa ao neoliberalismo. No entanto, emergia, no interior do partido, outra força política à margem das lideranças peemedebistas tradicionais, de linha adesista e programática de classe ao governo federal e que, primeiramente, conseguiu evitar o lançamento de candidaturas do PMDB à Presidência da República, em 1998, e, com seu constante crescimento no interior do partido e das suas bancadas, conseguiu vencer a disputa interna pelo controle da Executiva Nacional do partido e da maioria que comporia o Diretório Nacional para, dessa forma, derrotar a mesma tese da candidatura própria em 2002, e ainda compondo chapa liderada pelo tucano José Serra, formando uma coligação política na indicação da candidata à vice, Rita Camata.

A segunda hipótese apresentada ao longo do capítulo reside no fato de que essa adesão conflituosa do partido ao “neoliberalismo à brasileira” de FHC se deu, primeiramente, em apoio dos líderes peemedebistas, no legislativo, ao governo FHC, bem como na indicação de alguns de seus membros ao cargo de Ministros de Estado. Posteriormente, o partido assumiu um discurso e slogan político de “garantidor da governabilidade” para justificar o apoio ao governo federal, já em baixa popularidade. Entretanto, defenderemos, em nossa análise, que não foi este o principal motivo para o apoio quase que incondicional do PMDB, e sim, o fato de que, tanto a bancada na câmara, quanto a do senado, eram compostas, em sua maioria, por frações das classes dominantes brasileiras: notadamente no setor agrário, médico-empresarial e setores médios dos industriais brasileiros. Todos estes favoráveis à flexibilização das relações trabalhistas, adeptos das privatizações das empresas estatais e partidários da reforma do Estado. Estas foram as principais heranças da década de 1990, no Brasil. Não obstante, na fase final do governo FHC, aderiram ao discurso pelo crescimento econômico, abalados pelos juros exorbitantes, falta de crédito e investimentos públicos.

3.1 Pós-ditadura civil-militar no Brasil: a onda neoliberal e o papel do PMDB

Já havíamos assinalado no capítulo anterior que as privatizações no Brasil não começaram a partir do governo Collor, e sim, concomitante a um processo iniciado no final dos anos 1970, de estatização da dívida externa brasileira, por meio da utilização das estatais como captadoras de recursos externos, com o objetivo de manter os níveis de investimentos e garantir o crescimento econômico a todo custo. O perfil da dívida modificou-se, no entanto, em sacrifício das empresas públicas brasileiras mais superavitárias. As empresas estatais de menor porte ou que competiam com setor privado foram as primeiras a serem privatizadas desde 1980. Em 1989, empresas siderúrgicas de menor porte também começaram a ser vendidas.³⁸¹

A vitória de Collor, embora em um segundo turno apertado, não deixou de representar a vitória das frações burguesas das classes dominantes, pois este candidato prometia, em seu discurso, a abertura econômica do Brasil, bem como a implementação de reformas profundas que agradavam estes setores. Esta seria a solução final encontrada, diante do fracasso retumbante de candidaturas que representavam essas diversas frações, como a de Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação Comercial de São Paulo, ou ainda, de Mário Covas, do PSDB, que, durante a campanha, dizia que o Brasil precisava de um choque de capitalismo – demonstrando que o partido, desde o seu nascedouro, trazia a sua vocação de representar o grande capital na política brasileira – para derrotar as forças políticas “populares”, representadas nas candidaturas de Luis Inácio Lula da Silva e de Leonel Brizola.

No dia seguinte à sua posse, Fernando Collor, em conjunto com sua equipe econômica, anunciou o plano econômico que prometia acabar com a inflação, com um único tiro, o chamado plano Collor.³⁸² Apesar do confisco de todos os rendimentos bancários superiores a 50 mil Cruzeiros, a abertura econômica irrestrita, o Plano

³⁸¹ PICOLLO, Monica Almeida. *op.cit.* p.368.

³⁸² “O governo anunciou o seu Plano de Estabilização Econômica ou Plano Brasil Novo, que ficaria conhecido como Plano Collor. Seu objetivo central era combater a inflação e reduzir o déficit público, criando condições, segundo seus mentores, para o Brasil ingressar no chamado Primeiro Mundo. Suas principais medidas foram a extinção de 24 órgãos e empresas estatais, com a demissão dos funcionários não estáveis; a elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); o aumento da taxa sobre os lucros do setor agrícola e o fim dos subsídios à exportação não garantidos na Constituição; o restabelecimento do cruzeiro como moeda nacional, em substituição ao cruzado novo, criado no governo anterior; o congelamento de preços e salários, que passariam a ser reajustados conforme índices de inflação prefixados; o fim dos títulos ao portador, inclusive dos cheques ao portador com valores acima de um teto determinado; a redução da presença do Estado na economia, por meio da privatização de empresas estatais; e a abertura econômica para o exterior, com a redução progressiva das alíquotas de importação.” <<http://atlas.fgv.br/verbete/3460>> 02/7/2016.

Nacional de Desestatização, entre outras medidas de impacto, como a extinção de ministérios e autarquias foram justificadas como contenção de gastos, simbolizando uma nova Era do Estado nacional brasileiro.

A base política do governo Collor estava baseada em poucos partidos, nos primeiros dois anos de mandato, apenas o PRN, seu partido, criado para dar sustentação a sua candidatura, após sair do PMDB, e o Partido da Frente Liberal, que abraçou seu governo, tornaram-se seus únicos alicerces no Congresso Nacional.³⁸³ Ao fim do primeiro ano de governo, Collor recebeu apoio de uma frente de governadores liderada pelo governador do Distrito Federal à época, Joaquim Roriz (PTR) e apoiada por alguns governadores do PMDB, como contrapartida à renegociação das dívidas dos “Estados considerados aliados.”³⁸⁴ No ano seguinte, Collor conseguiu aumentar sua base de apoio em uma coalização formada pelos partidos mais reacionários da época: PFL, PDS, PTB, PL, PRN e PDC, conseguindo o máximo de apoio que seu governo alcançou no Congresso, cerca de 47% dos votos do legislativo.³⁸⁵ No primeiro escalão do governo havia uma mescla de políticos tradicionais que apoiaram a candidatura de Collor, como seu conterrâneo das Alagoas, Renan Calheiros, ou Bernardo Cabral, experiente político amazonense (ambos eram egressos do PMDB), com setores do grande capital brasileiro, como Celso Lafer, Jorge Bonhausen, e professores universitários, como Zélia Cardoso de Mello, entre outros.

Em relação aos ministérios, a área econômica era composta pelas pastas da Economia, Fazenda e Planejamento, Agricultura e Infraestrutura (até 1992), Minas e Energia (depois de 1992), Transportes e Comunicação (depois de 1992). Já a área “social” os ministérios eram: Educação e Cultura, Trabalho e Previdência Social (1992), Saúde e Ação Social. Além dos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores e dos seis ministérios militares.³⁸⁶ O conservadorismo da composição ministerial que salta aos olhos, logo nestas primeiras caracterizações do governo Collor de Mello, só se intensifica, ao analisarmos a trajetória de vida de seus quadros. Estas trajetórias confirmam a presença de representantes de frações da classe dominante brasileira no primeiro escalão da República, com o poder de formular, divulgar/convencer e implementar políticas públicas defendidas por suas respectivas classes sociais (ou

³⁸³ O PRN tinha 40 deputados federais, enquanto o PFL tinha 83.

³⁸⁴ MENEGUELO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo, (1985/1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 114.

³⁸⁵ *Idem*. p. 115.

³⁸⁶ <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/equipe-de-governo/ministerios>>. Visto: 02/7/2016.

frações). Diferente do discurso hegemônico, o governo impôs uma agenda que precarizou ainda mais os setores assalariados e pegou diversas frações da classe dominante, digamos, de calça na mão. Suas medidas econômicas de impacto afetaram diversos ramos produtivos do país, no entanto, beneficiou outros. Portanto, a análise dos principais nomes que compuseram este Ministério se faz necessária.

No importante Ministério da Agricultura, o primeiro ocupante do cargo foi o então ex-peemedebista (porque *colloriu*) Íris Rezende, que era, até então, um dos maiores agropecuaristas de Goiás, fundador da UDR e político popular no estado.³⁸⁷ Entretanto, só ocupou o cargo durante 15 dias, sendo substituído, interinamente, por Bernardo Cabral, até a efetivação de Antonio Cabrera Mano Filho, então com 29 anos, que esteve no cargo até suspensão do mandato de Fernando Collor, em setembro de 1992. Cabrera é descendente de espanhóis que fixaram residência na região de Ribeirão Preto. Era um agropecuarista por herança, herdeiro das Fazendas Reunidas Cabrera, um complexo de 24 empresas agrícolas em cinco estados do país, onde se produz café, gado de corte, e carne de búfalos. Além de ser conhecido por ter uma “exótica” coleção de 8 mil bíblias.³⁸⁸ Veterinário, formado na UNESP de Jaboticabal, com pós graduação em criação animal na Índia. Coordenou a campanha de Collor, em Ribeirão Preto, onde obteve 80% dos votos. Sua atuação à frente do ministério foi marcada pela extinção da Emater, Cobal e Cibrazen, o que contribuiu para diminuir a participação do estado na produção agrícola. Também recriou e ocupou a presidência do Conselho Nacional de Agricultura, que havia sido extinto por Figueiredo. À frente do ministério, reviu todas as desapropriações de terras da gestão de José Sarney e resistiu a conceder posse de terras nas ocupadas pelo movimento dos sem-terra, entre outras ações. Era filiado ao Partido da Frente Liberal.³⁸⁹

No Ministério da Infraestrutura, o primeiro postulante foi Ozires Silva. Engenheiro Aviador, formado pelo ITA, foi um dos criadores do modelo de avião brasileiro, conhecido como *Bandeirante*. Presidiu a Petrobrás durante o governo Sarney. Quando deixou o ministério, em 1991, voltou para a Embraer como presidente, com a missão de reestruturar a empresa, com o intuito de privatizá-la. Outro que ocupou o cargo de Ministro de Infraestrutura, João Eduardo Cerdeiro Santana, advogado, exerceu

³⁸⁷ <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/equipe-de-governo/ministerios>>. 02/7/2016.

³⁸⁸ <<http://www.diariodaregiao.com.br/cidades/ex-ministro-%C3%A9-guardi%C3%A3o-de-8-mil-b%C3%ADblias-1.42097>> 02/7/2016.

³⁸⁹ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-cabrera-mano-filho>>. 02/7/2016.

cargos no governo Franco Montoro, em São Paulo, e no Ministério da Fazenda do governo Sarney. Foi um dos fundadores do PSDB, mas, em 1989, desenvolveu o programa econômico de Collor e assumiu uma secretaria de assessoria à Presidência. Meses após criticar a morosidade de Ozires Silva na condução da reforma administrativa do Estado e das privatizações, assumiu o ministério e foi um dos principais porta-vozes dos governos na defesa das privatizações e enxugamento da estrutura do estado. Manteve-se no governo, mesmo com o esvaziamento da pasta, na transferência do programa de privatizações para o ministério da economia.³⁹⁰

O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento foi uma das criações de Fernando Collor. Nesta pasta, a primeira ocupante foi a então professora de História Econômica da USP, a economista Zélia Cardoso de Melo. Filha de delegado da polícia política da ditadura (DOPS), Zélia se aproximou do PCB nos anos 1970, e no final da mesma década, enquanto cursava a pós-graduação, tornou-se professora de história econômica da USP. Após doutorar-se, participou de uma missão econômica da embaixada brasileira, em Londres. Quando retornou ao Brasil, colaborou com o governo de Franco Montoro, em São Paulo (1983/ 1987) e ocupou a Secretaria de Programa Financeiro do Setor Público do Ministério da Fazenda, em 1986, quando se filiou ao PMDB.³⁹¹ Após demitir-se do cargo, em 1987, fundou a ZLC Consultores Associados, que tinha como clientes-alvo o setor de administração pública. Seu maior cliente era o governo do Estado de Alagoas, governado por Fernando Collor de Melo. Em 1989 aderiu à campanha de Collor, assessorando seu programa de governo. Após o retumbante fracasso do Plano Collor II, em 1991, perdeu apoios e legitimidade, sendo substituída pelo diplomata Marcílio Marques Moreira.³⁹²

Marcílio formou-se em direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e no Instituto Rio Branco, para diplomatas. Cursou mestrado em ciência política, na Universidade de Georgetown (EUA), lecionou na PUC-RJ, na UERJ. Além disso, foi diretor do museu de arte moderna do Rio de Janeiro e conselheiro do BNDE. Durante o

³⁹⁰ João perdeu a indicação do governo brasileiro para presidir o Banco Mundial para o economista Pedro Malan por sua proximidade com Fernando Collor que na época era alvo de intensas denúncias de corrupção, que levou ao processo de impeachment e sua renúncia. <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-eduardo-cerdeiro-santana>>. 02/7/2016

³⁹¹ órgão subordinado à Secretaria do Tesouro encarregado de acompanhar a situação financeira de estados e municípios <<http://atlas.fgv.br/verbete/3460>>. 02/7/2016.

³⁹² *Plano Collor II*. Dentre suas medidas: congelava salários e preços e reajustava tarifas públicas, ações que Collor criticou durante a campanha de 1989 e que desagradou o setor industrial, que em 1991 possuía cerca de 48% da capacidade instalada ociosa.

governo Sarney, foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos, de 1986 a 1991. Foi o ministro que negociou com outras nações sul americanas a criação do MERCOSUL e deu seguimentos às medidas neoliberais do governo. Posteriormente, chegou a presidir a Associação Comercial do Rio de Janeiro e participou do conselho administrativo de diversas empresas.³⁹³ Manteve-se no governo até sua queda.

‘ No Ministério da Justiça o primeiro a ocupar o posto foi o experiente advogado e deputado Bernardo Cabral, que havia se afastado do PMDB, depois de ser o chefe da comissão de sistematização da Constituinte para apoiar Fernando Collor. Após formar-se em direito pela Universidade do Amazonas, tornou-se promotor, na cidade Itacoatiara (AM). Entrou na política em 1962, filiando-se ao PTB. Era deputado estadual quando pelo MDB, foi cassado em fevereiro de 1969. Em meados dos anos 1970 tornou-se uma das principais lideranças da OAB, contra a ditadura, chegando à presidência da Ordem dos advogados em 1981. Filiou-se ao PMDB e foi deputado constituinte responsável pela sistematização das emendas aprovadas, cedendo em muitos momentos a favor do centrão, como mostramos no segundo capítulo.³⁹⁴ Seu substituto foi Jarbas Passarinho.

Passarinho, paraense, militar formado na Academia Brasileira das Agulhas Negras, nos anos 1940. Nos anos 1950 passou a ser professor e instrutor na AMAN. No governo de Jânio Quadros passou a ser superintendente da Petrobrás, na Amazônia e, em 1962, chegou ao posto de tenente-coronel. Em 1964, foi indicado por Castelo Branco para o cargo de Governador do Estado do Pará, após o impeachment do titular, Aurélio Correia do Carmo. Em 1967 assumiu o Ministério do Trabalho e foi responsável pela reforma trabalhista e aplicação do arrocho salarial sobre o salário mínimo, o que, entre outras medidas, foram a base para o *milagre econômico* da ditadura. Em 1969, assumiu o Ministério da Educação e Cultura, quando da reforma universitária e outras medidas que iniciaram o estrangulamento contínuo da educação a décadas no Brasil, em outras palavras, a crise como projeto para a educação pública brasileira.³⁹⁵ Após deixar o ministério da educação, no início dos anos setenta, Passarinho passou a exercer o cargo de senador pela Arena e, posteriormente, no

³⁹³ <<http://ri.fgv.br/node/522>>. 02/7/2016 BRASILPAR, PREVER, Novotel, Club Mediterranée, IBM, Coca-Cola, R.J.Reynolds, Hoechst, General Electric, Textron, Embratel, Sendas, Cia. Cataguazes-Leopoldina, Energisa, Marsh & McLennan, American Banknote, Associação Cultural do Arquivo Nacional, Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e Fundação Getulio Vargas.

³⁹⁴ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-bernardo-cabral>> 02/7/2016

³⁹⁵ Para saber mais: GERMANO, José Wellington. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1993.

PDS.³⁹⁶ Na constituinte fez parte da liderança do Centrão e, no governo Collor, sua função primordial era fazer a articulação do governo com o Congresso e a sociedade civil de tipo empresarial. Saiu do governo poucos meses antes do impeachment, desgastado pelas denúncias de corrupção no governo.

Outra iminência parda do governo, Collor que também possuía laços orgânicos com a ditadura, foi o “civil” Reinholds Stephanes, Ministro da Previdência Social. Filho de fazendeiros, Stephanes formou-se em ciências econômicas, no início dos anos 1960, no Paraná, seu estado natal. Posteriormente, passou a trabalhar em diversas autarquias, no estado do Paraná, como assessor econômico da secretaria estadual de fazenda e depois como supervisor do planejamento econômico do prefeito de Curitiba, ao longo dos anos 1960. Já na ditadura, a qual apoiou e da qual fez parte, do início ao fim, exerceu diversas funções no aparelho de estado, como funcionário do Ministério da Agricultura. Foi diretor do INCRA, Ministro da Educação e presidente do INPS. Em 1977, filiou-se a Arena e elegeu-se deputado federal pelo estado do Paraná. Foi fundador da Frente Liberal que deu origem ao partido, foi candidato, mas não foi eleito deputado constituinte.³⁹⁷ Foi Ministro indicado pelo PFL.

No Ministério da Saúde, o principal ocupante do cargo, nos dois anos e dez meses de mandato de Collor, foi Alcení Ângelo Guerra, médico paranaense, que ocupou o cargo por mais de dois anos. Presidiu a Associação Médica do Paraná nos anos setenta e tornou-se empresário rural, proprietário de terras, atuando como diretor-proprietário da Cooperativa Agropecuária Guarani, em Pato Branco. No início dos anos 1980, foi presidente da comissão de avaliação da implantação do sistema de assistência médica do INAMPS-Dataprev no Paraná, entre 1980 e 1982.³⁹⁸ Depois se filiou ao PDS, foi eleito deputado federal e participou da dissidência que originou a Frente Liberal.³⁹⁹ No governo Collor pouco pôde fazer para implementar o SUS, devido ao constante estrangulamento orçamentário crônico no setor.

Por fim, para terminar a ilustração do perfil de classe do primeiro escalão do governo Collor, o Ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri. Uma das estrelas do ministério de Collor, pois representava os trabalhadores operários da indústria, devido a sua profissão e sua atuação como sindicalista dos eletricitários de São Paulo. Na

³⁹⁶ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jarbas-goncalves-passarinho>>. 02/7/2016

³⁹⁷ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/stephanes-reinhold>>. 02/7/2016.

³⁹⁸ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alceni-angelo-guerra>>. 02/7/2016.

³⁹⁹ *Idem*.

indústria desde os seus 15 anos, Magri ingressou no sindicalismo em 1977, quando foi eleito vice-presidente do sindicato dos eletricitários de São Paulo, no ano seguinte, como técnico da Eletropaulo, exerceu a presidência da entidade até assumir o cargo de Ministro do Trabalho, em 1990. Tão logo assumiu a presidência do sindicato, em 1978, passou a acumular o cargo de secretário-geral do Instituto Cultural do Trabalho. O ICT. A entidade foi “criada em 1963, sob o patrocínio do Departamento de Estado norte-americano, com o objetivo de formar líderes sindicais no Brasil e ligada à American Federation of Labor e ao Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO), poderosa central sindical norte-americana.”⁴⁰⁰ Adepto do chamado “sindicalismo de resultado”, de viés estritamente economicista e aberto a mudanças nos direitos dos trabalhadores, Magri, durante a constituinte, negociava com deputados medidas que reduziam direitos dos trabalhadores na Constituição, junto com Luís Antônio de Medeiros e Joaquim dos Santos Andrade, que eram sindicalistas símbolos do peleguismo sindical da ditadura. Sua principal medida e herança como Ministro do Trabalho foi a criação da Força Sindical, em 1991, no gabinete ministerial, para disputar com a CUT a hegemonia dos trabalhadores brasileiros e, assim, ajudar a criar um consenso favorável entre os trabalhadores sobre a privatização das empresas estatais.⁴⁰¹

Fica, pois, claro, após a análise acima, o caráter conservador da composição ministerial do governo Collor, com membros oriundos da base civil da ditadura, com representantes do grande empresariado urbano e rural e políticos tradicionais da política brasileira, na tentativa de impor reformas sem consenso amplo entre as frações dominantes, da “melhor” forma de abrir a economia brasileira à competição externa, numa economia fragilizada pela hiperinflação e uma iniciativa privada historicamente sugadora de “facilidades” e recursos públicos de um Estado sem acesso a créditos internacionais. Somado a sua base de apoio legislativa extremamente frágil, com o duplo fracasso dos seus planos econômicos e a recessão que o país enfrentava, tanto a população assalariada, que via seus rendimentos se desvalorizar com a inflação – e também com o confisco da caderneta de poupança, que salvava as economias da população da inflação –, quanto os milhares de industriais que fecharam suas fábricas devido à abrupta abertura comercial, e também empresas que agonizavam sem crédito privado e nem crédito público. Tudo isso foi criando o caldo de descontentamento

⁴⁰⁰ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-rogerio-magri>>. 02/7/2016.

⁴⁰¹ Para saber mais: PALMEIRA, Andre Franklin. “A nova face da cidade do aço: crise do capital, trabalho e hegemonia em Volta Redonda”. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2012.

generalizado contra o governo. Foram mudanças de choque na reorientação econômica, representando rebaixamento das condições de trabalho e um impacto imenso nas micro e pequenas empresas que, de repente, viram-se diante da livre concorrência de produtos importados, e sem crédito ou subsídios para competir em melhores condições.

Portanto, as mudanças econômicas tinham como objetivo reorganizar o capitalismo brasileiro e estavam alicerçadas em três tarefas simultâneas e articuladas entre si: 1) o governo promoveu uma política anti-inflacionária, de caráter estritamente monetário, e controle salarial; 2) reforma patrimonial e administrativa do Estado, com privatizações e fechamento de autarquias e ministérios; e 3) abertura comercial e desregulamentação financeira.⁴⁰² O sociólogo Álvaro Bianchi, em seu “clássico” estudo sobre a FIESP, observou as diferenças entre projetos dentro da própria entidade, que visavam a definição de projetos para a saída da crise. Em 1990, a FIESP divulgou o livro *Livre para Crescer*, contendo um projeto político voltado à construção da unidade interna das diferentes frações da burguesia em torno de um modelo.⁴⁰³ As propostas da FIESP, segundo Bianchi, propunham a participação privada na produção de bens públicos, eliminação de gratuidades de bens e serviços públicos e o fim dos monopólios estatais. Nestes pontos havia afinidades entre o governo Collor e os empresários, no entanto, os empresários esperavam que o estado mantivesse suas funções de coordenação nos rumos do desenvolvimento econômico.⁴⁰⁴

O alcance da reestruturação do setor produtivo atingiu negativamente os pequenos e médios empresários, que já era o principal setor industrial atingido pela longa crise dos anos 1980. Com essa fração industrial enfraquecida, ganhou corpo no interior da FIESP a adesão ao neoliberalismo como forma de superar a crise. Ela era defendida principalmente pelos associados do grande capital paulista, organizados não apenas na FIESP, mas em organizações de cúpula, com acesso a políticos e governos, por meios de conselhos econômicos e consultivos. A vitória de Moreira Ferreira na FIESP, em 1992, trouxe à tona uma formulação política industrial, baseada na competitividade e modernas técnicas de gerenciamento, bem como em crítica ao chamado estado “paternalista”. As mobilizações populares contra o governo Collor alteraram a correlação de forças desfavoravelmente à burguesia, no entanto, os movimentos sociais e sindicais não eram mais os mesmos de 1989. Com isso, os pouco

⁴⁰² BIANCHI, Álvaro. *Um ministério de industriais*. Campinas: EDUCAMP, 2012. p.192.

⁴⁰³ *Idem*. p. 195.

⁴⁰⁴ *Idem*. p. 199.

menos de 3 anos de governo Collor haviam dado início ao projeto de reforma do estado e reorganização social no país.⁴⁰⁵

A vitória de Fernando Collor de Mello representou o marco de longo refluxo que se desenrolou ao longo da década de 1990. A década marca a virada histórica que representou a derrota dos movimentos populares e sindicais para os trabalhadores brasileiros, que vinham em ascensão desde o início da crise da ditadura civil-militar. A política de choque do governo federal, através de enxugamento da máquina pública, reestruturações de estatais para a privatização (leiam-se demissões em massa), perseguição a líderes de movimentos sociais do campo, revisão de desapropriações de terras, somado ao aumento do desemprego, devido à crise econômica, geraram uma defensiva nos movimentos sociais e sindicais, na virada das décadas de oitenta e noventa, no Brasil.

Três, entre outras questões podem ser apontadas para a mudança da correlação de forças no Brasil, francamente pró-capital, neste período, que foram: 1) os desmantelamentos dos regimes “socialistas” do leste europeu, e a própria União Soviética; 2) a formação da Força Sindical em 1991 e a seu avanço em sindicatos importantes do movimento operário com a política de “sindicalismo de parceira”, ou “sindicalismo de resultado”, ajudando no convencimento da população e principalmente dos trabalhadores sobre os “benefícios” da privatização para o conjunto da sociedade e dos trabalhadores; 3) transformismo do PT e da CUT na ascensão do grupo “Articulação” no interior, tanto do partido, como na central sindical. Os setores mais combativos, a partir deste momento, foram sendo expulsos do PT e da CUT, no decorrer dos anos. Assim, as políticas para si e, para além de si na CUT, cada vez mais, seguiram o roteiro da defesa do emprego e melhorias salariais, de viés economicista. A resistência da CUT às privatizações de estatais de grande porte foi dúbia, ao longo dos anos noventa: de um lado, nas mobilizações sociais contra as privatizações, de outro, negociando com o governo a indicação de representantes dos trabalhadores e dos sindicatos nos conselhos de administração das estatais privatizadas.

Quando as manifestações contra o governo Collor começaram a ganhar força e desestabilizar o governo (em agosto de 1992), os setores de esquerda somaram forças com estudantes e a população em geral, pela deposição de Collor.⁴⁰⁶ Ressalta-se, aqui,

⁴⁰⁵ BIANCHI, Álvaro. *op.cit.* p. 233.

⁴⁰⁶ Para saber mais: CONTI, Mario. *Notícias do planalto: a imprensa e o governo Collor*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

que este período histórico foi o único momento que o PMDB foi um partido de oposição. Muitos dos políticos peemedebistas que *colloriram*, durante a campanha fracassada de Ulysses Guimarães à presidência, acabaram deixando o partido, exemplo disso foi Renan Calheiros e outros. Durante o governo Collor (1990-1992), no âmbito político partidário, o PMDB declarou-se oposição ao governo. O partido não participou de nenhum gabinete ministerial e, quando começaram a surgir às denúncias de corrupção no governo Collor, o partido esteve na linha de frente dos que defendiam o *impeachment* do presidente.

O PMDB havia se esfacelado nas eleições de 1989, com os diversos grupos regionais aliando-se a candidatos de outras siglas, principalmente o ex-peemedebista Fernando Collor (muitos inclusive migraram para o partido de Collor, o PRN). O candidato natural do PMDB era sua maior liderança, desde o início dos anos 1970, Ulysses Guimarães. No entanto, quando finalmente chegara o momento de sua afirmação política, Ulysses estava desgastado por anos de presidência do partido, sendo o para-raios dos diferentes grupos políticos que faziam parte do PMDB. Os anos de constituinte lhe renderam notoriedade e popularidade, não obstante, internamente Ulysses e suas relações com o grupo quercista estivessem deteriorados, assim como com os membros do Centrão, no PMDB. Acabou isolado durante sua campanha eleitoral e o PMDB em crise.

O candidato que chegou a rivalizar com Ulysses a indicação do partido, Orestes Quércia (então governador de São Paulo, eleito em 1986), era o preferido da FIESP antes da campanha eleitoral de 1989, assim como de milhares de prefeitos do PMDB pelo Brasil, que faziam parte da Associação de Prefeitos criada por Orestes Quércia, ainda na década de 1970, a qual defendia a descentralização de recursos e maior autonomia dos municípios na gestão financeira, o Movimento Municipalista.⁴⁰⁷ Na 9ª Convenção Nacional do PMDB do dia 22 de março de 1991, a ascensão do ex-prefeito de Campinas, que simbolizava o político bom de voto e pouco intelectualizado, que foi ganhando força no PMDB, a partir do crescimento exponencial do partido à Presidência do mesmo.

Quércia nasceu em 1938, na região de Campinas, mais precisamente na cidade de Pedregulho. Foi ativo politicamente no Colégio onde se formou, em Campinas. Depois concluiu faculdade de direito na mesma cidade. Na virada das décadas de

⁴⁰⁷ BIANCHI, Álvaro. *op.cit.* p. 186.

cinquenta para sessenta, foi locutor das rádios Cultura e do Brasil, tornando-se popular e ingressando-se na política, elegendose vereador em Campinas, pelo Partido Libertador. Com o bipartidarismo imposto pela ditadura, filiou-se ao MDB e foi um dos primeiros prefeitos eleitos pelo partido, por voto direto, em 1968. Chamou a atenção do país ao desenvolver projetos urbanos com a UNICAMP, os quais mudaram a cidade de Campinas, além de urbanizar núcleos de habitação popular e criar a Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas. De estilo menos formal que os parlamentares que caracterizavam o MDB, nos anos 70, elegeu-se senador, em 1974, e foi eleito Vice-Governador de São Paulo, na chapa com Franco Montoro, em 1982, criando a frente municipalista, reunindo cerca de 300 diretórios e obtendo apoio de 75% da ALESP.⁴⁰⁸ Sua eleição preconizava aquilo que estava sendo preparado, sua candidatura à Presidência do PMDB, em 1994, e quando foi eleito presidente da sigla, tudo indicava que poderia dar certo.

Dos 247 convencionais com direito a 332 votos, Orestes Quércia foi eleito presidente do PMDB com por 328 votos, junto com a nova executiva e o diretório nacional.⁴⁰⁹ Enquanto a composição do diretório expressava a heterogeneidade do partido em termos de classe, ideologias e particularidades regionais, a executiva nacional expressava o aumento do poder político de Orestes Quércia internamente no partido.⁴¹⁰ Era a materialização de outra mudança dentro do PMDB, em relação às suas características dos anos de MDB, na ditadura. Um partido em que sua cúpula decisória deixava de ser eminentemente parlamentar, de acordo com bandeiras unificadoras, democráticas, para se tornar uma cúpula decisória, legitimada pela popularidade e cargos ocupados, principalmente nos executivos, estaduais e municipais. Estes possuíam, além da visibilidade do cargo para atrair apoios, como também uma infinidade de cargos de segundo e terceiros escalões para indicações políticas. Além disso, havia também os apoios políticos no Estado restrito, como na sociedade civil favoreceram a ascensão ao poder de políticos bons de voto que se sobressaiam ao programa partidário. Isso tornava os debates internos e programas do PMDB ainda mais destoantes da prática governamental de seus quadros públicos com mandatos. Sua eleição para a presidência do PMDB era um movimento para a construção da candidatura, de Quércia, em 1994.

⁴⁰⁸ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/orestes-quercia>>. 04/7/2016.

⁴⁰⁹ PMDB – Convenção Nacional Livro I. p.52.

⁴¹⁰ Vamos fazer uma análise das executivas nacionais do PMDB na década de 1990 na segunda parte do capítulo.

Por ter as maiores bancadas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o PMDB tinha como “premissa” indicar seus representantes para a presidência das duas casas legislativas. Quando o governo Collor tomou posse, em março de 1990, o presidente da Câmara dos Deputados era Paes de Andrade e, no Senado, Nelson Carneiro. Paes liderou e seguiu a indicação do PMDB, em oposição ao governo, o mesmo não foi feito por Nelson Carneiro, senador pelo Rio de Janeiro, que se tornou no primeiro ano de governo Collor, seu principal aliado no parlamento.

Uma das medidas propostas pelo PMDB na oposição ao governo Collor, foi o chamado “Projeto Jobim”, apresentado pelo Senador e Líder do PMDB, que restringia o número de medidas provisórias do executivo, com claro intuito de constranger Collor e seu ímpeto por medidas de impacto. No ano de 1991, ocorreram eleições para ambas as casas legislativas. Novamente os presidentes eleitos eram do PMDB, por ter a maior bancada. Foi eleito o deputado Ibsen Pinheiro e, no Senado, Humberto Lucena. O ano de 1992 começou com a baixíssima popularidade de Collor, tanto nas classes subalternas, agonizando diante ao desemprego e inflação generalizadas, como nas classes dominantes, sofrendo com a instabilidade econômica e inoperância do governo, embora estas últimas estivessem, como indicou Bianchi, cada vez mais convencidas da saída neoliberal para a crise brasileira, no início dos anos 90. Collor e seu núcleo duro ainda tentaram uma reforma ministerial e “novas rodadas” de indicações de cargos comissionados, conseguindo a adesão do PTB, PL, e PDS, no entanto, ainda não possuíam maioria no legislativo.

Quando começaram a aparecer as primeiras denúncias contra o tesoureiro de campanha de Collor, Paulo César Farias, o governo ficou ainda mais acuado e perdendo aliados, entre eles Renan Calheiros. Diante da forte repercussão das denúncias perante a opinião pública, foi criada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito no Congresso Nacional, tendo como relator o deputado Paes de Andrade, do PMDB e, como presidente, Benito Gama, do PFL. A partir daí, em “efeito manada”, foram surgindo denúncias de corrupção envolvendo PC Farias e Collor, até a *histórica* entrevista do irmão de Fernando Collor, Pedro, à revista Veja. Nesta entrevista, Pedro Collor contou os bastidores das campanhas de Collor e as ações criminosas de seu braço direito, PC, dentro e fora do governo. A entrevista caiu como uma bomba na opinião pública, gerando um clamor até então inédito na população, principalmente os estudantes, que foram às ruas exigir o impeachment do Presidente da República.

O papel do PMDB no impeachment foi decisivo para a sorte de Collor. Humberto Lucena e Ibsen Pinheiro, atendendo o clamor da mídia, da sociedade e do relatório da CPMI de PC Farias, deram celeridade aos processos e, na véspera do Senado votar o crime de responsabilidade de Fernando Collor, o mesmo renunciou ao cargo do qual já estava suspenso desde outubro de 1992. Com o *impeachment*, a presidência da República foi assumida pelo *ex-emedebista* Itamar Franco. Itamar era da mesma geração de políticos como Orestes Quécia. Itamar Augusto Cautiero Franco nasceu em 1931, na cidade de Juiz de Fora (MG), formou-se em engenharia civil e eletrotécnica, posteriormente trabalhou no IBGE, no Departamento Nacional de Obras e Saneamento e no SESI. Concorreu a vereança em 1954, pelo PTB, mas não foi eleito. Em 1960 concorreu a vice-prefeito e também perdeu. Em 1966, já no MDB, elegeu-se prefeito de Juiz de Fora, uma das cidades mais importantes do interior do país, e que ainda tinha eleições diretas para prefeito, escapando do crivo da lei de segurança nacional, assim como Quécia, em Campinas. Itamar se tornou prefeito por mais um mandato em Juiz de Fora, no início dos anos 70, e, em 1974, elegeu-se senador. Chegou a fazer parte do chamado Grupos dos Autênticos do MDB. Em 1986, quando foi preterido da indicação do PMDB para o governo do estado de Minas Gerais para Newton Cardoso, Itamar deixou o partido e foi candidato pelo PL. Em 1989, foi convidado por Collor para ser seu candidato a vice.⁴¹¹

Não havia afinidades políticas entre Collor e Itamar, havia unidade de interesses. Os primeiros sinais de discordâncias entre os dois ocorreram em meados de 1991, quando Itamar criticou a privatização da Usiminas e o programa de privatizações, pouco depois recuou das declarações, mas articulou politicamente com o PDT e o procurador-geral de Minas Gerais para postergar, ao máximo, a privatização da Usiminas. Itamar Franco também criticou a política salarial do governo Collor, entrando em atrito com a equipe econômica do governo. Após a reforma ministerial de Collor, em abril de 1992, numa clara tentativa de se reposicionar politicamente e defender-se das denúncias de corrupção, Itamar deixou o PRN, criticando o caráter conservador do novo ministério. Na verdade, Itamar estava buscando apresentar-se como solução para a crise política afastando-se de Collor.⁴¹²

⁴¹¹ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/itamar-augusto-cautiero-franco>>. 04/7/2016.

⁴¹² <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/itamar-augusto-cautiero-franco>>. 04/7/2016.

No Congresso, durante o processo de impeachment, foi sendo articulada uma coalizão de partidos, para dar sustentação ao governo de Itamar Franco, com a liderança de parlamentares do PSDB, PFL, PMDB, PDT, PSB. A imagem de Collor havia sido desconstruída de forma tão rápida como a construção marqueteira da mesma. A imagem de homem simples de Itamar foi bem recebida pela população, que propôs um governo de união nacional. Aumentou o número de pastas ministeriais, para a “grita” da banca do estado mínimo, e formou uma equipe heterogênea de ministros, indicando uma composição com diversos setores da sociedade, diferente de Collor, que priorizou representantes e apologistas conservadores do grande capital.⁴¹³

Uma análise um pouco mais minuciosa dos ocupantes dos ministérios confirma a hipótese levantada no parágrafo anterior. A começar pelo Ministro do Trabalho, Walter Barelli. Este economista foi diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), de 1968 a 1990, e um crítico da via neoliberal. Quando assumiu o posto de ministro, era professor da UNICAMP. Após cursar administração de empresas na FEA/USP (onde militou na JUC), Barelli cursou pós-graduação em Sociologia do Desenvolvimento com o professor Otávio Ianni. Seu trabalho final intitulado “Inflação e Reivindicações Trabalhistas”. O trabalho foi transformado em artigo, que acabou abrindo caminho para seu ingresso no Dieese, instituto que foi fundamental na denúncia de fraudes nos índices de inflação dos anos setenta e oitenta, e no embasamento dos sindicatos para as negociações salariais e embates políticos.⁴¹⁴

⁴¹³ “Itamar foi criticado por escolher nomes de seu círculo de amigos, sem expressão política nacional, como Paulo Roberto Haddad (ligado ao PSDB-MG) para o Planejamento, Murílio Hingel (PMDB-MG) para Educação e Henrique Hargreaves (PFL-MG) para o Gabinete Civil. Para as demais pastas, as indicações, com exceção das militares, foram feitas pelos partidos que estavam apoiando o governo: Alberto Goldman (PMDB-SP) para os Transportes; Alexandre Costa (PFL-MA) para a Secretaria de Integração Regional; Antônio Brito (PMDB-RS) para a Previdência Social; Antônio Houaiss (PSB-RJ) para a Cultura; Fernando Coutinho Jorge (PMDB-PA) para o Meio Ambiente; Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) para Relações Exteriores; Gustavo Krause (PFL-PE) para a Fazenda; Hugo Napoleão (PFL-PI) para Comunicações; Jamil Haddad (PSB-RJ) para a Saúde; Israel Vargas para Ciência e Tecnologia; José de Castro Ferreira para a Consultoria Geral da República; José Eduardo Andrade Vieira (PTB-PR) para Indústria e Comércio; Jutai Magalhães (PSDB-BA) para o Bem-Estar Social; Lásaro Barbosa (PMDB-GO) para Agricultura; Mário César Flores para a Secretaria de Assuntos Estratégicos; Maurício Correia (PDT-DF) para a Justiça; Mauro Durante para a Secretaria Geral da Presidência; Paulino Cícero (PSDB-MG) para Minas e Energia; Pedro Simon (PMDB-RS) para a Coordenadoria Política, e Válder Barelli (simpatizante do PT-SP) para o Trabalho. Os ministros militares foram Zenildo Zoroastro de Lucena, do Exército, Ivan Serpa, da Marinha, Lélvio Viana Lobo, da Aeronáutica, Fernando Cardoso, do Gabinete Militar, e Antônio Luís da Rocha Veneu, do Estado-Maior das Forças Armadas.” <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/itamar-augusto-cautiero-franco>>. 04/7/2016.

⁴¹⁴ <http://memoria.dieese.org.br/museu/nossas_historias_menu/walter-barelli>. 04/7/2016.

No Ministério dos Transportes foi escolhido Alberto Goldman. Figura histórica do PMDB, Goldman era conhecido por sua atuação no PCB. Porém, não se afastou do PMDB quando os comunistas voltaram a legalidade em 1985. Era tido como um político de centro-esquerda. Formado em engenharia e pós-graduado em ciências políticas pela USP, exerceu cargos nos governos paulistas de Franco Montoro e Orestes Quéricia. Estava prestes a abraçar o projeto neoliberal no Brasil e ser um de seus principais líderes.

No Ministério das Relações Exteriores, Itamar convidou Fernando Henrique Cardoso. Era um dos principais quadros políticos do PMDB durante a transição política dos anos oitenta. Como sociólogo, desenvolveu trabalhos sobre o empresariado brasileiro e latino americano e lecionou na USP e na França. Nos anos setenta aprofundou sua luta política no MDB/PMDB e foi uma das lideranças nas lutas pela anistia e eleições diretas. Foi eleito senador em 1978, com apoio dos metalúrgicos do ABC paulista. Senador na Constituinte, Fernando Henrique foi um dos principais adversários políticos de Sarney no PMDB, mesmo começando o governo como líder no senado. Era um dos líderes de uma corrente parlamentar na constituinte tida como “a esquerda do PMDB”, mas que, no final, negociou diversos direitos sociais e trabalhistas com o Centrão, em rebaixamentos desses direitos. Com a vitória do mandato de cinco anos para José Sarney, ele e outros 37 parlamentares deixaram o PMDB e fundaram o PSDB, em 1988. Em 1993 assumiu o Ministério da Fazenda, em seu lugar, assumiu Luiz Felipe Palmeira Lampreia. Lampreia era sociólogo formado pela PUC/RJ e diplomata formado pelo Instituto Rio Branco. Serviu como embaixador em Suriname, Portugal e Suíça. Era secretário executivo do ministério, quando FHC assumiu a Fazenda.⁴¹⁵

Dentre os Ministros da Fazenda, o primeiro a ser escolhido foi Gustavo Krauze Gonçalves Sobrinho. Nascido em Pernambuco, formou-se em direito pela UFPE, em 1968. Vindo de uma família de políticos de Pernambuco, em 1970 foi nomeado auditor fiscal em Recife. Em seguida foi secretário estadual de fazenda de Pernambuco, na segunda metade da década de 1970. Em 1979, o então governador biônico de Pernambuco, Marco Maciel, indicou Krauze para a prefeitura de Recife, sendo ele

⁴¹⁵ Posteriormente, nos anos 2000, foi Presidente do Conselho de Relações Exteriores da FIRJAN membro dos conselhos de várias empresas internacionais de consultoria em planejamento estratégico, como McLarty Associates e Oxford Analytica, empresas industriais, como Partex Oil and Gas, Souza Cruz e Coca-Cola, e do banco português Caixa Geral de Depósitos. Para saber mais: LAMPREIA, Luiz Felipe. Luiz Felipe Lampreia (depoimento, 2008). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010.

filiado à Arena. Do PDS, saiu na Frente Liberal para apoiar Tancredo Neves, e foi eleito governador pelo PFL, em 1986. Era deputado federal da base de apoio de Collor e um dos principais parlamentares do PFL, até que quando as denúncias contra PC Farias e Collor se avolumaram, ele e outros parlamentares ganharam notoriedade em depoimentos na CPMI, “encarnando” a indignação da população e atraindo notoriedade da opinião pública. A frente do ministério propôs medidas contra a recessão e a política fiscal, sendo um dos mentores do imposto sobre transações financeiras. Defendeu políticas compensatórias para amenizar os impactos da recessão, além da renegociação das dívidas dos estados e municípios. No entanto, não durou mais de dois meses no cargo. Krauze era a favor da aceleração das privatizações, ao contrário do presidente, e pela decisão de congelar o preço de tarifas públicas.⁴¹⁶ Foi substituído interinamente por Paulo Haddad. Depois por Eliseu Rezende, mineiro da cidade de Oliveira.

Rezende era formado em engenharia, era professor da UFMG e do Instituto de Pesquisas Radioativas da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais. Veio a assumir também o cargo de pesquisador do Instituto de Ciências Matemáticas da Universidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, e a chefia do Departamento de Engenharia do Banco de Crédito Real, no início dos anos sessenta. Quando retornou ao Brasil foi nomeado diretor-geral do Departamento Estradas e Rodagens (DER), em 1965. Ficou no cargo até 1967, quando foi assumir um cargo no Conselho Estadual de Desenvolvimento de Minas Gerais. Mas Costa e Silva o nomeou diretor-geral do DNER. Rezende foi responsável, ao longo dos anos setenta, por obras como a transamazônica e o sucateamento da malha ferroviária e o transporte de passageiros sobre os trilhos, bem como milhares de obras faraônicas inacabadas. Nos anos oitenta foi candidato ao governo de Minas Gerais pelo PDS. Derrotado e acusado de favorecimentos no DNER, passou a ocupar cargos em diversas estatais petroquímicas no nordeste.⁴¹⁷ No governo Collor foi diretor de Furnas, membro da Nuclen (Conselho de Administração da Nuclebrás Engenharia S.A.). No governo Itamar seu primeiro

⁴¹⁶ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gustavo-krauze-goncalves-sobrinho-1>>. Visto: 04/7/2016.

⁴¹⁷ “Eliseu Resende foi presidente das Empresas Petroquímicas do Brasil S.A. (1983) e do Conselho de Administração da Companhia Petroquímica de Camaçari (1985); membro dos conselhos de administração da Companhia Petroquímica do Nordeste S.A. (1985), da Companhia Petroquímica da Bahia (1985), da Salgema Indústrias Químicas (1986), da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira (1987) e da Companhia Vale do Rio Doce (1990); e diretor-presidente da Odebrecht Mineração e Metalurgia S.A. (1987). De 1983 a 1990, trabalhou também como funcionário da empreiteira Odebrecht, tendo ocupado a vice-presidência da empresa em 1986 e em 1989.” <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eliseu-resende>>. 04/7/2016.

cargo foi à presidência da Eletrobrás. Assumiu o Ministério da Fazenda, mas não resistiu a denúncias de favorecimento à empreiteira Odebrecht.⁴¹⁸

No Ministério da Fazenda ainda iam assumir Fernando Henrique Cardoso, o jurista Rubens Ricupero e Ciro Gomes. No Ministério da Agricultura foi escolhido Lázaro Ferreira Barbosa. Goiano de Orizona e filho de agricultores. Lázaro Barbosa entrou para a política como secretário da Prefeitura de Petrolina (GO). Aos 18 anos, na década de 1960, filiou-se do PSD. No bipartidarismo da ditadura civil-militar, ingressou no MDB. Assumiu o senado em 1975, como suplente de senador. Muito ligado ao também goiano e agropecuarista, então governador de Goiás, Iris Rezende, foi nomeado, na década de 1980, secretário estadual de agricultura e secretário estadual de minas e energia. Nas eleições de 1989 organizou o PRN em Goiás, no mesmo ano foi afastado da secretaria de agricultura, acusado de mau uso de verbas da pasta. Elegeu-se deputado federal em 1990 e, após o impeachment de Collor, foi indicado por Iris Rezende a Itamar Franco.⁴¹⁹

No Ministério da Indústria, Comércio e Turismo – uma criação de Itamar Franco para filtrar a pressão do grande empresariado nacional – o escolhido foi José Eduardo de Andrade Vieira. Paranaense de origem libanesa, seu pai, Avelino Vieira, fora prefeito de Tomazina, sua cidade natal, e deputado estadual, além de Membro do Conselho do Tesouro Nacional no governo ditatorial de Emilio Garrastazu Médici. Além disso, seu pai foi fundador do Banco Bamerindus e proprietário de terras. Todos os irmãos do ministro seguiram carreira no sistema bancário e na agricultura. José Eduardo Andrade Vieira não foi diferente, seguiu carreira no conglomerado financeiro da família até o final da década de 1980, quando, usando sua imagem de “administrador eficiente”, “técnico”, “apolítico”, projetou-se politicamente como liderança empresarial e ingressou no PRN, em apoio a Fernando Collor. Elegeu-se senador pelo Paraná, em 1990, dessa vez filiado ao PTB. Com belo senso de oportunidade, em setembro de 1991, foi um dos primeiros parlamentares a pedir o afastamento de Collor da Presidência da República.⁴²⁰ Maurício José Correa foi o escolhido por Itamar Franco para o Ministério da Justiça. Oriundo de família pobre, Maurício Correa formou-se em direito, em 1960, e mudou-se para Brasília. Em 1976 tornou-se membro do Instituto dos Advogados Brasileiros de Brasília, três anos depois, tornou-se presidente da entidade. Este era o período mais

⁴¹⁸ *Idem.*

⁴¹⁹ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lazaro-ferreira-barbosa>>. 04/7/2016.

⁴²⁰ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vieira-jose-eduardo-de-andrade>>. 04/7/2016.

agudo de luta pela anistia e de volta dos exilados. Maurício Correa também foi o primeiro presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB. Nos anos oitenta filou-se ao PDT e elegeu-se senador duas vezes pelo Distrito Federal. Na CPMI, que investigou PC Farias e o governo Collor, Mauricio foi o vice-presidente da comissão. Era amigo pessoal do presidente Itamar Franco. No início de 1993, Maurício Corrêa tornou-se o articulador político do governo Itamar Franco. Seu papel era ser o elo do presidente da República, com o Congresso, com os empresários e demais setores da sociedade civil organizada.⁴²¹

Portanto, tendo em vista a trajetória profissional, política e de classe dos principais nomes do primeiro escalão de Itamar Franco, vemos maior pluralidade de forças políticas representadas. Havia desde simpatizante do PT, como Walter Barelli, a banqueiro e agropecuarista brasileiro, como José Eduardo Andrade Vieira. No governo de Itamar Franco cabia liderança histórica na luta pelos direitos humanos no Brasil e ativas lideranças políticas civis da Arena e do PDS, inclusive antigos apoiadores de Collor. No entanto, não podemos cair na armadilha de caracterizar um governo de unidade nacional, em que as mais diversas frações de classe repartiriam o poder. Os postos-chave da economia estavam mantidos com as classes dominantes, notadamente o setor financeiro. O que Itamar fez, e habilmente, foi absorver demandas sociais que se agudizaram com o governo Collor, ao voltar, por exemplo, com o Ministério da Cultura e nomear um representante de sindicatos de trabalhadores assalariados para o Ministério do Trabalho. Em seu governo o ritmo das privatizações diminuiu, mas não parou.

O PMDB fora o partido de maior participação no governo Itamar. Foram indicados quatro de seus quadros para compor o ministério, fora a liderança do governo no Congresso Nacional e indicações para cargos comissionados de segundo e terceiros escalões.⁴²² As disputas por espaço no interior do PMDB não foram poucas, os jornais da época evidenciaram as disputas mais notórias.⁴²³ Em reunião do Conselho Nacional do PMDB – criado na virada da década – a cúpula partidária decidiu sobre o

⁴²¹ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-mauricio-correia>> 04/07/2016.

⁴²² MENEGUELO, Rachel. *op.cit.* p. 127.

⁴²³ “Em setembro de 1993 o governador de São Paulo, Luis Antonio Fleury Filho, do PMDB, rompeu com o governo federal por ocasião da demissão de um membro do PMDB paulista da presidência do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Parece correto sugerir que essa medida corroborava a tendência ao afastamento do PMDB da área mais estreitamente vinculada à política econômica, como foi apontado anteriormente com relação aos ministérios da Fazenda e do Planejamento. Apesar da ruptura do governo paulista com o governo federal, no mesmo mês o Conselho Nacional do PMDB decidiu em reunião a manutenção do apoio ao governo Itamar Franco (Jornal *O Estado de São Paulo*, 28/8/93, p. A8 e 17/9/93, p. A3; Jornal *Folha de São Paulo*, 12/9/93, p. A4). MENEGUELO, Rachel. *op.cit.* p. 129.

posicionamento do partido perante o governo Itamar, justamente por esses conflitos de interesse na ocupação de postos dentro do aparelho de Estado. Jarbas Vasconcelos, então prefeito de Recife, em ata, afirmou que não estava no governo (federal) e que as manchetes nos jornais sobre a disputa de cargos eram com o intuito de prejudicar o partido. Luiz Henrique, deputado federal por Santa Catarina, e que fora eleito presidente da sigla, em 1993, levou, em reunião com o presidente Itamar, os “descontentamentos” do partido, e o presidente teria relembrado de bons momentos no PMDB e que gostaria de contar com o apoio do PMDB.⁴²⁴ Trocando em miúdos, o que ocorria, em linhas gerais, era a disputa por espaços no governo, que abririam caminho para prestígio político e também maior “capacidade” de atrair financiadores de campanha para si e para seus grupos políticos. Ao final da reunião, a manutenção do apoio ao governo Itamar, no PMDB, obteve 25 votos dos conselheiros. Outros 22 conselheiros votaram pela “independência” do partido perante o governo.⁴²⁵

Também havia dentro do PMDB forças políticas que almejavam certa distância do governo para, assim, construir a candidatura própria do partido, nas eleições presidenciais de 1994. No mesmo mês de setembro de 1993 o partido lançou propostas para o novo programa do PMDB. O grupo de trabalho formado para essa empreitada era composto pelos Senadores José Fogaça, Ronan Tito, Gilberto Miranda e pelos deputados Chico Amaral, Haley Margon, Luis Roberto Ponte, o professor João da Silveira os doutores Paulo Rogêdo e Wadico Bucchi.⁴²⁶ Em sua integralidade o plano propunha reformas constitucionais “para consolidar a democracia”. Na parte sobre os poderes do Presidente da República, o PMDB defendia a retirada do direito do presidente emitir medidas provisórias e sugeria que a indicação dos ministros deveria ser aprovada pelo Senado, antes de confirmada. Na parte da reforma judiciária e administrativa, defendiam entre outras mudanças, a contratação exclusiva de servidores por concurso público, a eliminação da indicação política na administração pública indireta e a defesa da estabilidade. Sobre representação política, o programa do PMDB, defendia que o financiamento público (“fosse predominantemente público”), “e no qual

⁴²⁴ PMDB – Conselho Nacional. (21/9/93). p.04.

⁴²⁵ *Idem.* p. 05.

⁴²⁶ Colaboradores especiais: prof. Carlos Lessa; Luiz Gonzaga Belluzzo, Prof. João Manuel Cardoso de Melo; Doutor José Machado de Campos Filho; Embaixador Paulo Nogueira Batista. Colaboradores: Dr. Alípio Castelo Branco; Jornalista Angela Carrato; Dr. Antonio Sérgio Ribeiro, Dr. Domingos Giroletti, Dra. Joamar de Mello Cunha, Dr. José Antônio Silva Filho, Prof. Luciano Coutinho, Dr. Mario Carlos Beni, eng. Paulo Bezerril Júnior, Dr. Paulo Emílio Coelho Lott, Dr. Pedro Autran da Mata e Albuquerque, Dr. Túlio Vieira da Costa. *Democracia: propostas para o novo programa do PMDB (1993)*. Acervo Fundação Ulysses Guimarães.

o privado seja admitido às claras, como caráter complementar, tanto para o partido como para o candidato.”⁴²⁷ Sobre a reforma do estado, o programa defendia o fim dos monopólios estatais e privatização, com manutenção da soberania.⁴²⁸

No ano de 1994, este programa foi acrescido de mais 7 emendas, tecendo críticas à “avalanche neoliberal que pretendem destruir os estado brasileiro em nome do ajuste interno.” Assim, o PMDB se definia como “um partido comprometido com a soberania nacional, com a busca da liberdade, com organização popular.”⁴²⁹ O PMDB participava do governo Itamar, mas procurava se distanciar daqueles elementos menos populares da política governamental, como a privatização das estatais. A tática era para turbinar sua candidatura própria para o ano de 1994.

Concomitante ao início do período pré-eleitoral, em que os partidos começam a se movimentar no intuito de escolher candidatos e selar coligações, o governo federal preparou outro plano econômico, com vistas a estabilizar a economia e combater a hiperinflação. Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda em maio de 1993. Alguns dos chamados, na década de 1980, de “economistas críticos” já estavam ocupando postos-chave, como Pedro Malan e Edmar Bacha, no aparelho de estado brasileiro e organismos econômicos internacionais.⁴³⁰ Estes eram chamados

⁴²⁷ *Idem.* p.12.

⁴²⁸ *Idem* p.22.

⁴²⁹ Democracia com desenvolvimento: um novo programa doutrinário do PMDB mai/1994. “Princípios básicos: 1) O PMDB tem compromisso fundamental com a democracia, principio primordial e inarredável. A inspiração central do Programa do Partido sempre foi a de lutar pela democratização da vida brasileira nos planos políticos, social e econômico. A democracia é instrumento insubstituível para assegurar dignidade humana e justiça. É importante evitar retrocessos políticos, consolidar e aprofundar as conquistas democráticas; 2) O PMDB pretende continuar sendo a expressão política da maioria da população brasileira, oprimida e explorada por um regime econômico voltado para a satisfação de uma pequena minoria. Identifica-se, primordialmente com as lutas e os interesses da grande massa dos marginalizados e excluídos; 3) o PMDB defenderá, intransigentemente, o interesse nacional concebido como interesse do povo brasileiro na preservação do território e da soberania nacional, no fortalecimento da autonomia cultural, da capacidade produtiva e comercial e na defesa dos demais objetivos estratégicos do País; 4) O PMDB é um partido de massas, que continuará atuando permanentemente, em todos os lugares onde os brasileiros moram e trabalham, e não somente nos Poderes Executivo e Legislativo. É uma organização que vincula os movimentos sociais e reivindicatórios à vida política sem tutelá-los; 5) O PMDB, dentro dos limites da sua linha programática assegura a seus filiados liberdade de atuação no âmbito de suas atividades profissionais e de sua militância junto aos movimentos de massa. Os filiados ao PMDB terão representação nos órgãos que elaboram as políticas do Partido, as quais, livremente discutidas, quando aprovadas deverão ser praticadas por todos; 6) O PMDB admite divergências entre seus membros e a existência de correntes de opinião, desde que estas não ponham em risco sua unidade, estrutura e sobrevivência.” Democracia com desenvolvimento: um novo programa doutrinário do PMDB mai/1994. p.2.

⁴³⁰ Malan: cargo de diretor da divisão de análise de políticas e pesquisas do centro de empresas transnacionais da ONU, diretor do departamento de economia internacional e assuntos sociais da ONU, diretor executivo do Brasil e outros países no Banco Mundial, presidente do Banco Central, entre outros cargos. Edmar Bacha: presidente do IBGE, membros consultor da ONU. In: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-sampaio-malan>>.

dessa forma por criticarem a equipe econômica durante a ditadura. A principal polêmica destes economistas com os economistas do governo ditatorial era que, enquanto os governistas defendiam a tese do “crescimento do bolo”, para a posterior distribuição (leia-se de renda), para os “críticos” essa tese era, evidentemente, estapafúrdia. E ainda, no início dos anos oitenta, estes economistas criticaram as medidas recessivas de Delfim Netto, que antecipavam exigências que o Fundo Monetário Internacional faria, em um futuro acordo com o fundo. Defendiam, nos anos oitenta, medidas que estimulassem o crescimento econômico. Após o fracasso do Plano Cruzado, de 1986, a maioria destes economistas foi aderindo às medidas ortodoxas, ao receituário neoliberal e ao financismo, tornando-se eles próprios, banqueiros.

A equipe formuladora do plano foi composta por André Lara Resende, Edmar Bacha, Francisco Lopes, Gustavo Franco, Pedro Malan, Pérsio Arida, Winston Fritsch e Clóvis Carvalho, secretário-executivo do Ministério da Fazenda.⁴³¹ A implementação do *Plano Real* foi dividida em 3 partes, como descreveu Álvaro Bianchi: 1ª fase: 07/12/1993: momento de “âncora fiscal” por meio de um ajuste que teve como principal medida a criação do fundo social de emergência. Resultado: Elevação dos impostos federais em 5%, a recriação do imposto provisório sobre movimentação financeira (IPMF), um corte de 40% nas despesas correntes e a diminuição de transferências para Estados e Municípios. 2ª Fase: 01/03/1994. Criada a URV (Unidade de Referência de Valor), utilizada para converter compulsoriamente os salários com base na média do salário real prevalente no período imediatamente anterior. Os preços e contratos foram gradativamente transformados nessa nova unidade de conta. Em maio e junho de 1994, essa conversão permitiu uma indexação diária dos salários, câmbio, preços e “hiperinflação” programada. 3ª Fase: a partir de 1º de julho de 1994 houve a transformação da URV em Real e a fixação da taxa de câmbio em U\$1 = R\$ 1. A sobrevalorização do Real foi o ponto de partida dessa fase. Desindexação, em 1995, ocorreu prioritariamente nos salários dos funcionários públicos, que foram congelados.⁴³²

Subsequentemente, em março de 1994, Fernando Henrique deixou o ministério para concorrer à eleição à Presidência da República. A eleição de FHC dependia do sucesso do plano. Isso foi dito em todas as letras pelo ministro sucessor de FHC na

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edmar-lisboa-bacha>>, visto em: 18/01/2017.

⁴³¹ No período que analisarmos o governo FHC iremos mais a fundo sobre quem são estes economistas.

⁴³² BIANCHI, Álvaro. *op.cit.* p.235-236.

Fazenda, Rubens Ricupero, em um vazamento, ao vivo, dos bastidores de uma entrevista que o mesmo dera ao Jornal da Globo, em setembro de 1994. Ricupero caiu, o caso foi abafado e FHC venceu no primeiro turno. O último ministro da fazenda de Itamar foi o então governador do estado do Ceará, o economista Ciro Gomes, na época no PSDB.

Muito se tem discutido sobre quem é o “pai do plano real”. Durante a campanha eleitoral de 1994 foi construída uma versão de que o plano era uma construção de FHC, claro. Anos depois, quando Itamar e FHC não eram mais aliados políticos, “essa disputa de memória”.

Presidente de 1992 a 1995, Itamar chamou para si a responsabilidade política pela implantação do real, em 1994, e ressaltou o papel de outros políticos e economistas. “O grande ministro do real chama-se Ricupero e, em seguida, Ciro. E depois houve Paulo Haddad, Eliseu Rezende. O plano não é só de um ministro. E é preciso lembrar que o plano real foi assinado pelo Presidente da República.”

Na entrevista, Itamar, lembrou que, pouco antes da implantação do plano, o então Ministro da Fazenda Rubens Ricupero o procurou para dizer que a equipe econômica temia pelo plano real porque não conseguiu chegar a um acordo sobre o câmbio. Também temia as consequências políticas, por conta das eleições presidenciais, que seriam realizadas naquele ano. “Eu disse para ele resolver a parte técnica porque eu iria implantar o plano no dia 1º de julho. Ele disse “tecnicamente eu resolvo” e eu respondi: “politicamente resolvo eu””.⁴³³

Para a sucessão de Itamar Franco, no PMDB, o candidato “natural” era Orestes Quércia. Boa parte da trajetória política de Quércia já foi abordada ao longo dos primeiros capítulos desta tese. Não obstante, é importante ressaltar que este período marcava sua ascensão definitiva de, então, quase 30 anos de vida pública. Marcava também uma diferença importante com o MDB/PMDB do passado. De partido iminentemente parlamentar, o MDB passou, ao longo dos anos setenta, a ter internamente um peso cada vez maior dos diretórios regionais e municipais (à medida que o partido vencia eleições para prefeituras), e legislativos municipais e estaduais. A ascensão de Quércia corresponde a isso à geração de políticos bons de voto, popularizados por administrações voltadas para execução de obras de infraestrutura (diante da precária ou inexistente) e discurso voltado à população mais carente.

Quércia surgiu na política na cidade de Campinas, nos anos sessenta. Uma região que passava a concentrar indústrias de grande porte, após ser a cidade-centro da

⁴³³ <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,itamar-diz-que-psdb-nao-e-o-pai-do-plano-real,396314>> 05/7/2016. 1º julho de 2009.

acumulação de capital oriundo do café e da imigração europeia, no chamado “oeste paulista”. Trata-se de uma região que passava por intensas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, ao longo de todo século XX. Chegou à política após ser radialista, e, como prefeito de Campinas, teve uma gestão marcada por obras de infraestrutura, como saneamento básico, urbanização de áreas de posse dos proletários industriais, muitos chegados do nordeste brasileiro, Quércia marcou a época e chegou a ser apontado como símbolo “da nova política” na virada das décadas de 1960/1970.

Essa popularidade conquistada o fez alçar voos políticos ainda maiores. Foi eleito senador por São Paulo, em 1974, depois foi eleito vice-governador na Chapa de Franco Montoro, em 1982, e, em 1986, governador de São Paulo. Após ser eleito senador, Quércia liderou um movimento político chamado de “Municipalista”. Este grupo defendia a descentralização das receitas federais e estaduais para os municípios, auferindo a eles maior autonomia. Explicitamente essas ideias ecoavam na cabeça da maioria dos prefeitos do país, e claro, Quércia conseguiu agregar centenas de políticos ao seu grupo, principalmente no interior de São Paulo. A vitória de Franco Montoro se deve muito pela capilaridade de Quércia no interior paulista, pois Montoro teve sua vida política e sua influência toda na cidade de São Paulo.

Outro ponto importante da construção política de Orestes Quércia foi sua relação com a sociedade civil organizada. Mesmo sem ter entrado para a política como “representante”, “porta-voz” ou “intelectual orgânico” de uma classe, ao longo de sua trajetória política, Quércia foi tecendo redes de apoio e defendendo bandeiras de certos setores da sociedade. Concomitante a sua ascensão política, Quércia se tornou grande proprietário rural no interior paulista.⁴³⁴ Nos anos setenta chegou a presidir a Comissão de Agricultura do Senado Federal. Além da rede municipalista estreitou laços com a FIESP, nos anos 1980, e com economistas da UNICAMP, que também eram filiados do PMDB, como Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manuel Cardoso do Mello, que foram seus secretários.

Orestes Quércia, quando foi candidato do PMDB ao governo do Estado de São Paulo, em 1986, apresentou-se como “o candidato dos pobres”. Disputando a eleição contra Paulo Maluf, do PDS, Eduardo Suplicy, do PT e o empresário Antonio Ermínio de Moraes, do PTB, o paulista de Pedregulho, numa estratégia de *marketing*, procurou associar ainda mais sua imagem como uma pessoa “pobre” que subiu na vida, um

⁴³⁴ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/orestes-quercia>> 10/7/2016.

político “obreiro”, em contraposição aos outros candidatos tidos como políticos de ricos.⁴³⁵ Devido também ao sucesso momentâneo do plano cruzado, Quércia venceu com folga as eleições para governador e juntou-se com outros 20 governadores do PMDB, que se “cacifavam” politicamente com a abertura da ditadura, no partido para as próximas eleições presidenciais. Apesar da pressão para que Ulysses Guimarães desistisse da sua candidatura, em 1989, em favor de Quércia, Ulysses manteve a candidatura e o partido dividiu-se durante o período eleitoral. Segundo Álvaro Bianchi, o primeiro candidato da preferência da FIESP era o então governador de São Paulo.⁴³⁶ Após a eleição e a posse de Collor, Quércia fora eleito Presidente do PMDB, e deixou o governo estadual, em 1992, elegendo seu sucessor Antônio Fleury Filho.

Mesmo assim, a candidatura de Quércia não foi consenso pleno no partido para as eleições de 1994. Outros quadros também se apresentavam como candidatos e, em alguns estados, os políticos do PMDB anunciaram apoio à candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Pela imprensa foi possível perceber as medidas do conflito interno no PMDB, uma vez que jornalistas e jornais publicam o conteúdo das reportagens pelas informações passadas pelos políticos, vazando informações contra adversários, servindo, muitas vezes, como assessoria de imprensa para alguns políticos apoiados pelos donos dos jornais. Para as eleições do referido ano, por acaso, escolhemos o jornal *Correio Brasiliense*, à época como diretor de redação o jornalista Ricardo Noblat. Explicitamente, o jornal apoiava as ações de José Sarney para torna-se o candidato do PMDB, e para, isso, exaltava Sarney e atacava, com reportagens negativas e denúncias de corrupção contra Orestes Quércia.

Para as prévias do PMDB, marcadas para maio de 1994, os pré-candidatos que se apresentavam eram Orestes Quércia, tido como franco favorito, o ex-governador do Paraná, da mesma geração política do primeiro, Roberto Requião e José Sarney. O cenário político era nebuloso, pois estava ocorrendo a implantação do plano real, sem a certeza se o plano econômico daria certo ou não, o que selaria a sorte das eleições daquele ano. Quércia tinha o apoio mais “entusiasmo” da “militância” peemedebista, formada em sua maioria pelos *municipalistas* e pelos membros do MR-8 dentro do PMDB.⁴³⁷ O jornal *Correio Brasiliense* lidava com o apoio recebido por Quércia de

⁴³⁵ SANTA RITA, Chico. *Batalhas Eleitorais: 25 anos de marketing político*. Campinas: Pontes, 2014. p.73.

⁴³⁶ As eleições de 1989 foram outro momento de grande intensidade conflitiva. (...) A 1ª opção era Orestes Quércia. BIANCHI, Álvaro. *op.cit.* p.187.

⁴³⁷ *Correio Brasiliense*. Nº11323 01/5/1994. p.8.

forma pejorativa, criticando o “assistencialismo” envolvido nesse apoio. O passado “guerrilheiro” do MR-8 também era ressaltado, como ponto contraditório do grupo, do partido e do candidato.⁴³⁸

Em contraposição, as manchetes envolvendo Sarney eram sempre positivas. Já Requião era pouco valorizado e tratado como azarão na disputa. O *Correio Brasiliense* fez campanha para José Sarney concorrer à Presidência da República. Como atesta a manchete de 04 de maio de 1994, em que se anunciava que Quércia havia sido denunciado por estelionato e que era Sarney o maior beneficiado.⁴³⁹ A parte de política desta edição do jornal veio apenas noticiar a denúncia contra Quércia e como Sarney tiraria vantagem nisso.⁴⁴⁰ Manchetes como

alerta no PMDB, sarneyzistas preparam manobra para implodir as prévias com a retirada das candidaturas do próprio Sarney e Roberto Requião, imobilizado no Paraná. Melando a disputa dia 15, ganham prazo para desgastar Orestes Quércia, favorito do partido e patinando na pesquisas⁴⁴¹

Mostram como era o clima “autofágico” do PMDB na disputa pela preferência do partido. Dias depois, o mesmo jornal publicava na capa uma pesquisa eleitoral em que apontava Lula em primeiro lugar e Sarney em segundo, na “corrida presidencial”.⁴⁴² O jornal em seu conteúdo afirmava que Sarney era o único candidato que poderia bater o então favorito nas pesquisas Luis Inácio Lula da Silva.⁴⁴³ Continuando sua jogada política, Sarney, a dois dias das prévias, desistiu de concorrer, e saiu tecendo críticas a Quércia e sua “militância”, que teria sido adquirida pelo uso da “máquina administrativa” do estado de São Paulo.⁴⁴⁴ Logo Sarney, questionando o uso da máquina? Sarney ainda usou do expediente de dar uma entrevista para o *Correio*

⁴³⁸ *Idem.*

⁴³⁹ “A denúncia de estelionato contra Quércia, pode modificar bastante a disputa para presidência da República. Ela fortalece o senador José Sarney (AP), que disputa a prévia do PMDB com Quércia e com o ex-governador do Paraná Roberto Requião. O deputado Aloísio Vasconcelos (PMB-MG) pretende sugerir a Sarney e Requião uma frente contra o ex-governador.” *Correio Braziliense* n° 11326 04/5/1994. p. 4.

⁴⁴⁰ “Alerta no PMDB: os sarneyzistas preparam manobras para implodir as prévias, com a retirada das candidaturas do próprio Sarney e de Roberto Requião imobilizado no Paraná. Melando a disputa do dia 15, ganham mais prazo para desgastar Orestes Quércia, favorito no partido e patinando nas pesquisas. *Idem. Idem.*

⁴⁴¹ *Correio Brasiliense. Idem* p.7.

⁴⁴² *Correio Brasiliense* n° 11329 07/5/1994. p.3.

⁴⁴³ *Correio Brasiliense* n° 11328 06/5/2016 p.3. “Sarney usa pesquisa para fazer campanha” *Correio Brasiliense* n° 11331 09/5/1994. p. 8. “Sarney espera vencer prévia com o voto útil” “Requião aponta ajuda do PMDB para Quércia”. *Correio Brasiliense* n° 11332 10/5/1994. p. 2.

⁴⁴⁴ *Correio Brasiliense* n° 11336 14/5/1984. p.5

Brasiliense, onde afirmava que deixava realmente as prévias do PMDB e que poderia ser candidato por um partido nanico.

Apesar de toda pressão de José Sarney, as prévias ocorreram em Brasília, com a forte presença dos *municipalistas* e membros do MR-8. Nas prévias, os candidatos foram Quércia e Requião.⁴⁴⁵ Mesmo admitindo a derrota antes do pleito, Requião procurava marcar posição e resistência no partido.⁴⁴⁶ No dia da prévia Quércia venceu por larga vantagem, 8555 votos contra 1942, de Requião.⁴⁴⁷ O partido estava rachado. O número de abstenções dos aptos para votar foi de 51%.⁴⁴⁸ O partido não saiu unido em torno de sua candidatura.⁴⁴⁹ Antes mesmo da confirmação final sobre a candidatura, em junho, o PMDB do Rio Grande do Sul, liderado pelo então governador Antonio Britto,

⁴⁴⁵ “Roberto Requião de Melo e Silva nasceu em Curitiba no dia 5 de março de 1941. (...) Formou-se em jornalismo pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC) em 1964, concluindo em seguida o curso superior de direito pela Universidade Federal do Paraná (Ufpr) em 1966. No mesmo ano começou a frequentar a pós-graduação em Planejamento Urbano no convênio realizado entre a Comissão de Desenvolvimento Municipal de Curitiba (Codem) e a Fundação Getulio Vargas (FGV), concluindo o curso no ano seguinte. Iniciou suas atividades políticas no movimento estudantil, tendo sido eleito orador do Centro Acadêmico Hugo Simas, da Faculdade de Direito da Ufpr. Após concluir a pós-graduação, exerceu a advocacia trabalhista em São Paulo e em Curitiba e administrou as propriedades da família no Paraná. Nos anos 1970, influenciado pelas ideias urbanísticas de Manuel Castells e Henri Lefebvre, militou em diversos movimentos sociais de Curitiba, exercendo a advocacia em sindicatos e associações de moradores da cidade. A partir dessa sua atuação em movimentos sociais ingressou na política partidária filiando-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no início da década de 1980. Tomou posse em 1º de janeiro do ano seguinte, em substituição ao peemedebista Maurício Fruet. Durante sua gestão procurou implementar um estilo administrativo que se diferenciava das concepções urbanísticas da equipe de gestores ligada a Jaime Lerner e ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), concentrando seus investimentos nas áreas periféricas do município e em iniciativas de cunho social, tais como a criação das secretarias de Abastecimento e do Bem-Estar Social, da Associação dos Meninos e Meninas de Rua de Curitiba (Assoma) e a implementação de um amplo programa de construção de creches e postos de saúde, sendo em sua administração inaugurado o maior número de creches em toda história da cidade. Entrou ainda em novos conflitos com empresas concessionárias de transporte urbano de Curitiba ao criar a primeira frota pública de ônibus e ao requerer judicialmente a anulação de concessões outorgadas a empresários após a apuração de irregularidades em diversas firmas, tendo sido ainda um dos líderes do movimento dos prefeitos de capitais que solicitavam maiores recursos ao governo federal. Exerceu a prefeitura de Curitiba até 1º de janeiro de 1989 quando passou o cargo para seu sucessor Jaime Lerner, então eleito pela primeira vez diretamente para a prefeitura da cidade. Em 1989, após o término de seu mandato na prefeitura de Curitiba, Requião tornou-se secretário estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano na gestão do governador Álvaro Dias (1987-1991), permanecendo no cargo até o início do ano seguinte, quando licenciou-se para concorrer à sucessão no governo estadual. Em sua curta gestão na secretaria implantou o Plano Estadual de Desenvolvimento Urbano (PEDU), financiado pelo Banco Mundial, visando a dar condições de crescimento e qualidade de vida às cidades médias e potencialmente médias do interior e objetivando transferir para estas cidades as técnicas de planejamento urbano já utilizadas na capital do estado.” <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-requiao-de-melo-e-silva>>. Visto em: 15/3/2017.

⁴⁴⁶ “Requião mesmo derrotado fica no PMDB. “Não sou Fernando Henrique que fugiu do PMDB por que o partido, não era ético e agora, anda no jatinho do Bamerindus.”” Correio Brasiliense nº 11337 15/5/1994. p.5.

⁴⁴⁷ PMDB – Convenção Nacional livro I. p.67.

⁴⁴⁸ Correio Brasiliense nº 11338 16/5/1994. p.3.

⁴⁴⁹ *Idem*.

anunciou apoio à candidatura de Fernando Henrique.⁴⁵⁰ Jarbas Vasconcelos, liderança histórica do PMDB pernambucano, licenciou-se do PMDB para também apoiar FHC.⁴⁵¹ Requião e boa parte do PMDB do Paraná passaram a anunciar que iriam apoiar Lula e o PT nas eleições presidenciais.⁴⁵² Os estados que tiveram por volta de 50% ou mais de abstenções, e conseqüentemente, não apoiaram a campanha de Quércia foram: Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão. Minas Gerais, Mato Grosso, do Sul, Rio de Janeiro, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Pará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.⁴⁵³ Já era um prenúncio das dificuldades que o candidato do PMDB enfrentaria durante a campanha presidencial e de como o partido estava dividido no apoio a Quércia.

Tabela 3.1: Votos dos diretórios estaduais entre Orestes Quércia e Roberto Requião

Estado	Quércia	Requião	Branco	Nulos	Abstenções
AC	94	8	2	1	129
AL	54	48	0	2	28
AM	160	12	2	0	211
AP	5	9	8	1	51
BA	456	94	8	5	943
CE	33	16	4	1	199
DF	44	6	1	0	1
ES	114	27	10	1	265
GO	370	41	4	25	360
MA	85	2	4	17	299
MG	843	81	13	37	2203
MS	166	35	1	2	145
MT	240	31	0	1	90
PA	395	13	2	14	393
PB	247	21	7	16	415
PE	171	2	4	6	497
PI	123	2	5	2	249
PR	48	1057	6	3	595
RJ	229	12	4	3	241
RN	88	84	6	2	470

⁴⁵⁰ *Idem.* p. 5.

⁴⁵¹ Correio Brasiliense nº 11329 07/5/1994 p.5.

⁴⁵² “O ex-presidente José Sarney, apesar de negar que vá concorrer à Presidência por um partido pequeno, já tem marcado sua agenda um encontro com o presidente do PSC, Victor Nosséis.” Correio Brasiliense nº 11338 16/5/1994.

⁴⁵³ Correio Brasiliense nº 11338 16/5/1994. p.3.

RO	100	19	4	0	23
RR	44	1	0	3	2
RS	176	123	1	11	1908
SC	546	105	3	5	1000
SE	76	29	0	0	143
SP	3022	42	11	34	641
TO	322	32	7	24	419
Totais	8555	1952	114	216	11920

Fonte: Correio Brasiliense nº 11338 16/5/1994. p.3

No discurso de Quércia, em junho, durante a Convenção Nacional do PMDB, o candidato dava pistas das bandeiras que levantaria durante a campanha. Primeiramente defendeu “desabrochar um novo Brasil”, com a “administração descentralizada, com municípios poderosos que se responsabilizarão pela saúde, casa popular e a educação.”⁴⁵⁴ Quércia também prometeu geração de emprego, através da micro e pequena empresa, e o estabelecimento de “uma política industrial inteligente”, que reconhecia “a globalização da economia, sem, contudo, ignorar que todos os países do mundo protegem suas indústrias.”⁴⁵⁵ O candidato do PMDB defendeu ainda a integração do Brasil com a América do Sul, por meio de um complexo de ferrovias e hidrovias.⁴⁵⁶ No campo, Quércia prometeu reforma agrária, citando exemplos no norte do Paraná e no Mato Grosso, e uma política agrícola que defendesse a agricultura. “No mundo inteiro os governos protegem sua agricultura. No Brasil, este governo deplorável castiga o homem do campo. Não há garantia de preço.”⁴⁵⁷ Por fim, defendeu o combate à inflação com desenvolvimento econômico. “Nossa receita é o desenvolvimento. Com o governo firme, que comanda e dá horizonte ao país.”⁴⁵⁸

Como se vê, os principais pontos levantados por Quércia no discurso são justamente a descentralização de recursos e maior autonomia dos municípios – assumindo os recursos e a gestão da saúde, educação, investimentos entre outros –, o reconhecimento das transformações capitalistas e a defesa da reestruturação produtiva, no entanto, defendendo a empresa nacional da concorrência externa. Na agricultura, Quércia defendia bandeiras históricas dos produtores rurais e latifundiários no Brasil,

⁴⁵⁴ Revista 12 de Outubro nº2 junho/1994. “Discurso pronunciado por Orestes Quércia na Convenção Nacional do PMDB.” p.217.

⁴⁵⁵ IDEM Revista 12 de Outubro nº2 junho/1994. “Discurso pronunciado por Orestes Quércia na Convenção Nacional do PMDB.” p.217.

⁴⁵⁶ *Idem* p.218.

⁴⁵⁷ *Idem. Ibidem*

⁴⁵⁸ *Idem.* p.219.

crédito fácil e garantia de preço (subsídio). Além disso, defendia um Estado ativo nos rumos da economia e do desenvolvimento nacional. Em síntese, o candidato peemedebista defendia setores capitalistas nacionais não hegemônicos, e que estavam perdendo espaço na economia, desde o início do governo Collor, este abertamente neoliberal. Estes setores eram as pequenas e médias indústrias, e fábricas que estavam falindo devido à concorrência externa, como o setor de calçados, tecidos e brinquedos. Também defendia a agricultura da abertura comercial. Não era avesso às mudanças no mundo do trabalho, mas não era a favor do livre mercado contra os produtores nacionais. Quem Quércia procurava representar não tinha mais as cartas do baralho para dizer quem ia jogar. Era o sistema financeiro, em um contexto de superinflação, falta de créditos internacionais pela moratória de 1987, que dava as cartas, e seu candidato era Fernando Henrique Cardoso, do PSDB.

No tocante ao plano de governo de Orestes Quércia e do PMDB em coligação com o PSD, para a disputa eleitoral de 1994, o *Plano de Governo Quércia: estratégias integradas de gestão nacional do Governo Orestes Quércia*, manteve o discurso calcado no desenvolvimento econômico, nos resgates de instrumentos agrícolas e industriais. O programa começa com o tópico sobre a reforma do Estado. No entanto, não era uma reforma visando a “instauração” do Estado Mínimo. Era “organizar a democracia para promover o desenvolvimento” e atacava “as falsas opções” do PT e o ultraliberalismo representado pela coligação PSDB-PFL. Dentre as propostas, aparecem a das reformas tributária e da Previdência, com a privatização dos mesmos.⁴⁵⁹ Para a agricultura, o programa falava em choque de crédito, com a fomentação da agricultura no interior do país, para desenvolvê-lo através da agroindústria. Para isso seria incentivada a formação de grupos executivos para implementar políticas por produto, com colaboração do setor privado.⁴⁶⁰ Na indústria, o programa reforçava o discurso de Quércia de retomada do desenvolvimento industrial, com superação da fragilidade tecnológica. Para tanto, era defendida a “competitividade e parcerias” com a iniciativa privada, com reestruturação dos setores deficitários.⁴⁶¹ Era prometida também uma política de financiamento, para a reestruturação produtiva da indústria via BNDES, FAT e PIS-PASEP.⁴⁶² No setor de energia a prioridade era atrair a iniciativa privada, e, nos

⁴⁵⁹ Estratégias integradas de gestão nacional do Governo Orestes Quércia. Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. p. 4 e 12.

⁴⁶⁰ *Idem.* p.11.

⁴⁶¹ *Idem.* p.20.

⁴⁶² *Idem.* p.23.

monopólios das telecomunicações e do petróleo, era defendida sua quebra, pois “a participação privada é decisiva” para o desenvolvimento, dizia o programa peemedebista.⁴⁶³

Como mostramos há algumas páginas atrás, o discurso do pequeno e médio capital nacional não era contra o neoliberalismo, mas sim a forma de aplicá-lo, em que grau se daria a abertura comercial, por exemplo. E o discurso e o programa da “Coligação Desenvolvimento do Brasil” expressava bem os interesses desses setores sociais. A grande tensão neste período era sobre o sucesso ou fracasso que o Real teria.⁴⁶⁴ O plano, como também já mostramos, estava em fase de implementação, no momento das definições político-partidárias para as eleições. No início do período eleitoral, o candidato do PT aparecia como favorito, enquanto Fernando Henrique Cardoso (PSDB-PFL-PTB) e Quércia apareciam com poucas intenções de voto. Os outros candidatos eram Enéas Carneiro (PRONA), Leonel Brizola (PDT), Esperidião Amin (PPB), Carlos Gomes (PRN) e Hernani Fonseca (PSC).

Na medida em que o plano econômico dava sinais de que estava controlando a inflação e que as faixas salariais estavam com alto poder de compra, foi a fórmula perfeita para a vitória de FHC, no primeiro turno das eleições presidenciais de 1994. Nem mesmo com o Ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, que em setembro, a um mês da eleição, ousou dizer, num bastidor de entrevista vazado, que o plano foi produzido para eleger FHC. O Ministro caiu, no seu lugar assumiu o então governador do Ceará, Ciro Gomes, e o candidato do PSDB venceu as eleições com folga: 54,8%. Na propaganda eleitoral do *tucano*, era vinculado como que com um real era possível preparar um bolo, entre outras coisas. Isso era uma tremenda novidade no país, a dita estabilidade econômica. Além do apoio das principais frações do grande capital, Fernando Henrique venceu a eleição com apoio maciço da mídia, em uma campanha sem debate entre os candidatos, via televisão. Sua vitória marcou a consolidação hegemônica do capital financeiro no Brasil e nossa inserção subalterna no chamado mundo globalização, expressão em moda na época.⁴⁶⁵

Tão logo passada as eleições, ainda na fase de transição de governos, em novembro, a Executiva Nacional do PMDB discutiu os entendimentos que estavam

⁴⁶³ *Idem.* p.44.

⁴⁶⁴ PMDB – Comissão Executiva Nacional – Atas Livro 4. 22/11/1994 p.247.

⁴⁶⁵ A avaliação positiva do Plano Real para o país e a intenção de voto para FHC foi: 25/5 avaliação positiva do plano 28% - intenção de voto 17%. 28 de setembro: avaliação positiva do Plano Real: 75% - intenção de voto 47%. MENEGUELO, Raquel. *op.cit.* p.139.

sendo feitos para o PMDB apoiar o governo nascente de FHC. O então presidente do PMDB, Luiz Henrique da Silveira, trazia o informe de Pimenta da Veiga (então presidente do PSDB), dizendo da intenção do futuro governo em contar com o PMDB no “núcleo de formulação de propostas do governo e na sua base de sustentação.”⁴⁶⁶ Foi o canto de sereia para boa parte do PMDB aderir ao governo e, claro, aos cargos comissionados.

O número de ministérios aumentou com a posse de FHC. De 15 passou para 17 ministérios. Em sua maioria, os ministros tinham filiações partidárias e eram compostos, principalmente, por membros dos partidos base parlamentar no Congresso, 11. O PFL ocupava três ministérios, o PMDB dois, o PTB um e o PSDB, cinco.⁴⁶⁷ No segundo mandato, que vamos tratar melhor à frente, o PPB (antigo PDS) passou a compor o ministério. A aliança PSDB, PFL, PMDB, e PTB correspondiam a 56,3% da Câmara Federal.⁴⁶⁸ Fernando Henrique montou ministérios mantendo alguns nomes de governos anteriores, como José Andrade Vieira, agropecuarista, do PTB, no ministério da agricultura – fora ministro de Itamar Franco –, assim como José Israel Vargas – ministro da ciência e tecnologia –, Gustavo Krause (PFL) – ministro do meio ambiente e recursos hídricos – e Adib Jatene – ministro da saúde, desde o governo Collor.⁴⁶⁹

Mas foi o núcleo duro da formulação da política econômica que deu o tom do governo de Fernando Henrique Cardoso, a era do PSDB. A partir das pesquisas e análises já existentes de Luiz Marcos Gomes, em “Os homens do Presidente: banqueiros, financistas, grandes empresários e oligarcas que estão vendendo o Brasil e destruindo os direitos sociais”, e a brilhante pesquisa de André Guiot sobre o PSDB, vamos definir o seu caráter de classe, destes verdadeiros intelectuais orgânicos do grande capital, seja como gestores públicos em postos-chave do aparelho de Estado, como atividade profissional em consultorias às grandes empresas, ou mesmo como grandes financistas. Foi este núcleo duro que reformou o capitalismo brasileiro com base no receituário neoliberal.⁴⁷⁰ Segundo Guiot, o PSDB procurou, desde sua formação, em 1988, se infiltrar em espaços ainda não “contemplados, tanto pelas

⁴⁶⁶ PMDB – Comissão Executiva Nacional – Atas Livro 4. 22/11/1994 p.252.

⁴⁶⁷ <<http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2014/08/110862-o-crescimento-dos-ministerios-de-collor-a-dilma.shtml>>. Visto em: 15/3/2017.

⁴⁶⁸ MENEGUELO, Raquel. *op.cit.* p.143.

⁴⁶⁹ *Idem Ibidem.*

⁴⁷⁰ GOMES, Luiz Marcos. *Os homens do Presidente*. São Paulo: Viramundo, 2000. E GUIOT, André. *op.cit.* (dissertação de mestrado)

entidades que representam os setores populares, quanto por aquelas que atendem às demandas do campo liberal-conservador”.⁴⁷¹

O método de pesquisa de André Guiot procurou identificar a formação e atuação profissional dos principais quadros políticos do PSDB, através da análise de suas executivas nacionais, além dos principais formuladores das políticas públicas implementadas que, embora de estreito vínculo, não eram filiados ao Partido da Social Democracia Brasileira. O autor ainda procurou relações destes intelectuais orgânicos com entidades de formulação, doutrinação e recrutamento. Nomes como Pedro Malan, José Roberto Mendonça de Barros, Pedro Parente, Andrea Calabi, Antonio Kandir, Waldeck Órnelas, Dorothéia Werneck, Clóvis Carvalho, Ronaldo Sardenberg, André Lara Rezende, Pérsio Árida, Edmar Bacha, José Serra, Paulo Renato Souza, entre outros.

Trata-se de uma intelectualidade, como já afirmamos, que se habilita à unificar as frações da classe dominante em torno de um projeto que visa engendrar novas formas de convencimento e, portanto, de sociabilidade esforça-se em dar um novo impulso às formas de dominação, exploração e expropriação do conjunto dos setores populares com vistas ao atendimento das novas demandas de acumulação do capital no Brasil.⁴⁷²

Dos 54 agentes pesquisados entre membros da Executiva Nacional, quadros políticos de envergadura, como governadores e senadores do PSDB, bem como economistas vinculados ao partido, o autor encontrou 80% desta cúpula peessedebista atuando, ou que já havia atuado, em diversas entidades de formulação e divulgação da plataforma financista. Além disso, tinham passado, desde a década de 1980, no Banco Central, no BNDES, no FMI, no Banco Mundial, em ministérios e secretárias, em empresas, assim como institutos, fundações, centros de pesquisas e universidades.⁴⁷³ Para Guiot estes “agentes”,

participam de uma rede de associações corporativas e de outras voltadas especialmente para a formulação da política econômica e da inserção internacional dos interesses de setores do capital. Estão visceralmente ligados ao meio empresarial, especialmente o financeiro (alguns deles tornaram-se ou já eram empresários e banqueiros), mas credenciam-se fundamentalmente, como gestores para banqueiros. (...) Atuam para que as políticas estatais estejam voltadas para a satisfação dos interesses hegemônicos do capital e não dos setores populares. A

⁴⁷¹ GUIOT, André. *op.cit.* p.70.

⁴⁷² *Idem.* p.80.

⁴⁷³ *Idem.* p. 84.

estes, ao contrário, criam e fomentam ONG's, institutos e fundações voltadas para as formas de convencimento que incutam ideia de que são responsabilidades destes setores a melhoria das áreas sociais, sob designação de “solidariedade”, “responsabilidade social”, “participação”, “parceria” etc. Ampliam seu alinhamento ao *status quo* mediante posições ocupadas em várias esferas da sociedade civil e política. Diante desses reforços, anteveem para si excelentes negócios, em particular nas privatizações das grandes empresas estatais, estes são os lugares sociais ocupados pelos dirigentes do PSDB.⁴⁷⁴

Vamos agora descrever a trajetória de vida de alguns dos principais nomes da cúpula tucana e das *personas* do capital que fizeram parte, decisivamente, do governo FHC, nos anos noventa. O principal deles, sem dúvida, foi Pedro Sampaio Malan, que foi Ministro da Fazenda nos dois governos do PSDB. Malan nasceu em Petrópolis e estudou em colégios tradicionais da cidade imperial e do Rio de Janeiro, como o Santo Inácio.⁴⁷⁵ Formou-se em engenharia elétrica pela PUC/RJ, em 1965, no ano seguinte, concluiu curso da CEPAL e ingressou no EPEA (Escritório de Pesquisa Econômica e Aplicada) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico do Ministério do Planejamento. Malan, nos anos setenta, notabilizou-se, ao ser crítico da política econômica do governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), publicou artigos na revista do IPEA sobre a distribuição de renda no país, “tese do Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, de que “era preciso primeiro aumentar o bolo para depois distribuir””.⁴⁷⁶ Em 1977 fundou, no Rio de Janeiro, o Instituto de Economistas e lecionava na PUC/RJ. Doutorou-se em economia pela Universidade de Berkeley (EUA) e, no início dos anos 1980, foi coordenador do Comitê Assessor de Ciência Social do Conselho Nacional de Pesquisas. Em 1983, assumiu o cargo de diretor da Divisão de Análise de Políticas e Pesquisas do Centro de Empresas Transnacionais da ONU, em Nova Iorque. Em janeiro de 1985 tornou-se diretor do Departamento de Economia Internacional e Assuntos Sociais, outra agência da ONU.⁴⁷⁷ Em setembro de 1986 passou a fazer parte da equipe de assessores do Ministro do Planejamento do governo Sarney, João Sayad. Lembramos que, enquanto a equipe do Ministério da Fazenda era composta por economistas heterodoxos, a equipe do Planejamento era tida como ortodoxa. Depois Malan tornou-se diretor executivo do Brasil e outros países da América Latina no Banco Mundial. Durante o governo Collor, Malan foi indicado para

⁴⁷⁴ *Idem.* p.85.

⁴⁷⁵ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-sampaio-malan>> Visto em: 12/7/2016.

⁴⁷⁶ *Idem.*

⁴⁷⁷ *Ibidem.*

ser o diretor do Brasil e de outros países latino americanos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, por Zélia Cardoso de Mello. Posteriormente, com Marcílio Marques, Pedro Malan foi o negociador do Brasil para assuntos da dívida externa em Washington. Em 1992 Malan tornou-se presidente do Joint Audit Committee, do Banco Mundial.⁴⁷⁸ Em agosto de 1993 foi nomeado Presidente do Banco Central do Brasil, antes de assumir o Ministério da Fazenda nos mandatos de FHC.⁴⁷⁹

Outra peça-chave do governo de peessedebista foi Pedro Parente, que foi durante o primeiro mandato, secretário executivo do Ministério da Fazenda e, no segundo mandato, Ministro Chefe da Casa Civil. Carioca, Parente, com 18 anos, ingressou no serviço público, trabalhando no Banco do Brasil e, dois anos mais tarde, transferindo-se para o Banco Central. Formou-se em engenharia eletrônica pela UnB, em 1976. Foi secretário-geral adjunto do Ministério da Fazenda, de 1985 a 1986. De 1987 a 1988, foi secretário-adjunto, secretário de Programação Financeira e secretário de informática, na Secretaria do Tesouro Nacional. Nesses dois períodos, participou da concepção e da implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Foi secretário de Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento, de 1989 a 1990. De 1990 a 1991, presidiu o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).⁴⁸⁰ Posteriormente, assumiu a secretária de planejamento, então braço do Ministério da Economia. No governo Itamar, Parente exerceu funções no FMI. Como secretário executivo de Fazenda, onde esteve na linha de frente nas ações privatizantes, arrochantes e financistas do período. Como Ministro Chefe da Casa, presidiu o Conselho de Administração e foi o principal articulador do fim do monopólio do petróleo e da abertura de capital (privatização) da Petrobrás, durante o governo FHC. Alçado presidente da Petrobrás, após o golpe de 2016, vem terminando o trabalho de desmonte e privatização da empresa, iniciado nos anos 90.

Da “ala *PUC-ana*” do governo federal, Armínio Fraga, de longa trajetória profissional em bancos e mercados de ações, chegou ao governo como Presidente do Banco Central, em janeiro de 1999, após a reeleição de FHC, como forma de agradar e agir como “bombeiro” da enxurrada especulativa da qual o Brasil sofria, impondo uma taxa de juros *pantagruélicos* e agiotares de 40% ao ano, para a farra ultrajante da banca

⁴⁷⁸ *Idem.*

⁴⁷⁹ Após a vitória de FHC Malan foi nomeado Ministro da Fazenda e no cargo permaneceu durante oito anos. Depois fez parte do Conselho de Administração do Unibanco e passou a prestar consultoria. GUIOT, André. *op.cit.* p.107.

⁴⁸⁰ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/parente-pedro>> 12/7/2016

financeira mundial, pago pela “privataria” das empresas estatais, pelas reformas constitucionais, que retiraram direitos de trabalhadores assalariados da iniciativa privada e de funcionários públicos, e uma sangria brutal da dívida pública brasileira, mediante duríssimo e subserviente acordo com o FMI, entre 1998 e 1999. Armínio Fraga Neto nasceu em família tradicional do Rio de Janeiro. Assim como Malan, estudou no Colégio Santo Inácio e formou-se na PUC/RJ em economia e também concluiu o mestrado com seu professor, o mesmo Pedro Malan. Doutorou-se na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos e começou a trabalhar como economista-chefe e gerente de operações do *Banco de Investimentos Garantia*. Acumulou os cargos de professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Departamento de Economia da PUC/RJ.⁴⁸¹ Em 1989, assumiu a vice-presidência do banco de investimentos norte-americano, Salomon Brothers. Durante o governo Collor, a convite de Marcílio Marques Moreira, Fraga ocupou a diretoria de operações internacionais do Banco Central. Após o impeachment de Collor, o economista passou a trabalhar com o investidor/especulador mundialmente conhecido, George Soros. Foi nessa condição que foi escolhido por Pedro Malan e FHC para ser Presidente do Banco Central do Brasil.

Outra iminência política do governo, que, por sua trajetória política e de classe, e que expressava seu caráter burguês/conservador, foi o vice-presidente Marco Maciel. Apareceu na política nacional como liderança estudantil conservadora, financiada pelo complexo IPES/IBAD, atuou como liderança civil no Congresso Nacional brasileiro durante a ditadura, foi presidente do Senado, da Arena, foi ministro da educação na ditadura e durante o governo Sarney. No mesmo governo de Marco Maciel, seu antípoda de líder estudantil antes do golpe de 1964, José Serra. Serra era estudante de engenharia quando sucedeu o golpe. Fugiu para o Chile, onde participou politicamente do governo Allende até ser preso e enviado ao estádio nacional em Santiago, durante o golpe chileno de 11 de setembro de 1973. Do estádio onde centenas de presos políticos foram executados, Serra exilou-se nos Estados Unidos. Deste país vem o título de “doutor” em economia da Universidade de Cornell. De volta ao Brasil, com a anistia em 1978, exerceu forte militância política no MDB/PMDB e foi indicado professor de economia da UNICAMP. No governo de Franco Montoro foi secretário de planejamento e foi deputado constituinte, muito próximo de Fernando Henrique

⁴⁸¹ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fraga-arminio>> 12/7/2016

Cardoso. Como Ministro do Planejamento de FHC esteve na linha de frente pelas privatizações de estatais fundamentais para a soberania nacional, como a Cia Vale do Rio Doce e o sistema de telecomunicações. No segundo mandato, a contra gosto, assumiu o Ministério da Saúde e de lá fez seu trampolim para a sucessão de FHC, com a quebra de patentes de remédios e a produção de genéricos mais baratos – política pública de clara popularidade – e coquetel para AIDS, entre outras medidas de impacto no ministério.

“Colega” de Serra na UNICAMP, outro ministro de FHC, e também economista, foi Paulo Renato Souza, Ministro da Educação nos oito anos de governo. Gaúcho, formou-se em ciências econômicas pela UFRS. Foi oficial de gabinete da Prefeitura de Porto Alegre e assessor de planejamento do gabinete do governador Ildo Meneghetti.

Como economista, frequentou em 1968 o XXIII Curso Intensivo de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Econômico, da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em Porto Alegre. No ano seguinte transferiu-se para Santiago, no Chile, onde ingressou no Programa de Pós-Graduação de Estudos Econômicos Latino-Americanos (Escolatina) da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade do Chile. Professor-assistente da Escola de Ciência Política e Administração da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), no Chile, entre 1969 e 1970, nesse último ano apresentou sua dissertação de mestrado. Em 1971 foi professor no curso de mestrado em planejamento urbano da Universidade Católica do Chile. Paralelamente às atividades acadêmicas, de 1970 a 1971 foi economista da Divisão de Desenvolvimento Econômico da CEPAL. A partir de 1971 e até 1977 trabalhou na Organização dos Estados Americanos (OEA) e no Programa Regional do Emprego para a América Latina e o Caribe (PREALC), da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No PREALC também exerceu, entre 1975 e 1977, o cargo de diretor associado.⁴⁸²

De volta ao Brasil, Paulo Renato doutorou-se pela UNICAMP e deu aulas nesta universidade, além da UFRJ e PUC/SP. Foi superintendente da Empresa de Estudos e Projetos de Coque e Álcool da Madeira S.A. (Coalbra), de Sérgio Mota, em São Paulo. Tornou-se ainda, sem perder o fôlego, consultor da CEPAL e do Centro de Estudos Transnacionais (CET) da ONU, no Chile. Foi assessor de Serra na secretária estadual de planejamento do governo de André Franco Montoro e depois assumiu a secretaria de educação. No Ministério da Educação, conviveu os oito anos que ficou no cargo com

⁴⁸² <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-renato-costa-sousa>> Visto em: 12/7/2016.

cortes constantes na pasta. Entre as principais medidas foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) e o sistema de avaliação do ensino médio, o ENEM.⁴⁸³

Entre outras eminências pardas da gestão tucana na economia dos anos noventa, podemos citar Pécio Árida e Andre Lara Rezende. Árida é economista, banqueiro, foi presidente do Banco Central e do BNDES e é professor da PUC/RJ. Segundo Luiz Marcos Gomes, foi um dos fundadores do Banco BBA e foi diretor do Banco Opportunity. Integrou o Conselho de Administração do Unibanco e doutorou-se em economia pelo Massachusetts Institute of Technology (EUA).⁴⁸⁴ Foi um dos formuladores do plano cruzado e do plano real, junto com Andre Lara Rezende. Lara Rezende economista e banqueiro. Foi presidente do BNDES e assessor especial do Presidente da República, na reforma da previdência. Como afirma Luiz Marcos Gomes, Lara é do grupo de financistas e banqueiros egressos da PUC/RJ. Assim como seu amigo Árido, Lara também se doutorou no MIT.⁴⁸⁵

Diante do que foi apresentado aqui, podemos apenas asseverar que o PSDB, apesar de ter recebido, como veremos, influências externas, foi, sobretudo, capaz de confeccionar seu programa neoliberal de terceira via por meios próprios. Cremos ter expostos e analisando alguns elementos de como este processo emergiu não sem embates no interior do partido, corroborando para uma proposta no qual o elemento neoliberal (abertura econômica, privatizações, desregulamentação, contrarreforma do aparelho do Estado, dentre outros) estava mais bem definido do que a variante da terceira via, ainda que esta comportasse traços de redefinição das relações entre Estado e sociedade civil no Brasil. É realmente muito rápido, meteórico, o mergulho que o PSDB realiza na plataforma neoliberal. Deixemos claro que isso foi facilitado devido ao fato de seu conteúdo programático contemplar temas centrais do modelo neoliberal desde sua fundação.

Assim, o período 1988-1994 fez com que o PSDB se preparasse para ser o agente da consolidação de uma nova vontade coletiva, exercendo o poder de mediação entre organismos e institutos das várias frações das classes dominantes na articulação e conformação de um novo bloco histórico burguês no pós-94. Nos dois mandatos de FHC, os peessedebistas foram sujeitos políticos coletivos capazes de

⁴⁸³ A maior rusga que Paulo Renato teve como ministro foi “no dia 4 de abril de 1997, após dias de tentativas infrutíferas de uma conversa pessoal com o ministro da Fazenda Pedro Malan, entregou carta de demissão ao presidente Fernando Henrique. A crise fora provocada pelos sucessivos cortes ao orçamento do MEC, culminando com a retenção de verba para pagamento de estudantes e pesquisadores bolsistas no exterior. O presidente não aceitou o pedido de demissão e intercedeu em favor do pagamento aos bolsistas. Paulo Renato permaneceu no cargo.” <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-renato-costa-sousa>> 12/7/2016

⁴⁸⁴ GOMES, Luiz Marcos. *op.cit.*

⁴⁸⁵ *Idem.* p.42.

empreender uma nova contrarreforma moral e intelectual e traçar o formato de uma vontade coletiva no interior do bloco burguês.⁴⁸⁶

Neste bloco histórico formado no pós-1994, ao qual André Guiot se refere, o PMDB era um sócio menor deste “consórcio político”, os dois ministérios que o partido comandava não eram o centro do poder, embora estratégicos. Sua força advinha do peso no Congresso Nacional, nos governadores e nas milhares de prefeituras administradas pelo partido. Em um primeiro momento pode parecer que o PMDB apenas representou a pequena política, *do toma lá da cá* fisiologista. No entanto, apesar do fisiologismo, o PMDB esteve na linha de frente para a tramitação e aprovação das principais medidas implementadas no governo FHC. Do parlamento ascenderam politicamente as lideranças do PMDB para as próximas duas décadas, em que o partido não lançou candidato próprio à Presidência, nem foi só governo, nem só oposição, com uma ala cada vez mais numerosa, e que vai hegemonizar-se dentro do partido, sob a liderança de Michel Temer, principalmente após a reeleição de FHC. Esta ala peemedebista ocupou os ministérios do governo, indicou cargos nos 2º e 3º escalões da República e criou, dentro do PMDB, uma maioria para controlar o partido e garantir os votos necessários para a aprovação de medidas para os governos de turno.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro, em um primeiro momento, obteve dois ministérios, o da Justiça e dos Transportes. O primeiro de cunho estritamente político, enquanto o segundo possuiu um grande fluxo orçamentário, responsável por muitas obras, licitações públicas e lida com numerosos pedidos de emendas parlamentares e liberação de recursos. No Ministério da Justiça o escolhido foi o gaúcho Nelson Jobim, muito próximo de FHC nos tempos de PMDB. Jobim nasceu em Santa Maria, cidade do interior gaúcho, advindo de uma família tradicional da cidade e erudita no direito. Ao longo dos anos setenta foi ganhando notoriedade, ao lecionar em cursos de pós-graduação na OAB e na Escola Superior de Magistratura da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris),⁴⁸⁷ e como um dos juristas que defendeu a volta do *habeas-corpus* e o direito de defesa dos presos políticos. Em 1986 foi eleito deputado constituinte e participou da Comissão de Sistematização. Com a saída de dezenas de parlamentares para a fundação do PSDB, assumiu a liderança do PMDB, no final dos trabalhos da constituinte. Reelegeu-se deputado federal em 1991 e apoiou a candidatura de FHC ao Palácio do Planalto. Sua gestão foi marcada pelo

⁴⁸⁶ GUIOT, André. *op.cit.* p.132.

⁴⁸⁷ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nelson-azevedo-jobim>>

início, tímido, das primeiras comissões para apurar as mortes e os desaparecimentos de militantes políticos durante a ditadura civil-militar, e também pela constante criminalização dos movimentos sociais, notadamente o MST. No primeiro semestre de 1997 foi indicado por FHC para o Supremo Tribunal Federal. Sua saída do Ministério da Justiça abriu caminho para novas cooptações no PMDB, em um período de importantes votações para o governo consolidar sua política neoliberal.

No seu lugar foi escolhido o então senador e ex-governador de Goiás, Iris Rezende. Durante o primeiro mandato, de 1994/98, o PMDB de Goiás contava com 8 deputados federais e os três representantes no Senado Federal, e Rezende era a maior liderança política do Estado e um dos maiores “caciques” do PMDB à época. Advogado e empresário rural, Iris Rezende começou na política no final dos anos 1950 como político do PTB. Em 1965 foi eleito prefeito de Goiânia, e depois ingressou no MDB. Durante os anos 1970 trabalhou efetivamente como advogado e, em 1982, foi eleito governador. Sempre foi considerado por seus adversários e colegas de partido como demagogo e populista. Tornou-se popular por inaugurar grandes obras com gigantescas festas para a população. Apoiou a UDR nos anos 1980, comandada por seu conterrâneo, Ronaldo Caiado. Apoiou o governo Sarney, após pleitear 20 cargos no 3º escalão do governo para o PMDB de Goiás. Na primeira reforma ministerial de Sarney (demitindo os escolhidos de Tancredo Neves), foi escolhido Ministro da Agricultura. Nas eleições de 1989 apoiou Fernando Collor, e ambos estreitaram laços durante o governo do presidente deposto.⁴⁸⁸ Foi eleito Senador e deixou o ministério de FHC para concorrer e vencer as eleições para o governo do estado de Goiás, em 1998. Iris Rezende foi substituído por outro advogado e político do PMDB, Renan Calheiros.⁴⁸⁹ Ainda ocupam o cargo: José Carlos Dias, José Gregori, Aloysio Nunes, Miguel Reale Jr e Paulo de Tarso Ribeiro.

No caso do Ministério do Transporte, a dança das cadeiras foi bem menor. O primeiro a assumir foi o gaúcho Odacir Klein. Foi formado em ciências jurídicas pela Faculdade de Passo Fundo, nos anos sessenta, entrou na política no PTB, e após o AI-2, ingressou no MDB. Nos anos setenta foi identificado como um dos políticos “neoautênticos” do MDB e exerceu três mandatos como deputado federal. No período da constituinte, em que não possuía mandato, exerceu a presidência da Federação do Trigo e Soja do Rio Grande do Sul, para um mandato de dois anos. Em 1990 foi eleito

⁴⁸⁸ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/iris-resende-machado>> 13/7/2016

⁴⁸⁹ Falaremos mais sobre Renan Calheiros mais adiante.

novamente deputado federal. Foi ativo no processo de impeachment de Collor e recebeu apoio da UNE como candidato à Presidência da Câmara dos Deputados, perdendo a eleição (1993) para Inocêncio de Oliveira. Ocupou o cargo de Ministro dos Transportes e foi substituído, por problemas pessoais, Em seu lugar foi indicado, pela bancada da Câmara, o deputado federal, também gaúcho, Eliseu Padilha.⁴⁹⁰

Eliseu Lemos Padilha, técnico em contabilidade e formado em direito pela Unisinos de São Leopoldo, sendo filiado do MDB. Entre os anos setenta e oitenta, fez os cursos de especialização em direito processual civil, na Escola Osvaldo Vergara, de Porto Alegre, de *marketing*, na Associação dos Diretores de Vendas do Brasil, e na Fundação Getulio Vargas (ADVB/FGV), em 1978, e de *holdings*, também na ADVB, em 1979. Entre 1982 e 1984, presidiu a Associação Comercial e Industrial de Tramandaí e, de 1983 a 1985, a Associação Gaúcha de Empresas Loteadoras de Porto Alegre. Concluiu a pós-graduação em direitos civis em 1984 e, em direitos políticos, em 1986, na Unisinos.⁴⁹¹ Em 1986 retornou à política, filiando-se ao PMDB. Foi eleito prefeito de Tramandaí, em 1988, e exercia funções de liderança na executiva estadual no Rio Grande do Sul. No ano de 1994 coordenou a campanha vitoriosa de Antônio Britto para governo do estado do Rio Grande Sul, apoiando a candidatura tucana de FHC. Padilha, na mesma eleição, foi eleito deputado federal e logo integrou a 1ª Vice-liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, antes de ser indicado Ministro.

Alguns pontos são importantes afirmarmos neste momento sobre a aproximação do PMDB com o governo de Fernando Henrique Cardoso. O primeiro deles é que o apoio foi intermediário via cargos no aparelho de Estado. Os diretórios estaduais do PMDB que mais se engajaram na campanha de FHC foram os que indicaram nomes para o ministério, como fizeram o estado do Rio Grande do Sul e Goiás. Além disso, esses dois estados eram, entre 1994/1998, os diretórios com as grandes bancadas do partido, com nove parlamentares cada um. Só perdiam para o estado de Minas Gerais, com treze parlamentares, no entanto, com lideranças heterogêneas politicamente, como

⁴⁹⁰ “Em 2003, foi nomeado secretário da Agricultura do estado do Rio Grande do Sul, durante o governo de Germano Rigotto (2003-2006), e permaneceu no cargo até o fim do mandato do governador. No ano de 2006, candidatou-se ao cargo de deputado federal, novamente na legenda do PMDB, mas novamente não foi bem sucedido. Em seguida, tornou-se presidente da Associação Brasileira de Produtores de Milho (Abramilho). Em fevereiro de 2009, aceitou o convite para ser diretor de Relações Institucionais da Sociedade Rural Brasileira (SRB), atuando juntamente junto ao Congresso, o Executivo e o Judiciário, em defesa do agronegócio brasileiro.”

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/klein-odacir> >

⁴⁹¹ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eliseu-lemos-padilha>>

Itamar Franco e Newton Cardoso.⁴⁹² A posição social dos ministros peemedebistas indica a dissimilaridade que está na própria composição social no partido no parlamento, a qual veremos adiante. Intelectualizados de posição política liberal, advogados, políticos profissionais, ligados aos interesses rurais, comerciais, diferentemente do PSDB e sua camarilha financista.

A principal base de apoio de FHC no PMDB era na Câmara dos Deputados. O PMDB detinha a maior bancada, com 107 deputados. O primeiro líder do partido na Câmara foi Michel Temer, seu 1º Vice-líder era Eliseu Padilha. Padilha ascendeu ao Ministério e Temer foi eleito Presidente da Câmara, sucedendo o peefelista Luiz Eduardo Magalhães. Na liderança do partido foram eleitos Geddel Vieira Lima (líder) e Henrique Eduardo Alves, na vice-liderança. Todos eles foram extremamente leais ao governo federal e, concomitante a isso, foram ascendendo como lideranças dentro do PMDB, isolando os opositoristas e suas teses de candidatura própria à Presidência da República e de crítica ao neoliberalismo do governo.

Enquanto Michel Temer exercia seu terceiro mandato como deputado federal, após exercer carreira como professor de direito, em São Paulo, Temer fora também secretário de segurança pública no governo de Antônio Fleury, substituindo Pedro Franco de Campos após, o massacre no presídio do Carandiru, em que 111 presos foram exterminados pelo batalhão de choque da polícia militar de São Paulo. Era um político em ascensão dentro do parlamento, destacando-se pelo conhecimento constitucional. Já Geddel Vieira Lima era empresário rural baiano, de família tradicional. Henrique Eduardo Alves exercia mandatos como deputado federal pelo estado do Rio Grande, desde 1970. Sem muito destaque, advém de uma família de políticos tradicionais do seu estado natal e é formado em direito, claro.⁴⁹³ Se a hegemonia financista agiu com facilidades no primeiro escalão, no Congresso, o PMDB foi a base maior das aprovações de leis e emendas constitucionais, fundamentais para a reforma do capitalismo brasileiro.⁴⁹⁴ Primeiramente as casas legislativas foram presididas pelo

⁴⁹² O estado da Paraíba nesta legislatura (52ª), era hegemonizada pelo PMDB com praticamente todos os seus representantes. 9 de 12.

⁴⁹³ DIAP Série “Os cabeças do Congresso 2014”.

⁴⁹⁴ “Na primeira categoria, podem ser lembradas, além das cinco Emendas Constitucionais da ordem Econômica (quebra dos monopólios do petróleo e telecomunicações, modificação do conceito de empresa e abertura do subsolo ao capital estrangeiro, abertura ao setor privado da exploração do gás canalizado e abertura da navegação de cabotagem e interior ao capital estrangeiro), as leis de patentes, de concessão de serviços públicos, a autorização para emissão de bônus do Tesouro Nacional até o valor das reservas cambiais, a recompra de títulos da dívida externa no valor de até U\$ 5 bilhões de dólares, da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, do código de mineração, do desmembramento da LIGHT, da autorização para a Telebrás participar do capital de empresa privada com sede no exterior, a de TV a

deputado Luiz Eduardo Magalhães, do PFL, e do senado, por José Sarney. Pós 97, por Michel Temer e Antonio Carlos Magalhães. Dentre as medidas mais emblemáticas do governo FHC, no ataque a direitos e à soberania nacional, foram a PEC das telecomunicações, de relatoria de Geddel Vieira Lima (PMDB/BA) e a quebra do monopólio do petróleo, de relatoria do senador Ronaldo Cunha Lima (então no PMDB/PB). Na reforma administrativa que tirou direitos dos servidores públicos, dificultou a progressão na carreira, e abriu caminho para o contrato precarizado no funcionalismo público, a relatoria foi do então deputado federal, Wellington Moreira Franco (PMDB/RJ). A reforma da previdência de FHC também foi relatada por um peemedebista, o deputado federal Euler Ribeiro, do Estado do Amazonas.⁴⁹⁵ Como vemos, as principais propostas do executivo foram, não apenas apoiadas pela maioria da bancada do PMDB, como a tramitação das medidas se deu por direção de parlamentares em ascensão na cúpula peemedebista. Em outras palavras, o PMDB não foi apenas um mero apoiador do governo federal, legislou ao seu lado. Nos primeiros anos de governo FHC foram aprovados, pela Câmara e pelo Senado, e sancionados pelo Presidente da República, 457 projetos de leis ordinárias, 7 atos complementares, sem contar os decretos legislativos. Foram aprovadas nesses dois primeiros anos, 11 emendas constitucionais e mais 5 passaram por comissões de mérito, aguardando votação.⁴⁹⁶

Cabo e a lei mínima da telefonia celular, entre outras. No segundo grupo, podem ser listadas as isenções, incentivos e anistias fiscais e tributárias, especialmente as leis que permitiram o parcelamento de contribuições previdenciárias, a securitização de algumas dívidas e a assunção de outras pela União, como as dívidas públicas internas e externas, a revogação do adicional de tarifa portuária, a CPMF, a desoneração das importações, o Fundo de Estabilização Fiscal, a redução da carga tributária de pequena e micro empresa, a lei que proíbe crédito às pessoas jurídicas com débitos no FGTS, o ITR - Imposto Territorial Rural, o aumento da contribuição dos autônomos para a previdência, as leis de imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas e a equivalência preços produto nos empréstimos aos ruralistas. No terceiro grupo, que inclui leis com funções sociais, podemos lembrar a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Programa de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, o novo valor do salário mínimo, a lei do rito sumário para efeito de reforma agrária, a indenização às vítimas da ditadura militar e a pensão às famílias das vítimas das clínicas privadas que mercantilizam a saúde, a lei que suprime vantagens e precariza as relações de trabalho no campo, a que trata da remuneração e destinação dos recursos do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, a lei que proíbe discriminação para acesso ao emprego, a que autoriza a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV, entre outras. No quarto item, créditos especiais ou suplementares, o governo usou desses instrumentos para destinar recursos a despesas para as quais não havia dotação específica, bem como para suplementar dotações insuficientes. Esses recursos tanto podem ser destinados a situações de calamidade pública, como podem ser utilizado para pagamento de fornecedores, ou até mesmo para pagamento de indenizações, como no caso do programa de demissão voluntária do governo federal. Pelo menos metade das leis aprovadas nestes dois anos são oriundas de projetos de créditos especiais ou complementares, fato que caracteriza o Orçamento como mera ficção. Por último, foi incluído na categoria de outros, os mais variados projetos, como datas comemorativas e homenagens, leis eleitorais e partidárias, de arbitragem, de propaganda de fumíferos, entre outros menos importantes.” DIAP – *Balanço 2 anos de Congresso* – 1997. p.14.

⁴⁹⁵ DIAP – *Balanço 2 anos de Congresso* – 1997. p.20.

⁴⁹⁶ DIAP – *Balanço 2 anos de Congresso* – 1997. p.13.

Nas publicações oficiais do partido, e no seu “discurso”, o conteúdo era o lugar comum do “nem Estado minimalista”, “nem o Estado dos estatizados”, nas palavras de Michel Temer, em entrevista para a Revista 12 de Outubro, do PMDB, de março de 1995. Na mesma entrevista, Temer minimizou a troca de apoio por cargos, “não são relevantes”, e sobre as reformas constitucionais afirmava que eram para o PMDB “a base da modernização institucional que permitirá alcançar os nossos objetivos programáticos”.⁴⁹⁷ Na mesma edição da revista foi publicado um longo levantamento realizado pela Fundação Pedrosa Horta, em encontros regionais do partido. O resultado mostrou que 44% das “bases” do PMDB eram a favor da independência do partido em relação ao governo. Outros 40% eram a favor do apoio ao governo tucano. 11,7% eram a favor de o partido manter-se em oposição.⁴⁹⁸ O PMDB era um partido claramente dividido, no entanto, pendendo ao apoio ao governo FHC.

O *Novo Programa Doutrinário do PMDB*, também divulgado nesta edição da Revista 12 de Outubro fora elaborado por um grupo de intelectuais e políticos que não estavam em sintonia de pensamento político econômico dos grupos hegemônicos na época. Sem nos alongarmos muito na exposição, mas eram notadamente pensadores e políticos de linha não ortodoxa e financista. A Comissão de elaboração do novo programa foi coordenada pelo Senador José Fogaça com a presença de André Forster, Carlos Estavam Matias, César Maia, César Busatto, Carlos Lessa, César Barros Piato, João Carlos Torres, João Manuel Cardoso de Mello, João Sayad, Jorge Jateba, Luiz Werneck Vianna, Luis Henrique Bonaventurra, Marcelo Cordeiro, Mauro Santayanna, Nildo Von Lubke, Nelson Ribeiro, Osmundo Rebouças, Orestes Quércia, Paulo Nogueira Batista, Roberto Santos e Zaire Rezende.⁴⁹⁹

Nos princípios básicos do PMDB constavam 14 medidas. Entre elas estava o fim das medidas provisórias do Executivo – “reformas para consolidar a democracia” –, o financiamento dos partidos políticos, por meio de recursos públicos, e no tocante aos monopólios, “o PMDB sustenta que os monopólios do petróleo e das telecomunicações, da área nuclear e do subsolo, são fundamentais ao desenvolvimento do país”, portanto, segundo os princípios básicos do PMDB, no início da era FHC, os monopólios eram “naturais de um Estado soberano”.⁵⁰⁰ No mesmo programa defendiam um modelo de desenvolvimento econômico baseado na economia mista entre capital público e capital

⁴⁹⁷ Revista 12 de Outubro nº1. Ano 2. Mar/1995. p.16. 22 e 23

⁴⁹⁸ Revista 12 de Outubro nº1. Ano 2. Mar/1995. p.29.

⁴⁹⁹ Revista 12 de Outubro nº1. Ano 2. Mar/1995. p.182.

⁵⁰⁰ Revista 12 de Outubro nº1. Ano 2. Mar/1995. p.188.

privado, com uma política industrial que protegesse a indústria nacional.⁵⁰¹ Vemos, claramente, que, no discurso peemedebista, as mazelas do neoliberalismo eram atacadas, e as medidas de ajustes estatais também eram defendidas. Justamente o oposto do que era proposto pelo executivo tucano e debatido, votado e aprovado no Congresso Nacional. Parte disso é o motivo de defendermos a tese de que no PMDB e suas bandeiras levantada representavam interesses de capitais particulares, como o industrial nacional e o agropecuário tradicional, ambos sem vocação hegemônica no período. No geral o partido defendia propostas localizadas, particularistas.

Outro ponto em que nos apoiamos nessa afirmação foi o manifesto redigido pelo PMDB de Goiás, sobre a agricultura brasileira.⁵⁰² Entre as 14 propostas apresentadas estavam a que pedia a suspensão de cobrança, execuções e multas até a concretização das novas regras de crédito rural. No item número dois pedia a suspensão das importações de produtos agrícolas, para facilitar a colocação da produção nacional. O sexto item pedia a exportação de produtos excedentes como milho, e no item 7, pedia a elevação das tarifas de importação de produtos agrícolas, assim como imposição de impostos compensatórios nas importações subsidiadas.⁵⁰³ Estes “compromissos” do PMDB com o setor agrícola passavam longe do “grande” debate que acontecia no Congresso Nacional para a aprovação de medidas estruturais no país. E foi justamente esta cúpula de lideranças peemedebistas que ascendeu politicamente, pois foi ela que se aproximou do governo e dele se tornou interlocutora importantes além de imprescindível convencidora de bancadas.

Em relatório analítico sobre o PMDB, disponível no Acervo da Fundação Ulysses Guimarães, destacava o protagonismo político (sem a pecha de fisiologista), tomando partido em prol das reformas do governo FHC. Segundo a pesquisa feita pela empresa de marketing *Guria Informações e Sistemas*, a imagem do partido na imprensa era ótima. Também é de se supor que a grande imprensa brasileira foi um dos mais importantes divulgadores e propagandistas da ideologia neoliberal, era evidente a imagem positiva construída pela imprensa brasileira.⁵⁰⁴ Segundo a análise da empresa de marketing, “na verdade, os deputados Jorge Tadeu Modalen, Geddel Vieira Lima e Alberto Goldman, praticamente monopolizaram o noticiário sobre a quebra do

⁵⁰¹ Revista 12 de Outubro nº1. Ano 2. Mar/1995. p.205.

⁵⁰² “O PMDB realizou um encontro nacional em Goiás para discutir a agricultura com seus representantes. Desse encontro saiu a Carta de Goiânia, o compromisso do PMDB com a agricultura.” Revista 12 de Outubro nº2. Ano 2. Jun/1995. p.116.

⁵⁰³ *Idem*.

⁵⁰⁴ Fundação Pedroso Horta. Relatório Analítico sobre o PMDB. p.7.

monopólio na distribuição do gás de cozinha, das telecomunicações e da Petrobrás”.⁵⁰⁵ Além disso, Michel Temer era o líder do PMDB na Câmara, o deputado peemedebista Luiz Carlos Santos era líder do *governo* na Câmara e o senador Germano Rigotto era o líder do governo no Senado. Entre outros nomes peemedebistas em evidência pela imprensa, segundo o relatório, Jader Barbalho, João Almeida, Íris Rezende e José Sarney, sempre como figuras centrais das reformas do governo.⁵⁰⁶

No primeiro ano de governo FHC, o PMDB elegeu para a Presidência do partido o experiente político cearense, Paes de Andrade. Sua eleição e a composição da executiva peemedebista, vencendo a chapa liderada pelo governista Alberto Goldman, que veremos no item dois deste capítulo, não espelhava a maioria que estava se formando no Congresso Nacional. Andrade teve sua trajetória política ligada ao nacionalismo, à luta pelo fim da ditadura civil militar. Cearense, era opositorista ferrenho dos tucanos na sua terra natal. Através de seu discurso de posse, podemos perceber que, mesmo no governo, o presidente do PMDB não economizaria nas críticas ao governo FHC.

Segundo Paes de Andrade, em seu discurso, “o PMDB que apoia o governo, por decisão do seu Conselho Nacional, dá sustentação e tem sido colaborador desde a aprovação até o estágio do plano real e do processo de estabilização da economia”. Paes de Andrade reclamava da “realização de alterações e ajustes capazes de reduzir o pesado ônus que hoje se impõe sobre os trabalhadores, agropecuaristas e micro e pequenos empresários.”⁵⁰⁷ Em outro ponto do discurso, Paes afirma que o PMDB apoiava o real, “mas não aceita que o país pague o elevado preço da recessão, do dramático ônus do desemprego”, cobrava política social para gerar “esperança” na população. Por fim, disse: “O PMDB não aceita a privatização a qualquer preço, como agora se quer fazer com a Companhia Vale do Rio Doce.” E terminou o discurso com a seguinte meta: “lançar bases da conquista da Presidência e da maioria dos estados em 1998.”⁵⁰⁸

Em discurso para 17ª Convenção Nacional do PMDB, em 12/01/1997, Paes de Andrade ia fundo na sua verborragia opositorista contra o governo. Na mesma convenção que escolheu Michel Temer como candidato do partido, para presidir a Câmara dos Deputados, Andrade afirmava: “Somos, como partido de centro-esquerda,

⁵⁰⁵ Fundação Pedroso Horta. PMDB e a Reforma Constitucional. p.22.

⁵⁰⁶ Fundação Pedroso Horta. PMDB e a Reforma Constitucional. p.40.

⁵⁰⁷ Nação em Revista Fundação Pedroso Horta. Nº7 out/1997. p.23.

⁵⁰⁸ Nação em Revista Fundação Pedroso Horta. Nº7 out/1997. p.25.

de ideologia *genuinamente brasileira*, a força política mais poderosa do Congresso, e de nossas decisões depende o futuro da democracia.”⁵⁰⁹ Nesta convenção o PMDB também deliberou contrário à privatização da Vale do Rio Doce, após discursos de Itamar Franco, José Sarney, Aureliano Chaves e Barbosa Lima Sobrinho.⁵¹⁰ Como se fosse um partido genuinamente de oposição, o PMDB ainda rejeitou a tese da reeleição por 343 voto contra 198.⁵¹¹

Outro entrevero do PMDB opositorista que podemos descrever foi no 3º Encontro das Fundações Regionais do Paraná, em agosto de 1997. No documento “Proposta do PMDB para o Brasil” existe a transcrição do debate travado por políticos peemedebistas do Paraná em apoio a Roberto Requião, que buscava fomentar sua candidatura à Presidência pelo PMDB. Além disso, o encontro contava com a participação de deputados estaduais do PMDB de Minas Gerais e do economista Luiz Gonzaga Belluzzo, que, na época, destacava-se por não ter mudado de orientação teórica na virada dos anos oitenta para os anos noventa. O tom do debate foi de intensas críticas ao governo FHC e sua política neoliberal.⁵¹²

Foi nesta flagrante divisão que o PMDB chegou ao ano de 1998, decisivo para suas pretensões e para a trajetória política nacional. Enquanto uma ala do partido, liderada por “caciques” peemedebistas do naipe de Itamar Franco, Roberto Requião, Orestes Quércia e Pedro Simon defendia a candidatura própria, outra ala, de maioria parlamentar, defendia e defendeu a reeleição de Fernando Henrique e o apoio, mesmo estando no PMDB. Seus principais nomes eram Jader Barbalho, Michel Temer, Geddel Vieira Lima, Henrique Eduardo Alves, Renan Calheiros, entre outros. Em reunião do Conselho Nacional, no dia 12 de novembro de 1997, o senador Jader Barbalho apresentou uma lista com 34 nomes do partido em apoio à candidatura de FHC.⁵¹³ Também foi apresentada uma lista com 27 assinaturas de prefeitos peemedebistas do Triângulo Mineiro, em apoio ao sociólogo tucano. Por fim, dos 40 votantes do Conselho, 34 votos foram favoráveis à decisão final sobre a candidatura própria, que fosse realizada na Convenção Nacional do partido, que aconteceria em março de

⁵⁰⁹ Nação em Revista Fundação Pedroso Horta. Nº7 out/1997. p.95.

⁵¹⁰ Nação em Revista Fundação Pedroso Horta. Nº7 out/1997. p.111.

⁵¹¹ Nação em Revista Fundação Pedroso Horta. Nº7 out/1997. p.142.

⁵¹² Acervo da Fundação Ulysses Guimarães – “Proposta do PMDB para o Brasil”. 3º Encontro das Fundações Regionais do Paraná, ago/1997.

⁵¹³ PMDB – Conselho Nacional – Livro I, p. 18.

1998.⁵¹⁴ Assim, o imbróglio sobre a candidatura ou não para Presidente era adiado e ficava desautorizada a mudança do calendário das convenções, também ficava proibida a “fala pública em defesa da candidatura própria”, pois seria a convenção nacional que decidiria a linha política do partido, ou seja, o Conselho Nacional lavou suas mãos, pois sabia que qualquer decisão mais contundente não seria respeitada por todo o partido.⁵¹⁵

Mas as principais lideranças do partido agiram e de forma dispare do que foi decidido no Conselho. Não foi difícil encontrar na imprensa posicionamentos acalorados sobre as duas posições em disputa no PMDB. Em edição do jornal *Correio Brasiliense* o presidente do PMDB, Paes de Andrade, defendeu a candidatura própria do partido nas eleições de 1998. Seus argumentos giravam em torno do PMDB ser o maior partido do Brasil, possuir quadros como Itamar Franco, Roberto Requião e José Sarney para concorrer ao pleito eleitoral. O fato das pesquisas eleitorais indicarem a “popularidade do PMDB” e futuras alianças com partidos de esquerda e de centro indicavam a possibilidade real do partido conquistar a Presidência da República. Finalmente, acusou o governo de mudar a legislação eleitoral, no sentido de passar o tempo de TV do PMDB para o PSDB, em caso de apoio do primeiro pelo segundo.⁵¹⁶ No caso dos argumentos favoráveis ao apoio à reeleição de Fernando Henrique Cardoso, coube ao então governador de Goiás, Maguito Vilela. Para o governador, FHC foi fato novo na política nacional.

E, embora candidato à reeleição, desde o primeiro dia de governo não hesitou em tomar atitudes nada eleitoreiras em função do bem do país. Abraçou um desgastante, mas importante processo de privatização, na esteira da globalização internacional. Sem negar a função histórica das estatais, houve por bem transferi-las para a iniciativa privada (...). Graças ao plano real, manteve a estabilização da moeda a ferro e fogo, mesmo diante da grita de especuladores e alguns insatisfeitos setores da classe média. (...) Diante da necessidade premente de haver continuidade sólida para a atual processo de estabilização e modernização do país, entendo que FHC deve ser reeleito presidente por mais 4 anos.⁵¹⁷

⁵¹⁴ Cabia ao Conselho Nacional do PMDB julgar os recursos de atos e decisões da Comissão Executiva Nacional ou dos diretórios estaduais, decidir por proposta da Comissão Executiva Nacional sobre a utilização e funcionamentos dos órgãos de apoio, cooperação e da ação partidária de âmbito nacional, elaborar o seu regimento interno, promover a responsabilidade dos diretórios estaduais, *traçar linha política e parlamentar de âmbito nacional a ser seguido pelos representantes*, decidir as datas das convenções, entre outras atribuições. PMDB – Conselho Nacional – Livro I, p. 20.

⁵¹⁵ PMDB – Conselho Nacional – Livro I, p. 23.

⁵¹⁶ Correio Brasiliense nº 12705, 01/3/1998. p. 26.

⁵¹⁷ Correio Brasiliense nº 12705, 01/3/1998. p. 26.

Em março do mesmo ano o presidente do PMDB, Paes de Andrade, foi acusado de manipular as falas das lideranças peemedebistas que apoiavam o governo durante a propaganda eleitoral vinculada naquele período. As falas em apoio ao governo foram trocadas por outras, gerando revolta da ala governista do partido. Por parte do governo e dos governistas vinha o uso contumaz da máquina pública, como liberação de verbas individuais de parlamentares, projetos e obras de infraestrutura em estados aliados e o uso político de milhares de cargos comissionados em diferentes esferas da administração pública.⁵¹⁸ Segundo um levantamento pelo Jornal Correio Brasiliense, à época, os parlamentares do PMDB haviam indicado 86 nomes para cargos comissionados no governo, inclusive de deputados peemedebistas opositores.⁵¹⁹

Dentre alguns padrinhos estavam Michel Temer, então presidente da Câmara dos Deputados, que havia indicado o delegado de administração do Ministério da Fazenda em São Paulo, e da presidência da Companhia das Docas do Estado de São Paulo (CODESP). Renan Calheiros indicou o superintendente do IBAMA e o delegado de administração do Ministério do Trabalho de Alagoas. Geddel Vieira Lima, que era líder do PMDB na Câmara, havia indicado o presidente da Cia de Docas do estado da Bahia. Isto para ficar nas indicações de cargos que foram expostos pela imprensa. Estes, citados pelo Correio Brasiliense, eram apoiadores entusiastas do governo, já José Sarney, que via imprensa, defendia a tese da candidatura própria (talvez, apenas se fosse a dele) – mas que fora Presidente do Senado Federal entre 1995 e 1997 – também tinha indicação de cargos no governo federal. Conseguiu indicar 4 afilhados políticos do Amapá e do Maranhão na presidência da Teleamapá, os delegados do Ministério das Comunicações e da Educação no estado do Amapá, o presidente do GEAP e o superintendente do Incra.⁵²⁰ Em outra reportagem o Correio Brasiliense chegou a mostrar que 50 deputados federais do PMDB haviam indicado cerca de 80 cargos no governo federal e que todos apoiavam a reeleição de FHC.⁵²¹ Nas palavras do ex-governador do Rio Grande Sul, Antonio Britto, “o PMDB gosta de ser governo.”⁵²²

⁵¹⁸ “TSE acata processo contra FHC por suspeita de favorecimento a governistas do PMDB. Vigilância até para a comida dos delegados.” Correio Brasiliense nº 12712 07/3/1998. p.9.

⁵¹⁹ Correio Brasiliense nº 12713, 08/3/1998. p.11 .

⁵²⁰ *Idem.* p. 12

⁵²¹ “Ganhamos!” Quem comemorou ao telefone, às 19:45 de ontem, o resultado da Convenção do PMDB, era o Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha. Do outro lado da linha, o Presidente FHC. “Dê parabéns a todos os convencionais”, respondeu o Presidente. A comemoração na 1ª pessoa mostra o quanto o governo se empenhou em garantir que o PMDB não tivesse candidato próprio na eleição presidencial de 04 de outubro. Padilha comandou pessoalmente à pressão governista, instalado no gabinete do presidente da câmara, Michel Temer.” *Idem.* nº 12713 capa.

⁵²² Correio Brasiliense nº 12713, 08/3/1998. p.13

Às vésperas da Convenção, o clima era de “conspiração” entre os grupos peemedebistas e os principais interessados na decisão do partido quanto à sucessão presidencial. Na Asa Sul de Brasília, o líder do PMDB, Geddel Vieira Lima, recebeu os convencionais da Bahia e Jader Barbalho fez jantar de confraternização com convencionais do Pará. No Lago Sul, na casa de Paes de Andrade, ali aconteceram reuniões do grupo que coordenava a base da candidatura própria. Na mesma região, o governista Michel Temer recebeu os governistas do estado de São Paulo. Brasília fervia, e na Asa Norte Henrique Eduardo Alves também recebeu convidados do estado potiguar. Já no Eixo Monumental da capital foi o “quartel-general” de Itamar Franco.⁵²³

Dentre os principais interessados no resultado da convenção do PMDB, estava o próprio Itamar, que era o candidato favorito do partido, caso a tese da candidatura própria passasse. Outro interessado era o candidato-presidente Fernando Henrique, que precisava do PMDB fora do páreo, para ganhar a eleição em primeiro turno contra Lula, e, melhor ainda, se pudesse contar com o tempo de televisão do partido. O presidente peemedebista jogava todas as suas fichas políticas na candidatura própria e Jader Barbalho era o principal nome a assumir a presidência do partido, em caso de apoio à candidatura de FHC. O PT e as esquerdas contavam com uma candidatura peemedebista que dividisse os votos do tucano e forçasse o segundo turno com Lula.⁵²⁴

Na 18ª Convenção Nacional Extraordinária do PMDB, em 08 /3/1998, o partido se reuniria para deliberar sobre seu posicionamento para as eleições presidenciais do ano vigente, considerando decisão unânime da Comissão Executiva Nacional. Na abertura dos trabalhos foi lembrado que o partido havia rechaçado a reeleição por 343 votos a 229, e o apoio a Fernando Henrique, por 236 votos a 90.⁵²⁵ Depois disso, o presidente Paes de Andrade defendeu a tese da candidatura própria, seguido por Itamar Franco. Jader Barbalho e o “Ministro Íris Rezende” defenderam a tese contra a candidatura. Inclusive, Rezende afirmou que fora o único a votar contra a adesão ao atual governo, em dezembro de 1994, e que, se o partido decidisse naquela convenção pela candidatura própria, teria que entregar todos os cargos que possuía no governo. Depois a palavra foi passada para Roberto Requião, que defendeu a candidatura do

⁵²³ Correio Brasiliense nº 12712, 07/3/1998. p.4. Estado/ convencionais: AC: 20, AL 10, AM 13, AP 7, BA 32, CE 31, DF 4, ES 21, GO 45, MA 25, MT 10, MS 18, MG 74, PA 39, PB 46, PR 29, PE 8, PI 14, RJ 25, RN 18, RS 58, RO 8, RR 7, SC 37, SP 80, SE 12, TO 11.

⁵²⁴ Correio Brasiliense nº 12713, 08/3/1998. p.11 .

⁵²⁵ Convenção Nacional do PMDB – Livro I. p.78.

PMDB e citou nomes como Itamar, Sarney, Quércia e Ronaldo Cunha Lima, para representar o partido.⁵²⁶

Itamar Franco, quando foi discursar, foi vaiado pelos convencionais, em uma convenção marcada pelas agressões físicas entre governistas e oposicionistas, pela capital federal.⁵²⁷ Por fim, por 389 a 303 a candidatura própria do PMDB não foi aprovada pela Convenção Nacional do partido.⁵²⁸ Era o retrato do partido sem coesão interna, fracionado por disputas regionais, intragovernos. Pela imprensa, o partido era tratado como “o PMDB dos empresários”, representado pelo senador peemedebista Fernando Fonseca, de Pernambuco, presidente da CNI. Havia ainda o “PMDB do Ulysses”, saudosos dos tempos do MDB e a luta contra a ditadura, como Tarcisio Delgado, Mauro Santayana. Existia o “PMDB do Quércia”, de oposição do governo FHC, o “PMDB do Jader”, que apoiava o governo. O “PMDB do Requião”, que era oposição ao governo e apoiava o PT, ainda, o “PMDB do Ronaldo”, na Paraíba, liderado pelo senador Ronaldo Cunha Lima e que compunha praticamente toda a bancada do estado. E claro, o “PMDB do Sarney”, que conseguia ser oposição e governo ao mesmo tempo.⁵²⁹

Após a derrota dos grupos de oposição peemedebistas ao governo federal, era dado como certo o apoio do partido à reeleição de FHC, assim como a renúncia de Paes de Andrade da presidência do PMDB.⁵³⁰ No entanto, Paes de Andrade manteve-se como presidente do partido e, em junho, depois de “batalhas judiciais” protagonizadas por liminares, determinando ou não, a realização da convenção do partido para definir uma nova executiva nacional. Os governistas eram contra a realização da mesma sob a justificativa de que o partido já havia decidido sua posição em março e não aceitavam a presidência de Paes de Andrade. Enquanto Paes preparava a convenção, Michel Temer, líderes e ministros do governo se reuniram para, junto com o Diretório Nacional, destituí-lo do posto.⁵³¹ Mas Paes de Andrade foi preparado para reunião do Diretório Nacional e levou vantagem nas votações. Foi “acusado” de levar a “tropa do MR-8”, o que teria dado vantagem ao político cearense.⁵³²

⁵²⁶ Convenção Nacional do PMDB – Livro I. p.79,80.

⁵²⁷ “Vaias para o ex-presidente” e “Pancadaria marca a convenção do PMDB”. *Correio Brasiliense* nº 12714 09/3/1998.

⁵²⁸ Convenção Nacional do PMDB – Livro I. p.83.

⁵²⁹ *Correio Brasiliense* nº 12715, 10/3/1998. p.8.

⁵³⁰ “Governistas querem que Paes renuncie à presidência.” *Idem*. p.10.

⁵³¹ *Correio Brasiliense* nº 12722, 17/6/1998. p.8.

⁵³² *Idem*.

Por determinação do Tribunal Superior Eleitoral, a 13ª Convenção Nacional do PMDB começara em 28 de junho de 1998. Sob a direção de Paes de Andrade, a ordem do dia foi: a) escolher candidato do partido à Presidência e a Vice-presidência da República; b) decidir sobre coligações com outros partidos. No seu discurso, Andrade, não poupou criticar o governo e a correligionários governistas, principalmente Jader Barbalho, que era o favorito diante da possibilidade de queda de Paes de Andrade. Declarando que “o PMDB são os trabalhadores”, em um discurso carregado de “pérolas políticas”, Paes de Andrade afirmava que o PMDB não aceitaria a posição subalterna de aliados de segunda classe no processo eleitoral. “Somos o partido do Brasil”, bradava Andrade, que terminou o discurso declarando Roberto Requião como candidato do partido.⁵³³ Depois a palavra foi passada para Orestes Quécia, que criticou o neoliberalismo do governo e proclamou um governo desenvolvimentista com Roberto Requião, finalizando o seu discurso com as seguintes palavras:

O PMDB tem candidato à Presidente da República: o senador Roberto Requião, o grande líder do povo do Paraná, que já governou o estado e queria voltar a fazê-lo, mas está, no entanto, disposto a disputar as eleições presidenciais, a fim de que a dignidade nacional encontre a sua verdadeira bandeira. Com ele iremos às urnas e estou certo de que chegaremos ao poder, para devolver ao povo, restaurar o Estado Nacional, retomar o desenvolvimento econômico e assegurar, assim a soberania nacional.⁵³⁴

Ainda falou José Sarney que, apoiando a iniciativa de Paes de Andrade, soltou a pérola: “fui o Presidente da democracia, o Presidente da liberdade, porque era Presidente do programa do PMDB”.⁵³⁵ Na ata da convenção não foi relatada toda a disputa travada. O partido ficou sem candidato, mas não se coligou na chapa de reeleição de FHC. Com a presença de apenas 215 de seus 523 convencionais, não houve maioria, metade mais um de convencionais para decidir nada. O PMDB terminou fora da sucessão presidencial. Os nove minutos de horário eleitoral no rádio e na TV foram divididos entre os outros partidos.⁵³⁶ Assim, a vitória na justiça para a realização da convenção com o boicote da maioria governista saiu como vitória dos oposicionistas.

⁵³³ Convenção Nacional do PMDB – Livro I. p.82. “Tribunal garante convenção do PMDB” e “Política de terra arrasada na convenção do PMDB”, quando governistas anunciaram que fariam boicote à convenção. Correio Brasiliense nº 12823, 27/6/1998. p.8 e 17.

⁵³⁴ Convenção Nacional do PMDB – Livro I. p.85.

⁵³⁵ Convenção Nacional do PMDB – Livro I. p.86.

⁵³⁶ Correio Brasiliense nº 12825 29/6/1998. p.6.

Por fim, durante a campanha política de 1998, mais precisamente em setembro, o PMDB, em Convenção Extraordinária, destituiu a Comissão Executiva Nacional e o Diretório Nacional, para nova executiva e diretório. Apenas três anos depois o partido voltou a se reunir em uma nova convenção nacional. Nas eleições, o PSDB em coligação com PFL e PPB, venceu em primeiro turno, mais uma vez, sem um único debate entre os candidatos à Presidência, Lula pela coligação União do Povo Muda Brasil com PT/PDT/PSB/PCB/PCdoB, Ciro Gomes pelo PPS/PL/PAN, Enéas Carneiro pelo PRONA, Zé Maria pelo PSTU, entre outros.⁵³⁷

Concomitantemente ao processo eleitoral no país, a crise econômica se agravava, pois, desde 1997, estávamos sob forte ataque especulativo no mercado financeiro e pelos reflexos da crise da Rússia, do México e dos chamados *Tigres Asiáticos*. Esse cenário externo era agravado pela política do governo de paridade do dólar com o real, que, embora criasse o eldorado do consumo para os brasileiros com alto padrão aquisitivo, custava bilhões de dólares diários aos cofres públicos e fazia *explodir* nossas dívidas, externa e interna. Como as eleições se aproximavam, e com ela, a agudização da crise, foi intensa a pressão pela reeleição de FHC, e isto foi muito bem trabalhado durante a campanha. “O caos que o país enfrentaria com uma vitória do PT ou do PPS, nas eleições”, e com a falta de debate entre os candidatos, impediu que se rompesse o silêncio da grande mídia em torno da gravidade da crise. Somado a isso havia política recessiva do governo, que estimulava o rentismo, a abertura comercial que fechava fábricas, empresas e atingia também o setor comercial no Brasil.

Durante a campanha, o Fundo Monetário Nacional chegou a fechar um acordo “de ajuda” com o Brasil, intermediado por, nada mais nada menos, que Bill Clinton, então Presidente dos Estados Unidos, mas que, em contrapartida, exigia medidas *draconianas* na economia e soberania nacional, com os assalariados da iniciativa privada e servidores públicos, junto com o patrimônio público, pagando as contas do pesadíssimo ajuste fiscal exigido pelo Fundo. Tão logo FHC tomara posse, o real foi fortemente desvalorizado de R\$ 1,12, para R\$ 1,99, as taxas de juros do governo para títulos da dívida brasileira atingiram a casa dos 40%! A equipe econômica foi reformulada com a vinda de próceres gestores do grande capital especulativo, como Armínio Fraga, entre outros. Além do início de segundo mandato ainda mais ortodoxo e

⁵³⁷ FHC: 53,6%; Lula: 31,71%; Ciro: 10,97%; Enéias (PRONA): 2,14%; Zé Maria (PSTU): 0,29%; Alfredo Sirkis (PV): 0,31%; Ivan Frota (PSC): 0,37%; João de Deus (PTdoB): 0,29%; Sérgio Bueno (PSC): 0,18%; Thereza Ruiz (PTN) 0,25%; Eymael (PSDC): 0,25%.

neoliberal na receita para o tratamento econômico, o acordo com o FMI previa privatização do sistema bancário e de investimento estatal (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES), privatização do restante das estatais, notadamente a Petrobrás, reforma trabalhista e reforma no estatuto dos servidores públicos, que levaram a arrochos salariais, precarização do trabalho e do serviço prestado, entre outras consequências.

Entre as matérias propostas pelo governo estavam: a flexibilização da CLT, o fator previdenciário, o fim do regime jurídico único ou contratação pelo regime CLT no serviço público, criação de conciliação prévia, privatização da previdência dos servidores públicos, redução do prazo prescricional para reclamar direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais, a Lei de Responsabilidade Fiscal, a proposta de isenção aos empregados das custas por arquivamento de ação de rito sumaríssimo na Justiça do Trabalho. Além disso, retração dos investimentos privados e, principalmente, o esgotamento dos investimentos públicos fizeram perseverar o caos na saúde pública, na educação pública, ao cúmulo de, em 2001, enfrentarmos um racionamento de energia elétrica atingindo a população e a indústria, criando um caldo melancólico de fim de governo e a sensação de esgotamento das políticas do receituário neoliberal.

A relação do PMDB com o governo continuou secundária em relação a sua cúpula decisória. Assim, seu apoio, que não era programático como vimos, era fundamentalmente baseado no aparelhamento da máquina estatal, e os escândalos de corrupção recentes deixam isso claro, financiamento de campanhas eleitorais e enriquecimento ilícito. O PMDB continuava com dois ministérios, Justiça e Transportes. Fora mais de centena de cargos comissionados no governo, indicados pelos parlamentares do partido.

Agora, na segunda parte, vamos fazer um balanço do papel do PMDB no parlamento durante a era FHC. Através da análise dos dados mapeados, pretendemos estabelecer, com clareza, a relação dos quadros do partido com a sociedade civil, a posição de classe de seus parlamentares, como cada grupo constituído internamente no partido votou em relação ao governo e as políticas neoliberais. Ao mesmo tempo, vamos analisar a ascensão do grupo governista dentro do Diretório Nacional e na Comissão Executiva Nacional, que culminou com o apoio do PMDB a José Serra do PSDB, nas eleições presidenciais de 2002.

3.2 Um Balanço das reformas do governo FHC, o papel do PMDB e sua composição social.

Faz-se necessário, embora não faça parte do escopo de nossa tese, analisar o fenômeno político-econômico e ideológico que se fez hegemônico ao longo dos anos 1990, o lugar histórico do capitalismo na virada de milênio. Sua importância é vital para contextualizarmos as forças externas e internas que influíram o país a integrar-se (de forma subalterna) à economia de mercado mundializada e predominantemente financeira. Existem diversas leituras marxistas sobre as fases históricas do capitalismo e suas implicações sobre a exploração da força de trabalho através dos últimos três séculos. Contudo, em linhas gerais, um sistema sócio-metabólico que funciona em expansão, dada as condições de acumulação de capital no fim do século XX, e para manter o sistema em expansão era “necessário” ao capitalismo tornar os ativos públicos, notadamente empresas estatais e serviços públicos, em ativos privados geridos com o intuito do lucro. Assim como uma rodada de reformas trabalhistas, com a função de manter a taxa de lucro das empresas em alta e minar a resistência das classes trabalhadoras, em um momento histórico de ascensão do capital.

Diferentemente do que muitos pensam, o “neoliberalismo” não surgiu como resposta à crise do capitalismo na década de 1970, mas sim, como movimento intelectual “ultraliberal” na década de 1940.⁵³⁸ Seu receituário passou a ser usado em ditaduras (como a chilena) e experiências em países centrais do capitalismo, como Estados Unidos e Inglaterra. Posteriormente, foi incorporado pelas grandes agências internacionais do capitalismo, como modelo de gerenciamento econômico para todos os países e, modelo a ser colocado em prática por todos os signatários de acordos de ajuda e socorro econômico. O Brasil, desde Collor, vem praticando essas medidas, em menor ou em maior grau, com ou sem acordos com o Fundo Monetário Internacional. Segundo Andréia Galvão, tratar o fenômeno do neoliberalismo é uma tarefa complexa, pois se trata de um termo de diferentes acepções, 1) ideológica; 2) movimento intelectual e 3) um conjunto de políticas.

Enquanto ideologia, movimento intelectual e política, o neoliberalismo caracteriza-se por dois postulados fundamentais: a apologia do livre mercado e as críticas à intervenção estatal,

⁵³⁸ ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

oferecendo à burguesia novas frentes de acumulação de capital. Essas novas frentes se abrem mediante a adoção de medidas como a privatização de empresas estatais, a desregulamentação dos mercados (especialmente do mercado de trabalho e financeiro) e a transferência de parcelas crescentes da prestação de serviços sociais – tais como saúde, educação e previdência social – para o setor privado.⁵³⁹

As palavras de Galvão apontam a necessidade (crescente e contínua) do capitalismo de buscar novas frentes de acumulação. Dada a fase histórica do capitalismo nos anos 1990, era um momento de ofensiva do capital, como forma de garantir sua expansão sob novas bases. Se no pós segunda guerra mundial, a industrialização expandiu-se para a América Latina e alguns pontos do continente asiático, garantindo crescimento econômico robusto para as economias centrais (exportadoras de capitais, da tecnologia e das fábricas) e aceleração das transformações capitalistas pelo planeta. Este desenvolvimento desigual e combinado do capital foi abalado pela emergência da crise dos anos 1970, 1980 pelo esgotamento do modelo de bem estar-social, do modelo de produção fordista e do modelo de substituição das importações dos países periféricos. O acúmulo de capital proveniente da “era de ouro” do capitalismo, tornar-se-á predominantemente financeirizado e já não teria novas fronteiras a expandir.

As medidas de alavancagem vieram na tendência apontada por Marx, da supremacia cada vez maior do valor de troca sobre o valor de uso das mercadorias. Patrimônio público, setores industriais estratégicos, serviços públicos tornaram-se objeto de lucro e mercantilização, com as privatizações. Ainda, com a superação do modelo fordista por outro que reduzia custo do capital constante com novas tecnologias e novas formas de organização que visavam à otimização ainda maior do tempo como forma de garantir maior produtividade e consequente extração de mais valor. Para dar cabo das privatizações e flexibilizações das leis trabalhistas e financeiras, os Estados e seus agentes, assim como seus principais interessados (as diversas frações das classes dominantes) utilizaram de altas doses da mescla entre consenso e coerção para impor as medidas econômicas/ trabalhistas em novos moldes.

Cada país sofreu, de forma desigual e combinada, os impactos da crise capitalista nas últimas décadas do segundo milênio. Evidentemente, os impactos nos países periféricos foram com altas doses de coerção e medidas mais draconianas. No Brasil, essas medidas privatizantes já vinham sendo tomadas desde o final dos anos 1970. No entanto, foi a partir do governo Collor que a ideologia, o movimento

⁵³⁹ GALVÃO, Andreia. *Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil*. São Paulo: Revan, 2007. p.36.

intelectual e o conjunto de medidas ganharam contornos hegemônicos na sociedade civil e política do Estado no país.

As reformas dos governos Collor e FHC e seu impacto sobre os assalariados e o movimento sindical foram muito discutidos no Brasil, entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Isso se deu como reflexo das medidas aprovadas e suas repercussões na sociedade brasileira. O desemprego bateu recorde, as indústrias e os salários encolheram. Neste período foram publicadas dezenas de pesquisas relacionadas, principalmente em editoras como a Boitempo, Expressão Popular, entre outras, que consolidaram a temática da sociologia do trabalho e da história social do trabalho. Departamentos de História e de Sociologia se destacaram no desenvolvimento de diversas pesquisas como de História Social da UFF, ao PPGSA, da UFRJ e seu grupo de pesquisa sobre sociologia do trabalho, assim como os departamentos de Sociologia e Economia da UNICAMP. Existem centenas de livros publicados sobre a era FHC e seus impactos sobre o emprego, a renda, o sindicalismo no mundo da multifuncionalidade toyotista. E o contexto histórico que a maioria dos autores produziu suas pesquisas era de ataque aos direitos trabalhistas, às formas tradicionais de organização da classe trabalhadora.⁵⁴⁰ Portanto, existem análises e balanços com múltiplas abordagens críticas sobre o período FHC. Alguns deles são, inclusive, de intelectuais do Partido dos Trabalhadores e outros partidos de esquerda.

Entre eles podemos citar o livro de Marcio Pochmann e Altamiro Borges, “Era FHC” A Regressão do Trabalho”, publicado pela editora Anita Garibaldi. Nesta obra, publicada em 2002, último ano de governo FHC, Pochmann, desenvolve uma análise

⁵⁴⁰ Cf. ANTUNES Ricardo (org.) *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação Produtiva no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002. RAMALHO, José Ricardo & SANTANA, Marco Aurélio (org.) *Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003. GOUNET, Thomas. *Fordismo e Toyotismo: na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999. CARDOSO, Adalberto Moreira. *A Década Neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003. ALVES, Giovanni. *A Condição de Proletariado: A precariedade do trabalho no capitalismo global*. Londrina: Práxis, 2009. ALVES, Giovanni. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000. POCHMANN, Marcio. *O emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo, 2001. ARAÚJO, Ângela (org.) *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002. TEIXEIRA, Rodrigo. “Para onde foi a CUT: do classismo ao sindicalismo social-liberal”. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. PEREIRA, Sérgio. *Sindicalismo e Privatização: O Caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. UFRJ. BOITO JR, Armando. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Entre outros.

sobre o desemprego, suas causas, bem como sobre a precarização do trabalho e do salário durante a “Era FHC”. Escrito como um balanço analítico de um período de governo, a obra vem descrevendo toda a legislação aprovada no período e seus impactos sobre os trabalhadores e seus sindicatos. Na lista do Ministério do Trabalho do governo tucano, na busca de inserir o Brasil subalternamente à lógica do livre mercado, os objetivos eram flexibilizar direitos, rebaixar as condições salariais, e assim, elevar a taxa de lucro das empresas. Saída típica de governos hegemonicamente burgueses, numa fase histórica que exigia mudanças. Mas quais mudanças?

No Brasil, com suas correlações de forças da década de 1990, ocorreu um enorme desmonte e precarização da força de trabalho. Nosso objetivo aqui é, em cima do que foi aprovado pela Câmara dos Deputados e no Senado Federal, chegar ao grau de participação do PMDB no processo.⁵⁴¹ Com base no mapeamento que fizemos sobre as pesquisas do DIAP (sobre as reformas constitucionais do governo de Fernando Henrique Cardoso, bem como suas nas reformas trabalhistas), analisaremos e descreveremos as trajetórias, posições de classe, vínculos de quadros peemedebistas na sociedade civil e política, assim determinando o caráter de classe do partido. Antes, porém, vamos descrever as medidas precarizantes do governo durante o período, listando seus retrocessos da “fúria flexibilizadora”, que foi agudizada após os acordos entre o Brasil e o FMI o qual impôs que, em troca de ajuda destinada por ele, o Brasil faria “modernizações” nas suas legislações financeiras e trabalhistas.⁵⁴²

MP nº 1.053, convertida na Lei nº8542. No bojo do Plano Real, determinou a “livre negociação” entre as partes, proibindo a indexação dos salários. Na prática, extinguiu a política salarial, resultando em recorrentes perdas do poder aquisitivo dos trabalhadores;

Lei nº8.949, de dezembro de 1994. Por ironia da história, o PL regulamentando a cooperativa foi sugerido pelos setores populares. Entretanto, foi absorvido pelo patronato e hoje serve para evitar os

⁵⁴¹ “Na década de 90, o governo abusou das autoritárias Medidas Provisórias (MP’s), que dispensavam a participação efetiva do Congresso Nacional, para promover a desregulamentação do trabalho. Além disso, apresentou vários Projetos de Lei (PL’s) em regime de urgência de votação, também para abafar o debate na sociedade e no próprio parlamento. Através destes expedientes legislativos e das portarias e normas do Ministério do Trabalho, o governo foi aos poucos, adulterando toda a legislação trabalhista. POCHMANN, Marcio. *Era FHC: a regressão do trabalho*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002. p.67.

⁵⁴² “No mesmo texto, FHC presta contas ao FMI dos estragos efetuados. “O governo deu passos importantes na modernização da legislação trabalhista e para melhoria das políticas de mercado de trabalho. As seguintes medidas implantadas foram: i) adoção de um sistema de demissão temporária para reduzir demissões definitivas; ii) regulamentação de contratos de trabalho de meio-período e temporário; iii) flexibilidade no número de horas trabalhadas para reduzir custos de horas extras; iv) extensão dos benefícios do seguro desemprego aos trabalhadores desempregados há muito tempo; v) melhoria nos sistemas de treinamento e retreinamento.” POCHMANN, Márcio. *op.cit.* p.65.

encargos das leis trabalhistas, com a criação de milhares de falsas cooperativas, as “coopergatos”.

Lei nº 9.032, de maio de 1995. O PL, apresentado pelo governo valendo-se do regime urgência, tratou do reajuste do salário mínimo. Entretanto, de forma subliminar, promoveu alterações na lei sobre benefícios previdenciários. Entre outros retrocessos, substituiu o salário contribuição pelo salário benefício e reduziu em 50% o valor do auxílio-acidente.

Portaria 865, de setembro de 1995. Editada pelo Ministério do Trabalho, impediu a atuação das empresas por desrespeito às convenções e acordos trabalhistas. Ao invés de multa, determinou que os fiscais apenas registrem a ocorrência de práticas ilegais;

Lei nº 9.300, de 1996. Originado do PL de deputado Odelmo Leão (PPB/MG), reduziu o valor das indenizações dos assalariados rurais, excluindo das verbas rescisórias a incorporação das parcelas pagas *in natura* durante a relação empregatícia;

Decreto 2.100, de dezembro de 1996. O governo denunciou a Convenção 158 da OIT, retirando o direito brasileiro a norma mundial que limita a demissão imotivada;

Portaria nº 02, de maio de 1996. Dobrou o tempo do serviço temporário de três para seis meses e flexibilizou os critérios para a contratação. Na ocasião, o próprio ministro Paulo Paiva confessou que ela foi sugerida pelas empresas locadoras de mão-de-obra;

Lei nº 9.525, de 1997. O PL, apresentado pelo governo, fixou a possibilidade de dividir as férias dos servidores públicos federais em até três etapas. Foi aprovado em regime de urgência, sem qualquer consulta às entidades sindicais do funcionalismo.

MP nº 1.523, convertida na Lei 9.528, de 1997. Criou uma nova modalidade de extinção do contrato de trabalho, a partir da solicitação da aposentadoria proporcional. Ela ainda limitou o acesso do trabalhador ao benefício previdenciário do auxílio-acidente;

MP nº 1.530, convertida na Lei nº 9.468, de 1997. Instituiu o Plano de Demissão Voluntária dos servidores federais, sendo depois seguida pelos estados e municípios;

Lei nº 9.527, de dezembro de 1997. Eliminou ou modificou 53 artigos da Lei 8.221, de 1990, retirando vantagens do regime jurídico único dos servidores públicos federais;

MP nº 1.539, remunerada para 1.619 e 1.698 e convertida na Lei nº 10.101. Reeditada desde o final de 1994, regulamentou a Participação nos Lucros e Resultados. A PLR não é incorporada aos salários e benefícios, sendo um meio eficaz de flexibilização da remuneração. Permitiu ainda o trabalho dos comerciários aos domingos;

MP nº 1.415, convertida na Lei nº 9.971. Reeditada desde 1996, fixou o valor do salário mínimo sem observar os preceitos constitucionais que obrigam que este deve cobrir os gastos com alimentação, moradia, vestuário, saúde, educação, etc.;

Lei nº 9.601, de 1998. Aprovado em dezembro de 1997, esta PL do Executivo instituiu o “contrato por tempo determinado”, conhecido “contrato temporário”. O trabalhador contratado por este mecanismo não tem direito ao aviso prévio e a multa de 40% sobre o FGTS quando da sua demissão. Além disso, o valor do depósito no FGTS é reduzido de 8% para 2%, assim são reduzidas as contribuições para o INCRA, salário-educação, seguro acidente de trabalho e o Sistema “S”. A lei também permitiu a jornada semanal superior às 44 horas previstas na Constituição sem pagamento das horas extras. Criou a

figura do “banco de horas”, determinando a compensação no período de um ano.

MP nº1.709, remunerada para 1.779 e 2.168. Vigorando desde 1998, criou a figura do contrato parcial de trabalho. Permite a jornada semanal de no máximo 25 horas, com redução proporcional do salário e do tempo de férias – que pode ser de oito dias;

MP nº1.726, de 1998. Instituiu a “demissão temporária”, com suspensão do contrato de trabalho por cinco meses. Neste período, o “demitido” recebe o seguro-desemprego, custeado pelo FAT, um fundo público oriundo das contribuições dos assalariados.

Lei nº9.608, de 1998. De autoria do deputado Paulo Bornhausen (PFL/SC), definiu o serviço voluntário como uma atividade não empregatícia, sem custos trabalhistas.

Lei nº 9.957, de 2000. Apresentado pelo governo, em regime de urgência, o PL criou o “procedimento sumaríssimo” nas ações judiciais com valor inferior a 40 salários mínimos;

Lei nº 9.958, de 2000. Também de autoria do Executivo, criou as comissões paritárias de conciliação prévia (CCP), que inviabilizam a reclamação dos direitos na Justiça.

MP nº 1.960, convertida na Lei nº 10.206, de março de 2001. Num ajuste do Plano Real, proibiu a indexação salarial e a correção automática dos salários (o “gatilho”);

MP nº 2.104, convertida na Lei nº10.208, 2001. Introduziu a possibilidade do empregado doméstico receber FGTS e seguro desemprego, por opção do empregador;

MP nº 2.197. Editada em dezembro de 2000, criou dispositivo que dificulta o acesso de advogados ao pagamento, em processo judicial, da dívida trabalhista relativa ao FGTS.⁵⁴³

Na 55ª Legislatura (1995 a 1998), o PMDB foi de 107 deputados para 86 e 17 senadores.⁵⁴⁴ A partir do mapeamento da bancada do PMDB pode-se ver uma definição ideológica clara, um perfil mais bem definido de padrão de seus quadros partidários. Primeiramente, vale o registro que o PMDB fazia parte da base aliada ao governo FHC, e a maioria de seus parlamentares aprovou as propostas do Executivo, Michel Temer foi Presidente da Câmara dos Deputados entre 1997/1998 e 2001/2002, e parlamentares peemedebistas, como Geddel Vieira Lima, Henrique Eduardo Alves e Moreira Franco relataram projetos dos mais importantes para o governo. Nesta legislatura, os estados da federação com maiores representantes do PMDB foram Minas Gerais, com 13 congressistas, Rio Grande do Sul, Goiás e Paraíba, com 09 parlamentares cada.⁵⁴⁵ Não mera coincidência, foram os estados que tiveram maior ascendência sobre o governo, uma vez que os diretórios desses estados apoiaram a campanha vitoriosa de FHC e

⁵⁴³ *Idem.* p. 69,70 e 72.

⁵⁴⁴ MENEGUELO, Raquel. *op.cit.* p. 172.

⁵⁴⁵ DIAP

também elegeram mais deputados e senadores. Para o governo isso representava apoio e votos aos seus projetos liberalizantes.

Os ministros peemedebistas foram do Rio Grande do Sul, como Nelson Jobim, no Ministério da Justiça e Eliseu Padilha, no Ministério dos Transportes. Com a indicação de Jobim ao Supremo Tribunal Federal, o peemedebista escolhido por FHC foi a grande liderança política de Goiás, Íris Rezende. O líder do governo no Senado Federal foi o então peemedebista Ronaldo Cunha Lima, cuja família hegemonizava a política paraibana. A bancada de Minas Gerais, apesar da influência de Itamar Franco, votou fragorosamente com o governo, salvo algumas exceções. Em outros termos, as alianças firmadas durante a campanha eleitoral valeram para o governo e o partido, em troca de cargos e votos favoráveis às medidas neoliberais.

Em relação às profissões das bancadas do PMDB, o partido era e é muito heterogêneo. No entanto, algumas profissões são mais frequentes, o que nos permite, inicialmente, traçar o perfil de classe peemedebista durante os anos noventa. As três profissões mais recorrentes no partido eram: advogados, agricultores e médicos.

Tabela 3.2: Advogados no PMDB (no total 30)

Renan Calheiros	AL	Roberto Paulino	PB
Paes de Andrade	CE	Ronaldo Cunha Lima	PB
Etevalda Grassi de Menezes	ES	Djalma de Almeida César	PR
Nair Xavier Lobo	GO	Roberto Requião	PR
Íris Rezende	GO	Silvio Pessoa	PE
Gastão Vieira	MA	Jorge Wilson	RJ
Pedro Novais	MA	João Henrique	PI
Carlos Bezerra	MT	Pedro Simon	RS
Ramez Tebet	MS	Edison Andrino	SC
Antonio do Vale	MG	Casildo Maldaner	SC
Mauro Lopes	MG	Carlos Apolinário	SP
Asdrubal	PA	Edinho Araujo	SP
José Priante	PA	Hélio Rosas	SP
José Luiz Clerot	PB	Michel Temer	SP
Ricardo Rique	PB		

Fonte: elaboração própria a partir dos estudos do DIAP: *Quem foi quem nas Reformas Constitucionais do governo FHC. Quem foi quem nas reformas trabalhistas.*

Obviamente, pelo fato de serem advogados, isso não lhes confere o pensamento homogêneo e o mesmo lado político, ainda que no mesmo partido. As trajetórias de vida e a forma como votaram nas emendas constitucionais e projetos de lei, a favor ou contra

o governo FHC, são o que nos dizem mais sobre suas condições de classe. Entre os advogados que, de fato, foram juristas e estudiosos do direito estavam Pedro Simon, José Luiz Clerot, Edinho Araujo, Gastão Vieira e Michel Temer. Cada um deles fazia parte de um grupo no interior do PMDB. Simon era um contumaz opositor do governo, Edinho Araújo era ligado a Orestes Quércia e Michel Temer era o líder da ala governista do PMDB, na Câmara dos Deputados, da qual fazia parte Gastão Moreira. Clerot era experiente e ligado a Ronaldo Cunha Lima, mas manteve independência do governo, votando contra a quebra dos monopólios e o contrato temporário.⁵⁴⁶

Dentre os advogados que não votaram com o governo estavam Paes de Andrade, Presidente do PMDB e principal opositor do governo no partido, Roberto Requião, liderança peemedebista no Paraná e candidato à Presidência, apoiado pelas pelos grupos oposicionistas do PMDB, e Edison Andrino, que “mesmo adepto à economia de mercado”, nas questões trabalhistas, votou contra o governo, fazendo assim as exceções à parte, pois o restante dos “advogados” do PMDB, no geral, votou com o governo.

No meio deles, a maioria era composta por políticos profissionais, sem vínculos orgânicos na sociedade civil, mas com empregos na iniciativa privada ou no setor público. Outros são advogados, mas exerciam outras profissões, como empresários (em diversos ramos econômicos), agricultores, servidores públicos, etc.

Tabela 3.3: Advogados e outras ocupações

Empresários	Carlos Bezerra Ronaldo Cunha Lima Edison Andrino Casildo Maldaner Carlos Apolinário
Políticos Profissionais	Renan Calheiros Nair Xavier Lobo Pedro Novais ? Ramez Tabet José Priante Silvio Pessoa
Agricultores	Iris Rezende
Pastor Evangélico	Jorge Wilson

⁵⁴⁶ Trabalhou no Ministério da Educação e Cultura entre 1957 a 1960 e era jurista respeitado. DIAP

Funcionários Públicos	Antonio do Vale
	Mauro Lopes
	João Henrique
	Hélio Rosas

Fonte: Fonte: elaboração própria a partir dos estudos do DIAP: *Quem foi quem nas Reformas Constitucionais do governo FHC. Quem foi quem nas reformas trabalhistas.*

Em termos gerais, esse conjunto profissional no PMDB era conservador, liberal na economia e vinha após uma trajetória bem sucedida em suas profissões e ascendia à política. Não à toa, o primeiro líder do PMDB na Câmara, em 1995, no início do governo FHC, foi Michel Temer, tido como profundo conhecedor de assuntos constitucionais e famoso acadêmico do direito. Assim começou sua liderança sobre os demais. Outro grupo muito importante na composição parlamentar do PMDB, nos anos noventa, foi a dos agricultores. Podemos dizer que era uma das principais forças políticas no interior do PMDB, mas, como veremos, não se constituiu como uma força hegemônica dentro do partido. Seus membros eram esses:

Tabela 3.4: Proprietários de Terras no Congresso Nacional pelo PMDB (no total de 20)

João Thomé Mestrinho	AM	João Magalhães	MG
Geddel Vieira Lima	BA	Roberto Paulino	PB
Pinheiro Landim	CE	Moacir Michelleto	PR
Adelson Salvador	ES	Confúncio Moura	RO
Orcino Gonçalves	GO	Neuto de Couto	SC
Íris Rezende	GO	Valdir Colato	SC
João Saad	GO	Carlos Nelson	SP
Mauro Miranda	GO	Cleonâncio Fonseca	SE
Tete Bezerra	MT	Freire Júnior	TO
Carlos Bezerra	MT	Oscar Goldoni	MS

Fonte: elaboração própria a partir dos estudos do DIAP: *Quem foi quem nas Reformas Constitucionais do governo FHC. Quem foi quem nas reformas trabalhistas.*

Em comum, eram praticamente todos conservadores e apoiavam, incondicionalmente, o governo federal. A sua maioria era oriunda da última fronteira agrícola aberta no Brasil, nos anos da ditadura civil-militar, a Amazônia. Estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins estavam representados no interior do partido, além dos estados do centro-sul tradicionais na agricultura como: Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No entanto, não era um grupo coeso dentro do partido, nem compartilhavam de um discurso hegemônico. A maior expressão desta bancada dentro do PMDB foi o encontro

nacional, organizado pelo diretório estadual de Goiás, liderado por Íris Rezende, quando surgiu a chamada “Carta de Goiânia”. Como já apontamos, este manifesto pedia a defender demandas particularistas dos agricultores mais “tradicionais” da produção brasileira. O discurso era localizado, sem perspectiva hegemônica que englobasse o conjunto da sociedade. Contudo, havia parlamentares representantes do agro *business* brasileiro, mas que não “apitavam” muito no partido.

Os únicos parlamentares peemedebistas a votar contra o governo foram os deputados federais Adelson Salvador, do Espírito Santo, tido como de atuação discreta, era pecuarista, de esquerda e municipalista (quercista) e Cleonânicio Fonseca, agropecuarista e citricultor. Este último foi da UDN, Arena, PDS, PFL e PRN até chegar ao PMDB, em 1993.

Tabela 3.5: Proprietários de Terras e outras ocupações

Nome	UF	Ocupação	Trajectoria
João Thomé Mestrinho	AM	tido como independente do governo	Filho de Gilberto Mestrinho. Nas eleições de novembro de 1982 João Tomé elegeu-se deputado estadual. Integrante da comissão de delegados da Assembleia Legislativa que compareceu ao Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985, apoiou o candidato opositor Tancredo Neves, eleito pela Aliança Democrática, uma união do PMDB com a dissidência do Partido Democrático Social (PDS) abrigada na Frente Liberal eleito vice-prefeito de Manaus no pleito de outubro de 1992. Vice-líder do PMDB (1993), titular da Comissão de Agricultura e Política Rural (1993-1994) e suplente da Comissão de Viação e Transportes (1994). Participou nos anos 80 de visitas e intercambio na URSS, Cuba e Israel.
Geddel Vieira Lima	BA	pecuarista	Era líder do PMDB, era adepto das agendas de FHC, como líder do 2º maior partido de apoio. Votou, articulou e defendeu, em pronunciamentos, a emenda da reeleição, as reformas administrativa e previdenciária. Na ordem econômica, apenas absteve-se na quebra do monopólio do petróleo,

			apoando as demais.
Pinheiro Landim	CE	empresário rural e membro da bancada ruralista	votava sempre à risca com o governo FHC
Adelson Salvador	ES	pecuarista de esquerda, municipalista	Parlamentar independente, de atuação discreta
Orcino Gonçalves	GO	técnico agrícola e empresário rural	Conservador, já pertenceu ao PRN e PST. Membro da bancada ruralista. Discreto, outro do grupo de Íris Rezende, votou integralmente com o governo.
Íris Rezende	GO	senador, advogado e agropecuarista	Governista e líder político do estado de Goiás.
João Saad	GO	senador, empresário rural e industrial	Era homem de confiança de Íris Rezende. Apoiou incondicionalmente as propostas do governo
Tete Bezerra	MT	enfermeira e microempresária era da bancada ruralista	Esposa do senador e ex-governador Carlos Bezerra. Tem preocupações sociais e filantrópicas. Adepta da economia de mercado e fiel ao governo. Apoiou as reformas da ordem econômica, inclusive a extinção da proteção à empresa nacional e a quebra dos monopólios.
Carlos Bezerra	MT	senador, advogado e empresário oriundo do MDB	Foi presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural e suplente das comissões de Saúde e do Interior. Nas votações das emendas constitucionais propostas pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1995 acompanhou a orientação da base parlamentar governista, votando a favor do fim do monopólio estatal das telecomunicações e na exploração do petróleo, e da quebra do monopólio dos estados na distribuição de gás canalizado. Também foi favorável à abertura da navegação de cabotagem às embarcações estrangeiras e ao fim de todas as diferenças jurídicas entre as empresas de capital nacional e as de outros países. Publicou <i>Mato Grosso: o futuro agora</i> (1998), <i>Mataram Teodomiro</i> (1998); <i>Agricultura – subsídios para dívidas agrícolas é questão de justiça</i> ; <i>Mato Grosso a volta por cima</i> .

João Magalhães	MG	empresário rural	Pertenceu ao grupo dos cafeicultores. Já pertenceu ao PDS, PFL e PPB, governista
Roberto Paulino	PB	empresário e advogado, proprietário da Agrovale e Itamaris comércio e representação	No pleito de outubro de 1994 foi eleito deputado federal com 31.644 votos na legenda do PMDB, coligado ao Partido Progressista Reformador (PPR), ao Partido Social Cristão (PSC), ao Partido Popular Socialista (PPS), ao Partido Progressista (PP), ao Partido Social Democrático (PSD), ao Partido Republicano Progressista (PRP) e ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Assumiu seu mandato em fevereiro de 1995, passando a integrar como titular a Comissão de Agricultura e Política Rural e como suplente a Comissão de Viação e Transporte.
Moacir Michelleto	PR	engenheiro agrônomo, administrador rural	Presidente do Sindicato Rural de Assis Chateaubriand.
Confúncio Moura	RO	médico, pecuarista e integrante da bancada da saúde	Divergiu do governo apenas na quebra dos monopólios e no tocante a acidente de trabalho
Neuto de Couto	SC	contador, administrador, agropecuarista e industrial	Integrava a bancada ruralista
Valdir Colato	SC	engenheiro agrônomo, uma das principais lideranças da bancada ruralista	Votou com o governo, exceto a favor da quebra dos monopólios e na privatização do seguro de trabalho dos assalariados
Cleonâncio Fonseca	SE	agropecuarista e citricultor, foi da UDN, Arena, PDS, PFL e PRN	Reeleger-se deputado federal no pleito de outubro de 1998, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ao qual se filiara em outubro do ano anterior. Votou a favor do teto de 1.200 reais para aposentadorias no setor público e do estabelecimento de idade mínima e tempo de contribuição para o setor privado, itens fundamentais para a definição da reforma da previdência.
Freire Júnior	TO	economista e agropecuarista, 3º mandato	Inimigo do então governador, Siqueira Campos, foi integrante da bancada ruralista e da Amazônia. Filho do ex-deputado José Freire, foi diretor de crédito rural e vice-presidente financeiro do Banco de Crédito de Goiás. Adepto da

			economia de mercado aprovou sem restrições as emendas da ordem econômica. (1)
Oscar Goldoni.	MG	empresário e agricultor	Ex-PDT, suinocultor e industrial do ramo de óleo de soja e produção de aguardente, votava com a bancada ruralista. Mesmo no PDT, votou pela quebra dos monopólios, quando foi forçado a sair do PDT. Votou contra a reeleição. Apoiou a precarização dos servidores.
Carlos Nelson	SP	arquiteto e empresário rural de Mogi-guaçu	Adepto de um sistema econômico misto, com participação do Estado e da iniciativa privada. Apoiou incondicionalmente as medidas econômicas do governo (2)
Ivandro Cunha Lima	PB	advogado, tabelião e agropecuarista	irmão de Ronaldo Cunha Lima. (4)

Fonte: elaboração própria a partir dos estudos do DIAP: *Quem foi quem nas Reformas Constitucionais do governo FHC. Quem foi quem nas reformas trabalhistas.*

Entre os parlamentares peemedebistas os que se declaravam *empresários* representava um número expressivo. Demonstrava o caráter burguês e conservador do partido, e como ele era aberto a lideranças políticas do interior do país, que ascendiam à política na medida em que ascendiam em seus “negócios” privados, separadas de outras atividades profissionais dos parlamentares, esta era uma das principais ocupações dentro do partido, para além dos “empresários-rurais”. Eram, claro, favoráveis às medidas do governo tucano e a alguns de seus líderes, como Sandro Mabel, empresário do ramo alimentício, e o industrial Fernando Bezerra, então presidente da Confederação Brasileira da Indústria.

Tabela 3.6: Empresários

Nome	UF	Ocupação	Trajectoria
Chico Brígido	AC	Comerciante e contador	Foi tesoureiro do Sindicato das Farmácias. Foi acusado de vender o mandato de vereador à suplente Adelaide de Neri. Mas divergiu com o governo FHC. Votou contra a reeleição, contra o fim do monopólio do petróleo e das telecomunicações.
Nabor Jr.	AC	Senador, comerciante	Embora declarasse ser de centro-esquerda, foi signatário do Centrão. Liberal, apoiou incondicionalmente as propostas econômicas do governo.

José Sarney	AP	Presidente do Senado	Nas questões econômicas se absteve. Liberal, foi um dos defensores e condutores das reformas constitucionais do governo FHC. Apoiou a reeleição e as reformas trabalhistas.
Pedro Iruto	BA	espanhol, empresário, dono de conglomerado de comunicação, rádio AM	FM. Era uma das maiores fortunas da Bahia. Foi coordenador da campanha de Collor na Bahia, depois rompeu com o PRN. Era neoliberal e governista.
Simara Ellery	BA	professora e empresária	Esposa do prefeito de Camaçari. Negócios na construção civil. Nitidamente governista, votou sempre contra os trabalhadores.
Pinheiro Landim	CE	empresário	Fazia parte da bancada ruralista. Votava à risca com FHC, além de compor a ala governista do PMDB.
Lídia Quinan	GO	enfermeira, empresária, dona do Grupo Orogás	Presidiu a Fundação Legionária do Bem-estar social e a Organização de Voluntárias de Goiás. Tida como defensora do livre mercado.
Sandro Mabe	GO	administrador de empresas e empresário, vice-líder do PMDB	Debatedor assíduo na comissão de trabalho, defendia maior flexibilidade e desregulamentação das relações de trabalho. Líder sindical patronal, era entusiasta da economia de mercado e da livre competição.
José Sayad	GO	senador, empresário rural e industrial	Homem de confiança de Íris Rezende. Apoiou incondicionalmente as propostas do governo.
Tete Bezerra	MT	enfermeira e microempresária	Era da bancada ruralista. Adepta da economia de mercado e fiel ao governo. Apoiou as reformas econômicas, inclusive a extinção da proteção à empresa nacional e a quebra de monopólios.
Oscar Goldoni	MS	empresário e agricultor	Ex-PDT suinocultor e industrial nos ramos de óleo de soja e produção de aguardente, votava com a bancada ruralista. Mesmo no PDT votou pela quebra dos monopólios, quando foi forçado a deixar o partido trabalhista.
Fernando Diniz	MG	empresário e administrador de empresas	Proprietário do maior frigorífico de Minas Gerais, é ligado ao ex-governador Newton Cardoso. Alinhado com o Planalto.
Marcos Lima	MG	engenheiro civil e empresário	Pertenceu ao PP. Liberal reformista foi do Centrão durante a constituinte, mas era independente em relação ao governo federal e votou contra a precarização das relações de trabalho.
Maria Elvira	MG	relações públicas, jornalista e empresária	Presidiu a Associação Comercial de Minas Gerais, e foi vice-presidente da Federação Mineira da Mulher e Confederação das Mulheres do Brasil. Votava com as bancadas ruralistas.
Ronaldo Perim	MG	empresário da construção civil da região de Governador Valadares	Nas questões econômicas e trabalhistas votou com o governo.
Silas Brasileiro	MG	empresário da região de Patrocínio e fundador do Hospital Evangélico	Votava com as bancadas ruralistas e evangélica. Grande cafeicultor de Patrocínio. Governista, apoiou incondicionalmente as propostas do Planalto.
Elcione Barbalho	PA	pedagoga, empresária e compunha a linha	Ex-esposa de Jader Barbalho.

		quercista	
Mário Martins	PA	Eempresário, ex-presidente do sindicato do transporte de passageiros.	Seguia a orientação partidária do PMDB.
Roberto Paulino	PB	Eempresário e advogado	Proprietário da Agrovale e Itamaris Comércio e representação.
José Chaves	PE	Engenheiro civil e empresário	Apoiou o governo, tanto nas votações de ordem econômica, como nas questões trabalhistas.
Fernando Bezerra	RN	Senador, engenheiro civil e empresário	Era suplente de Garibaldi Alves. Dirigente sindical patronal, e era Presidente da CNI. Por 5 vezes dirigiu a FIERN. Era fiel ao governo e ao PMDB.
Nelson Proença	RS	Administrador de empresas, proprietário de rádios e TV	Pertencia à bancada da comunicação. Ficou boa parte do mandato exercendo cargos no governo do Rio Grande do Sul.
Wilson Cignachi	RS	Empresário da região de Farroupilha, ex presidente da COHAB/RS, atuava na área da construção civil	Era adepto da economia de mercado e apoiou integralmente as propostas do governo.
Marluce Pinto	RR	Senadora, empresária	Ex-PDS e ex-membro da Executiva Nacional do PTB, em 1988, era do centrão. Esposa do ex-governador Ottomar Pinto, desenvolveu intensa atividade assistencial. Habilmente, alinhava-se aos conservadores. Sempre foi governista.
Edison Andrino	SC	Advogado e empresário	Presidiu a associação dos municípios da grande Florianópolis e a Federação Catarinense de Associações de Municípios. Era adepto da economia de mercado e votava com o governo.
Neuto de Couto	SC	Contador, administrador, agropecuarista e industrial.	Era integrante da bancada ruralista.
Carlos Apolinário	SP	Empresário e advogado membro da bancada evangélica, tinha discurso moralizador.	Era aliado político do ex-governador Fleury. Votava com o governo.
Marcelo Barbieri	SP	Comerciante e empresário, pertencia ao grupo de Orestes Quércia.	Votou contra o governo, mesmo integrando um partido da base. Seguia fielmente seu líder Quércia.
Wellington Roberto	PB	Senador, empresário de concessionárias de automóvel	Era o primeiro suplente do senador falecido, Humberto Lucena.
Flaviano Melo	AC	Senador, engenheiro, empresário	Votava de acordo com o governo.

Fonte: elaboração própria a partir dos estudos do DIAP: *Quem foi quem nas Reformas Constitucionais do governo FHC. Quem foi quem nas reformas trabalhistas.*

Os médicos, outro grupo expressivo no interior do PMDB, e que também faz parte das ocupações geralmente assalariada, mas que confere grandes ganhos,

ascendendo-se sobre o status social e de poder de consumo. Quase sempre estão associados à ideologia do livre mercado. A maioria dos médicos-parlamentares do PMDB vinha do interior do país e havia ascendido na política, por serem donos de hospitais e por participar de conselhos sindicais dessa categoria. Salvo algumas exceções, estes parlamentares aprofundavam o caráter conservador no interior peemedebista. No total de onze parlamentares, a maioria era conservadora no campo econômico, mas quase a metade deles (ao todo cinco), votou contra o governo e defendeu a saúde pública, universal, idealizada com a formação do Sistema Único de Saúde. Alguns deles sofriam influência direta de outros políticos.

Tabela 3.7: Médicos

Nome	UF	Ocupação	Trajetória
Carlos Mendes	GO	Médico, evangélico.	Foi secretário de saúde de Goiás. Fiel às orientações do senador Íris Rezende, apoiou, incondicionalmente, as propostas do governo.
Rubens Cosac	GO	Médico, superintendente da LBA em Goiás.	Municipalista, mas fiel ao grupo político de Íris Rezende.
Armando Costa	MG	Médico, pertenceu a Arena	Exerceu diversas funções no INAMPS durante a ditadura, votou contra o governo. Se autointitulava socialdemocrata.
Genésio Bernardino	MG	Médico	Era membro do Centrão ,muito ligado a Tancredo Neves. Seus interesses estavam na área agrícola. Era governista.
Saraiva Felipe	MG	Médico e professor	1º mandato. Vindo de Montes Claros, onde exerceu diversos cargos na área da saúde. Nas votações de ordem econômica e trabalhistas, votou com o governo.
Zaire Rezende	MG	Médico	2º mandato. Oriundo de Uberlândia, era tido como “político de esquerda”. Recebeu nota 10 pelo DIAP. Era independente do governo FHC.
Armando Abílio	PB	Médico	Pertenceu à Arena e ao PFL. Alvo de várias denúncias de corrupção, apoiou, sem reservas, o governo.
José Aldemir	PB	Médico e estava no primeiro mandato	Integrava a Associação Médica da Paraíba e o Sindicato dos Médicos. Adepto do ex-governador Antonio Mariz. Recebeu nota 7 pelo DIAP, era independente do governo, foi contra a quebra dos monopólios

DArcísio Perondi	RS	Médico, presidiu a Federação das Santas Casas	Pertencia à bancada ruralista e era conhecido por coordenar a bancada da saúde. Era governista, apoiou as emendas constitucionais da ordem econômica, disse sim à reeleição. Vinculado às Santas Casas, foi contra o contrato temporário e a privatização do seguro acidente de trabalho.
Paulo Kitzel	RS	Cirurgião dentista, ex-prefeito de Novo Hamburgo	Defendia os interesses das indústrias de couro, lutando pela redução de impostos. Era municipalista. Obteve nota 8 pelo DIAP.
Confúcio Mouro	RO	Médico, pecuarista.	

Fonte: elaboração própria a partir dos estudos do DIAP: *Quem foi quem nas Reformas Constitucionais do governo FHC. Quem foi quem nas reformas trabalhistas.*

Mais uma categoria profissional que mereceu nossa atenção foram os economistas. Ao todo, na 55ª legislatura, eram cinco profissionais da área, representando o PMDB no Congresso Nacional. Diferentemente de alguns economistas acadêmicos que, historicamente, compuseram e discutiram política-econômica no partido, estes parlamentares-economistas eram francamente liberais e apoiaram incondicionalmente o governo tucano e suas medidas neoliberais.

Tabela 3.8: Economistas

Nome	UF	Ocupação	Trajetória
Gonzaga Mota	CE	Economista, professor	Oriundo do PDS, com passagem pelo PTB. Era especialista em matérias tributárias e financeiras, votou sempre com o governo.
Paulo Lustosa	CE	Economista e professor	Ocupou o ministério da Desburocratização, durante o governo Sarney. Na maioria das matérias votou com o governo tucano.
Gerson Camata	ES	Senador, economista e jornalista.	Era adepto da economia de mercado e governista.
João Alberto	MA	Economista	Era homem de confiança de Roseana Sarney. Era fiel ao PMDB, dizendo sim às propostas de FHC.

Wellington Moreira Franco	RJ	Sociólogo e economista	Era a principal liderança do PMDB do Rio de Janeiro. Gozava de excelente trânsito entre os caciques do partido. Recebeu nota zero pelo DIAP. Foi relator da Reforma Administrativa, foi favorável à tese da reeleição e à medida provisória que penalizou os servidores, com a supressão de direitos. Contrário ao projeto do contrato temporário, apoiou o substantivo da reforma da previdência. Nas matérias da ordem econômica, votou pela quebra dos monopólios das telecomunicações e do petróleo e pela mudança do conceito da empresa brasileira de capital nacional. Era candidato ao senado, em 1998 e, felizmente, perdeu.
Freire Jr.	TO	Economista e agropecuarista	Era integrante da bancada ruralista e da Amazônia. Filho do ex-deputado José Freire, foi diretor de crédito rural e vice-presidente financeiro do Banco de Crédito de Goiás. Era adepto da economia de mercado, aprovou, sem restrições, as emendas da ordem econômica.

Fonte: elaboração própria a partir dos estudos do DIAP: *Quem foi quem nas Reformas Constitucionais do governo FHC. Quem foi quem nas reformas trabalhistas.*

Dos 103 parlamentares do PMDB em 1998, e dos 83 da 56ª legislatura (1999/2002) 19 exerceram mandatos em entidades da sociedade civil, a partir do levantamento feito pelo DIAP. Mas, como acontecia com os agricultores, não eram oriundos de frações hegemônicas da sociedade, e sim, de frações dissidentes, não hegemônicas, como a CNI e outras entidades de classe de porte médio, que, no máximo, associavam-se aos grandes interesses defendidos pela hegemonia bancária financeira dos anos noventa. Eram representantes de frações de classe que entravam no partido com o intuito de fazer política institucional, não era o partido aberto a determinadas frações e políticas que atraíram estes indivíduos ao seio peemedebista.

Tabela 3.9: Peemedebistas e suas ligações na sociedade civil

Nome		Entidade da Sociedade Civil
Chicão Brígido	AC	Tesoureiro do Sindicato de Farmácias
Lídia Quinan	GO	Pres. da Fundação Legionárias do bem-estar social e Organização das Voluntárias de Goiás
Sandro Mabel	GO	Presidente do Sindicato das Indústrias de Goiás

Maria Elvira	MG	Presidente da Assoc. Comercial de Minas Gerais e Vice-pres. da Fed. Mineira da Mulher e da Conf. Das Mulheres Brasileiras
Mário Martins	PA	Pres. do Sindicato do Transporte de Passageiros
Moacir Michelleto	PR	Tesoureiro do Sindicato Rural de Assis Chateaubriand
João Henrique	PI	Pres. do Sindicato dos Bancários
Fernando Bezerra	RN	Pres. da CNI e da FIERN
Darcisio Perondi	RS	Pres. da Fed. das Santas Casas de SC
Edison Andrino	SC	Pres. da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis e da Federação Catarinense de Associação de Municípios
Jose Ademir	PB	Sindicato dos Médicos da PB
Jurandir Juarez *	AP	Vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Amapá (1991-93) e 1º vice-presidente da Federação do Comércio do Amapá (1991-2000).
Lidia Quinan	GO	Conselho consultivo da Associação Comercial de Goiás
Eunício Oliveira *	CE	Federação Comercial de Brasília
Pinheiro Landim *	CE	Pres. da ALCE
Elcione Barbalho *	PA	Pres. da LBA/ PRONAU
Armando Monteiro *	PB	Pres. da CNI e FIEPE
Osmar Serraglio *	PR	OAB-PR
Jorge Alberto *	SE	Presidente do Conselho Regional de Medicina

Fonte: elaboração própria, a partir dos estudos do DIAP: *Quem foi quem nas Reformas Constitucionais do governo FHC. Quem foi quem nas reformas trabalhistas.*

Portanto, a partir do que já foi apresentado acima, além de podermos destacar o caráter pequeno-burguês e conservador do PMDB, com inclinações majoritárias às medidas neoliberais adotadas pelo governo FHC dos anos noventa, nas quais se destacavam pelo menos 4 bancadas no interior do PMDB e que estavam intercruzadas, todas eram governistas, exceto a quercista, mas não era uma regra mesmo no *quercismo*. Eram elas: a bancada da economia de mercado, tendo como critério as votações no período e a indicação do DIAP no perfil do parlamentar, a bancada ruralista, por suas vinculações orgânicas com a produção agrícola e seus interesses, a bancada Íris Rezende, predominante na política goiana, e a já decadente bancada “quercista”.

Tabela 3.10: Bancadas do PMDB no final dos anos noventa

Bancada da economia de mercado	Bancada Ruralista	Bancada	Bancada Quercista
Flaviano Melo	João Mestrinho	Íris Rezende	Adelson Salvador
Nabor Jr	Geddel Vieira Lima	Nair Xavier	Rubens Cosac
José Sarney	Pinheiro Landim Adelson	Carlos Mendes	Elcione Barbalho
Geddel Vieira Lima	Salvador Orcino	Orcino Gonçalves	Paulo Kitzel
Pedro Irujo	Gonçalves Íris Rezende	Rubens Cosac	Edison Andrino

Simara Ellery	João Saad	Sandro Mabel	Edinho Araújo
Gonzaga Mota	Mauro Miranda Tete	João Saad	Hélio Rosas
Marcelo Teixeira	Bezerra	Mauro Miranda	Marcelo Barbieri
Paulo Lustosa	Carlos Bezerra João	Tadeu Phillipelli	João Henrique
Pinheiro Landim	Magalhães Roberto	Barbosa Neto	Norberto Teixeira
Etevalda Grassi	Paulino Moacir Michelleto	Maguito Vilela	Antonio do Valle
Gerson Camata	Confúncio Moura		Edinho Bez
Lídia Quinan	Neuto de Couto		Airton Sandoval
Sandro Mabel	Valdir Colato Carlos		
Gastão Vieira	Nelson Cleonânio		
João Alberto	Fonseca Freire Júnior		
Pedro Novais	Oscar Goldoni		
Oscar Goldoni	Hélio Rosas		
Ramez Tabet	Carlos Nelson		
Fernando Diniz	Ivandro C. Lima		
Asdrubal Bentes			
Ricardo Rique			
Ney Suassuna			
Ronaldo Cunha L.			
Moreira Franco			
Henrique E. Alves			
Fernando Bezerra			
Nelson Proença			
Wilson Cignachi			
José Fogaça			
Michel Temer			
Freire Jr.			

Fonte: elaboração própria a partir dos estudos do DIAP: *Quem foi quem nas Reformas Constitucionais do governo FHC. Quem foi quem nas reformas trabalhistas.*

Os opositores ao governo Fernando Henrique dentro do PMDB eram franca minoria no parlamento, um pouco diferente do que ocorria na Executiva Nacional, conforme veremos adiante, seus representantes eram:

Tabela 3.11: Peemedebistas opositores/independentes* do governo FHC

Nome	UF
João Thomé Mestrinho*	AM
Paes de Andrade	CE
Adelson Salvador*	ES
Rita Camata*	ES
Marcos Lima*	MG
Zaire Rezende*	MG

Antonio Brasil*	PA
Elcione Barbalho*	PA
José Ademir*	PB
Roberto Requião	PR
Noel de Oliveira	RJ
Marcelo Barbieri	SP
Pedro Simon*	RS

Fonte: elaboração própria a partir dos estudos do DIAP: *Quem foi quem nas Reformas Constitucionais do governo FHC. Quem foi quem nas reformas trabalhistas.*

Destes 14 congressistas, apenas Requião, Barbieri, Rita Camata e Pedro Simon tiveram mandatos na 56ª Legislatura, de 1999/2002. Este fato evidenciava pelo menos três pontos: o primeiro foi a diminuição, ainda maior, de parlamentares do PMDB fora da base de apoio ao governo de Fernando Henrique Cardoso. O segundo, foi a maior dificuldade de se reeleger, sem apoio da cúpula partidária, seja por questões de financiamento, ou exposição em horários eleitorais. O terceiro e principal era o fato de que a 56ª legislatura marcou a adesão ainda maior ao governo federal e a ascensão, na executiva nacional do partido, dos maiores apoiadores do governo FHC, o que culminou com a aliança entre o PSDB e o PMDB nas eleições presidenciais de 2002. A partir da descrição das executivas nacionais no período FHC, e do que já apresentamos sobre os principais quadros políticos peemedebistas, fica nítido o avanço de quadros governistas na cúpula partidária.

Nome	Cargo na Executiva (1995/1998)
Paes de Andrade	Presidente
Marcelo Barbieri	1º Vice Presidente
Carlos Bezerra	2º vice Presidente
Henrique Eduardo Alves	3º Vice Presidente
Maria Elvira	Secretária Geral
Nícias Ribeiro	1º Secretário
Lídia Quinam	2ª Secretária
Albérico Filho	1º tesoureiro
Mauri Sérgio	2º Tesoureiro

Fonte: Fundação Ulysses Guimarães

Logo de cara, encontramos como presidente e 1º vice-presidente do PMDB, no período que congrega o 1º mandato de FHC, a presença de dois dos principais

opositores do governo federal, nos dois principais postos do partido, Paes de Andrade e o *quercista* paulista Marcelo Barbieri.⁵⁴⁷ Podemos perceber que, entre os oposicionistas puros, que além de não seguirem as orientações das lideranças de bancadas do partido, também criticavam o governo federal, apenas Noel de Carvalho (vogal), deputado federal pelo Rio de Janeiro, com base eleitoral em Resende, no sul do estado, não era político “cacifado” por ter exercido cargos de mando/cúpula no legislativo e executivo. Carvalho era comerciante e atuava no partido desde os tempos de MDB. Foi vereador, deputado estadual e exerceu apenas um mandato como deputado federal, justamente durante seu período na executiva nacional. Não se reelegeu e logo depois perdeu ainda mais espaço dentro do PMDB/RJ, com a chegada e o comando de Sérgio Cabral Filho ao PMDB, em 1999. Paes de Andrade fora ministro, presidente da Câmara dos Deputados, Roberto Requião fora governador, senador, a maior liderança peemedebista do Paraná, Barbieri era o “braço direito” de Orestes Quéricia, tanto no parlamento como no partido. Outro membro da executiva que poderia ser chamado de opositor, por seus laços com Quéricia, foi Airton Sandoval. O vogal da executiva nacional, por ser suplente no período das principais votações, não foi avaliado pelo DIAP.⁵⁴⁸

O restante da executiva nacional era toda composta por governistas, o que não impedia, por exemplo, “constrangimentos” impostos pela minoria oposicionista como conseguir maioria em Convenção Nacional em que o partido se posicionasse contra a aprovação da reeleição para cargos no executivo – e a grande maioria dos parlamentares votou favorável à medida –, ou ainda, insistir até os últimos instantes – inclusive com interpelações judiciais –, para que o partido tivesse candidato próprio e derrotado, impor aos governistas o não apoio oficial e a coligação com o PSDB em 1998. Carlos Bezerra foi presidente da Confederação Nacional da Indústria, votou sempre a favor do governo e das iniciativas voltadas para o “mercado”. Henrique Eduardo Alves, embora fosse deputado federal desde 1970, era tido como parlamentar discreto, mas foi alçado como 2º vice-líder do PMDB e depois líder do PMDB na câmara, sucedendo Michel Temer e Geddel Vieira Lima, principais aliados no PMDB. Olavo Calheiros é irmão de Renan Calheiros, governista, que fora inclusive, ministro da justiça de FHC.

⁵⁴⁷ Ainda faziam parte da Executiva Nacional do PMDB os Vogais: Airton Sandoval/ Valdir Colatto/ Ramez Tebet/ José Dutra. Suplentes: Olavo Calheiros/ Remi Ribeiro de Oliveira/ Noel de Oliveira/ Regina Amélia D’Alencar.

⁵⁴⁸ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/airton-sandoval-santana>> Visitado dia: 15/01/2017.

Outros governistas na executiva foram: o gaúcho César Schirmer, que exerceu diversas funções em governos peemedebistas, no Rio Grande do Sul e no partido. Sempre foi governista.⁵⁴⁹ Nícias Ribeiro atuou politicamente, desde jovem, militando no movimento estudantil e no MDB. Exerceu direção, tanto na executiva estadual como nacional. Em 1996, deixou o PMDB para engrossar fileiras tucanas.⁵⁵⁰ Lidia Quinan nasceu em Campinas, mas fez sua vida em Anápolis/GO e foi casada com o ex-governador do estado, Onofre Quinam. Em 1993 ascendeu à cúpula partidária no interior goiano e, no ano seguinte, foi eleita deputada federal mais votada no estado. Sempre foi governista e adepta da economia de mercado.⁵⁵¹ Albérico Filho, deputado pelo estado do Maranhão, era primo de José Sarney. Outro representante do Maranhão, governista e aliado de José Sarney – além de Edson Lobão –, Remi Ribeiro.⁵⁵² Mauri Sérgio, acreano, desde muito jovem, militou pelo MDB/PMDB, nos anos oitenta ascendeu politicamente, exercendo mandatos parlamentares e integrando comissões parlamentares. Nos anos noventa, como deputado federal, foi prontamente pró-governo FHC.⁵⁵³ Outro membro da executiva, de perfil governista e conservador, era o amazonense José Dutra. Foi deputado federal pelo PMDB, PTB e PP, defendia a pena de morte e votava com o governo federal.⁵⁵⁴ Por fim, Regina Lino. A membra da executiva integrou o MDB, PMDB e PSDB e, como suplente de Mauri Sérgio no Acre, votava favorável às medidas do executivo federal.⁵⁵⁵ Valdir Collato

Na executiva nacional eleita em 1998, após toda a disputa interna travada pela indicação, ou não, à candidatura própria e o apoio, ou não, à reeleição de FHC, praticamente todos os seus membros eram governistas.

Nome	Cargo na executiva (1998/2001)
Jader Barbalho	Presidente
Maguito Vilela	1º Vice Presidente
Wagner Rossi	2º vice Presidente
César Schimer	3º Vice Presidente
Saraiva Felipe	Secretária Geral

⁵⁴⁹ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/schirmer-cesar>> Visitado dia 15/01/2017.

⁵⁵⁰ <<http://niciasribeiro.blogspot.com.br/p/nicias-ribeiro.html>>

⁵⁵¹ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lidia-araujo-quinan>>

⁵⁵² <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/3580>>

⁵⁵³ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mauri-sergio-moura-de-oliveira>>

⁵⁵⁴ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-cardoso-dutra>>

⁵⁵⁵ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/regina-amelia-d-alencar-lino-coelho>>

Henrique Eduardo Alves	1º Secretário
Carlos Bezerra	2ª Secretária
Eunício Oliveira	1º tesoureiro
Nabor Júnior	2º Tesoureiro

Fonte: Fundação Ulysses Guimarães

Os governistas foram vitoriosos na composição da executiva nacional do PMDB eleita, a partir dos votos do diretório nacional. De expoentes partidários na oposição, apenas Roberto Requião, senador, Itamar Franco, como governador de Minas Gerais e Paes de Andrade e Quércia derrotados nas eleições (senado e governo paulista) e enfraquecidos “animavam” a diminuta ala oposicionista do partido no segundo mandato de Fernando Henrique. Dentre os membros da executiva nacional no período, apenas Saraiva Felipe, de Minas Gerais – então, secretário-geral, vinha de uma trajetória mais ligada ao setor público da saúde, como professor, médico e secretário de saúde na região de Montes Claros, apesar de apoiar o governo federal. Os outros integrantes da executiva eram fragorosamente alinhados ao governo federal.

Além dos nomes já citados, integrantes da composição passada, podemos citar Jader Barbalho, então maior liderança do partido no Pará, Presidente do Senado (2001), vivia de factóides com o governo, e sempre acabava apoiando-o.⁵⁵⁶ Maguito Vilela, goiano, começou na política pela Arena, como vereador na cidade de Jataí. Com o fim do bipartidarismo, foi para o PMDB, sendo deputado estadual e federal constituinte nos anos oitenta. Nos anos noventa foi vice-governador (de Iris Rezende) e governador de Goiás. No PMDB era ligado aos governistas e apoiou o acordo dos governadores do partido para apoiarem a emenda constitucional que permitia a reeleição, com o refinanciamento das dívidas dos estados (que levaram uma série de privatizações e concessões de empresas e serviços públicos) como contrapartida.⁵⁵⁷ Wagner Rossi, paulista, estava desde 1981 no PMDB. Exerceu vários cargos no governo Quércia e Fleury Filho. Embora Quércia fosse ativo opositor do governo, seus aliados não necessariamente votavam de acordo com seu padrinho político, e, como deputado peemedebista, votou favorável à quebra dos monopólios, à lei de responsabilidade fiscal, à reeleição, entre outros.⁵⁵⁸ Já o acreano Nabor Júnior, era velho cacique

⁵⁵⁶ Vogais Albérico Filho, Casildo Maldaner, Ramez Tabet, Neysuassuna, Luiz Estevão. Suplentes: Silvoney Sales, Remi Ribeiro, Marluce Pinto, Edson Bez.

⁵⁵⁷ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-alberto-maguito-vilela>

⁵⁵⁸ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wagner-goncalves-rossi>

peemedebista e sempre foi governista. O paraibano Ney Suassuna era outro a dar força ao governismo no partido. Ramez Tabet era um político experiente, ex-governador de Mato Grosso do Sul (um de seus idealizadores nos anos oitenta), sempre votou a favor do governo FHC, além de ser forte liderança parlamentar.⁵⁵⁹

Outros dois membros da executiva, menos cotados, eram o quercista Edinho Bez que, apesar dessa ligação, votou com o governo em seus principais projetos e reformas e Silvoney Sales. Soteropolitano e vereador de vários mandatos na capital baiana, era ligado a Geddel Vieira, uma das principais lideranças e governistas peemedebistas. Os mais diretamente ligados ao setor empresarial e financeiro eram o banqueiro catarinense Casildo Maldaner, o presidente da CNI Carlos Bezerra e o “empresário” brasileiro Luiz Estevão, todos da base do governo federal, no período.

Com esta cúpula partidária, a relação do partido com o governo foi bem mais estável no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso que no primeiro. O partido continuou votando favoravelmente, salvo raras exceções, nas matérias caras ao governo. Segundo os estudos do DIAP, o êxito do governo devia-se à, dentre outros fatos, boa articulação entre o executivo, os líderes partidários do PFL, PMDB e PSDB e os presidentes das casas legislativas.⁵⁶⁰ Essa boa “articulação” entre o governo e os principais partidos do país, à época, e aprofundou-se e permitiu a aprovação de diversas medidas precarizantes no mundo do trabalho, do serviço prestado à população e a uma brutal submissão do governo – mediante leis – às premissas do mercado financeiro de sangria dos cofres públicos, para financiar os juros das dívidas. Pela crise e quebra do país, ao longo do ano de 1998 e 1999, o acordo com o FMI previa uma série de medidas – já citadas anteriormente – sendo boa parte delas aprovada, como a lei de responsabilidade fiscal e novas flexibilizações das relações de trabalho, dessa vez, e principalmente, no setor público.

O governo FHC terminava de maneira melancólica, o que, obviamente, mexia com os partidos, no intuito de viabilizar candidaturas para substituir o governo moribundo. Dentre as principais críticas estavam a estagnação econômica e a desigualdade social, que havia se agudizado na era tucana. O lema político preferido pelos publicitários e políticos demagogos do período era o binômio “crescimento” e o combate à desigualdade social. No PMDB, apesar do apoio no congresso e em vários

⁵⁵⁹ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tebet-ramez>>

⁵⁶⁰ O DIAP ainda observava que o governo tendia a apresentar as propostas de lei e emendas constitucionais de maneira “desideologizada”, como se fossem medidas técnicas, neutras, o que confundia o debate perante a sociedade. DIAP: *Quem foi que nas Reformas Constitucionais*. 1999. p.25.

estados, com o PSDB e o PFL, seguia-se com a máxima da candidatura própria, no entanto, o partido estava cada vez mais dentro do governo, e os principais responsáveis por isso eram justamente os que estavam ascendendo ao comando do partido. Assim, o apoio a um governo sem popularidade foi justificado pelo partido por ser o “fidel da governabilidade”. As críticas ao governo vindas do PMDB eram as altas taxas de juros, a falta de investimento e falta de políticas de geração de emprego.

Em 2001, o ano do *apagão*, os peemedebistas também escolheram sua nova direção nacional. Na mesma Convenção Nacional, o Instituto Brasileiro de Estudos Políticos fez uma pesquisa encomendada pelo partido com os convencionais, “O PMDB em busca do seu futuro”. A pesquisa ouviu 74% deles, 98% se declararam favoráveis a candidatura própria, e metade deles defendia a manutenção do apoio ao governo FHC. Ainda 76% também eram favoráveis à Lei de Responsabilidade. Os potenciais candidatos eram Itamar Franco (50%), Pedro Simon (33%) e Jarbas Vasconcelos (7%).⁵⁶¹

A convenção, no dia 09 de setembro de 2001, foi realizada no Colégio Marista de Brasília e tinha como pauta: 1) eleger o diretório e executiva nacional; 2) deliberar sobre a candidatura prévia; 3) decidir sobre a realização de prévias para a escolha do candidato à Presidência da República, no dia 20/01/2002. Nesta convenção os nomes indicados foram Itamar Franco e Pedro Simon.⁵⁶² Pedro Simon, Requião, Paes de Andrade, Orestes Quécia e Marcelo Barbieri criticaram, com veemência, o governo FHC e as políticas neoliberais. Maguito Vilela, que formava chapa com Michel Temer, também criticou o governo. O governista Geddel Vieira Lima falou lugares-comum e deu “vivas ao partido, que marchara unido para a vitória, no próximo pleito”.⁵⁶³ Sua fala condizia com o nome da chapa liderada pelos governistas “Chapa Unidade”, a chapa oposicionista, liderada por Orestes Quécia, foi batizada de “Unidade pela candidatura própria”. Temer, em seu discurso, chamou os peemedebistas à unidade partidária, defendeu a candidatura própria. No fim, a chapa vencedora para o diretório nacional e, conseqüentemente, para a maioria na executiva nacional, foi a liderado por Temer por

⁵⁶¹ Relatório de Pesquisa: “O PMDB em busca de seu futuro”. Setembro/2001. Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. p. 4 e 5.

⁵⁶² As falas de Paes de Andrade e Roberto Requião também denunciavam e criticavam a interferência do governo federal dentro do PMDB. Caderno Convenções Nacionais PMDB – Livro 2. p. 89.

⁵⁶³ *Idem* 89b

411 votos a 244.⁵⁶⁴ No pronunciamento de vitória para a presidência do PMDB, Michel Temer, defendeu a candidatura própria.

Começamos, sim, de unidade, de integração, de comunhão de ideias, mas em torno da questão central: a transformação da sociedade brasileira, a justa distribuição de renda e oferta de emprego, a melhoria de vida da população. Nosso partido e a nossa candidatura serão os meios, as expressões para alcançar o poder.⁵⁶⁵

Temer prometia desenvolvimento com garantia da estabilidade e bradava:

Um governo mais próximo do povo – eis o lema político que inspirará o nosso PMDB. A exclusão social é incompatível com o estado democrático (...). Não. Não podemos ficar silenciosos diante da legião de famintos, pedintes, crianças nas ruas e das ruas, os 40% de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza, enquanto presenciamos a abundância, às vezes insolente, do luxo e do desperdício, nas mãos de uma minoria de privilegiados.⁵⁶⁶

Para finalizar:

⁵⁶⁴ *Idem* p.94. Os diretorianos eleitos pela chapa “*Unidade do PMDB*”: Michel Temer (SP), Pedro Simon (RS), Luiz Henrique da Silveira (SC), Jarbas Vasconcelos (PE), José Fogaça (RS), Fernando de Assim Moraes Souza (PI), Joaquim Roriz (DF), José Targino Maranhão (PB), Renan Calheiros (AL), Geddel Vieira Lima (BA), Ramiz Tabet (MS), Duídio de Anegelis (GO), Eliseu Padilha (RS), Moreira Franco (RJ), Carlos Bezerra (MT), Maria Marluce Pinto (RR), Nabor Jr (AC), João Alberto Souza (MA), Gilvan Borges (AP), Alberto Silva (PI), Waldemar Moka (MS), Wagner Rossi (SP), Cézár Schimer (RS), Eunício Oliveira (CE), José Alencar (MG), Juvêncio da Fonseca (MS), Ney Suassuna (PB), José Costa (AL), Hugo Borges, Haroldo Coutinho (PB), Dorany de Sá Barreto Sampaio (PE), Olavo Calheiros (AL), Benito Gama (BA), Afrísio Vieira Lima (BA), Germano Rigotto (RS), Mendes Ribeiro (RS), Pinheiro Landim (CE), Tadeu Phillipelli (DF), Oliveira Filho (MA), Gastão Vieira (MA), Pedro Morais (MG), Fernando Alberto Diniz (MG), Antonio do Valle (MG), Marçal Filho (MS), William Santos (MT), Tete Bezerra (MT), José Duarte (PA), João Henrique Souza (PI), José Rodrigues Borba (PR), Zaire Rosado Filho (RS), Ana Catarina (RN), Renato Vianna (SE), Edinho Bez (SC), João Matos, Jorge Alberto (SE), Jorge Tadeu Mudalem (SC), Wellington Monte (SP), Osvaldo Reis (TO), Paulo Lima (SP), Alberto Mourão (SP), José Índio (SP), Juracy Magalhães (CE), Carlos Mauro Benevides (CE), Henrique Eduardo Alves (RN), Luiz Roberto Ponte (RS), Ibsen Pinheiro (RS), Jurandir Juarez (SP), Jorge Caruso (SP), Roberto Valadão (ES), Ronan Tito. Pela “*Chapa candidatura própria*”: Maguito Vilela (GO), Paes de Andrade (CE), Orestes Quércia (SP), Newton Cardoso (MG), Roberto Requião (PR), Casildo Maldaner (SC), Iriz Rezende (GO), Mauro Miranda, Valmir Amaral (DF), Barros Pinho, Marcelo Barbieri (SP), José Saraiva Felipe (MG), Valdir Pugliesi, Hudson Andrino, Marcos Lima (MG), Aírton Sandoval Santana (SP), Helenês Candido, Marcio Lacerda (MT), Maria Elvira (MG), Lamartine Posela, Euler Lázro Morais, Gustavo Fruet (PR), Cid Carvalho (CE), Marco Antonio Campanella (DF), Iranildo Pereira (CE), Paulo Afonso Evangelista Vieira, Antonio Filho de Faria (MG), Alaíde Cristina Barbosa, Geovam Freitas Carvalho (SC), Irapuã Ramos Santos, João Henrique Blasus (SE), Maria Lucia Cardoso (MG), Antonio Gomes da Silva Câmara, Raul Ferraz (BA), Almeida Neves (PR), Maria Alice Quércia (SP), Eduardo Pinho Moreira, José Bittencourt.

⁵⁶⁵ Michel Temer em seu discurso ainda se gabava dos direitos sociais conquistados na constituição de 1988: “saímos das fórmulas meramente garantidoras dos direitos civis para a garantia dos direitos sociais”. Discurso do Deputado Michel Temer por ocasião da posse na Presidência do PMDB – Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. p.1 e 2.

⁵⁶⁶ Discurso do Deputado Michel Temer por ocasião da posse na Presidência do PMDB – Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. p. 3.

Para vivificar seu ideário no campo da cidadania, o PMDB há de dizer: Não. Não aos preconceitos e discriminações de qualquer natureza que se cometem contra milhares de brasileiros todos os dias. Sim. Sim para a garantia de cotas para negros nas universidades. Sim. Sim para a tarifação diferenciada de serviços públicos conforme a faixa de renda dos seus usuários (...) Viva o PMDB!⁵⁶⁷

Contudo, essa falsa aparência de unidade em torno da candidatura própria, explorada por ambas as chapas que disputavam o controle da cúpula partidária, logo se tornaria divisão escancarada, que se dava, principalmente, por aflorar interesses regionais. E essa maioria era governista.

Nome	cargo na executiva (2001/2004)
Michel Temer	Presidente
José Alencar	1º Vice Presidente
Cesar Schirmer	2º vice Presidente
Ana Catarina	3º Vice Presidente
João Henrique	Secretário Geral
Renato Viana	1º Secretário
Carlos Bezerra	2º Secretária
Eunício Oliveira	1º tesoureiro
Nabor Júnior	2º Tesoureiro

Fonte: Fundação Ulysses Guimarães

Nessa ampla maioria governista, tão logo nas primeiras articulações entre os partidos políticos, visando às eleições de 2002, era nítido que a candidatura própria não passaria no PMDB.⁵⁶⁸ A convenção nacional para decidir sobre quem seria o candidato do partido, a princípio, fora agendada para o dia 21/01/2002. Porém, a executiva nacional marcou a convenção em março. Não houve quórum, de 300 participantes, apenas 138 tinham direito a voto, a maioria governista boicotou a convenção. Criticado por peemedebistas partidários da candidatura própria, Temer, em ata, “congratulouse com o convencional e explicou que apenas defende a vontade da maioria da legenda e, ao final, pede palmas ao aguerrido peemedebista.”⁵⁶⁹

⁵⁶⁷ Idem p. 6 e 7.

⁵⁶⁸ Vogais: Dorany Sampaio/ Albérico Filho/ Asdrubal Filho/ Neysuassuna/ Carlos Alberto Muniz Suplentes: Marluce Pinto/ Tadeu Filipelli/ Olavo Calheiros/ Juvêncio da Fonseca

⁵⁶⁹ Caderno Convenção Nacional – Livro 2 p. 103.

Chegado ao final do prazo estipulado pela justiça federal, o partido estava dividido, mas hegemonicamente governista. Na medida em que os caciques peemedebistas costuravam a aliança com o PSDB e sepultavam a candidatura própria, caciques dissidentes anunciavam apoio a outros candidatos. Pedro Simon ameaçava pela imprensa apoiar o PT de Lula, assim como Requião do Paraná.⁵⁷⁰ O diretório de São Paulo, liderado por Quércia e Barbieri, afirmava que não ratificaria o apoio e nem faria campanha para a coligação com o PSDB.⁵⁷¹ Em Minas Gerais, Itamar não aceitava a coligação com os tucanos.⁵⁷² Apesar da dissidência de importantes estados, levantamentos da imprensa davam a porcentagem de 60% a 40% à adesão pró e contra o governo.⁵⁷³

Já havia um acerto entre as cúpulas do PSDB e do PMDB para a formação da coligação, bem como a liberação de 5,6 bilhões de reais em emendas parlamentares, o que também tinha contribuído.⁵⁷⁴ José Serra era o cabeça de chapa, com a vice-presidência cabendo à capixaba Rita Camata. Neste cenário conflituoso, novamente o Colégio Marista de Brasília sediou mais uma convenção nacional do PMDB. A ordem do dia era a coligação com o PSDB e a indicação da vice-presidência para a deputada Rita Camata. Mas eis que Roberto Requião aparecera com uma liminar da justiça, que determinava a convenção a lembrar do seu nome como pré-candidato à presidência, tendo Aída Marco Antonio como vice.⁵⁷⁵

Teve de tudo um pouco nesta convenção. Teve vaia à candidata Rita Camata, teve liminares judiciais pró e contra ao encontro, discursos inflamados, empurra-empurra, brigas no lado de dentro e de fora da convenção.⁵⁷⁶ O resultado foi 433 votos favoráveis à coligação com o PSDB e 218 favoráveis à candidatura de Roberto Requião.⁵⁷⁷ Nos estados, apenas 16 diretórios declararam-se apoiadores da coligação. Além dos casos já citados acima, estados como Goiás, onde Maguito Vilela, candidato peemedebista, era adversário político do tucano Marconi Perillo. Segundo o jornal *Correio Brasiliense*, a disposição dos estados foi esta:

⁵⁷⁰ *Correio Braziliense* nº 14258. 01/6/2002 p.10.

⁵⁷¹ Quércia se dizia o anti-Serra em São Paulo. *Correio Brasiliense* 17/6/2002. p.12.

⁵⁷² Itamar Franco não queria ser candidato a reeleição ao governo de Minas Gerais, anunciou seu apoio ao tucano Aécio Neves e a chapa Lula e José Alencar. *Correio Brasiliense* 07/6/2002. p.3.

⁵⁷³ *Correio Brasiliense* 03/6/2002. p.6.

⁵⁷⁴ *Correio Brasiliense* 06/6/2002. p. 12.

⁵⁷⁵ Caderno Convenção Nacional – Livro 2 p. 105.

⁵⁷⁶ *Correio Brasiliense* 16/6/2002. p.6.

⁵⁷⁷ Caderno Convenção Nacional – Livro 2 p. 112.

Tabela 3.12: Diretórios estaduais e suas posições sobre o apoio à reeleição de FHC

Totalmente a favor	Maioria a favor	Maioria Contra	Indecisos
Acre	Alagoas	Amapá	Rondônia
Bahia	Ceará	Goiás	Santa Catarina
Distrito Federal	Paraná	Maranhão	Tocantins
Espírito Santo	Rio de Janeiro	Mato Grosso	
Mato Grosso do Sul		Paraíba	
Pernambuco		São Paulo	
Piauí		Sergipe	
Roraima		Amazonas	

Fonte: Correio Braziliense 06/6/2002. p. 10.

Assim, o PMDB foi para as eleições de 2002. Com a derrota da coligação e a ascensão do PT, o partido deixou de ter a maior bancada na câmara dos deputados e entrou em longa crise existencial. Um partido imenso, rachado em diferentes interesses regionais, aparentemente (somente) dividido em interesses ideológicos diversos. Apesar disso, manteve-se como o partido que tornava maiorias parlamentares possíveis e principal sustentáculo dos governos petistas. Devido a sua crescente importância, foi ganhando espaço no governo, a ponto de dividir o governo com os petistas, a ponto de torna-se a maior força do governo durante os mandatos de Dilma Rousseff.

Mas isso é assunto para o nosso quarto e último capítulo.

Capítulo IV

Consolidação, crise e fim da “Nova República”: o PMDB durante os governos *petistas*

Tão logo anunciada a vitória de Luís Inácio Lula da Silva, em novembro de 2002, à Presidência da República, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro e o partido do presidente eleito conversaram sobre um possível apoio ao governo que debutava. Assim começou a se formar uma aliança política que durou até 2015, entre o maior partido de esquerda do Brasil com o maior partido político brasileiro. Enquanto o PT aprofundava seu movimento transformista de adesão ao *establishment*, o PMDB havia se tornado, ao longo de sua trajetória, numa grande federação nacional de partidos/políticos regionais – com uma enorme gama de interesses particularistas –, contudo detendo a força política capaz de viabilizar qualquer governo.

O PMDB vinha com a imagem desgastada pelo apoio ao governo FHC e fracionado pela falta de coesão política e ideológica. O partido havia passado duas eleições majoritárias dividido entre os que apoiavam ou não o governo, muitas vezes, a “questão regional” falava mais forte na hora das decisões políticas. E as ações feitas pelo PMDB para superar a crise interna foram o retorno à memória dos tempos do MDB/PMDB, durante a ditadura e no processo de redemocratização. Seus quadros em discursos rememoravam Ulysses Guimarães, a constituição e foram criando, assim, uma autoimagem que lhes desse identidade política própria. Daqui saíam as expressões alusivas ao partido, como o “partido do Brasil”, o “partido da governabilidade”, o “partido das causas nacionais”, entre outras. Para nós, esse discurso exercia duas funções: 1) buscar alguma raiz histórica que desse identidade e um mínimo de unidade ideológica ao partido; 2) justificar seu posicionamento – embora não uno – geralmente pró-governos de então.

A aliança peemedebista com o PT não se deu sem conflitos. Foi nítida, seja em documentos internos do partido, seja em divulgações, pela imprensa, de inúmeros casos de conflitos entre os dois únicos partidos nacionais do Brasil. Seja por questões regionais, seja por cargos no governo e no aparelho de estado, enfim, a relação sempre foi conflituosa. Após o “apoio congressional” ao governo petista, em dezembro de 2004,

na Convenção Nacional, o partido aprovou a saída da base do governo, mas seus integrantes não deixaram seus postos e, no Senado, as duas principais lideranças peemedebistas, Renan Calheiros e José Sarney, mantiveram o apoio do partido na casa.

Desde 2003 no PMDB, Anthony Garotinho vinha construindo sua candidatura à presidência pela legenda, até que foi abatido por denúncias de corrupção, envolvendo o financiamento de sua pré-candidatura. A partir daí, seu nome foi perdendo força interna. O empecilho derradeiro na sua candidatura própria veio com a decisão do STF de que as coligações estaduais deveriam seguir as mesmas das coligações nacionais. Ali, o interesse regional falou mais alto, nem Garotinho, nem Roberto Requião, e nem Pedro Simon foram candidatos. O partido deixou que seus integrantes ficassem livres para seguir seus interesses. Um importante ponto que analisaremos neste capítulo serão os programas de partidários do PMDB, ao longo do período. Destoada das ações de suas principais lideranças, estes programas mostram a continuidade, dentro do partido, de integrantes com diferentes visões de mundo. Enquanto alguns defendiam medidas de claro caráter socializante, seus principais quadros sempre agiram por meios distintos. Estes programas também evidenciam uma de nossas teses neste trabalho de pesquisa: a de que é a aproximação, nestes programas, de anseios da população, junto com os interesses burgueses, não refletindo, na verdade, as bandeiras fundamentais dos partidos.

Passado o *mensalão* e a reeleição de Lula, o governo fechou um acordo de aliança com o PMDB, tanto na Câmara dos deputados, como no Senado. E o partido passou a, cada vez mais, ter acesso a cargos, a ministérios e a influenciar o governo. Foi este, justamente, o momento mais estável da relação entre os dois partidos. Momento em que a economia cresceu devido ao aumento dos investimentos públicos, aumento real do salário mínimo – aumento do consumo interno –, crédito e em um período de *boom* nos preços das commodities.

Quando Lula e o PT começaram a discutir a sucessão presidencial, o PMDB à época, unido em torno da popularidade de Lula, aceitou a indicação de Michel Temer, que exercia o terceiro mandato como presidente da legenda, tido como o “artífice da unidade peemedebista”. O PMDB, com isso, passou a exercer mais influência e pressão dentro do governo de Dilma Rousseff. Assim, pelo menos até o segundo turno das eleições de 2014, a aliança valeu. Depois veio golpe que culminou em 2016.

O período entre o fim do mandato de Lula e o início do governo Dilma Rousseff gerou uma série de especulações sobre o bloco de poder no seu governo, bem como seu

legado e popularidade, surgindo alguns “conceitos”, a maioria – pelo menos a nosso ver – superficiais e apressados. Algumas análises foram feitas antes do esgotamento e crise dos governos petistas e outras, devido aos levantes de junho de 2013, que evidenciaram a crise de representatividade política no Brasil. Contextualizar historicamente esse período é um dos objetivos do presente capítulo. Além deste, é objetivo do capítulo analisar a relação do PMDB com o PT. Um ponto importante para se entender o peso da questão regional e as diferentes frações dominantes dentro do PMDB e analisar os diferentes grupos peemedebistas nos estados, e isso também será objeto de atenção neste capítulo. Analisaremos as executivas nacionais do PMDB e os seus principais quadros políticos e suas ligações na sociedade civil e que engrossaram fileiras peemedebistas como forma de se aproximar do governo. Por fim, é impossível não tecer comentários sobre a crise da Nova República e sobre o golpe de estado no Brasil, bem como sobre sua ânsia de sepultá-lo com reformas draconianas, com total amparo das frações dominantes brasileiras e de parte da classe média local.

4.1 Os governos Lula: relação com a sociedade civil patronal e a questão do crescimento econômico com “inclusão social”.

Muito já se discutiu e ainda se discutirá sobre as vitórias eleitorais e os governos petistas, especialmente, os dois mandatos de Luis Inácio Lula da Silva. Questões, por exemplo, de como o maior partido de esquerda da história do Brasil conseguiu superar seus conflitos internos e a desconfiança dos setores dominantes brasileiros? Vale lembrar que as derrotas petistas, em 1989, 1994 e 1998, foram marcadas por evidentes favorecimentos aos candidatos vencedores e uma constante campanha midiática negativa, não só do PT, mas de toda a esquerda, seus partidos e movimentos sociais. Vários trabalhos acadêmicos demonstraram o transformismo petista, ao longo de suas duas primeiras décadas de existência, e, sem dúvida, foram um dos principais motivos do partido ter se tornado palatável à boa parte da classe média, o que lhe garantiu a vitória no pleito de 2002.⁵⁷⁸

No entanto, os argumentos expostos acima representam parte dos motivos que levaram o PT ao Palácio do Planalto. Entre os motivos que se somam aos já apontados, podemos citar a falência do governo federal em estimular o crescimento econômico, estimular o aumento do emprego e melhorar o serviço público através de investimentos. Por questões ideológicas (ultraliberais) e acordos subservientes do governo brasileiro com organismos financeiros internacionais, ocorreram suspensões de investimentos, retenções creditícias, com taxas de juros inimagináveis para atrair capital especulador. E claro, após 8 anos destes receituários neoliberais, a falência deste governo como modelo de desenvolvimento econômico e social era cristalino. Exemplo disso foi o racionamento de energia elétrica de 2001, oriundo da falta de chuvas e do investimento zero realizado em linhas de transmissão e novas fontes produtoras.

Além disso, após as reformas trabalhistas e constitucionais de FHC, o desemprego havia disparado e os salários estavam em franca queda. Sem contar a explosão das dívidas interna e externa devido à taxa de juros agiotária. Os argumentos usados para convencer a população de que as privatizações seriam benéficas à

⁵⁷⁸ O que não quer dizer que o partido não tenha sofrido pressões seja da mídia, do mercado financeiro nacional e internacional ao longo da campanha. Basta lembrar-se da disparada da cotação do dólar durante o período eleitoral, que pressionou fortemente a inflação, a fuga em massa de capitais especulativos na bolsa de valores de São Paulo e da *fatídica* “carta aos brasileiros”, em que a campanha petista, ainda no primeiro semestre de 2002, anunciava que manteria todos os acordos e contratos com o FMI, Banco Mundial e outras agências financeiras internacionais firmados pelo seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso.

população e ao Estado brasileiro não convenciam mais nem os mais adeptos do neoliberalismo, que, neste momento, estavam quietos e escondidos dentro de “armários”. O grau de precarização dos assalariados e desempregados era tamanho no Brasil e em outros países, seguidores dos mesmos princípios político-econômicos, que os agentes do FMI e Banco Mundial começaram, na segunda metade da década de 1990, a desenvolver projetos de distribuição de renda, para aplacar a barbárie social que se desenvolvia, como consequência destas políticas pró-capital.⁵⁷⁹

Foi neste “caldo” de estagnação econômica, aprofundada pelo governo da vez, somado à estagnação que advinha desde a última década de ditadura civil-militar brasileira, que gerou, entre as frações dominantes nacionais, um *apelo* categórico em direção ao crescimento econômico, com inclusão social – claro, sem mudanças estruturais –, mas que reconstruísse o modelo de dominação sobre outro patamar. As candidaturas de Serra/ Rita Camata, por mais que tentassem, a todo custo, afastar-se do legado tucano, não conseguiam se mostrar capazes de propor medidas de crescimento econômico. Ciro Gomes, então ex-ministro da fazenda e ex-governador do Ceará, durante campanha, era até favorito a ir para o segundo turno com Lula, mas foi abatido pela campanha de Serra, que desconstruiu sua candidatura.⁵⁸⁰ O Partido dos Trabalhadores compôs com a hegemonia burguesa existente no país.

O projeto neoliberal à brasileira buscava integração maior do Brasil com o capitalismo global, para isso, aumentou as chamadas “vantagens comparativas” com outros países, ao implementar privatizações e reformas trabalhistas. Após a falência desse modelo, Lula, que não botava mais medo em ninguém, mesmo não sendo a primeira opção (e nunca foi), acabou “digerido” por essas mesmas burguesias interna e externa.

Dentre as principais leituras sobre o governo Lula, encontramos o texto de Chico de Oliveira, *A hegemonia às avessas*.⁵⁸¹ Na sua interpretação, no Brasil dos anos 2000, haveria a tal “hegemonia às avessas”, em que os setores hegemônicos não governariam o Estado, nas mãos dos setores subalternos e da esquerda, representados pelo governo Lula, enquanto mantinham sua dominação econômica, praticamente intacta.

⁵⁷⁹ Auxílio-gás, bolsa-escola e bolsa alimentação.

⁵⁸⁰ Entre as ações da campanha de Serra para destruir a candidatura de Ciro Gomes, foi colocar um cabo eleitoral para provocar Ciro Gomes em uma entrevista de rádio, que espinafrou o indivíduo e outro cabo eleitoral estava prontamente na rádio para registrar o “destempero” de Gomes. Após a campanha de Serra usar sistematicamente as imagens e sua fala, pouco a pouco o candidato do PPS foi perdendo intenções de voto e teve no fim 11,97% de votos, após registrar em pesquisas eleitorais mais de 30% das intenções de voto.

⁵⁸¹ OLIVEIRA, Francisco de. *A hegemonia às avessas*. Várias fontes.

A nova dominação (e arrisco a hipótese de que ela seja própria e funcional ao capitalismo mundializado) inverte os termos gramscianos. Vejamos. Parece que os dominados dominam, pois fornecem a “direção moral” e, fisicamente até, estão à testa de organizações do Estado, direta ou indiretamente, e das grandes empresas estatais. Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro, e financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que os dominados comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Parece que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda, e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula.⁵⁸²

Interpretação diferente tem André Singer. O sociólogo e ex-porta-voz do governo Lula afirmou em seu livro *Os sentidos do Lulismo* que, na década de 2000, não havia hegemonia clara na sociedade brasileira. Esse vácuo político propiciou certa autonomia relativa do Estado brasileiro, bem como a implementação de políticas públicas de incentivo ao consumo interno, a saber, o aumento real do salário mínimo e maior peso em políticas estatais de redistribuição de renda, como o bolsa-família. Pilares do que o autor chamou de *lulismo*.⁵⁸³

Outro sociólogo paulista, Armando Boito Jr, afirmou, no texto “Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder”, que existia, no país, uma divisão de interesses burgueses. De um lado, a chamada “burguesia compradora”, oriunda do capital financeiro, e que se tornou hegemônica nos governos tucanos e, de outro, a chamada burguesia interna, dos industriais e empresários rurais – do agribusiness – brasileiros que haviam perdido espaço e poder no mesmo período.⁵⁸⁴ Esta burguesia interna teria apoiado a eleição de Lula e dado apoio ao governo e participado, através de seus quadros em ministérios e conselhos ligados ao executivo. O exemplo desse apoio ocorreu, por exemplo, durante o *mensalão*, em 2005, quando a burguesia interna defendeu a continuidade do governo petista contra um possível *impeachment* de Lula.⁵⁸⁵

⁵⁸² OLIVEIRA, Francisco de. *A hegemonia às avessas*. Várias fontes . p.5.

⁵⁸³ SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

⁵⁸⁴ O que também, para Boito Jr, não queria dizer que essa “burguesia interna” fosse coesa. Enquanto a industrial defendia medidas protecionistas os empresários rurais buscavam o avanço do livre comércio como forma de expandir suas exportações.

⁵⁸⁵ “Entre a burguesia interna e o governo Lula há reconhecimento político recíproco e canais de comunicação eficientes. O governo atendeu interesses importantes da grande indústria, do agronegócio e de toda a burguesia interna. Justamente por isso, pôde contar com ela quando se viu em dificuldades.” BOITO JR, Armando. “Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder” In: BOITO JR, Armando e Andréia Galvão (org.) *Políticas e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012. p.97.

Com sua manutenção na presidência, o 2º governo Lula teve mais integrantes da burguesia interna, os quais colocaram em prática o projeto econômico *neodesenvolvimentista*.⁵⁸⁶ A hegemonia continuara rentista, no entanto, havia, nos governos petistas, disputas das frações dominantes dentro do bloco de poder.

Apesar de interpretações diferentes, Oliveira e Boito Jr. congregam de uma posição importante. A hegemonia nos anos 2000, e nas décadas anteriores também, não foi de partidos políticos, e sim, de classes sociais que adentram partidos, como forma de verem seus interesses representados, mas também em outros canais de interlocução com governos. Nesta linha temos importantes análises de historiadores fluminenses, que se atentam a uma nova forma de relação sociedade civil/ sociedade política. Novas formas e mecanismos pelos quais as classes dominantes impõem suas demandas através de associações/conselhos transversais, fundações, organizações não governamentais, capacitação dos movimentos sociais e sua clientela, apresentada como expressão da democratização e de “gestão eficiente” de recursos.⁵⁸⁷

Virgínia Fontes em *O Brasil e o capital-imperialismo* comprovou a existência de inúmeras frentes móveis de atuação, tanto nacional como internacional, “composta por instituições oficiais internacionais, entidades governamentais e empresariais de tipo fundacional”.⁵⁸⁸ Isso quer dizer que, nas décadas finais do século XX e início do XXI, a pressão derivada da alta complexificação social ampliou os canais de interconexão entre Estado ampliado e sociedade civil de tipo empresarial. Pelo menos três fatores contribuíram decisivamente para a intensificação desse processo no Brasil do terceiro milênio. O primeiro foi o esvaziamento do ímpeto socializante das organizações mais combativas dos trabalhadores, em referência às classes sociais e à desigualdade, que, no discurso, virou *pobreza*. O segundo foi consequência da agudização da crise social do governo FHC, que produziu forte demanda por políticas públicas de inclusão social. E o terceiro foi a maior abertura dos governos petistas na formação de diversos conselhos,

⁵⁸⁶ O neodesenvolvimentismo ou o “desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico.” Boito Jr. estabeleceu três diferenças entre o desenvolvimentismo dos anos 30/80 com o do século XXI, todas elas adequadas a burguesia interna brasileira e seu compromisso com o capital financeiro internacional. 1) novo desenvolvimentismo produz índices menores de crescimento, por que está limitado pela acumulação financeira, inibindo o investimento; 2) novo desenvolvimentismo aceita a especialização regressiva dos países dependentes; 3) manutenção do modelo neoliberal pela abertura econômica e foco nas exportações. *Idem*. p. 68,69.

⁵⁸⁷ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-imperialismo: Teoria e História*. Rio de Janeiro: EDUFRRJ/ EPSJV Fio Cruz, 2010. p.272, 273.

⁵⁸⁸ *Idem*. p.320.

associações e convênios com fundações e ONG'S de gestão empresarial.⁵⁸⁹ Atuando em diversas frentes como, educação, cultura, meio ambiente, saúde entre outros.⁵⁹⁰

Trabalho rico e pioneiro na análise de um desses conselhos foi a pesquisa de André Guiot sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a CDES. Criada no governo Lula, em 2003. Segundo Guiot,

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) configurou-se como um dos palcos de atuação e amalgama destas forças sociais no interior do aparato estatal com o propósito de maturar e aperfeiçoar a ampliação das formas de reprodução da acumulação capitalista, sob direção empresarial de grandes monopólios, com feição distributiva oriunda da ressignificação rebaixada das reivindicações populares.⁵⁹¹

Os representantes do grande capital agem nestes conselhos, assim como nos próprios partidos políticos, como bem lembra o autor, como *intelectuais orgânicos* das frações dominantes.

Os intelectuais orgânicos do capital possuem, como uma das tarefas fundamentais, introjetar e espraiar no interior do aparato estatal restrito as demandas e prerrogativas econômico-corporativas dos setores e das atividades econômicas em que estão diretamente envolvidos. Porém, coligado aos objetivos econômico-corporativos imediatos de reprodução de ampliação das fatias de lucro dos capitais particulares de que são portadores ou prepostos, os intelectuais orgânicos do capital, como elementos destacados que simultaneamente criam, expressam e dão homogeneidade a desenvolvimento da consciência de classe burguesa, trabalham em direção à superação dialética do momento meramente corporativo, incorporando-o, mas elevando-o a um momento ético-político, isto é, hegemônico, organizando as frações de classes a qual pertencem ou aderem com vistas à disseminação da sociabilidade do capital para o conjunto do corpo social.⁵⁹²

⁵⁸⁹ *Idem.* p. 292.

⁵⁹⁰ “Nas últimas duas décadas, inclusive, empresas e corporações capitalistas tem sido convocadas, cada vez mais, para investir pesadamente, como demiurgos da “responsabilidade social”, na organização da produção do consenso burguês, operando como aparelhos privados de hegemonia através de seus programas, institutos e fundações na atuação junto ao sistema educacional, ao complexo cultural, à questão ambiental e ao gerenciamento precário e pragmático de situações que afligem cotidianamente as classes subalternas (desemprego, violência, pauperismo, drogas etc.), a despeito de silenciarem quanto às fontes de produção das desigualdades socioeconômicas no capitalismo. Ocultações de antagonismos, contradições e conflitos de classes caminham lado a lado com a expansão da mercantil-filantropia e com a ampliação das margens de lucro derivada do “marketing social”. GUIOT, André. “Dominação burguesa no Brasil: Estado e Sociedade Civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003-2010.” Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História UFF. 2015. p.02.

⁵⁹¹ *Idem.* p. 01.

⁵⁹² *Idem.* p. 09.

Essas frações dominantes, para além das novas formas da prática de sua hegemonia, no governo Lula, também mantiveram seus lugares tradicionais nas múltiplas posições de comando de setores estratégicos na formação de políticas públicas estatais. Portanto, podemos afirmar que o governo compôs com os consensos hegemônicos do grande capital, ao mesmo tempo em que também compôs com diversos partidos, para formar maioria no Congresso Nacional, de base fundamentalmente *conserviológica*, para usar a expressão de Dreyfuss, na qual o PMDB possuía importância vital. Ainda que o Partido dos Trabalhadores tenha vencido a eleição em um momento de pleno rebaixamento da estratégia política das esquerdas, esta vitória representou o empoderamento dentro da ossatura material do Estado de muitas demandas dos movimentos sociais, dos trabalhadores e de seus sindicatos. Foram criados ministérios e secretarias especiais (com menos verbas, claro) que representaram, mesmo que em conta-gotas, um salto gigantesco em políticas afirmativas de grupos sociais historicamente alijados de reconhecimento e representação política no Brasil, o que demonstra o potencial extraordinário de que uma reforma social verdadeira poderia trazer para o país. Em outras palavras, o governo Lula conseguiu compor através de acordos e conciliações, em um cenário internacional favorável e, com a utilização de sua figura deveras emblemática, programar políticas de estímulo à economia, mantendo o brutal estrangulamento econômico, proporcionado pela negociação das dívidas com juros altos. O movimento social organizado foi reconhecido, mas sem o poder de decidir os rumos estratégicos do país, e com a massa salarial crescendo, em média, acima da inflação. E demorou pelo menos uma década para se esgotar.

Pelo mapeamento dos quadros ministeriais, evidencia-se a multiplicidade de grupos representados dentro do governo, ao mesmo tempo em que se evidenciava também a discrepância entre a representação das frações dominantes em relação aos movimentos sociais populares. O leque de representação de interesses aumentou mais no segundo mandato. Segue a tabela.

Tabela 4.1: Primeira composição ministerial do governo Lula (2003)

Ministério	Nome	Soc. Civil/Partido
Agricultura	Roberto Rodrigues	Pres. OCB
Assistência Social	Benedita da Silva	Ass. de Favelas, PT
Casa Civil	José Dirceu	Pres. PT
Ciência e Tecnologia	Roberto Amaral	Pres. PSB
Comunicação	Miro Teixeira	PDT

Cultura	Gilberto Gil	Partido Verde
Defesa	José Viegas Filho	Embaixador
Des. Com. e Ind	Luis Fernando Furlan	Grande empresário
Desen Agrário	Miguel Rosseto	CUT/PT
Educação	Cristovão Buarque	UnB
Esporte	Agnelo Queiroz	PCdoB
Fazenda	Antonio Pallocci	PT
Integração Nacional	Ciro Gomes	PPS
Justiça	Márcio T. Bastos	Advogado
Meio Ambiente	Marina Silva	PT
Minas e Energia	Dilma Rousseff	PT
Cidades	Olívio Dutra	PT
Planejamento	Guido Mantega	PT
Previdência	Ricardo Berzoini	PT
Saúde	Humberto Costa	PT
Segurança Alimentar	José Graziano Filho	PT
Relações Exteriores	Celso Amorim	Embaixador
Trabalho e emprego	Jaques Wagner	PT
Transportes	Anderson Adauto	PL
Turismo	Walfrido Mares Guia	PTB
Sec. Geral da Pres	Luiz Dulci	PT
Sec. de Comunicação	Luiz Gushiken	Sindicato dos Bancários
Sec de Des Ec e Social	Tarso Genro	PT
Sec de dir. Mulheres	Emília Fernandes	PT
Sec. de D. Humanos	Nilmário Miranda	PT
Sec. de Imprensa	Ricardo Kotsho	PT
Porta Voz	André Singer	Professor
Gabinete de S. Inst.	Gal. José Felix	Militar
Banco Central	Henrique Meireles	Executivo banqueiro

Fonte: http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/governolula/futuro_governo-ministerio.shtml. Visto: 22/01/2017.

Na primeira formação da equipe ministerial, a base foi majoritariamente composta por partidários do PT e expoentes de partidos políticos tradicionalmente aliados do PT, como PSB, PCdoB e PPS. Aliado na composição da chapa, o partido de direita, PL, recebera, em suas fileiras o empresário mineiro José Alencar, que havia deixado o PMDB para ser vice na chapa de Lula. O Partido Liberal ficou com a pasta dos Transportes, ministério que comanda grandioso orçamento e mexe com inúmeras licitações. Além de milhares de cargos comissionados das autarquias submetidas aos ministérios. Também é uma das pastas que mais lida com emendas parlamentares ligadas a financiamento de estradas, manutenção e asfaltamento.

Comparado às equipes ministeriais que analisamos dos governos anteriores na Nova República, é patente a guinada à esquerda que representou a vitória de Lula e do PT. Quadros políticos petistas oriundos da política sindical *cutiana* e nas lutas dos movimentos sociais e populares, lembrando a trajetória reformista e conciliatória de todos estes representantes, ao longo dos anos 90, até a vitória eleitoral de 2002. Contudo, é preciso registrar a presença, significativa, em pastas estratégicas de definição das políticas econômicas, de representantes das classes patronais/empresariais.

O Ministério da Agricultura ficou a cargo de Roberto Cardoso, presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), surgida em 1973. Ao longo das décadas seguintes, levantaram bandeiras do cooperativismo, enunciando um novo projeto para a agricultura.

A vulgarização do cooperativismo como equivalente de democracia e igualitarismo foi o mote e tanto para a afirmação política da OCB quanto para a construção de sua legitimidade como órgão de representação de classe que se imporia ao conjunto das agremiações patronais da agricultura e mesmo a sociedade civil como um todo.⁵⁹³

Passado o período da “redemocratização” brasileira, a UDR e a OCB foram os aparelhos privados de hegemonia do patronato rural, que conseguiram manter seus *intelectuais orgânicos* em agências da sociedade política.⁵⁹⁴ Em 1993, com o surgimento da Abag, Associação Brasileira do Agronegócio, as duas associações reforçaram bandeiras em comum para o campo. Entre as bandeiras comuns estavam a modernização (empresariamento) da produção agrícola, estímulo via crédito, expansão da fronteira agrícola, entre outros.⁵⁹⁵ E o principal porta-voz destes grupos era justamente, Roberto Cardoso.

Representante dos industriais brasileiros que dependiam do consumo interno de produtos industrializados, Luiz Fernando Furlan, conhecido por seu viés liberal-desenvolvimentista, foi o responsável, no interior do governo para encontrar mecanismos de estímulos à produção e a exportação. Para representar os interesses do mercado financeiro, foi escolhido para o estratégico posto de presidente do *Banco Central*, o então ex-executivo do Citi Bank, Henrique Meireles, que, meses antes de ser anunciado por Lula, havia se filiado ao PSDB. Lula o manteve durante seus dois

⁵⁹³ MENDONÇA, Sonia. *O patronal rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010. p. 187.

⁵⁹⁴ *Idem.* p. 178.

⁵⁹⁵ Para saber mais MENDONÇA, Sônia. *op. cit.* capítulo V.

mandatos, com a maior taxa de juros do mundo, a principal continuidade entre os governos FHC e PT, confirmando, na prática, quem, de fato, possuía a hegemonia política do país. O ex-trotskista Antonio Palocci representava dentro do PT a corrente que, justamente, defendia a “necessidade” do governo de manter em linhas gerais a política macroeconômica do governo anterior, não à toa, seu posto foi o Ministério da Fazenda.

Com o desenrolar do primeiro mandato de Lula, outros partidos se aproximaram da base de coalizão do governo, entre eles o PMDB, e a composição do primeiro escalão foi modificada, para acomodar os apoios no parlamento. Depois do *mensalão* e da reeleição do governo, ocorreu um aprofundamento do *modus operandi* de acomodar os partidos da base aliada.

Tabela 4.2: Ministério do governo Lula em janeiro de 2007.

Ministério	Nome	Partido
Agricultura	Reinolds Stephanes	PMDB
Pesca	Altemir Gregolin	
Casa Civil	Dilma Rousseff	PT
Ciência e Tecnologia	Sérgio M. Rezende	
Comunicação	Hélio Costa	PMDB
Cultura	Gilberto Gil	Músico
Defesa	Waldir Pires	PT
Desenvolvimento	Miguel Jorge	Empresário
Des. Agrário	Guilherme Cassell	PT
Educação	Fernando Haddad	PT
Esporte	Orlando Silva	PCdoB
Fazenda	Guido Mantega	PT
Integração Nacional	Geddel Vieira Lima	PMDB
Justiça	Paulo Genro	PT
Meio Ambiente	Marina Silva	PT
Minas e Energia	Silas Rondeau	PMDB
Cidades	Márcio Fortes	Ex- PSDB/PP
Planejamento	Paulo Bernardo	PT
Previdência	Luiz Marinho	PT
Saúde	José Luiz Temporão	PMDB
Combate à Fome	Patrus Ananias	PT
Relações Exteriores	Celso Amorim	PMDB/ PT
Trabalho e emprego	Carlos Luppi	PDT
Transportes	Alfredo Nascimento	PP
Turismo	Marta Suplicy	PT

Sec. Geral da Pres	Luiz Dulci	PT
Sec. de Com. Social	Franklin Martins	Jornalista
Sec. Políticas p/ Mulheres	Nilcéia Freire	PT
Sec. Igualdade Racial	Matilde Ribeiro	PT
Sec. de D. Humanos	Paulo de Tarso	PT
Portos	Pedro Brito	
Ações de Longo Prazo	Mangabeira Unger	PMDB/PDT
Gabinete de S. Inst.	Gal. Jorge A. Felix	
Banco Central	Henrique Meireles	

Fonte: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL16159-5601,00-O+MINISTERIO+DO+SEGUNDO+MANDATO+DE+LULA.html>>. Visto: 22/01/2017.

No começo do segundo mandato podemos perceber que o apoio do PMDB se tornou mais amplo ao governo, por meio de mais espaço no primeiro escalão do mesmo. Assim, a relação entre o executivo e o legislativo teve mais estabilidade e “harmonia”. Enquanto o representante do mercado financeiro, Henrique Meireles, estava intacto das pressões políticas contrárias às taxas de juros *pantagruélicas*, Palocci, após entrevero durante o escândalo do *mensalão*, deixou o governo, e para seu lugar, foi escolhido o economista petista Guido Mantega. Isso indicava uma inclinação rumo a políticas que impulsionariam o crescimento econômico. Fato este foi comemorado pela FIESP.

A *Revista da Indústria* publicou, então, uma grande matéria sobre o tema. Foi a reportagem de capa da revista e trazia como chamada, a frase “Um desenvolvimentista na Fazenda”. No interior da revista, o título da reportagem era “Novo comando, novas mudanças possíveis”, matéria assinada pelas jornalistas Célia Demarchi e Maria Cândida Vieira. Fica muito claro na matéria que a FIESP reconhece duas tendências no governo. Uma, que ela denomina monetarista, representada por Palocci, e outra, com a qual a FIESP identifica-se, que ela denomina desenvolvimentista, representada por Guido Mantega. Isso tem importância: significa que a burguesia interna reconhece politicamente na linha neodesenvolvimentista do Governo Lula.⁵⁹⁶

No primeiro mandato de Lula o PMDB teve participação diminuta no primeiro escalão do governo, com Eunício Oliveira, aliado de Sarney, e Calheiros no Ministério das Comunicações entre 2004 e 2005.⁵⁹⁷ Outro aliado no senado foi Romero Jucá, Ministro da Previdência, em 2005. Por fim, mais um peemedebista ministro no primeiro governo Lula foi o médico José Saraiva Felipe, também entre 2005 e 2006. Essa falta de

⁵⁹⁶ BOITO JR, Armando. *op.cit.* p. 93, 94.

⁵⁹⁷ <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rondeau-silas>>. Visto em: 21/3/2017.

espaço “satisfatório” para o partido, somada à política econômica análoga a do governo FHC, foram as justificativas que fizeram o partido deixar a base aliada do governo, em dezembro de 2004, o que, como percebemos, não foi motivo suficiente para os representantes do partido deixarem seus postos, ou serem escolhidos após este “rompimento”. No Senado Federal, Renan Calheiros e José Sarney, maiores lideranças peemedebistas na casa, mantiveram o apoio, assim como estes ministros.

Vencida a reeleição, o então presidente Lula conseguiu costurar uma nova aliança com o PMDB, dessa vez, no Senado e também na Câmara dos Deputados. Este maior espaço no aparelho de Estado contemplou setores do partido mais afeitos ao pragmatismo político e menos ligados a setores da sociedade civil. Destaca-se, na composição peemedebista, o grupo ligado ao presidente do partido, Michel Temer. Por exemplo, no Ministério da Integração Nacional foi Geddel Vieira Lima quem ocupou funções de comando na Caixa Econômica Federal, assim como Moreira Franco, que, além disso, ainda foi para a Secretária de Aviação Civil e para a Secretaria de Assuntos Estratégicos, na vaga deixada pelo professor Mangabeira Unger. Henrique Eduardo Alves foi Ministro do Turismo e presidente da Câmara dos Deputados, com o apoio do PT, assim como Michel Temer, entre 2007 e 2009. Eliseu Padilha fora Ministro dos Transportes de FHC, e também foi ministro do governo petista de Dilma Rousseff, sucedendo Moreira na Aviação Civil. Nelson Jobim foi Ministro da defesa de Lula a partir de 2007. Outro peemedebista ministro foi José Gomes Temporão, entre 2007 e 2011. Saiu do ministério após atrito com o próprio partido, ao acusar a FUNASA de ser corrupta, na época presidida por Danilo Forte, indicado por Henrique Eduardo Alves.⁵⁹⁸ Percebemos, neste momento, que os membros peemedebistas indicados aos ministérios, em sua totalidade, não possuíam relações orgânicas com a sociedade política, e sim, com clãs políticos regionais. No entanto, a partir da ascensão de Reynolds Sthephanes (ex-PFL), ruralista, exerceu inúmeros cargos na sociedade política, desde a ditadura e fora Presidente da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais, entre 1981/1983, está tendência se modificou.⁵⁹⁹

O PMDB atraiu e cedeu, durante os governos petistas, quadros políticos de trajetória conservadora, que se aproximaram do partido com vistas a integrar a base aliada ao governo federal. Exemplos desse tipo vieram com a saída de Reynolds

⁵⁹⁸ <<http://oglobo.globo.com/politica/temporao-se-filia-ao-psb-nega-que-va-disputar-prefeitura-do-rio-2702552>>. Visto: 23/01/2017.

⁵⁹⁹ <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=73786>. Visto em: 21/3/2017.

Stephanes do PFL para o PMDB, e que assumiu o Ministério da Agricultura, cargo que já havia ocupado na ditadura, e também fora Ministro do Trabalho de Collor e da Previdência de FHC. Outro conservador notório filiado ao PMDB para fazer parte do governo foi o maranhense, aliado de Sarney, Edson Lobão. Foi nomeado Ministro de Minas e Energia, em 2008, vindo do PFL. Outros atraídos ao PMDB como forma de fazer parte da base do governo federal foram dois grandes expoentes de aparelhos privados de hegemonia, Paulo Skaf, presidente da FIESP, e Kátia Abreu, presidente da CNA, que, antes de chegar ao partido, filiou-se ao partido de Gilberto Kassab, o PSD. Chegou ao PMDB em 2013.

Nota-se, portanto, no segundo mandato de Lula, maior inserção do PMDB no governo, assim como outros partidos *conserviológicos*, como o Partido Progressista (antiga *Arena*). Este partido, além de conseguir indicar o Ministro dos Transportes, indicou o então ex-tucano e banqueiro carioca, Márcio Fortes, para o Ministério das Cidades. Partidos de menor expressão como PTB, PSC, PSD, ex-PL (Partido da República) eram sócios inferiores no governo, indicavam quadros políticos e “técnicos” dentro da ossatura material do Estado e davam suporte congressual ao governo petista. Assim, estes governos tidos de “esquerda” foram cada vez mais caminhando aliados a setores conservadores da sociedade, que *surfaram*, muito bem, no auge da popularidade de Lula, e conseguiram, cada vez mais, aumentar suas bancadas com os setores mais retrógrados e atrasados da sociedade brasileira, notadamente a bancada evangélica, e as bancadas da bala, entre outras. É fato que sujeitos como o “Pastor” Marcos Feliciano e o fascista Jair Bolsonaro se consolidaram como “lideranças políticas” a partir da base de apoio ao governo federal, *petista*. Na medida em que o PT foi se enfraquecendo – devido às denúncias e casos concretos de corrupção em seu interior, na sua maioria formulados pela grande imprensa monopolista nacional, setores do chamado “baixo clero” tiveram mais poder de barganha para impor ao governo suas barganhas políticas, enquanto os partidos de centro-esquerda, como PCdoB, PSB e PDT, sofreram uma *direitização* tão ou maior que o próprio PT, não aumentaram suas bancadas como os partidos de direita tradicionais da base de apoio.

A hegemonia da política econômica continuou intacta no segundo governo Lula, ainda que o governo tenha desenvolvido políticas mais voltadas para o crescimento econômico. Este era o tema de maior consenso na política brasileira no período, após mais de duas décadas de crescimento pífio e de predominante estagnação econômica. O PMDB reforçou o coro pelo crescimento econômico. Em nossa pesquisa encontramos

inúmeros documentos defendendo políticas públicas de estímulo econômico, envolvendo inclusive os maiores defensores do governo FHC, como Michel Temer e Moreira Franco.

Em dezembro de 2003, o partido organizou um seminário intitulado *Produzir para crescer*. Na transcrição das falas e do debate, Michel Temer, então presidente da legenda, Moreira Franco, presidente da Fundação Ulysses Guimarães, eram categóricos na crítica à “morosidade” com que o governo imprimia a medidas de estímulo à produção, consumo e exportação.⁶⁰⁰ Os participantes eram ligados ao partido, a setores do capital e dos trabalhadores. Eram eles: Henrique Meireles (presidente do BC), Carlos Lessa (economista desenvolvimentista, ligado ao PMDB e então presidente do BNDES), Jorgeu Gerdau (do grupo Gerdau), o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, Paulinho da Força Sindical, Luiz Marinho da CUT, e Renato Abreu, representando o setor do agronegócio.⁶⁰¹

Moreira Franco bradava contra a desigualdade social, Temer dizia que o PMDB era um partido por excelência pró-social.⁶⁰² A justificativa da fala do presidente do Banco Central para a retomada tardia do crescimento era porque o Brasil precisava criar condições para o chamado crescimento sustentado, para “superar a crise de desconfiança”, “reduzindo incertezas” e “aumentando o grau de confiança dos “investidores””. O aumento da oferta de crédito e aumentos reais dos rendimentos só viriam com a queda da inflação, justificando, assim, para o Presidente do BC, os estratosféricos juros que ele mesmo e seus conselheiros banqueiros impunham a cada reunião do Comitê de Política Monetária, o que sangravam as contas públicas, exauriam os capitais que poderiam ser investidos na produção e impunham restrições irracionais à investimentos públicos. Por fim, o pai da PEC 55/2016, pediu investimentos dos setores produtivos ali representados e foi aplaudido pela plateia.⁶⁰³

Conhecido por seu viés desenvolvimentista, o ex-peemedebista Carlos Lessa cobrou do então presidente do BC juros a pelo menos 5%, pois, assim, traria recursos para obras de infraestrutura fundamentais para o tal “desenvolvimento sustentado”.⁶⁰⁴ Representando o setor capitalista no seminário, Gerdau cobrou medidas de geração de

⁶⁰⁰ Seminário Produzir para Crescer. Dezembro de 2003. Acervo Fundação Ulysses Guimarães.

⁶⁰¹ *Idem* p.02

⁶⁰² *Idem* p.05

⁶⁰³ *Idem* p.05-13.

⁶⁰⁴ *Idem* p.14-16.

emprego, leia-se, crédito fácil e barato e compras governamentais em indústrias nacionais.⁶⁰⁵

Em Revista do PMDB, de abril de 2005, no editorial escrito por Eliseu Padilha, o então presidente da FUG acusou o governo petista de “fazer a mesma política econômica do governo anterior, do qual o mesmo foi ministro por quatro anos e defendeu, com unhas e dentes, e outras atitudes inconfessáveis, para que seu partido se mantivesse na base do governo FHC”.

Quando decidiu, em sua Convenção Nacional de dezembro de 2004, por uma candidatura própria à Presidência da República em 2006, o PMDB retomou seu papel de vanguarda – papel assumido pela primeira vez ao liderar as forças democráticas do país, enfrentando vitoriosamente a ditadura militar.

Hoje, novamente a nação e a história chamam o partido para a sua missão de enfrentar, ao lado do povo, o modelo econômico que impõe desemprego, pobreza e desesperança a tantos brasileiros – um modelo que transfere renda da população a uma pequena minoria privilegiada, e sua missão de lutar pela retomada do desenvolvimento e pela distribuição de renda.

Apenas este ano, nosso país transferirá quase R\$ 150 bilhões da sua poupança para pagar a dívida interna – dívida que ainda assim cresce devido à política de juros altos fixada pelo próprio governo federal. A dívida é paga em detrimento do povo brasileiro – em detrimento de políticas públicas essenciais como educação, saúde, infraestrutura e habitação. Do orçamento nacional, quase 40% são gastos todos os anos para o pagamento dos serviços da dívida. (...) Infelizmente a esperança nutrida pelos brasileiros com o governo Lula transformou-se em enorme desesperança.⁶⁰⁶

Na mesma edição da revista do PMDB, Carlos Lessa, já na “qualidade” de ex-presidente do BNDES, criticou as medidas econômicas do governo, lideradas por Palocci e Meireles. Lessa atacou, principalmente, os juros exorbitantes que favoreciam e favorecem os bancos e mercados financeiros, em detrimento de investimentos públicos e obras de infraestrutura.⁶⁰⁷ Ao longo da primeira década do século XXI, o PMDB desenvolveu alguns programas de governo, em que o cerne da questão era o crescimento econômico, fazendo coro junto a setores da sociedade civil, tanto patronais como de trabalhadores. Mais adiante, faremos uma exposição detalhada destes programas, mas por agora, é importante salientar que estes programas peemedebistas foram escritos por diferentes *intelectuais orgânicos*. Desde os mais ultraliberais, aos mais ávidos

⁶⁰⁵ *Idem* p. 25.

⁶⁰⁶ Revista do PMDB, nº21 abril/2005. p. 02.

⁶⁰⁷ *Idem* p.09.

“*esquerdistas*”, peemedebistas defendiam medidas que estimulassem o crescimento econômico.

Em Convenção Nacional do PMDB, em março de 2004, chamou a atenção a presença e o anúncio de um dos líderes da FIRJAN e correligionário peemedebista, Osvaldo Ribeiro.⁶⁰⁸ Quando foi dada a palavra para Ribeiro, ele conclamou “a cúpula à defesa da política econômica de crescimento do país”.⁶⁰⁹ Em reunião da executiva nacional, no mesmo período, com os governadores do PMDB, foi elaborada uma carta em que eram cobradas ações por parte do governo federal com relação ao crescimento econômico do país..

Os governadores de estado e do Distrito Federal reunidos em Brasília na data de hoje em face da necessidade urgente de retomada do crescimento com elevação dos níveis de emprego e renda consideram que: 1) a dimensão e características do Brasil exigem que o desenvolvimento tenha uma forte visão regional e local com a insubstituível participação de Estados e municípios. Os governadores se opõem-se (*sic*) firmemente à continuada supressão de receitas dos entes federados; 2) Adoção de medidas urgentes que envolvam os Estados e municípios na retomada do desenvolvimento econômico, com investimentos em habitação, saúde, saneamento básico e infraestrutura, fundamentais à geração de emprego e distribuição de renda; 3) recomposição das receitas estaduais e municipais que ao longo dos últimos governos se deterioraram, a saber: as receitas compartilhadas com os estados (IPI, IR) caíram de 80% para 40%, da arrecadação total da União, enquanto as receitas não compartilhadas subiram de 20% para 60% levando à maior concentração de receita da história republicana agravada pela interpretação vigente no que diz respeito ao conceito da receita líquida real. Este assunto será aprofundado em futura reunião com o Presidente da República; 4) Fundo de compensação das exportações – cumprimento do acordo assumido pelo governo federal com os governadores, quando das discussões das reformas previdenciária e tributária, no sentido de elevar para 8,5 bilhões de reais – em 2004 – o montante disponível nos fundos de compensação das exportações, que deveria ter sido mensalmente, a partir de janeiro deste ano; 5) Fundo de Desenvolvimento Regional – viabilização integral e efetiva do Fundo de Desenvolvimento Regional do semiárido, norte e nordeste, e outros conforme redação aprovada no Senado federal; 6) Segurança pública e sistema penitenciário – os governadores consideram que os recursos dos fundos de segurança pública e penitenciária, não devem ser objeto de contingenciamento face a gravidade da matéria, sendo transferidos automaticamente aos estados por critérios a serem estabelecidos pelo governo federal; 7) FUNDEF – busca de solução para o passivo acumulado com os estados e o estabelecimento de novas regras para o

⁶⁰⁸ Nesta mesma Convenção ainda foram saudados Juthay Magalhães, presidente do PSDB à época, Valdemar da Costa Neto, presidente do PL. Caderno – Ata Convenção Nacional do PMDB, 14/3/2004. p.5b.

⁶⁰⁹ *Idem. Idem.*

financiamento da educação básica; 8) PASEP – defesa do conceito de imunidade recíproca entre União, Estados e municípios, instrumento estimulador da retomada da capacidade de investimentos dos estados e municípios. Ao encerrar o encontro os governadores reinteram a sua confiança em que só uma ação solidaria entre União, estados e município possibilitará a retomada do crescimento econômico e fortalecimento do pacto federativo.⁶¹⁰

Neste momento, já podemos perceber o início dos atritos resultantes da aliança entre o PMDB e o PT, os quais se seguiram ao longo de toda a coligação, havendo, pelo menos, 3 eixos de conflitos fundamentais: 1) luta por espaço no governo e indicações políticas para ocupar cargos da máquina pública; 2) diferenças políticas e ideológicas; 3) conflitos regionais entre os diretórios regionais de cada partido.

Agora vamos procurar historicizar e analisar a aliança entre PT e PMDB ao longo dos governos de Lula e Dilma Rousseff.

⁶¹⁰ Estavam presentes os seguintes governadores e respectivos estados: Rosangela Matheus/RJ; Germano Rigotto/RS; Roberto Requião/PR; Waldez Góes/AM; Marconi Perillo/GO; Marcelo Miranda/TO; Ronaldo Lessa/AL; Paulo Hartung/ES; Paulo Souto/BA; Eduardo Braga/AM; Jorge Vianna/AC; Wellington Dias/PI; João Alves/SE; Maria de Lourdes Abadia, vice/DF; Luiz Henrique da Silveira/SC; Jarbas Vasconcelos/PE; Lúcio Alcântara/CE; Blairo Maggi/MT; Geraldo Alckmin/SP; Aécio Neves/MG; Ivo Cassol/RO; Simão Jatene/PA; Jacome de Lima Jr. Vice/RN e Cássio Cunha Lima/PB. Comissão Executiva Nacional – Atas – Livro 6. 26/4/2004. p.29b.

4.2 A relação PMDB x PT durante os governos *petistas*

O início das negociações entre os partidos começou em maio de 2003 e foi aprovada a coligação pelo PMDB em outubro do mesmo ano.⁶¹¹ Por parte do PT era a chance de formar maioria no Congresso Nacional e ter seus projetos e programas aprovados nas casas legislativas. Pela parte peemedebista era a chance de manter postos no aparelho de Estado, conquistados ainda durante a era FHC. Contudo, a legenda de Ulysses Guimarães, como em toda sua trajetória, não se uniu monoliticamente. A heterodoxia do partido no início do governo Lula era vista por analistas e próprios políticos como prejudicial a ambos, PT e PMDB.

Nesta fase os conflitos regionais entre peemedebistas estavam na ordem do dia, uma vez que o partido vinha de duas eleições presidências, sem indicar cabeças de chapa, e a imagem de uma federação de partidos regionais estava em franca evidência. A justificativa de apoio por parte do PMDB vinha sempre dos lugares comuns desde o governo FHC. Garantir a dita *governabilidade*. No início da era petista, a governabilidade foi acrescentada como forma de apoiar as reformas estruturais prometidas pelo governo eleito. Na ocasião, o quadro peemedebista que iniciou as negociações com o PT foi Renan Calheiros.

O Senador Renan Calheiros passou a tecer considerações sobre as dificuldades das tratativas encetadas com o governo federal. Nas últimas eleições presidenciais em 09 estados o PMDB já apoiou a eleição do Presidente Lula, sendo que noutros foi oposição e enfrenta oposição local nos próprios estados. No Congresso Nacional, o PMDB é o fiel da balança nas votações congressuais, tanto que a votação do “refis” não teria sido aprovada não fosse a atuação do PMDB, quanto concerne às reformas previdenciária e tributária o líder Senador Renan Calheiros antecipou ao Presidente Lula que o PMDB pode participar da base de sustentação governamental, mas pretende opinar sobre os assuntos com inúmeras sugestões para as reformas. Nada impede que o PMDB tenha seu próprio projeto político para as disputas eleitorais próximas vindouras, mas pretende neste momento que passe à formulação de novas políticas públicas, discussão congressional, participação na estrutura governamental.⁶¹²

Durante esta reunião da Comissão Executiva Nacional, o diretório do Distrito Federal defendeu o apoio ao governo, mediante a cargos. Assim como o diretório de

⁶¹¹ Comissão Executiva Nacional – Atas – Livro 6. 27/5/2003. p.01.

⁶¹² Refis foi o refinanciamento das dívidas dos estados e municípios com o governo federal. *Idem* p. 3 e 3b.

Mato Grosso do Sul. Em posição contrária, o diretório de Pernambuco defendeu a independência do partido perante o governo federal.⁶¹³ Quando colocado em votação, o resultado foi massacrante a favor do “apoio congressional”, com 115 votos. Pela independência relativa a cada matéria, obtiveram-se somente 3 votos. Houve uma abstenção.⁶¹⁴

A partir destas considerações iniciais, podemos perceber a dependência do PT em relação ao PMDB no Congresso Nacional, e ao mesmo tempo, uma vontade peemedebista de fazer parte do governo. Três questões se colocam diante deste início de relação política. A primeira é a vocação governista do maior partido do Brasil, que alcançou essa posição justamente pelo domínio da máquina pública nas diferentes esferas administrativas e, para manter-se nesta posição, precisava continuar sendo governo, ainda que em posição subalterna ao PT, assim como foi no período FHC. A segunda questão foi o fato de que a vitória do Partido dos Trabalhadores significou uma mudança na perspectiva sobre a política econômica, no sentido de gerar crescimento com a “chamada inclusão social”, muito em voga nessa época. Os quadros peemedebistas ligados a aparelhos privados, como CNA, CNI, FIRJAN e outros, contavam justamente com este novo cenário, assim como a maioria do partido, composta por políticos profissionais desgastados em seus redutos eleitorais, após 8 anos de apoio aos governos tucanos. O próprio apoio ao PT era uma forma de impedi-lo de crescer “livremente” nestes redutos. E isso não invalidava, num primeiro momento, os objetivos futuros do partido no tocante às eleições majoritárias de 2006. Em outras palavras, essa aliança juntou a fome com a vontade de comer.

O ano de 2003, para além do início de aliança entre esses dois partidos, marcou a chegada de Anthony Garotinho ao PMDB. O político fluminense, que fora fundador do PT na cidade de Campos, e depois ingressou no PDT de Brizola, e após romper com o padrinho político, quando governador do Rio de Janeiro, chegou ao PSB em 2001 e foi candidato a Presidente pela legenda. Tendo alcançado a terceira colocação, com mais 15 milhões de votos, sobretudo do eleitorado evangélico, cacifou-se como nome forte para as eleições de 2006. O PMDB era o partido mais indicado para esta eleição. Garotinho não veio sozinho, trouxe consigo sua esposa, Rosângela Matheus, eleita governadora em primeiro turno, no seu estado de origem. Ali Garotinho fechou aliança com outro político fluminense em ascensão nacionalmente e dentro do PMDB, Sérgio Cabral

⁶¹³ Comissão Executiva Nacional – Atas – Livro 6. 27/5/2003. p.04.

⁶¹⁴ Comissão Executiva Nacional – Atas – Livro 6. 27/5/2003. p.05.

Filho. Eleito Senador, após dois mandatos como deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Rio pelo PSDB, tudo aparentemente conspirava a favor de Garotinho e o PMDB.

No ano seguinte, Garotinho e Cabral alçaram postos de comando, ocupando lugares no diretório nacional e na executiva nacional do PMDB, além, é claro, de comandar o partido no estado do Rio. Quando o governo federal parecia que ia *patinar* na promessa de promover o “espetáculo do crescimento”, nas palavras de Lula, acrescido dos conflitos regionais entre os dois partidos, o PMDB, após as eleições municipais de 2004, na qual foi o grande vencedor, discutiu internamente a saída da base de apoio do governo. As justificativas eram múltiplas, mas eram longe de serem unânimes. Pelas atas da executiva nacional, podemos identificar os principais expoentes da “sanha” oposicionista do partido. Em reunião após o pleito de 2004, Requião, incansável, exigia que o partido saísse da base do governo, entregasse os cargos e criasse uma frente contra o neoliberalismo.⁶¹⁵ Orestes Quércia e Jarbas Vasconcelos exigiam a saída da base do governo e a entrega dos cargos.

O imbróglio aumentou nas semanas que antecederam a convenção, com liminares prós e contra a mesma. Dias antes da convenção, a executiva se reuniu novamente e o que parecia definido meses antes, pela saída do partido do governo, foi se mostrando indefinida. Jader Barbalho bradava que o partido havia se tornado uma legenda de aluguel e não aceitava o adiamento da convenção. Maguito Vilela só aceitava o adiamento mediante a entrega dos cargos, Hélio Costa, do PMDB de Minas Gerais, era contra a saída do PMDB do governo, pois, para Ele, o partido deveria ter “compromisso com a *governabilidade*”. No fim, a manutenção da data foi mantida por votação apertada, 9 a 8, com voto de minerva do presidente da executiva, Michel Temer.⁶¹⁶

A convenção havia sido puxada por partidários pela saída da base do governo, os contrários a essa medida agiram judicialmente, conseguindo uma liminar contra a realização da convenção.⁶¹⁷ Os argumentos dessa linha política oposicionista também foram expostos na revista do partido, no mesmo mês de realização da convenção. Eliseu Padilha ressaltou em seu texto que o partido fora “o vencedor” das eleições municipais de 2004 e que cabia ao partido, se quisesse alcançar voos maiores – leia-se eleger o

⁶¹⁵ Comissão Executiva Nacional – Atas – Livro 6. 10/11/2004. p.45b.

⁶¹⁶ Comissão Executiva Nacional – Atas – Livro 6. 08/12/2004. p.53.

⁶¹⁷ Comissão Executiva Nacional – Atas – Livro 6. 27/5/2003. p.10.

Presidente da República – deveria deixar a base de apoio do governo, “Independência ou morte” bradava o político gaúcho.⁶¹⁸

Outro gaúcho, o senador Pedro Simon defendia a saída da base do governo, mas sem ir para a oposição. Argumentava que, embora tivesse defendido a candidatura petista e o posterior apoio ao governo, o PMDB ocupou pastas ministeriais com “excelentes quadros”, contudo, “não tem participação no governo”, em outras palavras, não apitava nada.

O PMDB não tem nada que ver com as decisões do governo e nunca o presidente do PMDB ou líder do PMDB foram chamados para uma reunião para decidir uma medida semelhante. Assim, participar do governo é só para ter cargos. Contudo, sou contra o PMDB, ir para a oposição. Eu acho que o PMDB tem uma posição de grande responsabilidade neste momento e deve respeitá-la. (...) Então, acho que o grande papel do PMDB é o de independência crítica. É o papel de ser – perdoem-me a sinceridade – a consciência cívica da nação de ter independência de votação a favor do que for bom para nosso país e votar contra o que for errado.⁶¹⁹

O então governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, justificou sua posição pela saída do partido da base de apoio do governo Lula, apelando para a história do PMDB e cobrando coerência da legenda que havia sido base de apoio do “governo anterior” e perdido as eleições.

Sem posicionamentos coerentes com nosso passado, estaremos renunciando a qualquer chance de alternativa de poder em pleitos futuros, com propostas consistentes e responsáveis, compondo um projeto de país viável, que progrida e distribuía com as camadas sociais majoritárias os frutos do progresso.

Em uma agremiação do porte e da história do PMDB não pode aceitar destino menor, de legenda secundária e “fisiológica”, de aluguel, para qual será arrastado a persistir os comprometimentos atuais com os quais queremos e vamos romper.⁶²⁰

No hotel *Blue Free Alvorada*, em Brasília, a pauta da Convenção Nacional Extraordinária era a seguinte: 1) candidatura própria; 2) deixar os cargos que o PMDB ocupa no governo; 3) retorno do nome MDB; 4) fechamento de questões relativamente à deliberações tomadas pela comissão executiva nacional.⁶²¹ O médico

⁶¹⁸ Revista do PMDB nº19, dezembro/2004. p.24.

⁶¹⁹ Revista do PMDB nº19, dezembro/2004. p.25, 26.

⁶²⁰ Revista do PMDB nº19, dezembro/2004. p.39.

⁶²¹ Caderno Convenção Nacional – Livro I. 12/12/2004 p.09.

ultraconservador, Osmar Terra, do PMDB do Rio Grande do Sul, criticou o Partido dos Trabalhadores por, na sua visão, repetir a política econômica do governo FHC. Maria Elvira, influente deputada de Minas Gerais, ligada a movimento de mulheres e à Associação Comercial do mesmo estado, defendeu a independência do governo.⁶²² O plenário aprovou a formação de uma comissão “para discutir o futuro do Brasil no terceiro milênio”. Esta comissão fora formada especificamente por opositores do governo federal: Garotinho, Germano Rigotto, Luiz Henrique da Silveira, Jarbas Vasconcelos, João Correa, Joaquim Roriz, Orestes Quércia, Pedro Simon e Roberto Requião.⁶²³

No tocante aos resultados das votações, foram amplamente favoráveis à candidatura própria. 384 votos a favor, 5 contrários, 5 brancos e 4 nulos. Sobre a saída dos cargos no governo também foi praticamente unânime também, 381 votos a favor, 8 contra, 5 brancos e 2 nulos.⁶²⁴ Como já indicamos anteriormente, a convenção foi puxada pelos opositoristas peemedebistas, os governistas haviam conseguido liminar para que a convenção não decidisse sobre a saída da legenda da base do governo. No entanto, os opositoristas que dominaram a convenção indicaram ao partido a candidatura própria em 2006 e a saída dos cargos no governo petista. Mas, como vimos acima, quando analisamos o primeiro escalão dos governos Lula, mostramos que o PMDB, não só se manteve nos cargos, como, ao longo do primeiro e segundo mandatos, sua presença só se fez aumentar no governo petista.

Embora esse imbróglio não tenha mudado a posição do partido (dividido) em relação ao governo, os presidenciáveis do PMDB saíram fortalecidos, pois tudo indicava que o partido teria, sim, candidato em 2006. E o principal deles, nesse período, era o ex-governador do Rio, Anthony Garotinho. Dentro do partido, Garotinho, incorporara um discurso de “esquerda”, crítico das privatizações de FHC, crítico à política econômica de Lula, que dizia ser a mesma do governo anterior, e o próprio PMDB, como veremos no próximo tópico do capítulo, indicava em seus programas uma guinada no “discurso” mais à esquerda.

Após o escândalo midiático do *mensalão*, e o relativo enfraquecimento do governo, parecia que realmente Garotinho ou um *azarão* do partido seria o candidato. O radialista do norte fluminense passou a viajar pelo país, encontrando lideranças

⁶²² *Idem* p.11.

⁶²³ *Idem* p.12.

⁶²⁴ *Idem* p.16.

regionais, apoios na sociedade civil, principalmente evangélica, e sedimentando uma sólida hegemonia política para seu partido no estado do Rio. O PMDB, no segundo mandato de FHC, não tinha um parlamentar do estado no Congresso Nacional. Após a ida de Sérgio Cabral e Garotinho para a legenda, seu crescimento foi exponencial, ao ponto de, algumas eleições depois, ser o estado com mais parlamentares do partido. Sua esposa era governadora do estado, em todas as convenções do partido foram registrados em ata claqueos do partido gritando olá a seu nome como: “um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos Garotinho Presidente do Brasil”.⁶²⁵ Tudo parecia conspirar a seu favor.

Durante o escândalo do *mensalão*, o partido decidiu sobre a regulamentação das prévias e os candidatos eram Germano Rigotto e Anthony Garotinho. Em março de 2006, nas prévias, o vencedor foi Garotinho. No mês seguinte, o partido e seus caciques davam mostras de divisão interna. Na reunião da executiva de 19 de abril, 13 estados votaram contra a candidatura própria e 11 votaram a favor.⁶²⁶ Garotinho, sentindo que vinha perdendo apoios internos, disse que colocaria sua candidatura “até o fim, porque será sempre contrário às privatizações” e à política econômica neoliberal.⁶²⁷

Assim, a pré-candidatura de Garotinho foi abatida em pleno voo por duas questões principais, no ano de 2006: a primeira foi de ordem pessoal. As *Organizações Globo* denunciaram que os financiadores de sua pré-candidatura, bem como os empresários que emprestavam jatinhos ou bancavam suas viagens pelo país, detinham contratos com o governo do estado do Rio, através de organizações não governamentais das quais eram donos ou sócios majoritários. Após as denúncias serem vinculadas na Rede Globo e em outros veículos de imprensa, Garotinho entrou na justiça, cobrando direito de resposta. Enquanto a decisão não saía, entrou em greve de fome, que durou 11 dias.⁶²⁸ O partido, mesmo contrário à greve de fome, emitiu nota de solidariedade a Garotinho.⁶²⁹

⁶²⁵ Caderno Convenção Nacional – Livro I. 13/5/2006 p.22.

⁶²⁶ Comissão Executiva Nacional – Livro IV 19/4/2006. p.80b.

⁶²⁷ *Idem* p.79.

⁶²⁸ “No domingo 23 de abril, o jornal "O Globo" publica reportagem mostrando que as quatro empresas declaradas por Garotinho como doadoras para sua pré-campanha não funcionam nos endereços fornecidos à Receita Federal. A Folha revela no dia 25 que José Onésio Rodrigues Ferreira, 33, assaltante que cumpre pena no complexo penitenciário de Bangu, aparece como sócio da Virtual Line Projetos e Consultoria de Informática na época em que a doação de R\$ 50 mil para campanha foi efetuada. Uma das empresas doadoras da pré-campanha, a Eprin, tem como sócio Nildo Jorge Raja, que também é sócio do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Treinamento (IBDT), que recebeu o dinheiro do governo de Rosinha, através da Fesp, sem licitação, revela a Folha no dia 26. Luiz Antônio Motta Roncoli, sócio da Virtual Line, outra doadora, divide endereço no centro do Rio com o presidente do IBDT, Reinaldo Pavarino Júnior. A Fesp repassou, sem licitação, R\$ 112,5 milhões para três associações de cujas diretorias fazem parte sócios de três empresas doadoras. O Inep recebeu R\$ 52,5 milhões. O

A segunda questão que nocauteou a tentativa de Garotinho em ser candidato à Presidência pelo PMDB foi a decisão do STF de verticalizar as coligações eleitorais no país, no ano 2006. A alteração se deu por meio de emenda constitucional 52/2006, de março do mesmo ano. A princípio essa decisão só valeria para as próximas eleições, no entanto, o STF decidiu que a emenda constitucional valeria já no pleito seguinte, em 2006. Com a decisão, as coligações deveriam ser as mesmas, tanto nos estados, como na eleição presidencial. O PMDB, notório pelas suas diferenças regionais, foi, evidentemente, o mais afetado pela medida. E uma candidatura própria afetaria diversos interesses regionais. O princípio justificado pela Corte foi o da *coerência*.⁶³⁰

Após a decisão do Supremo, seus membros já se colocavam contra a candidatura própria, e os mais incisivos eram, justamente, os aliados de Garotinho no Rio de Janeiro, Sérgio Cabral e Eduardo Cunha, ambos do PMDB local. No dia 13 de maio de 2006, durante a Convenção Nacional – que nada poderia deliberar – Eduardo Cunha apareceu com uma liminar da justiça, tornando inválidas as decisões das convenções do partido, “envenenando a discussão da candidatura própria para presidente.”⁶³¹ Os

Inaap, R\$ 34,8 mil e o IBDT R\$ 25,6 milhões, mostra o Globo no dia 27. A Folha revela que outra ONG financiada pela Fesp é ligada a sócios de empresas doadoras, o Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos do Cidadão (CBDDC), tem como presidente do Conselho Fiscal Hélio Bustamante Secco, irmão de Ricardo Secco, parceiro em vários negócios de Luiz Antonio Motta Roncolli, dono da Virtual Line. Na edição desta semana, "Veja" divulga que Garotinho teria usado durante a pré-campanha jatinho que pertence a um criminoso, o João Arcanjo Ribeiro, mas que estava sob a guarda de um administrador jurídico e arrendado a uma empresa de limpeza urbana." Jornal Folha de São Paulo. <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u78060.shtml>>. Visto: 30/01/2017. As justificativas de Anthony Matheus Garotinho foram as seguintes: “O ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho (PMDB), pré-candidato à presidência da República, iniciou na tarde deste domingo uma greve de fome em protesto contra o que chamou de "campanha mentirosa e sórdida" para desconstruir sua imagem. Garotinho afirma que sofre perseguição da mídia, do sistema financeiro e do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, segundo nota divulgada. Disse ainda que suas "posições cristãs e éticas" vêm sendo ridicularizadas. Ele é evangélico. "Tudo com um só objetivo: impedir que me torne candidato a presidente da República e rompa com este modelo econômico que, ao longo de anos, tem trazido desemprego, fome e miséria para milhões de brasileiros. Um sistema que vem destruindo a nacionalidade brasileira, humilhando as Forças Armadas, entregando nosso patrimônio à ganância estrangeira e, sobretudo, aviltando nossos valores éticos, morais e de amor ao Brasil", afirmou Garotinho em um documento intitulado "À nação brasileira". Segundo a assessoria do ex-governador, a greve de fome só será suspensa com duas condições: primeira, "que seja instituída uma supervisão internacional no processo político-eleitoral brasileiro, assegurando a igualdade de tratamento a todos os candidatos, com acompanhamento de instituições nacionais que tradicionalmente defendem a democracia"; segunda, "que os veículos de comunicação que fazem calúnias cedam o mesmo espaço para que a população possa conhecer a verdade dos fatos". Garotinho anunciou sua decisão no diretório regional do PMDB no Rio de Janeiro, ao lado da governadora Rosinha Garotinho e de militantes do partido. A greve de fome será feita na sede do PMDB, acompanhada por uma equipe médica." Jornal Folha de São Paulo: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u78059.shtml>>. Visto em: 30/01/2017.

⁶²⁹ Comissão Executiva Nacional – Livro IV .03/5/2006. p.86b

⁶³⁰ “Verticalização das coligações partidárias: melhor caminho para a coerência político-eleitoral?” Daniel Gustavo Falcão Pimentel dos Reis. In: < http://www.sbdp.org.br/artigos_ver.php?idConteudo=42>. Visto em: 30/01/2017.

⁶³¹ Caderno Convenção Nacional –. Livro I – 13/05/2006. p.21.

apoiadores de Garotinho cantavam em coro: “não é mole não, isto aqui tá cheirando a mensalão”.⁶³² Quando foi aprovada uma nova convenção para o dia 11 de junho, Cabral e Cunha surgiram com uma decisão cautelar, em que a convenção deveria ser feita dia 10. Por fim, mesmo sem efeito deliberativo, os convencionais peemedebistas votaram contra a candidatura própria: 351 votos não, 305 pela candidatura própria, dois votos foram brancos e mais dois anularam seus votos.⁶³³

A convenção de junho não houve quórum, uma vez que todos os pré-candidatos retiraram suas candidaturas. Assim, o partido, nos estados, ficou livre para se aliar aos partidos postulantes ao cargo de chefe do executivo na federação, os favoritos, PT de Lula e PSDB de Geraldo Alckmin. Desta maneira, o fato de os interesses regionais, neste momento, prevalecerem, evidencia-nos que internamente o partido se comportava mais como uma federação de grupos regionais em torno de uma sigla nacional, o PMDB. Eram os interesses regionais particularistas, de diversos segmentos sociais que falavam mais alto dentro do partido. Se havia hegemonia no PMDB, ela era regional. Portanto, não havia condições de unificação em torno de um nome ou candidatura única para a Presidência da República.

Tão logo Luís Inácio Lula da Silva reelegeu-se presidente, começaram as tratativas entre o PT e o PMDB para o partido fazer parte da base do governo. Dessa vez, com uma importante diferença em relação ao primeiro mandato. Não apenas os caciques do Senado, José Sarney e Renan Calheiros eram os avalistas, mas também os caciques da Câmara dos Deputados, principalmente, Michel Temer, presidente da legenda.⁶³⁴ A comprovação de nossa afirmação advém da análise da composição ministerial do segundo governo Lula, com mais espaço para o PMDB, especialmente com setores ligados aos deputados peemedebistas. Em 30 de novembro de 2006, o Conselho Nacional do PMDB aprovou a aliança, apenas com o voto de Jarbas Vasconcelos contra.

O Conselho Nacional do PMDB aprovou nesta quinta-feira (30) a proposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que o partido integre o governo de coalizão no segundo mandato petista. Com a decisão do Conselho, o partido adere em bloco ao governo e não

⁶³² *Idem* p.23.

⁶³³ *Idem* p.24.

⁶³⁴ Michel Temer que havia apoiado Geraldo “Santo” Alckmin no segundo turno das eleições. In: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1370004-5601,00-PMDB+APROVA+PARTICIPACAO+NO+GOVERNO+DE+COALIZAO+DE+LULA.html>>. Visto em: 30/01/2017.

apenas em parte, como no primeiro mandato de Lula. Participam do conselho integrantes do PMDB que já assumiram alguma função política em nome do partido: ex-presidentes da República, do Senado, da Câmara, governadores e ex-governadores, líderes e ex-líderes no Congresso, e o atual presidente do Senado, Renan Calheiros (AL). Ao todo, são 65 membros. O clima era de unidade na reunião, realizada no auditório Petrônio Portella, no Senado. Sentaram-se à mesma mesa, no comando do encontro, Temer, Renan Calheiros, o senador José Sarney (AP), o ex-governador paulista Orestes Quéricia, os governadores do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, e de Santa Catarina, Luiz Henrique, o senador recém-eleito Jarbas Vasconcelos (PE), entre outros. A cena seria considerada impossível há alguns meses, quando o próprio Quéricia, além de Temer, Rigotto e Luiz Henrique eram contra a participação do PMDB no governo Lula e defendiam uma candidatura própria à presidência da República, contra a aliança de Renan e Sarney com Lula. Temer chegou a apoiar Geraldo Alckmin, candidato do PSDB à presidência, no segundo turno. Convidado para uma reunião com Lula após as eleições, o presidente do partido recuou e deu sinais de que aceitaria defender o apoio do PMDB ao governo. Aliado fiel de Lula, Sarney comemorou em seu discurso o resultado do encontro. "Nunca vi nesses anos todos do PMDB uma reunião como esta, em um partido de divisões e tensões, um ambiente que confluísse para o mesmo objetivo", disse.⁶³⁵

Na convenção nacional de 11 de março de 2007, após a eleição da nova executiva e diretório nacional, o clima era de harmonia entre os diversos grupos do partido. Aos gritos de "1, 2, 3, 4, 5 mil, o PMDB unido representa o Brasil", a eleição foi realizada. Foi apresentada apenas uma chapa, demonstrando, com ineditismo, um trilho único da legenda em apoio unívoco ao governo federal petista.⁶³⁶ Dos 602 votos dos convencionais, a chapa unidade, encabeçada por Michel Temer, obteve 598 votos.⁶³⁷

Dois pontos são importantes para serem ressaltados sobre esta Convenção. A primeira foi sobre o fato de que o governo federal, no segundo governo Lula, prometia forte investimento público em obras de infraestrutura, conhecido como PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, com forte apoio da sociedade civil empresarial. Este mandato representou o ápice, do que se convencionou na literatura especializada do *neodesenvolvimentismo*. Isto, sem dúvida, foi um grande atrativo para a formação de uma coalizão de apoio a Lula, na qual o PMDB seria o principal ator desta coalizão, atraindo para seus quadros a *flor de políticos* regionais e representantes do grande

⁶³⁵

<<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1370004-5601,00-PMDB+APROVA+PARTICIPACAO+NO+GOVERNO+DE+COALIZAO+DE+LULA.html>>. Visto em: 30/01/2017.

⁶³⁶ Caderno Convenção Nacional – Livro 1 – 11/3/2007 p.31.

⁶³⁷ Estiveram na Convenção como observadores os embaixadores de Cuba, Suécia e Taiwan. *Idem*. p.34.

capital brasileiro, como Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional da Agropecuária (CNA).

O segundo ponto foi o início de uma tendência que ocorreu, não apenas no seio peemedebista, mas em outros partidos também. A criação de setoriais de minorias políticas e sociais no interior dos partidos, algo comum em partidos de esquerda, mas que era novidade em partidos burgueses e *cacicados*, como o PMDB. Nesta Convenção foi aprovada a inclusão dos movimentos de *jovens, mulher, negro, ambiental, sindical e da terceira idade*.⁶³⁸ Isso para nós demonstrou como a liderança política do PT, em seu auge, influenciou outros partidos, no tocante à relação com as minorias políticas e sociais. Outro exemplo foi o programa de bandeiras do partido, escrito por Eliseu Padilha, então presidente da Fundação Ulysses Guimarães, no ano de 2007. Mais uma tentativa de aproximar o partido a símbolos políticos do Partido dos Trabalhadores, e dos anseios sociais do período. Eis o que seriam as 15 bandeiras do PMDB, em 2007:

- 1) Bandeira: PMDB: A meta do PMDB é a felicidade do povo; 2) Bandeira: PMDB: o partido da organização popular e partidária; 3) Bandeira: PMDB: parceiro do povo e das lutas populares; 4) Bandeira: PMDB: o desenvolvimento mais importante é o das pessoas; 5) Bandeira: PMDB: política com a verdade e a honestidade; 6) Bandeira: PMDB: pela democracia plena do voto, do conhecimento, renda e mesa (*sic*); 7) Bandeira: PMDB: participação popular; 8) Bandeira: PMDB: trabalho e renda para todos; 9) Bandeira: PMDB: prioridade para os investimentos nas pessoas; 10) prioridade para a universalização da educação e do conhecimento libertador; 11) Bandeira: PMDB: pela defesa do meio ambiente e da vida; 12) Bandeira: PMDB: por uma novo pacto federativo; 13) Bandeira: PMDB: pelo bem estar e a felicidade na melhor idade; 14) Bandeira: PMDB: pela educação para o trânsito; 15) Bandeira: PMDB: partido dos jovens.⁶³⁹

Diferentemente do primeiro mandato de Luis Inácio Lula da Silva, no segundo, a relação entre o PT e o PMDB foi deveras estável. As questões regionais entre os dois partidos foram, em sua maioria, aplacadas e, em diversos estados e municípios, alianças foram seladas. Uma grande evidência que comprova nossa afirmação foi a inexistência de divergências expostas em reuniões da executiva nacional e nenhuma convenção nacional durante o segundo mandato de Lula, para tratar da maior ou menor participação do partido no governo federal.

⁶³⁸ *Idem* p.33.

⁶³⁹ Comissão Executiva Nacional – Livro IV – 05/9/2007 p.122, 123.

Na medida em que se transcorreu o mandato presidencial de 2007 a 2010, o crescimento econômico do país atingiu patamares que não atingia, desde a década de 1970. Somado a isso, houve a descoberta do petróleo na costa brasileira, que elevou a Petrobrás e o setor petroquímico a ser um dos principais alavancadores do crescimento econômico nacional. O aumento real do salário mínimo, que não ocorria desde sua criação, na década de 1940, e o crescimento exponencial dos beneficiados do bolsa-família geraram uma popularidade em torno de Lula poucas vezes alcançada por um Presidente da República. Evidentemente que esta popularidade atraiu diversos setores da sociedade civil em torno do projeto petista, rebaixado e baseado na conciliação de classes.

Como mostramos na primeira parte deste capítulo, o ministério dos governos Lula empoderaram demandas dos movimentos populares, ao mesmo tempo em que, não só manteve intactas as demandas econômicas das frações financeiras, como as reforçaram dentro do aparelho de estado. Enquanto a economia crescia, via aumento do consumo interno e aprofundamento da dependência das exportações de *commodities* – que viviam seus momentos de preços altos – a política do *ganha-ganha* foi possível. Aqui está o grande cerne da política e da popularidade de Lula.

No campo da representação político-partidária, marcado pela conciliação de classes e alianças pragmáticas, o governo petista atraiu e reforçou, *como nunca antes* na história do Brasil, o campo conservador. Para além da burguesia nacional e suas diferentes frações, o governo Lula trouxe ao seu bojo os setores evangélicos, que unido ao crescimento do consumo interno e expansão do crédito, deram vazão real à chamada *teologia da prosperidade* das igrejas neopentecostais.⁶⁴⁰ Não é difícil encontrar vídeos na internet com os próceres do neopentecostalismo nacional e outros notórios conservadores colocando-se “ao lado do Presidente Lula” e, com isso, cativando votos e fiéis, através da popularidade do Presidente torneiro mecânico.

Outra evidência que solidifica nossa afirmação foi o crescimento dos partidos políticos conservadores, até então nanicos, na Câmara dos deputados. O Partido Progressista Brasileiro – antiga Arena – vivia intensa crise após as eleições de 2002. De maior partido brasileiro nos tempos da ditadura civil-militar, o agora Partido Progressista amargava, no limiar do século XXI, apenas 49 deputados, comparado aos

⁶⁴⁰ Para saber mais: BURITY, Joanildo A. e MACHADO, Maria das Dores. (org.) *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife: Editora Massangana, 2005. BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2009.

mais de 200, nos tempos da ditadura. Durante o golpe de 2016 formava a maior bancada em bloco com o nanicos PTN, PHS e PTdoB, com 71 deputados, egressos da base de apoio do governo Dilma, do PT. O então inexpressivo PSC cresceu ao longo do século XXI, inflando em seus quadros pastores e religiosos neopentecostais, com 10 deputados. O PTB inflou para 20 deputados. Ainda surgiram outros partidos, vindo de rachas de partidos que se apresentavam como antítese política do PT ao longo dos anos noventa. Exemplo foi o Partido Social Democrático legenda liderada pelo *peefelista* Gilberto Kassab, ex-PFL. Este criou o partido e atraiu os setores do partido que se enfraqueciam em suas cidades e estados pela oposição de seu partido, o PFL. A crise neste partido foi tamanha que, perdendo cada vez mais quadros políticos e parlamentares, mudou novamente para o paradoxal nome de *Democratas*.⁶⁴¹ O PSD de Kassab, que alcançou o cargo de ministro nos governos Dilma, tinha 37 deputados.

A Igreja Universal do Reino de Deus possuía apenas dois deputados federais após as eleições de 1998, mas seu projeto político obteve crescimento exponencial durante os governos petistas, com a criação do Partido Republicano Brasileiro. O partido de ampla maioria de pastores e fiéis da IURD possui, nos dias atuais, 24 deputados. O antigo Partido Liberal, que cedeu suas fileiras ao empresário mineiro José Alencar para ser vice de Lula, fundiu-se ao partido *protofascista* PRONA e manteve-se na base dos governos petistas, até às vésperas do golpe de 2016. Este partido de 6 deputados em 2002, possuía 39 em 2016. Isso para ficar nos exemplos mais evidentes.

Os partidos de “centro-esquerda” que apoiavam o PT desde os anos 1980, e que estes, sim, apresentavam afinidades programáticas e ideológicas com as bandeiras históricas do PT, amargaram pouco espaço nos governo petista e mantiveram quase nenhuma variação entre seus parlamentares, no período de 2002 para os dias atuais. O PCdoB, principal linha auxiliar do PT, em 2002 tinha 10 deputados e, após as eleições de 2014, possuía 12 deputados. Por mais que se façam de vítimas de um golpe, e foram, os petistas criaram seus *Brutus* durante mais de uma década, e ,quando veio a falência do modelo petista, não hesitaram em golpear seu *Júlio César*.

No ano de 2010 o crescimento econômico do Brasil foi de 7,5%. A popularidade de Luis Inácio Lula da Silva ultrapassava os 70% de aprovação. A escolhida por Lula para sua sucessão foi a então Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. A coligação política que levou Dilma à vitória ganhou um salto em termos de alicerce político em

⁶⁴¹ Em 2007.

relação aos dois primeiros mandatos de Lula. Além dos partidos auxiliares do PT, como o PCdoB, o PR, ex-PL, Dilma teve o suporte do PMDB. Essa aliança como analisamos exaustivamente nesta seção, consolidava-se na eleição de 2010. Como mostramos, no primeiro mandato de Lula, a base de apoio principal do PMDB ao governo estava concentrada no Senado Federal. No segundo mandato, o PT conseguiu manter o apoio peemedebista no Senado e ampliou o apoio da legenda na Câmara dos deputados e em diversos estados e municípios. Na eleição que sucederia Lula, o PT fechou aliança política com o PMDB.

O quadro peemedebista que negociou com o PT a aliança política entre os dois partidos foi um dos mais próximos de Michel Temer, presidente do PMDB e principal líder do partido, na Câmara dos Deputados, a qual presidiu por três mandatos, Henrique Eduardo Alves com Ricardo Berzoini e o presidente do PT, à época, José Eduardo Dutra.⁶⁴² Internamente o partido estava excepcionalmente unido em torno desta coligação. Exemplo disso foi a reeleição de Temer para a presidência do partido, em março, e o fato de apenas o diretório de Santa Catarina não seguir as orientações partidárias, se coligando com o “Democratas”. No entanto, a executiva nacional do PMDB interviu no diretório daquele estado, nos fins de junho de 2010.⁶⁴³

Na convenção nacional do dia 12 de junho de 2010 havia duas opções: 1) apoio à candidatura de Dilma Rousseff, tendo Michel Temer como vice ou; 2) candidatura própria sem coligação alguma. Tendo início os debates em torno do que seria decidido, Aníbal Teixeira, ex-ministro do Planejamento de José Sarney, garantiu aos peemedebistas a participação do partido no programa de governo de Dilma, e apontou quais quadros peemedebistas estavam avalizando à aliança com o PT, bem como o programa de governo de Dilma.

O vice-presidente do Senado Valdir Raupp concedeu a palavra ao ex-ministro Aníbal Teixeira que falou sobre a contribuição do PMDB para o programa de governo da pré-candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff e Michel Temer à Vice Presidência, destacando a força, o vigor e a história do PMDB, que fez um programa com a ajuda de grandes personalidades como o presidente Michel Temer, o ex-ministro Delfim Netto, o Ministro Nelson Jobim, Mangabeira Unger, o Deputado Eliseu Padilha, o ex-governador Moreira Franco, o líder da Câmara Henrique Eduardo Alves e o

⁶⁴² Comissão Executiva Nacional – Livro IV – 27/01/2010 p.156.

⁶⁴³ Comissão Executiva Nacional 10/3/2010 p. 159. *Idem* 15/6/2010 p. 161 *Idem* 25/6/2010 p.165.

Senador Renan Calheiros, líder do Senado, pois todos tem grande experiência no planejamento e na governabilidade.⁶⁴⁴

Embora muito mais unido do que em convenções anteriores, evidentemente havia dentro do partido aqueles que defendiam a candidatura própria, como os incansáveis e, sempre derrotados, Paes de Andrade e Roberto Requião. O primeiro defendeu a candidatura de Requião, com a justificativa de que Lula teria prometido que todos os partidos da base aliada a seu governo poderiam lançar candidatos a sua sucessão. Requião lançou, mais uma vez, seu nome para ser candidato à presidência pelo partido, assim como Antonio Cerqueira da Bahia.⁶⁴⁵

O resultado da convenção foi esmagador a favor da aliança com o PT e com a candidatura de Michel Temer a vice-presidência. 560 votos foram favoráveis à chapa PT/PMDB, 95 votos foram em apoio à candidatura de Roberto Requião, quatro votos para Antonio Cerqueira e um voto nulo. A convenção terminou com o discurso de José Sarney, em ode ao “grande artífice da unidade do PMDB” e candidato a vice, Michel Temer, assim como à Dilma Rousseff.⁶⁴⁶

Passada a eleição vitoriosa da dobradinha PT/PMDB, a aliança seguiu sem maiores percalços, até os levantes de junho de 2013. Nas reuniões da executiva nacional, durante o primeiro mandato de Dilma, poucas foram as rugas entre os dois partidos. Tirando a rivalidade histórica no Distrito Federal e a natural ciúmeira no tocante às eleições municipais de 2012, não houve nenhum conflito levado a esta instância partidária no período.⁶⁴⁷

Em março de 2013, durante convenção nacional, a única entre 2010/2013, com a presença do então presidente do PT, Rui Falcão, ambos os partidos só tratavam da manutenção da aliança para 2014, inclusive com apoio do líder do PMDB na Câmara, o *indefectível* Eduardo Cunha.⁶⁴⁸ O principal argumento utilizado durante esta convenção, que elegeu, mais uma vez, Temer como presidente do PMDB foi a popularidade da Presidenta, que girava em torno de 70%.

Passados os levantes de junho de 2013 e a evidente ascensão reacionária no país, no ano de 2014 voltaram a surgir entre os dois partidos rugas e críticas de parte a parte. Era um momento em que as “soluções” do modelo de acumulação proposto pelos

⁶⁴⁴ Convenção Nacional – Livro I – 12/6/2010 p.50, 51.

⁶⁴⁵ *Idem.* p.52

⁶⁴⁶ *Idem Ibidem*

⁶⁴⁷ Comissão Executiva Nacional – Livro IV – 02/3/2011

⁶⁴⁸ Convenção Nacional do PMDB – Livro I – 02/3/2013 p.59.

governos petistas mostravam-se desgastados. Queda expressiva dos preços das commodities, o elevado endividamento das famílias e as empresas demonstravam a desaceleração da economia nacional. A saída encontrada pelo governo Dilma foi reduzir impostos para produtos industrializados (IPI) e aprovar, via Congresso Nacional, desonerações sobre a folha de pagamento das empresas. O governo esperava que esse “alívio” do bolso das empresas fosse gerar investimentos privados, ledo engano. A economia no biênio 2013, 2014 desacelerava-se, já os investimentos privados já baixos tornaram-se pífios, e desde 2011, o governo reduzia investimentos públicos em setores vitais como saúde, educação, entre outros.

A tentativa mais ousada foi a redução dos juros a menos de 10% ao ano, o que, por motivos óbvios, desagradou a grande burguesia nacional e internacional. No entanto, o governo foi vacilante e não continuou baixando os juros de maneira significativa, ainda que essa redução fosse via juros pós-fixado. O que queremos dizer com isso é que a crise que se anunciava em um futuro próximo e as medidas adotadas, somadas à falência do dito *neodesenvolvimentismo petista*, começaram a gerar entre 2013, 2014 fissuras, tanto no nível da sociedade civil, como na sociedade política. A aliança entre o PT e o PMDB, que parecia sólida, em março de 2013, durante o período de convenções nacionais para as eleições presidenciais de 2014, já evidenciava as rugas, que iriam culminar com o golpe de 2016.

Na Convenção Nacional de 19 de junho de 2014, em que a ordem do dia era: 1) aprovar a coligação nacional do PMDB com o PT, tendo Temer como vice; 2) alteração do estatuto.⁶⁴⁹ O tom das falas era bem diferente das outras convenções, desde 2004. Criticavam o aumento da inflação, criticavam a falta de interlocução entre Dilma e Temer, “se o vice-presidente fosse ouvido pela presidente”, os convencionais pediam um “PMDB independente”, entre outras falas críticas à manutenção da aliança.⁶⁵⁰ O diretório do Rio de Janeiro, por exemplo, anunciou, durante a convenção, que seria independente.⁶⁵¹ Entre as vozes pela manutenção da aliança foi Roberto Requião, que sempre indicava seu nome como candidato do partido para disputar a presidência do Brasil.

⁶⁴⁹ Convenção nacional 19/6/2014 p.72.

⁶⁵⁰ Convenção nacional 19/6/2014 p.72b.

⁶⁵¹ Em 2014 o diretório do PMDB do Rio de Janeiro lançou a aliança *AEZÃO*, entre o candidato do PSDB, Aécio Neves, e Luiz Fernando Pezão, candidato do PMDB ao governo do Rio de Janeiro. Caderno Convenção Nacional – Livro 1. 19/6/2014 p.75.

No fim, a manutenção da coligação saiu vitoriosa, porém, o partido estava nitidamente dividido, e a agudização da crise econômica, somada a inépcia política da Presidenta Dilma Rousseff foi a deixa para os movimentos golpistas, há muito tempo em curso no país, bem como a saída do PMDB ao encontro destes anseios golpistas. O resultado foi 398 votos pela manutenção da aliança e 275 pelo fim da mesma entre PT e PMDB.⁶⁵²

Estranhamente estes sinais nítidos de desgaste nas relações entre os dois partidos pouco ou nada foram ressaltados pelos analistas de plantão, muito menos pelos quadros políticos do PT. Se a “governabilidade” petista baseava-se no apoio do PMDB e outros partidos conservadores, a vitória apertada sobre o PSDB, por parte de Dilma, e ao renegar dias depois de sua vitória, seu próprio programa de governo, deu fôlego aos movimentos golpistas e retraíram a sua diminuta base social. A crise do governo foi ainda aumentada pelo uso político e escandalosamente seletivo de investigações de corrupção na Petrobrás. Estava aberto o caminho para o golpe, culminado em 2016, e este foi fruto da *Nova República*, fundada por Tancredo Neves e destruída por, entre outros, seu neto, Aécio Neves.

Antes de realizarmos algumas reflexões sobre este delicado e candente tema, vamos seguir nossa análise sobre o PMDB na década de 2000, abordando, de forma comparativa, os “programas de governo”, elaborados pelo partido, no período comparando com a fatídica *Ponte para o futuro*, projeto do governo golpista.

⁶⁵² *Idem Ibidem*

4.3 “A Questão do Programa”: uma análise comparativa dos programas de governo do PMDB no século XXI.

Neste momento em que analisaremos os “programas” de governo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, temos como objetivo central a comparação destes programas com a *Ponte para o Futuro*, programa desenvolvido por Wellington Moreira Franco, no ano de 2015, durante o processo de desestabilização política do governo de Dilma Rousseff, que culminou com o golpe de 2016. Nossa hipótese sobre estes programas de governo do PMDB reside no fato de que todos eles tinham como finalidade *mostrar-se* à sociedade civil brasileira em diferentes épocas. Assim, o que queremos dizer é que estes programas procuravam absorver os principais consensos políticos de seus períodos, refletindo os “termômetros políticos” de cada época, sem vínculos orgânicos diretos na sociedade civil organizada, mas com claro propósito de aproximar o PMDB dos principais anseios sociais da época. Embora díspares, eram a forma de justificar os posicionamentos políticos pró-governos.

Estes programas passeavam pelos posicionamentos ultraliberais, aos mais socializantes, tudo dependendo, claro, de como sopravam os ventos políticos. O primeiro programa de governo desenvolvido pelo partido, no século, foi em 2001, pelo próprio Moreira Franco, então presidente da Fundação Ulysses Guimarães. O eixo central do programa era o amplíssimo *Por um Brasil moderno, dinâmico, competitivo, próspero e socialmente justo*. O Brasil vinha de 8 anos de governo FHC e de profunda crise econômica como reflexo das políticas ultraliberais do governo. As promessas de redução das dívidas e de desenvolvimento econômico por conta das privatizações, reformas trabalhistas e contenção de gastos orçamentários sucumbiam diante da realidade do “apagão” elétrico, do desemprego e subemprego estruturais e da consequente estagnação econômica. As palavras de ordem que ganhavam adeptos eram: crescimento econômico e combate à desigualdade social.

O programa escrito por Moreira Franco surfava entre o ultraliberalismo, nas entrelinhas, e na explicitação de que medidas de redistribuição de renda deveriam ser feitas. Estes antagonismos pareciam não existir no programa peemedebista.

Reconhecer e entender o caráter perverso da estabilidade da desigualdade e da pobreza é fundamental para que tal problema seja atacado e resolvido. Considerar o enfrentamento desses problemas a retomada do crescimento econômico como hoje fazem tanto setores da

esquerda quanto da direita, significa compactuar com a manutenção dos privilégios torna-se condição essencial para reduzir a desigualdade e eliminar a miséria. Esse seria o principal objetivo de um governo do PMDB.

O crescimento é fundamental, mas não deve ser tomado como fim em si próprio. Desenvolvimento não significa apenas crescimento econômico, significa também justiça distributiva, liberdades políticas, direitos civis, oportunidades sociais e proteção social. Ele inclui o acesso à justiça, a massificação da educação, da saúde. Inclui também o acesso ao crédito, aos bens públicos, propriedade à posse da terra e à titularidade dos imóveis. Enfim, o desenvolvimento inclui o acesso a todos os ativos indispensáveis à construção autônoma de uma vida de boa qualidade em uma sociedade democrática moderna.⁶⁵³

Dentre os pontos de defesa implícita aos ditames ultraliberais, Moreira Franco defendeu a ALCA, tendo como paradigma o NAFTA e o México, pelo “êxito” da abertura comercial, para conter a vulnerabilidade externa.

O primeiro movimento está associado à criação da ALCA, a um acordo com a União Europeia e as negociações na OMC. Todos estes processos deverão ter início no final de 2002 e, portanto, a posição do próximo governo será fundamental. Uma atitude protecionista do governo brasileiro seria extremamente prejudicial para o desenvolvimento do país no futuro. A posição correta do país em todos os estes fóruns é negociar arduamente a redução da proteção tarifária dos demais países, facilitando o aumento do comércio internacional. Essa é a maneira efetiva de defender os interesses do povo brasileiro e de exercer plenamente a soberania nacional.⁶⁵⁴

Em relação à reforma trabalhista, o peemedebista se mostra a favor, assim como no projeto golpista da *Ponte para o futuro*. No entanto, suas críticas advinham do ranço autoritário da legislação trabalhista, de cariz fascista. Defendia também outro ponto central da Ponte para o futuro, o negociado entre patrões e empregados valerem mais que a legislação. Para o autor era a forma de torná-la mais “democrática”, num momento em que a correlação de forças do trabalho era muito desfavorável ao próprio trabalho. Sua justificativa era de que, desonerando a produção e taxando mais o consumo, abriria caminho para tornar a carga tributária mais progressiva.

Nossa proposta é retirar da legislação trabalhista brasileira todos os entulhos autoritários, tornando-a mais democrática. A reforma não

⁶⁵³ Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. “Por um Brasil moderno, dinâmico, competitivo, prospero e socialmente justo.” Programa do PMDB. p.3.

⁶⁵⁴ Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. “Por um Brasil moderno, dinâmico, competitivo, prospero e socialmente justo.” Programa do PMDB. p.20.

tem por objetivo a flexibilização das relações de trabalho, mas sim, a racionalização dessas relações. (...)

O outro lado da reforma fiscal é a reforma tributária. O objetivo é racionalizar a estrutura tributária, desonerar a produção, o investimento, a poupança, o trabalho e as exportações, tributar mais pesadamente o consumo e tornar a carga tributária mais progressiva.⁶⁵⁵

Outro aspecto do programa que se aproxima da Ponte para o futuro foi no tocante à educação pública universitária. Moreira Franco defendia, não abertamente, a privatização do setor, em 2001, mas defendeu o pagamento de mensalidades nas universidades federais.⁶⁵⁶ Entre outros pontos semelhantes ao projeto golpista lançado em 2015, está a autonomia do Banco Central e a terceirização dos presídios.⁶⁵⁷ Interessante observar que, mesmo com ideias ultraliberais, no projeto peemedebista de 2001, o termo “privatização” só aparece duas vezes, em mais de 40 páginas. Defendeu o “legado” da privatização das telecomunicações, tida como um sucesso que “possibilitou a expansão da telefonia móvel”.⁶⁵⁸ Este “sucesso” deveria servir para a “concessão” dos serviços públicos à iniciativa privada, para, assim, garantir – via agências públicas regulatórias – a prestação do serviço público de “qualidade”.

Após décadas de domínio estatal, o setor de infraestrutura no país (telecomunicações, energia, transportes, água, saneamento) está passando por um processo de privatização que, ao transferir a propriedade do capital das empresas do Estado para o setor privado, exige uma mudança. Na forma de atuação do poder público que não é trivial. Em lugar de decidir sobre quanto e como investir em cada setor, o papel do Estado passa a ser de regular o mercado de tal forma a gerar incentivos aos investimentos privados e produção a preços que tornem esses produtos acessíveis a toda população, com qualidade adequada.⁶⁵⁹

⁶⁵⁵ Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. “Por um Brasil moderno, dinâmico, competitivo, próspero e socialmente justo.” Programa do PMDB. p.24 e 23.

⁶⁵⁶ Moreira Franco crítica as universidades públicas, taxando-as para ricos. “Devemos ter cuidado para evitar que o fim da gratuidade acabe por barrar a entrada de estudantes cujas famílias não podem efetivamente pagar pelos estudos de seus filhos”. Para estes propõe bolsas de estudo. Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. “Por um Brasil moderno, dinâmico, competitivo, próspero e socialmente justo.” Programa do PMDB. p.11.

⁶⁵⁷ “A privatização de presídios deve ser examinada, talvez à luz da terceirização de serviço interno do presídio, mediante responsabilidade do terceirizado e fiscalização do poder público. Estudos econômicos poderão revelar custos mais baixos e maior eficiência”. Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. “Por um Brasil moderno, dinâmico, competitivo, próspero e socialmente justo.” Programa do PMDB. p.41.

⁶⁵⁸ Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. “Por um Brasil moderno, dinâmico, competitivo, próspero e socialmente justo.” Programa do PMDB. p.38.

⁶⁵⁹ Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. “Por um Brasil moderno, dinâmico, competitivo, próspero e socialmente justo.” Programa do PMDB. p.36.

Até o presente momento da exposição, o programa peemedebista em muito parece a Ponte para o futuro. Porém, o ano de produção do documento era 2001, momento de crise no país e de baixíssima popularidade do “programa” *neoliberal à brasileira* do PSDB, com suporte essencial do PMDB, como demonstramos no terceiro capítulo. O apoio ou a defesa do aprofundamento do período FHC eleitoralmente seria um “tiro no pé”. Neste mesmo programa de governo. Moreira Franco conclamou “salvar as criancinhas”.⁶⁶⁰

Anacronicamente, o mesmo programa em que defende a “terceirização dos presídios”, o fim da gratuidade das universidades públicas, a “concessão” de serviços públicos básicos, a autonomia do Banco Central, a inserção do Brasil ao livre mercado, com os Estados Unidos, via ALCA, Moreira Franco defendia “romper o cerco, atacar as causas estruturais da miséria”, nada mais paradoxal! Para o autor, o problema dos programas sociais no país era que focava nas pessoas em idade economicamente ativa, deixando de lado as crianças. Apesar dos “135 bilhões” “gastos” em programas sociais, não se traduziam em melhora efetivada da vida da população.

Nossa proposta é reunir todos esses programas em um único, o seguro social universal, cujo objetivo é garantir uma renda a todo cidadão brasileiro que tenha renda abaixo de uma determinada linha de pobreza, mediante uma contrapartida predefinida à sociedade.⁶⁶¹

No tocante ao crescimento econômico, Moreira Franco defendia, junto com as “reformas” liberalizantes, investimentos em tecnologia, com “radicalização da democracia” e “Estado forte”.

Todo esse esforço de transformação da relação entre Estado e a sociedade deve ser sustentável no tempo e, por essa razão, não pode ficar ao sabor da boa vontade de um ou outro grupo político exercendo temporariamente a administração. Além do aparato legal deve ser transformado, faz-se necessário institucionalizar o acompanhamento popular da gestão pública, criando novas instancias de democracia participativa no âmbito local. (...)

Essa é a proposta do PMDB. Uma proposta que define objetivos claros e transparentes e apresenta instrumentos por meio dos quais esses objetivos serão atingidos. As reformas aqui propostas ferem interesses estabelecidos principalmente dos mais ricos e poderosos politicamente, que sempre utilizaram sua posição para se apropriarem

⁶⁶⁰ Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. “Por um Brasil moderno, dinâmico, competitivo, prospero e socialmente justo.” Programa do PMDB. p.5.

⁶⁶¹ Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. “Por um Brasil moderno, dinâmico, competitivo, prospero e socialmente justo.” Programa do PMDB. p.10.

dos recursos do Estado em benefício próprio. Elas exigem uma profunda reorientação na alocação dos recursos públicos em benefício de programas que fazem clara opção pela redução da pobreza entre crianças e negros, que foram abandonados pela política social do passado. Nossa avaliação é que essa é a única forma de resolver estruturalmente essa vergonha nacional que são os elevados níveis de pobreza e de desigualdade de renda. Exatamente por isto, sua implementação exigirá um grande apoio popular e parlamentar de âmbito nacional. O PMDB, com sua capilaridade e presença em todo país, sua tradição de luta pela democracia e justiça social é o único partido com legitimidade e capacidade de organizar e mobilizar a população para realizar essa grande transformação na sociedade brasileira.

A implementação dessa proposta exige um Estado forte. Não um Estado conservador que investe na produção de bens e serviços em detrimento da eficiência e da qualidade desses bens e serviços, que protege empresas privadas ineficientes da concorrência internacional em detrimento dos consumidores, que transfere recursos para os ricos, por meio de subsídios e programas sociais, em detrimento dos pobres. – O Estado forte que estamos propondo é um Estado de vanguarda, capaz de redesenhar institucionalmente o país, criando espaço para o funcionamento do mercado e preservando para si as funções estatais mais nobres. Determinantes do futuro de uma nação, essas funções são, a saber, fazer sem que as instituições sejam respeitadas por todos os agentes públicos ou privados, ricos ou pobres, e criar um ambiente no qual os privilégios sejam abolidos e a igualdade de oportunidades entre pobres e ricos, negros e brancos, crianças, jovens, adultos e idosos seja efetivamente obtida. E, por essa razão, a proposta do PMDB para um futuro com mais desenvolvimento e igualdade e menos pobreza.⁶⁶²

O programa abria-se para as classes burguesas, com a implícita defesa do “neoliberalismo” e economia de mercado, mas, ao mesmo tempo, como se fosse possível, defendia medidas “socializantes”, até mesmo uma reforma fiscal progressiva (o maior dogma da concentração histórica de renda no Brasil). Com este programa, o PMDB procurava dar conta de todos os setores da sociedade brasileira, em um momento de indefinição política no Brasil. Continuar com a política tucana, em crise, ou abarcar no projeto petista, *light* e conciliador, de desenvolvimento social? Essa encruzilhada política gerou este programa peemedebista, em que cabiam todos os mundos, dos “ricos” e dos “pobres”. No entanto, já nos dava indícios do que pensava a cúpula peemedebista, a partir de 2001, lembrando que este programa circulou apenas internamente no partido. Não foi escrito para divulgação, nem disputa eleitoral, e, como veremos, aproximam-se, em muitos aspectos, do projeto *golpista* da “Ponte para o futuro”.

⁶⁶² Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. “Por um Brasil moderno, dinâmico, competitivo, prospero e socialmente justo.” Programa do PMDB. p.43 e 44.

Como vimos no item 4.1 deste capítulo, o PMDB, ou sua maioria na Câmara dos Deputados, rompeu com o governo Lula, em dezembro de 2004. Entre as justificativas estavam críticas à “manutenção” da política econômica do governo FHC, baseada nos juros altos, controle dos gastos e investimentos públicos, e sua consequente estagnação econômica. O partido e boa parte da sociedade civil nacional clamavam por investimentos, créditos para impulsionar o movimento de acumulação de capital. Foi neste contexto que Anthony Garotinho ascendeu dentro do PMDB, com vista a ser o candidato do partido à Presidência da República, no ano de 2006. Pelo menos no discurso, o partido e o pré-candidato caminharam em direção a uma plataforma que tendia claramente à esquerda no espectro político.

Entre 2004 e 2005 foi elaborado o que seria o programa da legenda para as eleições presidenciais. Inicialmente, chamou a atenção os formuladores do projeto peemedebista, intelectuais com trajetória política ligada à esquerda. E seu conteúdo divergia, e muito, da trajetória do próprio partido nos anos oitenta, noventa e início dos anos 2000. Seus elaboradores foram: Carlos Lessa, Darc Costa, Luiz Eduardo Melin, Márcio Henrique Monteiro de Castro, César Benjamin e Fernando Peregrino. Chamava-se “Proposta para um programa de governo: para mudar o Brasil”.

Carlos Lessa, economista da UFRJ, conhecido e reconhecido por ser um economista nacionalista e uma figura pública de esquerda, fora presidente do BNDES nos primeiros anos do governo Lula, porém, deixou o cargo no mesmo período em que parte do PMDB também saiu do governo. Darc Costa é engenheiro, sendo vice-presidente do BNDES no período de Lessa, ministrou cursos de estratégia nacional, foi professor da COPPE/UFRJ, conselheiro da ESG, representou o Brasil em câmaras internacionais de comércio, entre o Brasil e países da América Latina.⁶⁶³ Luiz Eduardo Melin, economista da PUC/RJ, foi diretor do BNDES na gestão de Lessa, foi chefe de gabinete no Ministério da Fazenda, no segundo mandato de Lula, chefiou delegações brasileiras no exterior, entre outras ações. Marcio Henrique Monteiro de Castro foi também diretor do BNDES na fase de Carlos Lessa, professor da UNICAMP, de perfil nacionalista. César Benjamin é cientista político, ex-militante de esquerda, pelo menos nesse período, em que, em 2006, foi candidato a vice-presidência de Heloisa Helena pelo PSOL. Por fim, Fernando Pelegrino, professor da COPPE/UFRJ, desde meados dos anos noventa, era um dos principais assessores de Anthony Garotinho.

⁶⁶³ <<http://www.segurancainternacional.com.br/darc-antonio-da-luz-costa.html>>. Visto: 13/02/2017.

O projeto consistia em 15 pontos de análises e propostas. Sua publicação ficou a cargo da Revista do PMDB, número 21, de abril de 2005. Seu linguajar era de esquerda e nacionalista na análise conjuntural da crise brasileira. “O Brasil, desde sua origem, serviu a um mercado mundial”, dizia o texto sobre as raízes históricas de nossa dependência e subdesenvolvimento. Sobre os anos noventa e o governo Lula, estes eram extremamente críticos. A economia havia sido desnacionalizada, o desenvolvimento do estado de bem-estar social proposto pela constituição de 1988 teria sido interrompido. Havia uma visão “errônea” sobre a expansão dos serviços públicos no Brasil, principalmente se comparada a outros países, como Estados Unidos e França. O documento era extremamente crítico ao “neoliberalismo” e às privatizações da década de 1990. O primeiro mandato de Lula da Silva era comparado aos mandatos de FHC. O superávit primário, negociado entre o governo FHC e o FMI e mantido no governo Lula, era a maior evidência da manutenção da política econômica destes dois governos, assim como os juros altos.⁶⁶⁴

Entre as medidas defendidas pelo grupo, estavam a redução e eliminação do superávit primário; redução da taxa de juros a níveis internacionais; administração do câmbio; pacto da estabilidade dos preços e restabelecimento do controle de entrada e saída de capitais. Na questão da agricultura, criticavam o governo que “havia fechado a fronteira agrícola”, e o ministério do meio ambiente foi criticado por ser “responsável pelo atraso de várias obras”.⁶⁶⁵ Defendiam investimentos maciços por parte do Estado, pois, na visão deste grupo, “o setor privado só investe numa perspectiva de lucro garantido”.⁶⁶⁶ No tocante ao PMDB, os formuladores do projeto peemedebista reivindicavam as heranças políticas do MDB e, nas suas palavras, o papel do PMDB, no limiar no século XXI, deveria ser como na citação abaixo.

Diante desse quadro, o PMDB se vê mais uma vez instado a ocupar o centro da cena pública brasileira de molde a recuperar as conquistas de direitos e garantias do povo trabalhador de que o partido se fez fiador em sua luta histórica pelo estado democrático de direito. Esse objetivo somente poderá ser atingido mediante a gigantesca e inevitável tarefa de promover-se o desenvolvimento econômico com inclusão social em nosso país.

O lançamento de uma candidatura própria à Presidência da República, nesse contexto, não representa uma mera ocupação de espaço no espectro político partidário. Antes, sinaliza a determinação do PMDB

⁶⁶⁴ Revista do PMDB nº 21 abril de 2005.

⁶⁶⁵ *Idem* p.32, 33.

⁶⁶⁶ *Idem* p.34.

de lutar contra o flagrante retrocesso de direitos, do bem-estar e da paz social duramente conquistado pelos brasileiros – e sua firme evolução em não ceder ao conformismo entreguista, conservador e covarde que hoje procuram impingir ao Brasil, à guisa de modernidade.

O PMDB se propõe a romper com o confírmio fatalista e capitulador de um pretensão pragmatismo que somente se sustenta pela sonegação dos direitos históricos da maioria do nosso povo e que, no mundo contemporâneo, ter encontrado sua expressão maior na chamada “terceira via”. Para isso preconizamos a recuperação no Brasil, dos espaços perdidos de nossa soberania e do espírito de serviço público, expresso num estado desprivatizado e apropriado plenamente pela cidadania.⁶⁶⁷

Parece claro que a iniciativa partidária, no caso, a Fundação Ulysses Guimarães, à época, presidida por Eliseu Padilha, tinha a necessidade de aproximar o discurso e o projeto peemedebista dos anseios da população brasileira por crescimento econômico, geração de emprego via investimentos, principalmente, públicos, além da ascensão de Garotinho na cúpula partidária. Após o apoio e sustentação do partido nos governos FHC, o PMDB aparecia, em meados da década seguinte, com um discurso mais à esquerda que o próprio PT. O país, em 2006, mesmo após o escândalo midiático do *mensalão*, ressentia da “ressaca” do período FHC.

Nossa hipótese de que os programas de governo refletem os “sentimentos” societais misturados com interesses de classe implícitos, é reforçada na análise dos conteúdos programáticos, por exemplo, da candidatura de Geraldo Alckmin, do PSDB, à Presidência, em 2006.

Nas 170 páginas de programa de governo do PSDB de Geraldo Alckmin, no ano de 2006, não existe nenhuma menção à palavra “privatização” ou defesa de qualquer legado da “era FHC”. Obviamente, o partido não reviu, nem fez autocrítica sobre seu período, em que exerceu a Presidência da República, mas, a simples defesa de seu legado ou a afirmação de suas premissas privatizantes, naquele momento, era garantia de perda de votos. Até a forma de chamá-lo, não pelo sobrenome – como era mais conhecido – e sim pelo primeiro nome, para dar um “ar” mais popular, foi feito pelos seus marqueteiros de campanha o *slogan*: “Geraldo Presidente”.

O novo modelo de desenvolvimento econômico preconizado na campanha peessedebista mantinha o tom “gerencial”, no qual a função do setor público era garantir um ambiente favorável aos negócios privados, e deste “bom ambiente” é que viriam os

⁶⁶⁷ *Idem* p. 36, 37.

aumentos reais dos salários. A promessa era de todos saírem ganhando, de conciliação de interesses, típico das falácias destes programas.

O programa econômico oferece:

Aos trabalhadores, os melhores serviços públicos, geração de novos empregos e aumento no salário real, em decorrência da elevação de produtividade.

Aos setores produtivos, espaços para crescer em ambiente favorável aos investimentos, com redução da carga tributária, da taxa de juro com a taxa de câmbio mais competitiva e estável.

Ao setor financeiro, a estabilidade definitiva, em decorrência da redução da dívida pública.

Por fim, o programa econômico assegura a retomada do crescimento que beneficiará a todos. O destino do Brasil é crescer. Basta escolher o caminho correto.⁶⁶⁸

No tema educação, o PSDB assegurava, em seu programa, os lugares comuns de valorização do professor, garantia da qualidade, expansão do ensino, etc. Mas estava contido no programa o mesmo lema do projeto *golpista* materializado na famigerada Medida Provisória 746/2016, do Ensino Médio, aprovada no Congresso Nacional, no mesmo dia em que escrevemos estas linhas. O lema “educação para o trabalho”. No mesmo trecho em que propõem “assegurar a autonomia das universidades federais”, dizem simplesmente a necessidade de “buscar soluções para os problemas dos hospitais universitários federais, no âmbito da autonomia universitária”.⁶⁶⁹ Nem aqui tocaram no tema privatização.

Na saúde, propunham acesso a todos os serviços, de forma gratuita, assim como os medicamentos.⁶⁷⁰ Para estimular a geração de empregos, prometiam transformar o país em um canteiro de obras, com investimentos maciços em infraestrutura, turismo e agronegócio.⁶⁷¹ Quando escreveram sobre a legislação trabalhista, foram categóricos em não “mexer nos direitos” dos trabalhadores,

Modernizar a legislação trabalhista, visando a simplificar a contratação de profissionais, em especial nas pequenas e micro empresas.

⁶⁶⁸ Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. Programa de Governo GERALDO Alckmin Presidente. p.20.

⁶⁶⁹ Acervo da Fundação Ulysses Guimarães. Programa de Governo GERALDO Alckmin Presidente. p. 26 “Educação: prioridade para transformar o Brasil em nação desenvolvida. Melhorar a qualidade da educação infantil e básica, universalizar o acesso ao ensino médio, expandir o ensino superior e estimular a educação para o trabalho”. *Idem* p.21.

⁶⁷⁰ *Idem* p.27.

⁶⁷¹ *Idem* p.48.

Garantir os direitos do trabalhador. Na reforma trabalhista, nenhum brasileiro perderá os direitos e as proteções que possui. Ao contrário, os que hoje nada têm, passarão a ser protegidos. Estender direitos e proteções aos 40 milhões de trabalhadores informais que nada têm. Quando ficam doentes, não têm uma licença remunerada para tratar da saúde; quando envelhecem, não contam com uma aposentadoria; e quando morrem, nada deixam para sua companheira ou companheiro. Essas e outras proteções fundamentais serão estendidas paulatinamente a quem trabalha desamparado no mercado informal.⁶⁷²

Na previdência social, o programa de Geraldo Presidente partia do mesmo princípio: reforma sim, mas preservando direitos.

Assim sendo, as linhas mestras da reforma da previdência serão:
 Preservação dos direitos adquiridos;
 Adoção de regras novas, justas, equilibradas, aplicáveis sem exceção a todos os que ainda não ingressaram no mercado de trabalho.
 Preservação do incentivo ao trabalho e à contribuição previdenciária, de forma a atrair todos os trabalhadores para a previdência.
 Definição do cronograma de redução das contribuições de forma a reduzir o custo do emprego.
 Preservação de estímulos à formação de poupanças institucionais de longo prazo.
 Adoção de previdência complementar para novos servidores públicos.⁶⁷³

Aparentemente o programa de governo tucano, no ano de 2006, evitava tocar em pontos nefrálgicos naquele período, como privatizações, reformas trabalhistas, reforma previdência com suas perdas iminentes de direito, como forma de reduzir o “custo” do trabalho e alavancar a acumulação de capital dos setores burgueses nacionais e internacionais, instalados no Brasil. No entanto, como já afirmamos e demonstramos, como forma de não perder votos, nos programas de governo, “ninguém perderia direitos”, ninguém perderia salários. Esses programas soam quase como um tipo ideal weberiano, de fecunda conciliação de classes, em que as contradições de interesses poderiam ser plenamente aplacadas com doses de política gerencial, “neutra”, “técnica” e impessoal.

O tempo histórico dos governos Lula foi marcado pelas fortes altas nos preços das commodities. Concomitante a isso, seu governo também foi marcado pela ascensão dos setores do agronegócio e a descoberta de grandes reservas de petróleo no litoral

⁶⁷² *Idem* p.50.

⁶⁷³ *Idem* p. 54.

brasileiro. Isso deu ao país condições de superavitar sua balança comercial, manter os estratosféricos pagamentos de juros ao dito mercado financeiro, ao mesmo tempo em que aumentou o salário mínimo acima da inflação, estimulou, via créditos consignados o consumo interno. Isso gerou crescimento econômico há muito não visto no país, tendo como saldo a magnânima popularidade da qual Lula da Silva se beneficiou, garantindo a eleição da candidata que carregava o peso de representar a continuidade do projeto de poder petista, Dilma Rousseff.

A vitória de Dilma nas eleições presidenciais de 2010 trouxe uma novidade no bloco de poder, tanto do ponto de vista parlamentar, como no primeiro escalão do governo. A ascensão do PMDB, não mais como um partido da base aliada, mas como partido copartícipe do governo, com a promoção do presidente do PMDB, Michel Temer, como Vice-presidente da República. Tratava-se da continua guinada à direita, ou ao conservadorismo, do ponto de vista político e econômico, uma vez que não era apenas o PMDB e suas frações que ascendiam dentro do governo e do parlamento, mas forças política ultraconservadores, de cariz fascista, também ascendiam politicamente à sombra do que alguns convencionaram a chamar de *lulismo*. Esse avanço conservador se materializou na chamada bancada da bala, na bancada evangélica, entre outras, que se apoderaram de importantes comissões dentro do parlamento, com apoio do PT, como forma de garantir maioria parlamentar no Congresso Nacional.

Quando o projeto *lulista*, neodesenvolvimentista, passou a dar sinais de desgaste – trataremos este assunto com mais profundidade no item 4.4 –, a partir de 2012, 2013, o governo ficou cada vez mais recuado e cedeu espaços vitais a seus “aliados”, que se tornaram seus próprios algozes, após a reeleição, apertadíssima, de Dilma, em 2014. No bojo do avanço golpista, o PMDB, mais precisamente Wellington Moreira Franco, escreveu um novo programa de governo, dessa vez sem a necessidade do crivo eleitoral, a tal *Ponte para o futuro*, na qual o partido se credenciava a levar a cabo um projeto em total sintonia com os interesses do grande capital nacional e internacional, no Brasil.

Este “programa” tem o objetivo de mudar exponencialmente as características do capitalismo nacional e nossa inserção internacional, tanto no campo político, como econômico, de maneira subserviente aos ditames estadunidenses, e se afastando de parceiros, como China e Rússia (BRICS), com a maioria esmagadora ultraconservadora no Congresso Nacional, saem reformas constitucionais que jogam por terra toda a herança *varguista*, da constituição de 1988 e dos pequenos avanços (a conta-gotas) do projeto petista. É a maior transformação na história do capitalismo brasileiro, com

agudos componentes autoritários e ditatoriais, a se estabelecerem em um futuro bem próximo.

Em 19 páginas, o programa prega a privatização da previdência social, o fim da legislação trabalhista (como os direitos vitais conquistados pelos trabalhadores, como férias, 13º salário, auxílios diversos etc.), autonomia total do Banco Central, emenda constitucional, que congela por 20 anos os investimentos em saúde e educação, privatização de todas as empresas públicas, que sobraram da era FHC, privatização do ensino superior federal, ao mesmo tempo trazendo, em seu bojo, uma restauração moral religiosa de cariz claramente fascista, como a *Escola sem partido*, que visa perseguir e silenciar vozes críticas no ambiente escolar.

Em linhas gerais, a *ponte para o futuro* procura: 1) limitar despesas; 2) priorizar as privatizações; 3) recriar regras de governança no setor público; 4) equilíbrio fiscal e baixo endividamento; 5) reforma da elaboração e da execução do orçamento da União; 6) reavaliação de políticas públicas; 7) flexibilização de licenciamentos ambientais; 8) elevação da idade mínima de aposentadoria, entre outros.⁶⁷⁴

Um programa tão draconiano como este só poderia ser exposto em um cenário sem voto, e colocado em prática, em uma conjuntura de avanço do autoritarismo. O PMDB apresentou-se, durante a crise econômica e política, gestada por escândalos seletivos de corrupção, que abarcam todo o espectro político partidário nacional, como apto a impor um projeto que teria apoio na sociedade civil empresarial e na classe média idiotizada e essencialmente conservadora. E agora, antes de analisar a cúpula peemedebista que liderou o golpe de 2016, por dentro do governo Dilma Rousseff, vamos analisar – até para posteriormente entender a correlação de forças internas do partido – as frações peemedebistas nos estados da federação.

⁶⁷⁴ <<https://aosfatos.org/noticias/principais-diretrizes-da-ponte-para-o-futuro-ainda-patinam/>> Visto em : 16/02/2017.

4.4 O PMDB: questões regionais, a ascensão da cúpula *peemedebista* no interior do projeto de poder *petista* e o fim da *Nova República*.

Como já demonstramos exaustivamente no segundo capítulo, os anos oitenta marcaram a transição, dentro do PMDB, de um partido de frentes políticas diversas para um partido cada vez mais descentralizado regionalmente. Este movimento se deveu, fundamentalmente, por três fatores: 1) a ascensão a partir de 1982, mas que se consolida após a “vitória do plano cruzado”, de 1986, de lideranças políticas nos estados a partir dos cargos de governadores; 2) a divisão e esvaziamento da antiga Arena, ao longo da década de 1980, com o PMDB ocupando os espaços nas políticas locais dos rincões brasileiros; 3) a legislação eleitoral estruturalmente construída para a manutenção dos partidos políticos até então consolidados, via fundo partidário, tempo de TV e financiamento misto de campanhas.

O partido tornou-se ainda mais conservador. Políticos oriundos da Arena, apoiadores e sustentadores civis do regime ditatorial entraram na legenda, assim como representantes de inúmeros aparelhos privados de hegemonia, durante o processo constituinte, complexificando, ademais, o conteúdo de classe e seus respectivos interesses. Havia parlamentares peemedebistas em todas as bancadas na constituinte. Essa heterogeneidade, claro, gerou desgastes internos que refletiram, por exemplo, na falta de unidade interna para levar à frente as candidaturas majoritárias, em 1989 e 1994.

Durante a década de 1990 essas diferenças se acentuaram. Consolidaram-se fortes “oligarquias” regionais no interior do partido, formando bancadas nas esferas municipais, estaduais e federal. Ao longo do período, estes diferentes grupos internos do PMDB entraram em divergência, principalmente em questões relativas a apoios ou composição em governos e à união em torno de candidaturas próprias à Presidência da República. Concomitante a esse processo em curso, surgira, no interior da bancada da Câmara dos Deputados, um novo núcleo dirigente, que ascendeu internamente durante o primeiro governo FHC, e se tornou partícipe no Congresso para as principais reformas daquele período, como também demonstramos no terceiro capítulo. Entre 1998 e 2002 estes grupos foram os principais articuladores para a não candidatura própria e, desde 2001, dirigiam a Executiva Nacional, e, durante estes últimos 16 anos, presidem o PMDB.

Essa consolidação dirigente no interior do partido se deu ao mesmo tempo dos governos de Lula da Silva. Em um primeiro momento, como a fração opositora ao governo petista e, num segundo momento – após a reeleição de Lula – como base aliada do mesmo governo. A ascendência dessa cúpula parlamentar no interior do partido conviveu bem com as diferenças regionais, uma vez que tinham liberdades de alianças regionais asseguradas, como demonstrou a tônica desse processo, ao longo das eleições. Os nomes dos componentes desta cúpula: Michel Temer, Geddel Vieira Lima, Wellington Moreira Franco, Eliseu Padilha e Henrique Eduardo Alves. Nesta seção vamos apresentar dados que corroboram com as afirmações feitas acima, do início dos anos 2000, até a ascensão de Temer à condição de vice-presidente da República, em 2011.

Nas eleições de 1982 o PMDB já havia eleito alguns governadores, como Franco Montoro, em São Paulo e Tancredo Neves. Tornaram-se então “presenciáveis” a partir disso, mas foi nas eleições de 1986, quando o partido só não venceu a eleição no estado de Sergipe, com Antonio Carlos Valadares do PFL. Cresceu também dentro do Senado e somado com o crescimento maciço do partido nas eleições municipais (fenômeno que advinha desde a década de 1970), na segunda metade da década de 1980, o partido inchou e se tornou o maior partido. Sejam em número de vereadores, prefeitos, deputados estaduais, deputados federais, senadores e governadores. A partir disso, afloraram grupos regionais no seu interior, para além dos interesses de classes já heterogêneos. Daí as diferentes pressões de prefeitos em milhares de cidades, diretórios municipais em praticamente todos os municípios do país, e dos quadros federais e governadores.

Nos anos noventa se consolidaram algumas lideranças ou grupos regionais de força. Entre as mais destacadas, analisadas no terceiro capítulo, as lideranças de José Sarney, a partir de seu arco de influência no estado do Maranhão, Amapá e no Senado Federal. Jader Barbalho, Senador e grande liderança do partido no estado do Pará, foi presidente do Senado e presidente do PMDB, após ajudar a derrotar a candidatura própria para Presidente da República. Jarbas Vasconcelos, ex-governador de Pernambuco e principal liderança peemedebista no estado após a ida de Miguel Arraes para o PSB. Também no âmbito do Senado, e que irradiava para seu estado natal, foi Renan Calheiros, de Alagoas. Outro ex-governador, Senador e principal liderança política de seu estado foi Gérson Camata, do Espírito Santo. A família Cunha Lima

quase que monopolizou a bancada federal do estado da Paraíba, nos anos noventa, bem como outros cargos, públicos nos executivos estadual e municipal.

Continuando na ala “governista” dos anos 90, outra bancada importante do PMDB era a liderada pelo goiano – como governador e Senador – Íris Rezende. No Distrito Federal, a principal liderança política era do peemedebista Joaquim Roriz. Em Santa Catarina, o domínio político do PMDB ficava por conta de Luis Henrique Silveira, Renato Vianna, da região de Blumenau, e do empresário, senador e ex-governador, Casildo Maldaner. No Tocantins, o principal representante e líder peemedebista no estado é o ex-governador, ex-senador Marcelo Miranda. Também ex-governador Eptácio Cafeteira liderava a política no estado do Piauí. Na Bahia a primazia do ex-governador Waldir Pires dava lugar à ascensão de Geddel Vieira Lima e no Rio Grande do Norte a política peemedebista é tocada pelo clã da família Alves, entre eles, Garibaldi Alves e Henrique Eduardo Alves. No Mato Grosso, o principal político peemedebista é o ex-governador e Senador Carlos Bezerra. O PMDB fluminense era guiado por Moreira Franco, no entanto, na década de noventa, a legenda estava esvaziada no estado, sendo polarizada pelo PSDB, PFL e PT.

Na ala “oposicionista” e minoritária de ex-governadores e senadores havia o cearense Paes de Andrade, o paranaense Roberto Requião, o paulista Orestes Quércia e o mineiro Itamar Franco. No Rio Grande do Sul, de longa tradição peemedebista, a liderança partidária era dividida pela influência de Pedro Simon, Germano Rigotto, Eliseu Padilha e Nelson Jobim. Todos estes quadros tinham em comum uma coesa aliança entre municípios do interior de seus estados, com prefeitos, vereadores, e deputados estaduais que lhes garantiam eleitorado.

Com a derrota da candidatura própria, defendida pelos peemedebistas opositores, e seu enfraquecimento nas urnas, depois das eleições de 1998, emergiu, dentro do partido, uma nova força dirigente, oriunda da Câmara dos Deputados, e que foi o principal aliado do governo FHC na casa legislativa, e, por isso, detinha a maior parte do espaço do partido no governo federal. Como descrevemos no fim do terceiro capítulo, em 2001, ascendia à presidência do PMDB, Michel Temer, como resultado do acúmulo de força política, nos governos tucanos, e enfraquecimento dos núcleos opositores ao governo dentro do PMDB. A coroação da aliança entre o PMDB e o PSDB se daria no ano seguinte, com a aliança presidencial entre os dois partidos, ainda que, em nove estados, os diretórios locais não tenham aderido à candidatura Serra/ Rita Camata, chamada “Grande Aliança”.

Durante o primeiro governo de Lula da Silva, como também já vimos, a relação entre PT e PMDB foi conflituosa, com a maioria na Câmara dos Deputados tendendo à oposição, assim como a maioria da executiva nacional e lideranças no Senado, como Renan Calheiros e José Sarney sustentando a aliança com o PT, no governo federal. Após o imbróglio sobre a candidatura própria do PMDB, foi selada a aliança entre PT e PMDB. Esta etapa marcaria a crescente participação do partido dentro do governo petista – assim como de outros partidos ainda mais conservadores, do ponto de vista político/ moral e econômico –, que culminou na aliança de chapa em 2010 e na dependência dos governos Dilma da sustentação política dos peemedebistas.

A executiva nacional, eleita para o período de 2004 a 2007 ascendia ao posto com a promessa de independência em relação ao governo federal e com a construção da candidatura própria para a sucessão de Lula, em 2006. Basicamente toda essa cúpula defendeu independência e saída de peemedebistas do governo, o que não foi acatado. Tal cúpula era composta por:

Nome	Cargo na executiva
Michel Temer	Presidente
Maguito Vilela	1º vice Presidente
Eliseu Padilha	2º vice Presidente
(vago)	3º vice Presidente
Saraiva Felipe	Secretária Geral
Sérgio Cabral	1º Secretário
Henrique E. Alves	2ª Secretária
Monica Paes de Andrade L. de Oliveira	1º tesoureiro
Renato Vianna	2º Tesoureiro

Fonte: Fundação Ulysses Guimarães

Esta composição representava a estrutura de poder que se solidificava no partido e a permanência de acesso dos grupos de poder regional à cúpula do partido.⁶⁷⁵ Temer, Padilha, Geddel e Eduardo Alves, juntos da mesma forma que na Câmara dos Deputados, em meados da década anterior, formavam o núcleo duro do partido. A

⁶⁷⁵ Vogais: Orestes Quércia/ Jader Barbalho/ Geddel Vieira Lima/ Ney Suassuna/ Ramez Tabet Suplentes: Tadeu Felipelli/ Dorany Sampaio/ João Alberto/ Olavo Calheiros/ João Henrique/ José Maranhão/ Carlos Bezerra/ Rose de Freitas.

presença de Sérgio Cabral representava, além de sua ascensão política, com sua eleição ao Senado, o resurgimento do diretório estadual do Rio de Janeiro, que, até o final da década, tornaria-se o maior do partido. Quércia (SP), Barbalho (PA), Ramez Tabet (MS), Carlos Bezerra (MT), Ney Suassuna (PB), Dorany Sampaio (PE), Rose Freitas (ES) eram líderes ou representantes de grupos regionais do partido. Também havia os representantes de caciques peemedebistas, como: Olavo Calheiros, irmão de Renan Calheiros, João Maranhão, ligado ao grupo de José Sarney no próprio estado do Maranhão, Tadeu Filipelli ligado, na época, a Joaquim Roriz, no Distrito Federal. Monica Paes de Andrade, filha do ex-senador e ex-presidente do partido Paes de Andrade, do Ceará, e a esposa do Senador cearense Eunício Oliveira.

Quando da eleição da executiva, no ano de 2007, novamente a chapa única vencedora fora a liderada por Temer.⁶⁷⁶ Sua composição, embora seja diferente em nomes, não diferia em grupos representados e nem em suas hierarquias. Neste momento o partido já havia fechado acordo de apoio ao segundo mandato de Lula. Além do controle do Senado pelo partido – através de Calheiros e Sarney, o partido, por acordo com o PT, presidiu a Câmara dos Deputados, entre 2009/2010, com o próprio Temer, tido como “artífice da unidade peemedebista”. A Fundação Ulysses Guimarães era presidida por Wellington Moreira Franco.

Além do peso político de prefeituras, de governadores, da bancada federal, o partido também esteve no primeiro e segundo escalões da administração federal. Embora tenha diminuído a participação do PMDB nas administrações municipais, a legenda manteve-se como o partido com o maior número de prefeitos. Durante os anos noventa, junto com o PFL formou a maior bancada na Câmara dos Deputados, e nos anos dois mil, nos mandatos de Lula da Silva, alternou, com o PT, a maior bancada. Nos governos Rousseff, o PMDB consolidou-se como maior bancada no Congresso Nacional, comandando, tanto a Câmara, quanto o Senado, que era maioria, desde 1986.

Dentro da Nova República, o partido consolidou-se como o grande partido do centro político, como já afirmamos, deu viabilidade para os governos. Em troca, manteve sua presença e influência no aparelho de Estado federal, e, claro, dentro “da ossatura material do estado”, nos estados e municípios. Seu perfil de classe permaneceu heterogêneo, mas tendendo, durante o período, ao aumento de seguimentos burgueses

⁶⁷⁶ Vogais: Quércia (SP)/ Doorany Sampaio (PR)/ Darcísio Perondi (RS)/ Geddel Vieira Lima (BA) Suplentes: Wilson Santiago (PB)/ Gerson Camata (ES)/ Carlos Bezerra (MT)/ Rose de Freitas (ES)/ Moises Avelino (TO).

não hegemônicos do grande capital nacional, como o industrial, o agrário-exportador, o profissional-liberal urbano e o de quadros políticos profissionais que, a partir de sua atuação política, ascendiam para ramos específicos, como a produção rural, a produção industrial, financeira, todos de cariz conservador/tradicional. Pela sua heterogeneidade, conseguiam surfar entre as diferenças de discursos e linhas de políticas públicas durante os governos tucanos e petistas, marcando posições em defesa das linhas mestras dos governos destes partidos. Para tanto, formulou-se para si um discurso autorrepresentativo de “partido da governabilidade”, o “partido da democracia” e “o partido do Brasil”.

Tabela 4.3: Prefeitos

Nº de Prefeitos	Ano
1288	1996
1252	2000
1053	2004
1195	2008
1041	2012
1028	2016

Tabela 4.4: Legislativo Federal

Legislatura	Nº de deputados federais	Nº de Senadores
1995/1998	107	29
1999/2002	83	25
2003/2006	75	22
2007/2010	89	19
2011/2014	78	21
2015/20??	87	22

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Tabela 4.5: Governadores

Período	Governadores	UF	Período	Governadores	UF
1995/1998	Divalgo Surnagy	AL	2007/2010	Eduardo Braga	AM
	Maguito Vilela	GO		Paulo Hartung	ES
	Wilson Martins	MS		André Puccinelli	MS
	Antonio Mariz	PB		Roberto Requião	PR
	Mão-santa	PI		Sérgio Cabral	RJ
	Garibaldi Alves Filho	RN		Luiz Henrique da Silveira	SC
	Antonio Brito	RS		Marcelo Miranda	TO
	Valdir Raupp	RO		Roseana Sarney	MA
	Paulo Afonso Vieira	SC		Sinval Barbosa	MT
1999/2002	Joaquim Roriz	DF	2011/2014	André Puccinelli	MS
	Itamar Franco	MG		Sérgio Cabral	RJ
	José Maranhão	PB		Confúncio Moura	RO
	Jarbas Vasconcelos	PE	2015/20??	Renan Filho	AL
	Garibaldi Alves Filho	RN		Paulo Hartung	ES

2003/2006	Joaquim Roriz	DF	Luiz Fernando Pezão	RJ
	Roberto Requião	PR	José Ivo Sartori	RS
	Jarbas Vasconcelos	PE	Confúncio Moura	RO
	Germano Rigotto	RS	Jackson Barreto	SE
	Luiz Henrique da Silveira	SC	Marcelo Miranda	TO

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Podemos afirmar que os governadores e prefeitos peemedebistas, em sua grande maioria, advinham das relações de poder tradicionais locais, ou seus representantes. Fazendo parte de uma grande rede de relações interpessoais e econômicas no interior dos estados, e parceria com prefeituras e aparelhos privados de hegemonia locais. Suas forças políticas também se dão por meio do controle dos meios de comunicação regionais, desde rádios, jornais e empresas de televisão afiliadas às grandes emissoras de TV's. Um traço importante dentro do PMDB é a perpetuação geracional das linhagens políticas regionais, além dos quadros políticos que ascendem em diversos ramos de atividade econômica, seja agrária, industrial ou financeira, após ingressar na política, sem vínculos anteriores de capital para tal prática. Além disso, pela força dos interesses regionais no partido, que culminou com a ausência peemedebista, em 5 das 7 eleições presidenciais da Nova República, trouxe a liberdade do partido para apoiar e, conseqüentemente, influenciar administrações públicas de diferentes partidos coligados em outros estados e municípios, ainda que não diretamente.

Na verdade, este partido político ressoava posicionamentos oriundos do capital produtivo nacional dos anos noventa, a favor dos efeitos favoráveis aos custos de produção – via flexibilização da legislação trabalhista – e à abertura, ao capital privado, de setores econômicos, até então estatais, mas contrário aos efeitos nocivos relativos ao aumento da concorrência pela abertura comercial do país e pelas estratosféricas taxas de juros praticadas no Brasil há quase três décadas. Nos anos 2000, esta tendência se acentuou, tornando-se ainda mais heterogênea no perfil ultraliberal-conservador, marcado pelo caráter de classe dos quadros peemedebistas, e pelo perfil dos financiadores de suas respectivas campanhas eleitorais. Outro traço político que se aprofundou nas últimas décadas, dentro do contexto da *Nova República*, foi o financiamento privado das campanhas eleitorais e seu *modus operandi*. Assim, portanto, o número de bancadas no parlamento, e dentro do PMDB, só aumentou por essas duas razões, o financiamento de campanha e o perfil do quadro postulante aos cargos da sociedade política. Uma terceira razão que apontamos foi a tendência do PT em compor

com a direita no espectro político. Como o caso do chamado *mensalão*, que mostrou o financiamento do PT em despesas de campanha de outros partidos de sua base aliada, como o PP, PTB e outros partidos menores, em troca de apoio político no Congresso Nacional.

Permaneceu, assim, como desde o período constituinte, a tendência ao entrismo de representantes de classes no interior dos partidos. Ao longo das décadas de 1990 em diante, aprofundou-se a relação entre o financiamento das campanhas eleitorais e o papel exercido nos mandatos do executivo e legislativo. Tornou-se, ao longo da *Nova República*, condição *sine qua non*, para o sucesso eleitoral, o acesso aos “investimentos” do capital nacional, para alcançar cargos públicos, comissionados ou não, e para garantir retorno ao “investidor”, via contratos públicos, e superfaturamentos diversos, ou seja, corrupção.

Durante os governos da *Nova República* foi lugar-comum estampados na imprensa acordos políticos, votações e uma série de relações políticas mediadas por vias de indicações de cargos dentro da máquina estatal. Da mesma forma, ocorreu a ascensão ou manutenção política de partidos e quadros políticos com vínculos estreitos com o grande capital, investidor das campanhas eleitorais, que defendem seus interesses, e espoliador maior dos erários públicos. Na medida em que a legislação eleitoral foi dúbia em relação ao financiamento privado de campanha, e foi aberta a proliferação de partidos, comumente fisiológicos e conservadores, a tática política petista foi de compor com estes setores, e após o *mensalão* de 2005, a aliança com o PMDB, para garantir sua governabilidade à direita, foi essencial. Assim, aprofundou-se essa “dependência” no período, assim como o perfil conservador peemedebista.

Pela análise das diferentes bancadas representadas dentro do PMDB, assim como suas principais lideranças legislativas e seus representantes no primeiro escalão dos governos petistas, podemos perceber a crescente importância da legenda para manutenção dos governos do Partido dos Trabalhadores, assim como outros partidos menores. Mas, pelo tamanho do PMDB, sua importância, claro, sempre foi maior. Além de ter o poder de veto no parlamento, o que lhe conferiu nos governos tucanos e petistas um alto poder de barganha política, e a “facilidade” de defender qualquer programa político à direita ou à esquerda, como mostramos, dependendo “dos ventos políticos” da conjuntura presente.

No entanto, há que se destacar a ascensão conservadora, no Brasil, durante os governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff. O golpe vencedor de 2016, desde o

mensalão, rondava o espectro político nacional. Faltou apoio na sociedade civil patronal, em 2005, e em 2016, foi decisivo. Neste intervalo de 11 anos, o Partido dos Trabalhadores fez a opção política de governar com a direita mais fisiológica, enquanto seus aliados mais tradicionais, como o PCdoB, PDT, e PSB ficassem à margem das decisões políticas, e sem os “incentivos eleitorais” dos partidos *conserviológicos*. Isso abriu caminho para o crescimento de algumas legendas partidárias, como o PP (antigo PPB/ Arena), o PR (antigos PL e PRONA), o PSC, o PSL, PRB, PSD (divisão governista do PFL) entre outros. Nestes partidos a participação conservadora, tanto do ponto de vista moral/religiosa, como econômica, era, e é, candente. Quase as totalidades de seus congressistas faziam e fazem parte de alguma bancada conserviológica no Congresso Nacional. No PMDB não era, e é, diferente. Dados do *Congresso em Foco* demonstram a divisão de interesses representados pelos congressistas peemedebistas, na segunda década do ano 2000, em todos os casos ligados a interesses conservadores. Evidentemente que parlamentares também exercem mais um interesse, participando de algumas bancadas ou grupos de interesse.⁶⁷⁷

Tabela 4.6: Parlamentares peemedebistas e suas respectivas bancadas

⁶⁷⁷ < <http://m.congressoemfoco.uol.com.br/noticias/conheca-as-11-bancadas-mais-poderosas-da-camara/> >

Parlamentar	UF	Mandatos	Situação	Evangélica	Ruralista	Bala	Sindical	Direitos Humanos	Mineração	Empresarial	Parentes	Saúde	Bola	Empreiteiras/construtoras	Total de bancadas
Alberto Filho	MA	2	Reeleito								1				1
Alceu Moreira	RS	2	Reeleito	1	1	1									3
Aníbal Gomes	CE	6	Reeleito		1					1	1				3
Baleia Rossi	SP	1	Novo		1					1	1			1	4
Cabuçu Borges	AP	1								1	1				2
Carlos Bezerra	MT	4	Reeleito		1					1	1				3
Carlos Marun	MS	1			1										1
Celso Jacob	RJ	2	Suplente	1	1										2
Celso Maldaner	SC	3	Reeleito	1	1					1	1			1	5
Daniel Vilela	GO	1			1	1				1	1				4
Darcísio Perondi	RS	6	Reeleito		1						1	1			3
Dulce Miranda	TO	1								1	1				2
Edinho Araújo	SP	4	Reeleito								1				1
Edinho Bez	SC	6	Suplente		1									1	2
Edio Lopes	RR	3	Reeleito		1	1			1		1			1	5
Eduardo Cunha	RJ	4	Reeleito	1	1					1					3
Elcione Barbalho	PA	5	Reeleito		1					1	1			1	4
Fábio Reis	SE	2				1				1	1			1	4
Fernando Jordão	RJ	2	Novo		1					1	1				3
Flaviano Melo	AC	3	Reeleito								1			1	2
Geraldo Resende	MS	4	Reeleito		1					1					2
Hermes Parcianello	PR	6	Reeleito		1										1
Hildo Rocha Neto	MA	1			1						1				2
Hugo Motta	PB	2			1						1			1	3
Jarbas Vasconcelos	PE	1									1				1
Jéssica Sales	AC	1			1						1				2
João Arruda	PR	2	Reeleito	1						1	1				3
João Marcelo Souza	MA	1	Novo								1				1
José Fogaça	RS	1	Suplente	1										1	2
José Priante Júnior	PA	5	Reeleito		1				1	1	1			1	5
Josi Nunes	TO	1			1						1				2
Laudívio Carvalho	MG	1		1		1									2
Laura Carneiro	RJ	4	Suplente								1			1	2
Lelo Coimbra	ES	3	Reeleito								1			1	2
Leonardo Picciani	RJ	4	Reeleito		1					1	1			1	4
Leonardo Quintão	MG	3	Reeleito	1	1				1	1	1				5
Lindomar Garçon	RO	3	Novo	1							1				2
Lucio Mosquini	RO	1	Novo	1	1					1					3
Lúcio Vieira Lima	BA	2	Reeleito							1	1			1	3
Manoel Júnior	PB	3	Reeleito		1						1			1	3
Marcos Rotta	AM	1													0
Marinha Raupp	RO	6	Reeleito		1						1			1	3
Marquinho Mendes	RJ	1	Suplente											1	1
Marx Beltrão	AL	1			1						1			1	3
Mauro Lopes	MG	6	Reeleito	1	1					1	1				4
Mauro Mariani	SC	3	Reeleito							1					1
Mauro Pereira	RS	1	Suplente		1										1
Newton Cardoso Júnior	MG	1	Novo	1	1					1					3
Osmar Serraglio	PR	5	Reeleito	1	1					1					3
Osmar Terra	RS	5	Reeleito	1	1										2
Pedro Chaves	GO	5	Reeleito		1										1
Rodrigo Pacheco	MG	1								1					1
Rogério Peninha Mendonça	SC	2			1	1									2
Ronaldo Benedet	SC	2	Reeleito		1	1				1				1	4
Rôney Nemer	DF	1		1	1					1					3
Saraiva Felipe	MG	6			1							1			2
Sergio Souza	PR	1		1	1					1	1				4
Silas Brasileiro	MG	6	Suplente		1										1
Simone Morgado	PA	1			1									1	2
Soraya Santos	RJ	1			1						1			1	3
Valdir Colatto	SC	7	Novo	1	1					1	1				4
Veneziano Vital do Rêgo	PB	1		1							1				2
Vitor Valim	CE	1		1	1										2
Walter Alves	RN	1		1	1				1	1	1			1	6
Washington Reis	RJ	2	Reeleito	1	1					1	1			1	5
Wilson Beserra	RJ	1	Suplente												0
Zé Augusto Nalin	RJ	1	Suplente							1					1

Fonte: Congresso em Foco.

Da série de levantamentos realizados pelo DIAP, com as principais lideranças do Congresso, chamado “Cabeças” do Congresso Nacional, apontando quem são os cem parlamentares mais destacados e influentes no parlamento brasileiro, os congressistas peemedebistas que se destacam são justamente aqueles líderes regionais, com vínculos com entidades de classe patronais e oriundos da cúpula partidária do partido, a partir de 2001, sob a liderança de Michel Temer. Esta publicação do DIAP separa a “elite” parlamentar do chamado *baixo clero*, que só ascendeu politicamente nas últimas décadas, com incentivo de muitos dos “Cabeças”. Estes são as lideranças partidárias, os que comandam as Comissões da Câmara e do Senado, são os relatores de projetos de lei, articuladores, negociadores e influenciadores no interior do parlamento. Eis os representantes peemedebistas:

Tabela 4.7: “Cabeças” do Congresso Nacional – Pesquisa DIAP

Ano	Parlamentares	UF	Ano	Parlamentares	UF
2004	Geddel Vieira Lima	BA	2011	Darcisio Perondi	RS
	Gustavo Fruet	MG		Eduardo Cunha	RJ
	Hélio Costa	MG		Henrique E. Alves	RN
	Jader Barbalho	PA		Osmar Serraglio	PR
	José Borba	PR		Rose de Freitas	ES
	José Sarney	AP		Eduardo Braga	AM
	Mendes Ribeiro Filho	RS		Eunício Oliveira	CE
	Michel Temer	SP		Jarbas Vasconcelos	PE
	Pedro Simon	RS		José Sarney	AP
	Ramez Tabet	MS		Pedro Simon	RS
	Renan Calheiros	AL		Renan Calheiros	AL
Romero Jucá	RR	Roberto Requião	PR		
2007	Eduardo Cunha	RJ	Romero Jucá	RR	
	Eliseu Padilha	RS	Valdir Raupp	RO	
	Eunício Oliveira	CE	2014	Darcisio Perondi	RS
	Henrique E. Alves	RN		Eduardo Cunha	RJ
	Ibsen Pinheiro	RS		Fábio Trad	MS
	Jader Barbalho	PA		Henrique E. Alves	RN
	Mendes Ribeiro Filho	RS		Sandro Mabel	GO
	Michel Temer	SP		Eduardo Braga	AM
	Osmar Serraglio	PR		Eunício Oliveira	CE
	Rita Camata	ES		José Sarney	AP
	Jarbas Vasconcelos	PE		Pedro Simon	RS
José Sarney	AP	Renan Calheiros		AL	

	Pedro Simon	RS		Roberto Requião	PR
	Renan Calheiros	AL		Romero Jucá	RR
	Roseana Sarney	MA		Valdir Raupp	RO
	Romero Jucá	RR		Vital do Rêgo	PB
	Valdir Raupp	RO		Kátia Abreu	TO

Fonte: DIAP: Série “Cabeças do Congresso Nacional”

Nos ministérios, a participação do PMDB se deu a partir de acordos políticos por determinados ministérios e por indicações políticas de 2º e 3º escalões. Os ministérios estratégicos de formulação econômica ficaram a cargo do PT, até a reeleição de Dilma Rousseff, quando foi escolhido o economista-banqueiro Joaquim Levy. Os ministérios destinados pelo PMDB não eram centrais na formulação da política econômica, mas tocava, importantes setores, como o agrícola, no qual o partido é o campeão de representantes. Dentre outros ministérios que foram comandados pelo PMDB, podemos citar Minas e Energia, Previdência Social, Saúde, Defesa, Portos, Aviação Civil e Turismo.

Tabela 4.8: Governo Lula

Nome	Ministério	Período
Almir Lando	Previdência Social	2004/2005
Romero Jucá	Previdência Social	2005
Anderson Adauto	Transportes	2003/2004
Edison Lobão	Minas e Energia	2008/2010
Eunício Oliveira	Comunicações	2004/2005
Geddel Vieira Lima	Integração Nacional	2007/2010
Hélio Costa	Comunicações	2005/2006
José Gomes Temporão	Saúde	2007/2010
Saraiva Felipe	Saúde	2005/2006
Nelson Jobim	Defesa	2007/2011
Reinolds Stephanes	Agricultura	2007/2010
Wagner Rossi	Agricultura	2010
Moreira Franco	Assuntos Estratégicos	??

Tabela 4.9: Governo Dilma

Nome	Ministério	Período
Alberto Alves	Turismo	2016
Antonio Andrade	Agricultura	2013/2014
Celso Pansera	Ciência e Tecnologia	2015
Eliseu Padilha	Aviação Civil	2014/2015
Eduardo Braga	Minas e Energia	2014
Edison Lobão	Minas e Energia	2011
Kátia Abreu	Agricultura	2014/2016
Hélder Barbalho	Pesca/ Portos	2014/2015
Garibaldi Alves Filho	Previdência Social	2011/2015
Mauro Lopes	Aviação Civil	2016
Moreira Franco	Aviação Civil	2013/2015
Nelson Jobim	Defesa	2011
Wagner Rossi	Agricultura	2010/2011
Pedro Novais	Turismo	2010/2011
Edson Coelho Araújo	Portos	2015
Mendes Ribeiro Filho	Agricultura	2011/2013
Henrique E. Alves	Turismo	2015

Fonte: <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/ministros>

Destacam-se entre os ministros peemedebistas, nos governos do PT, os integrantes do núcleo duro do PMDB, nos anos 2000: Geddel Vieira Lima, Moreira Franco, Eliseu Padilha, Henrique Eduardo Alves e Eunício Oliveira. Além destes, os ministros da Agricultura, todos representantes do agronegócio brasileiro. Sthephanes, da Associação dos Economistas Rurais, Wagner Rossi, pelo DIAP, tido como ruralista, Antônio Andrade, Presidente, Sindicato Rural de Vazante, Vazante, MG; Presidente, Associação Microrregional dos Municípios do Noroeste de Minas Gerais (AMNOR), 1991; Diretor, Associação Mineira de Municípios (AMM), Belo Horizonte, MG, 1992.⁶⁷⁸ E Kátia Abreu, presidente da Confederação Nacional de Agricultura. Estes nichos de poder e espaço dentro da máquina pública reverberavam também nos cargos comissionados em outros escalões, nos níveis federal, estadual e municipal. Para além dos milhares de mandatos, o partido possui um sem número de quadros que exercem funções dentro dos aparelhos de estado.

O Partido dos Trabalhadores e o PMDB são os únicos partidos, verdadeiramente, nacionais do Brasil. Enquanto no PT a ascendência de sua liderança nacional está concentrada em São Paulo, de lá irradia para os outros diretórios estaduais, correntes políticas, movimentos sindicais e movimentos sociais, no PMDB, são os interesses imediatos dos estados que interferem nas alianças e eleições majoritárias. Além disso, a legenda peemedebista concentrou, ao longo da Nova República, uma casta parlamentar no legislativo federal, que comanda as duas casas do Congresso Nacional. Essas duas combinações, somadas aos interesses classistas no interior do partido – notadamente do setor agrário, industrial nacional, entre outros – sintetizam seu papel exercido nas últimas 3 décadas. Estas castas políticas estreitaram relações com o grande capital nacional, além dos quadros orgânicos, principalmente no que tange aos financiamentos eleitorais e ao *lobby* puro e simples, em torno de medidas políticas que beneficiem estes grupos econômicos. Para estes, no caso peemedebista, ser governo sempre foi questão de sobrevivência por poder político e acesso ao poder econômico.

Foi notória a ascensão do PMDB no interior dos governos petistas. A aliança para sucessão de Lula foi seu ápice. E na medida em que os governos Dilma se desenrolavam, mais o PT cedeu espaço para garantir a dita *governabilidade*, na qual, não só o PMDB aproveitou-se, mas todo um secto de partidos políticos pequenos e conservadores. A própria oposição *anti-petista* foi ganhando tons cada vez mais

⁶⁷⁸ http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=141387&tipo=1
Visto em: 21/3/2017.

moralizantes como meio de mobilização. Questões como aborto, sexualidade e gênero foram muito atacadas pelo candidato José Serra, nas eleições de 2010. Derrotados nas urnas, os partidos pequenos da base de apoio tucana voltaram-se ao apoio e participação nos governos Dilma, em troca de cargos e vetos a medidas básicas de acesso à cidadania mínima. Assim, durante os governos *petistas*, o poder de veto das frações dominantes e dos partidos conservadores se fez notar por uma série de medidas barradas no parlamento. Como a regulamentação da mídia, a política nacional de participação social, uma reforma política democratizante, a auditoria cidadã da dívida pública, entre outros. Nas medidas aprovadas como: o marco civil da internet, o regime de partilha para o petróleo da camada pré-sal, a formação do Fundo Soberano para o financiamento da educação, só foram aprovadas após muita mobilização social e “negociações” entre os setores governistas. Em todos os casos, o PMDB sempre esteve ao lado destes setores mais conservadores, ao mesmo tempo gerenciando estas alianças como articuladores políticos dos governos Dilma.

O próprio contexto dos governos Dilma já era de ajustes no modelo de acumulação de capital do período Lula. O crescimento do consumo interno desacelerava. Com o endividamento das famílias, via crédito consignado, o preço das commodities começou a seguir o ritmo decrescente. Ano a ano, os governos Dilma, após a aprovação do orçamento da União, contingenciavam 50, 60 bilhões de reais para o pagamento do serviço das dívidas. Como forma de estimular o consumo e o investimento privado, o governo reduziu impostos na folha de pagamentos das empresas e impostos incididos sobre o consumo, como o Imposto sobre Produtos Industrializados. O consumo manteve-se elevado, nos setores produtivos estimulados, mas a capacidade do Estado manter e acelerar investimentos, principalmente com a queda do preço do petróleo e a desaceleração de investimentos do setor foi reduzida.

Este trabalho não tem, evidentemente, condições de tratar, com a profundidade que merece, os assuntos candentes dos últimos anos, no entanto, é impossível não mencioná-los, pois, o PMDB teve papel protagonista, tanto para a crise de representação político-partidária, como no processo de restauração/ golpe, ao lado das frações dominantes brasileiras, notoriamente do capital financeiro, do capital industrial e o midiático. Coube ao partido de Ulysses Guimarães formar a maioria congressual para representar e levar adiante os projetos de reforma do capitalismo brasileiro e articular a saída jurídica, junto ao Poder Judiciário, que justificasse a restauração conservadora e o golpe.

Em janeiro de 2013 o governo de Dilma Rousseff fez um pedido aos governadores e prefeitos de que não reajustassem os preços das passagens de ônibus, com o objetivo de segurar a inflação e mantê-la dentro da *meta* estabelecida pelo Banco Central. A partir de abril e maio, estes aumentos foram determinados, sendo muitos por força de contratos e licitações públicas, e, claro, pressão dos empresários e suas entidades de classe, muito bem relacionadas no meio político. Na medida em que aconteceram as primeiras manifestações contrárias, principalmente em capitais, o conjunto da grande mídia brasileira, em coro, criminalizou os movimentos sociais e os relacionou com partidos e grupos de esquerda, com o intuito de desqualificá-los. Aos ocupantes do Estado, coube a utilização de grande aparato repressivo, com o objetivo de acabar com as manifestações, através de infiltrações de policiais à paisana, prisões arbitrárias, entre outras séries de medidas.

Entretanto, o tiro saiu pela culatra, e as manifestações foram aumentando de proporções, ao mesmo tempo em que aumentavam as reivindicações. Os descontentamentos com a representação política, com a economia, a floraram-se nestas manifestações. Em seu ápice, nas manifestações do dia 20 de junho de 2013, já apareciam os sinais de repulsa a partidos políticos, a repressão seletiva à militância de esquerda, na chamada “*quinta sem lei*”. A mídia, ao longo do período, iniciou uma narrativa criando personagens, vilões, mocinhos e a divisão entre manifestações do bem, formadas por grupos conservadores, religiosos e de classe média alta, e manifestações do mal, elaboradas por sindicatos de trabalhadores, estudantes, movimentos e partidos de esquerda. Esta última foi eficazmente repreendida e marcada pela violência estatal. Após a morte do cinegrafista Santiago Andrade, no dia 15 de fevereiro de 2014, a grande mídia procurou vinculá-la a partidos de esquerda e seus parlamentares, e muitos outros militantes e os chamados “*ativistas*”, sem vínculos orgânicos com movimentos sociais. Assim, partidos ou sindicatos responderam ou respondem aos processos. As esquerdas passaram para a defensiva e, em movimento paralelo, as direitas ascenderam politicamente.

No bojo das manifestações de 2013 e o processo de criminalização e isolamento das esquerdas, surgiram grupos de mobilização, principalmente articuladas através de redes sociais na internet, como Movimento Brasil Livre, Vem pra rua, Revoltados online, grupos religiosos, fascistas, com uma plataforma ultraliberal e extremamente autoritária no tocante aos direitos civis das minorias sociais. Somente agora começam a aparecer seus financiadores em partidos políticos, entre eles, o PMDB, DEM e PSDB e

grupos estrangeiros. Estes grupos foram ainda mais amplificados pela relação próxima com a grande mídia, que tornou seus líderes conhecidos e suas bandeiras amplamente divulgadas.⁶⁷⁹

Nas eleições de 2014 a direita mais obscurantista ganhou ainda mais espaço no parlamento, no entanto, o PT venceu as eleições presidenciais, com propostas antagônicas à dita ortodoxia econômica. Ganhou, mas cedeu clamorosamente à grita financeira, e não aos seus eleitores. Somado à operação do Ministério Público da Lava-jato, que comprovou a corrupção e propinagem generalizada entre os agentes políticos e as classes dominantes, tanto para controle político por meio de financiamento de campanhas eleitorais, como para enriquecimento ilícito, a desestabilização do governo e a formação de outra aliança política, a direita, comandada pelo PMDB e demais partidos conservadores, notadamente também envolvidos nos escândalos de corrupção, estava criado o consenso para o “impeachment”.

Assim, e os próximos anos vão nos dar uma melhor dimensão disto, estes partidos liderados pelo PMDB, por sobrevivência política e relação orgânica com o grande capital, formaram uma ampla maioria no Congresso Nacional, onde congrega de 70% a 80% dos seus assentos. A Ponte para o Futuro, de outubro de 2015, foi a apresentação do PMDB como o agente aplicador dos anseios e interesses do grande capital nacional e internacional, nesta fase história do capitalismo. Esta reorganização está sendo imposta no Brasil, com auxílio do conservadorismo moralista e de movimentos fascistas. Muito provavelmente, em breve saberemos, com clareza, seus agentes internos e externos.

Ao mesmo tempo em que o governo golpista leva ao Congresso Nacional propostas draconianas de congelamento de investimentos por 20 anos, desvinculação orçamentária para saúde e educação, reforma/privatização da previdência social, reforma trabalhista, retirando direitos consagrados, atua também para recrudescer as liberdades individuais e de pensamento, via projetos como *Escola sem partido*, fim do direito de greve dos servidores públicos e uma reforma política que anistia e deixa ainda mais intocáveis os agentes políticos golpistas.

⁶⁷⁹ Para saber mais: Sebastião Velasco e Cruz, Andre Kaysel, Gustavo Codas (organizadores) *Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

Considerações finais

Esta tese começou a ser pensada ao longo de 2012 e foi iniciada no ano de 2013. Durante este período, a História do Brasil sofreu muitas reviravoltas. O desenvolvimento deste trabalho se deu do auge da popularidade de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, passando pelos levantes de 2013, pelo refluxo dos movimentos de esquerdas nas ruas, no início de 2014, para a ascensão de movimentos de direita e extrema-direita, no bojo da escandalização da *histórica* corrupção na Petrobrás. Com o modelo de acumulação de capital da última década dando sinais de esgotamento, as diferentes frações do grande capital e seus representantes na política atacam os parcos avanços sociais, como forma de saírem da crise, de 2014 aos dias atuais. Em outras palavras, a guerra de posição deu lugar à guerra de movimento. O papel protagonista do PMDB, neste processo golpista, tornou a relevância do trabalho ainda maior.

Procuramos demonstrar, através da história do PMDB e do Brasil recente, as metamorfoses do partido, seus quadros políticos, intelectuais e as suas complexas relações na sociedade civil. O MDB/PMDB não foi único, coeso, não cabendo em fórmulas sociológicas desenvolvidas pelos clássicos da ciência política. O MDB/PMDB foi um partido de quadros, um partido de frentes políticas, que, através da sequência das eleições na ditadura, foi ganhando capilaridade no interior do país, e se tornando um partido nacional, nos espólios do regime de 1964. Estas mudanças somadas à continua entrada de quadros conservadores, relacionado ao “entrismo” de antigos apoiadores civis da ditadura e de diversos representantes de aparelhos privados de hegemonia, em contraposição à saída de grupos de esquerda, como o PCB e o PCdoB, deram a feição difusa ao perfil aparente da legenda. O sucesso momentâneo do plano cruzado foi crucial para o crescimento e consolidação do partido como o maior do Brasil. Com as eleições para governadores e prefeitos de capitais, consolidou-se outro perfil de liderança peemedebista, de antes parlamentar, para parlamentar e regional. Na Constituinte, o partido também recebeu, em suas fileiras, uma série de representantes de classes, deixando-o como uma mistura de grupos regionais, com setores agrários, setores industriais e empresariais não hegemônicos.

Dos inúmeros conflitos internos da Constituinte, o partido rachou, dando origem ao PSDB, e, pela sua heterogeneidade, não mais conseguiu a unificação necessária em torno de uma candidatura viável à Presidência da República, como em 1989, com

Ulysses Guimarães, representante das lideranças parlamentares, e Orestes Quércia oriundo das eleições municipais, ainda permitidas na ditadura, em 1994. O partido esteve rachado nestas eleições. Nas eleições seguintes, esta heterogeneidade ganhou fôlego, com a divisão entre governistas e opositores dos governos tucanos. Estes últimos perderam espaço na cúpula partidária, pela ascensão do grupo governista, e por suas derrotas eleitorais. Assim, ascendiam, no PMDB, no final dos anos noventa, grupos aliados ao governo FHC, oriundos, principalmente, da Câmara dos Deputados, sob a liderança do então deputado federal Michel Temer.

Na mesma medida em que o partido esteve ao lado dos governos de Fernando Henrique Cardoso, sendo decisivo para a aprovação das medidas de cunho liberalizantes, no seu interior ainda resistiam quadros, de diferentes estados e matizes ideológicos, contrárias a estas medidas, que se expressavam, sobretudo, nas publicações do partido. Em outras palavras, a legenda peemedebista, ao mesmo tempo em que deu o suporte fundamental para o “neoliberalismo” à brasileira, também criticou essas mesmas medidas.

No primeiro governo Lula da Silva, entre 2003-2006, a relação do partido com o governo foi de extrema instabilidade. Enquanto as lideranças do Senado Federal – nas figuras de José Sarney e Renan Calheiros – davam suporte congressional e participavam do governo por meio de indicações políticas, em diferentes escalões do aparelho de Estado, na Câmara dos Deputados e nas publicações do partido, as vozes críticas davam o tom oposicionista. Podemos apontar pelo menos três razões para essa “divisão”. A primeira seria o caráter fisiológico dessa oposição/apoio, a segunda seria a existência, no interior do partido, de quadros *históricos* críticos ao *neoliberalismo* – que já apareciam no período FHC – e seus pilares macroeconômicos. Mas também representavam a ressonância do conjunto da crítica da fração industrial nacional, ávida por políticas de estímulo e também do chamado *agribusiness*.

Após a reeleição de Lula da Silva, em 2006, estas políticas tiveram um pouco mais de fôlego, o PMDB ganhou espaço no governo, a popularidade do Presidente chegou “a níveis nunca antes” alcançados, e *todos* surfaram no maior crescimento econômico dos últimos trinta anos. Não à toa, foi o momento de maior harmonia entre os dois partidos, quando selaram a *dobradinha* Rousseff/Temer para suceder Lula, visto que, para manter-se, o PT foi cedendo cada vez mais espaço à direita fisiológica/conservadora, em diferentes partidos, e no próprio PMDB. Dessa forma, também transferindo espaço e influência do partido no governo e tornando-se, cada vez mais,

refém do PMDB no Congresso Nacional. Na questão regional, as últimas décadas consolidaram as chamadas oligarquias regionais, representantes direta e indiretamente das classes dominantes, e a sua coexistência no interior do partido. Pesquisas futuras apontaram com mais clareza o papel de Michel Temer neste contexto.

A vitória de Dilma Rousseff, em 2010, marcou, pelo menos, três pontos entre os inúmeros motivos que levaram sua deposição através de um golpe: a desaceleração econômica, a falência política do PT ,em manter seus pactos políticos, e o terceiro, que seria a consequência dos anteriores, a crescente dependência política do PMDB. Enfim, o golpe de 2016 ainda será objeto de muitas análises futuras. Assim sendo, esperamos que essa tese, mesmo com suas falhas e limitações, represente uma contribuição significativa para os estudos acerca da história recente do Brasil.

Fontes Primárias

- Acervo da sede nacional da Fundação Ulysses Guimarães;
- Acervo de Atas do MDB/PMDB, da sede da Presidência Nacional do PMDB;
- Jornal Opinião (Biblioteca Nacional);
- Jornal Folha de São Paulo (Arquivo da Câmara dos Deputados);
- Jornal Correio Braziliense (Arquivo da Câmara dos Deputados);
- Boletim IBASE (Biblioteca da Câmara dos Deputados);
- Fundo Tancredo Neves (CPDOC- FGV);
- Fundo Ulysses Guimarães (CPDOC- FGV).

Bibliografia

ALBERTONI, Ettore. *Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Imago, s/d.

ALMEIDA, Mônica Picollo. *Reformas neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ARTURI, Carlos. “O debate teórico sobre a mudança de regime político: o caso brasileiro”. In: *Revista de Sociologia e Política*. Nº 17. 2001.

BIANCHI, Álvaro. *Um Ministério dos Industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas, EdUnicamp, 2010.

BOBBIO, Norberto. “Elites, Teoria das.” In: *Dicionário de Política*. Brasília: EdUnB, vol.1. 1998.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1988.

CÉSAR, Renato. “Concepção de partido em Rosa Luxemburgo.” *Cadernos Cemarx*. Nº4, 2007.

CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros*. Brasília: EdUnB, 1981.

CLAUDÍN, Fernando. *A Crise do Movimento Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COELHO, Eurelino. *Uma Esquerda para o Capital*. São Paulo, Xamã/Edufes, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. “As Categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. In: *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

DELGADO, Tarcísio. *A História de uma Rebelde: 40 anos, 1966-2006*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2006.

DEMIER, Felipe Abranches. *O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário*. (Tese de doutorado em História). Niterói: PPGH/UFF, 2012.

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. *Quem foi quem na Constituinte nas questões de interesse dos Trabalhadores*. São Paulo: Editora Cortez, 1988.

DIMENSTEIN, Gilberto et ali. *O Complô que Elegeram Tancredo*. Rio de Janeiro: JB, 1985.

DINIZ, Eli. *Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 1990*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

DREIFUSS, René. *Política, Poder, Estado e Força: uma leitura de Weber*. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.

_____, René Armand. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

FERNANDES, Renato César Ferreira. “O partido revolucionário e sua degeneração: a crítica de Gramsci a Michels”. In: *Outubro*, nº21, 2º semestre 2013.

FERREIRA, Denise Paiva. *PFL X PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)*. Goiânia: Alternativa, 2002.

FILHO, Nilson Borges. “O Partido político em Marx, Engels e Gramsci.” *Resenha Eleitoral* - Nova Série, v. 2, Edição Especial (mar. 1995).

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega. 1980.

GOLDMACHER, Marcela. “Movimento operário: aspirações e lutas, Rio de Janeiro (1890/1906) p.105. In: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.) *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto; Faperj, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. “A criação do PTB: getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base e queremismo.” In: Orgs. FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil (vol.2) Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. RJ/SP, IUPERJ/Vértice, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. (vol.1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. (vol.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____, Antonio. *Cadernos do Cárcere* (vol.5). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRIJÓ, Luiz Alberto. “Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo.” In: Orgs. FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil (vol.2) Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRINBERG, Lucia. *Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora nacional (1965-1979)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUIOT, André Pereira. *Um “moderno príncipe” da burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2006.

HIPPOLITO, Lucia. *De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOFMEISTER, Wilhelm; SANTOS, Gustavo Adolfo. *Os partidos políticos na democracia: uma introdução para a formação política*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2007.

IASI, Mauro Luis. *As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LEMOS, Renato. “A Anistia e a Crise Política no Brasil pós-1964”. *Topoi*, nº5, Rio Janeiro, 2002.

LENIN, V.I. *Obras Escolhidas*. Vol.2. Lisboa: Edições Avante!, 1984.

LIMA, Carlos Roberto. *Representação e Perspectivas de Reforma Política no Brasil*. São Paulo: All Print editora, 2010.

LINZ, Juan J e STEPAN, Alfred. *A transição e a consolidação da democracia- a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LUXEMBURG, Rosa. *Reforma Social ou Revolução?* São Paulo: Global editora, 1986.

MACIEL, David. *A Argamassa da Ordem: Da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

_____, David. *De Sarney a Collor: Reformas Políticas, Democratização e Crise (1985-1990)*. São Paulo: Editora Alameda, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. *A Acumulação capitalista mundial e o subimperialismo*. Revista Outubro, nº 20, São Paulo, 2012.

_____, Rui Mauro. *Brasil: da Ditadura à Democracia*. (1964-1990).

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, TIMOTY. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARKUN, Paulo. *Farol Alto sobre as Diretas 1969-1984*. São Paulo: Benvirá, 2014.

MARTUSCELLI, Danilo. “Elite e Classe Dominante: notas sobre o marxismo inspirado na teoria das elites.” Revista Outubro, nº18, 2009.

MARX, Karl.e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo. 2005.

_____, Karl. “O método da economia política” In. MARX, Karl. *Contribuição para crítica da economia política*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

_____, Karl. *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. Os pensadores. Editora Abril, 1985.

MASCARO, Alyson Leandro. *Estado e Forma Política*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Qualificando a intervenção: conceitos de Gramsci, análise histórica da sociedade brasileira e projeto político socialista.” In *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vicio de Leitura, 2009.

MELHEM, Célia. *Política de Botinas Amarelas: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MELO, Demian Bezerra de. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora: a primeira greve nacional da classe trabalhadora brasileira (05 de julho de 1962)*. Niterói, PPGH/UFF, 2013. (Tese de Doutorado em História).

MENDONÇA, Sônia R. & FONTES, Virginia M. *História do Brasil Recente 1964-1992*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985/1997)*. São Paulo; Paz e Terra, 1998.

MONTEIRO, Tiago Francisco. “A nova república e os debates relativos ao papel político das forças armadas pós-ditadura: homens, partidos e ideias (1985-1990).” Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

MONTESQUIEU, *Do Espírito das Leis*. (várias edições)

MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *A ferro e fogo – construção e crise da “família siderúrgica”: o caso de Volta Redonda (1941 –1988)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), São Paulo, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB: semeadores da democracia: história oral de vida política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

O’DONNELL, Guillermo. “Democracia Delegativa?”. In: *Novos Estudos CEBRAP* n°. 31. São Paulo: 1991.

_____, Guillermo e SCHIMITTER, Phillipe. *Transições do Regime autoritário: primeiras conclusões*. Rio de Janeiro: Vértice, 1986.

OLIVEIRA, Bastos (org.). *Sarney: O outro lado da história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

PINTO, José Nêumane. *Atrás do Palanque: Bastidores da Eleição de 1989*. São Paulo: Siciliano, 1989.

RIDENTI, Marcelo e FILHO, Daniel Aarão Reis (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil (vol.V):Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Quem é quem na Constituinte: Uma Análise Sociopolítica dos Partidos e Deputados*. São Paulo: OESP-Maltrese, 1987.

_____, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo; Edusp, 2002.

SAES, Décio. *República do Capital – Capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo. Boitempo, 2001.

SANTA RITA, Chico. *Batalhas Eleitorais: 25 anos de marketing político*. Campinas: Pontes, 2014.

SANTANA, Marco Aurélio e SILVA, Fernando Teixeira. “O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964).” In: Orgs. FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil (vol.2) Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Tradução de Waltensir Dutra. Ed. Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil: (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

SILVA, Antonio Ozaí da. “Rosa Luxemburgo e Lenin: concepção de partido e reformismo” *Revista Espaço Acadêmico*. nº119, abr/2011.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____, Maria C. Campelo. “A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles”. In: STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Nelson Mello e. *Dialética do Irracionalismo: Pareto e seu confronto com Marx*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da Ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.

VIANNA, Luiz Werneck. “Weber e a Interpretação do Brasil”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº53, março de 1999.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UnB, 1999.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia Contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.